

JÉRRY ROBERTO MARIN
Organizador

AS INDEPENDÊNCIAS DO BRASIL: UM ESTADO E UMA NAÇÃO EM FORMAÇÃO



 editora
UFMS

AS INDEPENDÊNCIAS DO BRASIL: UM ESTADO E UMA NAÇÃO EM FORMAÇÃO





**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Vice-Reitor

Albert Schiaveto de Souza

Obra aprovada pelo

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS

Resolução nº 346-COED/AGECOM/UFMS,

de 27 de abril de 2026.

CONSELHO EDITORIAL

Rose Mara Pinheiro (presidente)

Adriane Angélica Farias Santos Lopes de Queiroz

Alleisa Ferreira Riquelme

Andrés Batista Cheung

Antonio Pancrácio de Souza

Cid Naudi Silva Campos

Elizabeth Aparecida Marques

Maria Lígia Rodrigues Macedo

Marlei Sigríst

Ronaldo José Moraca

William Teixeira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Diretoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

As independências do Brasil [recurso eletrônico] : um estado e uma nação em formação
/ organizador, Jérry Roberto Marin. -- Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2026.

414 p. : il. (algumas color.).

Dados de acesso: <https://repositorio.ufms.br>

Inclui bibliografias.

ISBN 978-85-7613-835-8

1. Brasil – Política e governo. 2. Brasil – História – Independência, 1822. 3. Estado Nacional – Brasil - História. I. Marin, Jérry Roberto. II. Título.

CDD (23) 320.981

Bibliotecário responsável: Valdeir da Silva Severino – CRB 1/3.044

JÉRRY ROBERTO MARIN
Organizador

AS INDEPENDÊNCIAS DO BRASIL: UM ESTADO E UMA NAÇÃO EM FORMAÇÃO



Campo Grande-MS, 2026

 editora
UFMS

© do organizador
Jérri Roberto Marin

1ª edição: 2026

Preparação do texto, Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica
Secretaria da Editora UFMS

Revisão
A revisão linguística e ortográfica é de responsabilidade do organizador

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

As opiniões e os conteúdos expressos neste material são de responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, a opinião do corpo editorial.

Direitos exclusivos para esta edição



Secretaria da Editora UFMS - SEDIT/AGECOM/UFMS
Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário
Campo Grande - MS, 79070-900
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Fone: (67) 3345-7205
e-mail: sedit.agecom@ufms.br

Editora associada à



ISBN: 978-85-7613-835-8

Versão digital: abril de 2026.

Apoio:



Obra contemplada no Edital AGECON nº 6/2024
Seleção de propostas para apoio a publicação de livros científicos em formato digital
pela Editora UFMS - PUBLICA UFMS 2024.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição Não Comercial - Compartilhamento 4.0 Internacional. Esta licença permite o download e o compartilhamento da obra desde que sejam atribuídos créditos ao(s) autor(es), sem a possibilidade de utilizá-la para fins comerciais, se você remixar, transformar ou criar a partir do material, deve distribuir as suas contribuições sob a mesma licença que o original. br.creativecommons.org

Sumário

APRESENTAÇÃO

<i>Jérri Roberto Marin</i>	9
Referências.....	18

Capítulo 1

ENTRE PALAVRAS, CONFRONTOS E MEMÓRIAS: SIGNIFICAÇÕES DA INDEPENDÊNCIA (SÉCULOS XIX E XX)

<i>Cecília Helena de Salles Oliveira</i>	19
1. Introdução.....	19
2. As palavras do Imperador: arma política e narrativa da história	23
3. Consolidação e fraturas do “pacto histórico” sobre a Independência.....	30
4. Referências.....	41

Capítulo 2

A SANTA SÉ E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: RELATOS DOS REPRESENTANTES PONTIFÍCIOS E SEU IMPACTO NA POLÍTICA EXTERNA

<i>Jérri Roberto Marin</i>	47
1. As informações transmitidas pelos representantes pontifícios à Secretaria de Estado.....	54
2. “Tempos angustiosos”: as notícias sobre Brasil e Portugal.....	60
3. As notícias sobre as negociações para o reconhecimento internacional.....	78
4. Considerações finais	114
5. Referências	117
5.1 Bibliografia.....	117
5.2 Fontes.....	120

Capítulo 3

POLÍTICA, DIPLOMACIA E TRÁFICO DE ESCRAVOS NAS DISPUTAS DA INDEPENDÊNCIA E DO RECONHECIMENTO DO BRASIL

<i>Guilherme de Paula Costa Santos</i>	131
1. A abolição do tráfico de escravos e diplomacia: direcionamentos políticos.....	131
2. Abolição do tráfico, a fundação do Império do Brasil e a historiografia	135
3. O debate sobre abolição do tráfico e os delineamentos políticos do Império português (1815-1821).....	139

4. A abolição do tráfico e a disputa entre a Monarquia Constitucional portuguesa e o Império do Brasil.....	149
5. Considerações finais.....	161
6. Referências.....	162
6.1 Bibliografia.....	162
6.2 Fontes impressas.....	165
6.3 Fontes manuscritas.....	167

Capítulo 4

REPERCUSSÃO DA REVOLUÇÃO DE 1817 NAS CORRESPONDÊNCIAS DIPLOMÁTICAS, MAÇÔNICAS E NA IMPRENSA INTERNACIONAL

<i>Flavio José Gomes Cabral</i>	168
1. Introdução.....	168
2. A revolução nas correspondências diplomáticas.....	172
3. A busca de apoio externo.....	180
4. Os Estados Unidos e a missão Cabugá.....	189
5. Considerações finais.....	197
6. Referências.....	198
6.1 Bibliografia.....	198
6.2 Fontes manuscritas.....	202
6.3 Fontes impressas.....	202

Capítulo 5

ESCOLA PÚBLICA E POLÍTICAS DE RECONSTRUÇÃO: PARALELOS 1922-2022

<i>André Luiz Paulilo</i>	204
1. Introdução.....	204
2. A educação no centenário da Independência.....	206
3. Qual educação no bicentenário da Independência?.....	211
4. Paralelos 1922-2022.....	216
5. Referências.....	218

Capítulo 6

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ABORDAGEM INICIAL

<i>Adjovanes Thadeu Silva de Almeida; Leonardo Leônidas de Brito & Pablo Menezes e Oliveira</i>	221
1. Uma breve síntese sobre o ensino de ofícios no Brasil do século XIX.....	221
2. A criação do Asilo dos Meninos Desvalidos.....	241
3. As escolas do Imperador (1870-1889).....	249

4. Considerações finais	258
5. Referências	261
5.1 Bibliografia	261
5.2 Fontes	263

Capítulo 7

DO GRITO DO IPIRANGA ÀS OBRAS CONTRA AS SECAS: A EDIÇÃO COMEMORATIVA DA REVISTA <i>ERA NOVA</i> NA OCASIÃO DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NA PARAÍBA	
<i>Alômia Abrantes & Luiz Mário Dantas Burity</i>	265
1. Introdução	266
2. A edição especial da revista <i>Era Nova</i> e as comemorações do Centenário da Independência na Paraíba	270
3. Considerações finais	294
4. Referências	296
4.1 Bibliografia	296
4.2 Fontes	298

Capítulo 8

O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL E OS MUITOS BRASIS	
<i>Gregg Bocketti</i>	299
1. Introdução	299
2. O Rio Grande do Sul na exposição do centenário	302
3. O centenário no Rio Grande do Sul	309
4. Brasil, Brasis e o significado do centenário	317
5. Referências	321
5.1 Bibliografia	321
5.2 Fontes	322

Capítulo 9

O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E O ÁLBUM DE PELotas DE 1922: FOTOGRAFIAS DE PRESENCAS ANÔNIMAS	
<i>Aristeu Elisandro Machado Lopes</i>	325
1. Introdução	325
2. O <i>Álbum de Pelotas</i> de 1922	329
3. Uma presença velada no <i>Álbum de Pelotas</i> : as pessoas anônimas nas fotografias	339
4. Considerações finais	352
5. Referências	353

Capítulo 10

ESPORTE, POLÍTICA E SOCIEDADE NO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1972): NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISAS

<i>Bruno Duarte Rei</i>	356
1. Introdução	356
2. Estrutura e delimitação da pesquisa	364
3. Foco e escopo de análise	370
4. Considerações finais	378
5. Referências	385
5.1 Bibliografia	385
5.2 Fontes	390

Capítulo 11

AGENCIAMENTOS DE AFETOS NO PRESENTISMO: PÂNICO MORAL COMO POLÍTICA DO MEDO NO AMBIENTE DIGITAL

<i>Tássio Acosta</i>	392
1. Localização e atualização histórica do pânico moral	393
2. Pânico moral no imaginário popular frente a associação das escolas a espaço de inseguranças	398
3. Pânico moral como política do medo nas redes sociais e o controle de narrativas	403
4. Referências	407
4.1 Bibliografia	407
4.2 Fontes	408
SOBRE OS AUTORES	410

APRESENTAÇÃO

Jérri Roberto Marin

Esta coletânea foi concebida para reunir um conjunto de trabalhos sobre as Independências do Brasil, com o objetivo de fornecer subsídios para a compreensão da formação do Estado, da Nação e do cenário atual, além de fomentar pesquisas sobre essas temáticas. As comemorações do bicentenário, em 2022, geraram um aumento significativo na produção dedicada ao tema, favorecendo o surgimento de novos estudos sobre a historiografia brasileira, novas perspectivas interpretativas e investimentos editoriais. Ao longo desses 202 anos, surgiram diversos projetos de Nação, envolvendo múltiplos agentes sociais. Também foram produzidas histórias de afirmações e silenciamentos.

Desde o século XIX, o tema da Independência foi estabelecido como um marco simbólico da nacionalidade brasileira. Os estudos sobre a Independência se concentraram em momentos-chave, seguidos por desacelerações nessas produções. Segundo Malerba (2006, p. 21), houve “picos” de concentração das publicações, uma tendência que se estendeu ao longo do século

XIX até 1908, com a publicação da obra *D. João VI no Brasil: 1808-1821*, de Oliveira Lima. No século XX, a produção historiográfica se concentrou em dois momentos-chave: o primeiro foi o período em torno do centenário da Independência, em 1922. O segundo e o terceiro momentos ocorreram no sesquicentenário, em 1972, e na segunda metade da década de 1990, quando houve uma renovação historiográfica com discussões sobre a “questão nacional” (Malerba, 2006, p. 22-23). Nesse contexto, houve o declínio do monopólio dos Institutos Históricos e Geográficos, como espaços de interpretação da “história pátria”, possibilitando novas frentes de problematizações, reflexões e abordagens (Costa, 2005, p. 74).

A temática voltou a ocupar lugar de relevo por ocasião do bicentenário da Independência, que foi comemorado em 2022. As celebrações das Independências estimularam reflexões sobre os processos conflitantes que moldaram o Brasil. Como afirmou Pierre Nora (1992, p. 988), a história propõe, mas o presente é que dispõe. Ou seja, o presente seria responsável por criar os mecanismos das celebrações, nos quais uma história-memória serviria como elo com o passado, identificando os mitos de origem nacional — essenciais não apenas para manter a coesão de grupos e instituições, mas também para definir seus espaços, identidades e alteridades.

As comemorações de datas nacionais, segundo Lúcia Lippi Oliveira (1989), geralmente são organizadas para destacar certos elementos que seguem determinadas trajetórias, como a realização de eventos cívicos, campanhas de conscientização patriótica, organização de comissões executivas nacionais, montagem de exposições, inauguração de monumentos, e a confecção

de selos, medalhas, bandeiras e hinos, entre outras atividades. Simultaneamente, essas comemorações são momentos propícios para avaliar o passado e o presente, além de apresentar perspectivas para o futuro, construindo assim um percurso contínuo e ininterrupto na formação da nacionalidade e identidade nacional. Dessa forma, vários setores da sociedade, com diferentes percepções, participaram dessas celebrações. Os festejos do bicentenário da Independência do Brasil, em 2022, geraram reações diversas, evidenciando os usos políticos da memória nacional e sua resiliência, apesar dos esforços historiográficos para desconstruí-la.

Este livro foi concebido durante o *Simpósio Internacional Independências do Brasil*, realizado de 13 a 16 de maio de 2024, com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e do Portal do Bicentenário. O evento explorou as Independências do Brasil sob múltiplas perspectivas, considerando diferentes dimensões locais, espaciais e temporais, bem como suas conexões internacionais. Dessa forma, o simpósio criou um espaço propício à manifestação de diversas vozes, contextos e interpretações, promovendo um debate amplo e plural. A proposta abrangeu questões teóricas e metodológicas essenciais para o avanço dos estudos em temas como gênero, sexualidade, raça, classe social, cidadania, política, economia, historiografia, socioambientalismo e educação, entre outros. Além disso, incentivou reflexões sobre independências ainda a serem conquistadas e contribuiu para a construção de uma cartografia histórica das escolas públicas brasileiras.

Os capítulos que compõem esta coletânea abrangem pesquisas sobre diversos aspectos das Independências, como o reconhecimento internacional da Independência e do Império do Brasil, a educação pública, a construção de uma história-memória, museus e eventos comemorativos. A partir de diferentes perspectivas interdisciplinares, o leitor encontrará uma multiplicidade de novos temas, ideias e abordagens que contribuirão para elevar as discussões sobre as Independências do Brasil a novos patamares.

Cecília Helena de Salles Oliveira aborda os fundamentos históricos e políticos do enredo da Independência que, consagrado no século XIX, foi atualizado com a Proclamação da República e ao longo do século XX, sobretudo no centenário de 1922 e no sesquicentenário em 1972. No segundo momento, a autora problematiza as relações entre museus de história nacional, memória da Independência e horizontes de atuação crítica no campo da ação educativa, tomando como referência as recentes transformações nas áreas expositivas do Museu Paulista. A memória da Independência, amplamente disseminada por museus como o Museu Histórico Nacional e o Museu Paulista, foi questionada, destacando-se a necessidade de novas perspectivas de análise. O texto examina como essa memória foi construída, o papel dos museus na sua preservação e reiteração, e discute se esses espaços estão abertos a críticas, especialmente à luz das transformações recentes no Museu Paulista.

Jérri Roberto Marin analisa as correspondências entre representantes pontifícios de Portugal, Espanha e França e a Secretaria de Estado da Santa Sé, entre 1821 e 1826, focando na Independência do Brasil e seu reconhecimento internacional. Os

representantes pontifícios tinham a responsabilidade de informar a Santa Sé sobre os principais acontecimentos nos países onde atuavam. As trocas de informações permitiam que a Santa Sé estabelecesse relações diplomáticas e formulasse sua política externa de forma assertiva, evitando incidentes. O acesso a informações confiáveis, baseadas em documentos oficiais, permitia uma visão abrangente das situações política e diplomática, facilitando a coordenação eficiente das decisões para proteger os interesses da Igreja Católica.

Guilherme de Paula Costa Santos enfatiza as relações entre a Independência do Brasil e a extinção do comércio internacional de africanos escravizados. Durante os anos de 1821 e 1822, Felisberto Caldeira Brant, em Londres, atuou como porta-voz do governo de D. Pedro, oferecendo-se para mediar encontros com autoridades britânicas. Ele acreditava que essas mediações poderiam legitimar politicamente o governo no Rio de Janeiro, separado das Cortes portuguesas, especialmente ao propor a abolição do tráfico de escravizados, tema que atrairia o apoio britânico. Essa estratégia diplomática visava consolidar a monarquia brasileira e afastar ameaças internas. Caldeira Brant e outros diplomatas, como o Conde de Palmela (Pedro de Sousa e Holstein), utilizaram a abolição do tráfico e da escravidão como ferramentas políticas, refletindo as complexas relações entre Brasil, Portugal e Reino Unido.

O enfoque central do capítulo de Flavio José Gomes Cabral é a Revolução de 1817, que ocorreu em Pernambuco, e as repercussões internacionais que obteve nas correspondências diplomáticas, círculos maçônicos e na imprensa em nível nacional e interna-

cional. Observadores estrangeiros, como o capitão Hareng e o cônsul francês Jean-Baptiste Maler, previram a revolta devido ao clima de insatisfação e compararam a situação com as revoluções hispano-americanas. A revolução, que durou 74 dias, resultou na formação de uma república temporária e gerou intensos debates entre republicanos e monarquistas. A revolta foi amplamente divulgada na Europa, influenciando a percepção internacional sobre as instabilidades no Brasil.

André Luiz Paulilo analisa as grandes comemorações nacionais, como os centenários, têm historicamente motivado revisões historiográficas e novas interpretações, além de investimentos editoriais. No Brasil, as celebrações dos centenários da República (1989), dos 500 anos do descobrimento (2000) e do bicentenário da Independência (2022) incentivaram a publicação de estudos críticos que aprofundaram a compreensão das mudanças no poder ao longo do tempo. As reflexões de Paulilo sublinham a importância de entender a evolução da educação pública no Brasil ao longo de um século, conectando as preocupações passadas com os desafios atuais.

Adjovanes Thadeu Silva de Almeida, Leonardo Leônidas de Brito e Pablo Menezes e Oliveira examinam as iniciativas para a Educação Profissional observadas, na cidade do Rio de Janeiro, ao longo da segunda metade do século XIX, mais especificamente o período que abrange todo o Segundo Reinado (1840-1889). O que era chamado de ensino de profissional ou “ensino de ofícios” foi alvo de medidas pontuais e sem qualquer organicidade por parte do Estado Brasileiro no referido contexto histórico. Mesmo as aclamadas “Escolas do Imperador”, cujo objetivo maior era o

ensino das “primeiras letras” careciam de qualquer sistematicidade de programas e orientações curriculares, restringindo-se, desta forma, a propostas limitadas e de cunho laudatório à figura do então Imperador D. Pedro II. Os autores enfocam o caráter errático e fragmentado da oferta do “ensino de ofícios” no município neutro da Corte, o que expressava o caráter subalterno que o trabalho (manual) possuía no Brasil oitocentista.

Alômia Abrantes e Luiz Mário Dantas Burity se debruçam sobre a edição especial da revista *Era Nova* em comemoração ao Centenário da Independência do Brasil. Lançada em 1921, a revista já era reconhecida por seu papel relevante na cultura da Paraíba, sendo sustentada por um grupo de intelectuais locais e com apoio do governo para a impressão. No entanto, a edição especial foi adiada várias vezes e só foi publicada em julho de 1923, quase um ano após a efeméride. O volume, com mais de 300 páginas, misturava a narrativa tradicional da história brasileira com uma ênfase especial em Epitácio Pessoa, presidente paraibano, e outros conterrâneos, reforçando o papel da Paraíba na história nacional. A publicação buscava reafirmar o passado e construir novas interpretações sobre a identidade e o progresso da região.

Gregg Bocketti enfoca as comemorações do centenário da Independência do Brasil no Rio Grande do Sul e as tensões entre a identidade regional e nacional, que marcaram os festejos. O projeto do governo federal era conciliar as diferenças existentes entre os estados federativos, permitindo que cada um mostrasse suas contribuições e organizasse competições regionais, na esperança de fortalecer a unidade nacional. No entanto, no Rio Grande do Sul os gaúchos demonstraram pouco entusias-

mo pelos eventos oficiais e até questionaram a legitimidade do Estado-nação brasileiro, pois consideravam sua região uma nação distinta. Os festejos do centenário concentraram na afirmação da identidade regional e para debater as relações do Rio Grande do Sul com o Brasil. Essas tensões contribuíram para o fortalecimento da identidade gaúcha e culminaram na Revolução Gaúcha, no início dos anos 1920.

Aristeu Elisandro Machado Lopes investiga as comemorações do centenário da Independência do Brasil em Pelotas, no Rio Grande do Sul. Para os festejos, foi lançado o *Álbum de Pelotas* que, embora mostrasse a cidade como moderna e próspera, silenciou a contribuição da população negra, essencial para a economia local através do trabalho escravo nas charqueadas. Porém, as fotografias do *Álbum* captaram, de forma anônima, pessoas simples que aparecem como parte do cenário, sem reconhecimento individual, refletindo as exclusões sociais da época. A proposta do capítulo foi observar as pessoas anônimas que compõem os cenários e os enquadramentos dos registros fotográficos.

Bruno Duarte Rei destaca as relações entre esporte e política durante as celebrações do sesquicentenário, destacando o papel do esporte como ferramenta de propaganda nos governos de Costa e Silva e Médici para reforçar o consenso social em torno da ditadura militar e o clima de otimismo que pairava sobre o país nos anos do “milagre econômico”.

Tássio Acosta investiga como os afetos são manipulados no contexto atual do Brasil, focando no pânico moral como prática política para instaurar medo na população. A partir das ideias de Michel Foucault sobre governamentalidade e biopolítica, o au-

tor explora como o Estado utiliza técnicas para controlar corpos e comportamentos. O pânico moral, inicialmente estudado por Jock Young e Stanley Cohen, é usado para justificar políticas de controle populacional, com exemplos no Brasil contemporâneo, como o medo do comunismo e a defesa da família cristã. As redes sociais amplificam essa política do medo, desqualificando o conhecimento científico.

Os autores desta coletânea desdobram-se para atender à diversidade histórica, conceitual e de fontes disponíveis em arquivos, bibliotecas e plataformas digitais. A partir de diferentes prismas interdisciplinares, o leitor terá, assim, diante de si, uma multiplicidade de novos temas, ideias e abordagens. As contribuições aqui reunidas colaboram com o esforço reflexivo para os debates e para futuras pesquisas acerca da Independência, do Império, assim como do Brasil contemporâneo. Outras questões ficaram sem resposta, abrindo, dessa forma, os caminhos para novos estudos. Nesse sentido, a coletânea cumpre o papel de problematizar as interpretações aceitas e de incentivar os debates, os questionamentos e as reflexões sobre a Independência, o Império e sobre o Brasil.

Esperamos que esta publicação contribua de forma significativa para elevar os padrões da produção acadêmica sobre as Independências do Brasil, e dos temas correlatos, tanto em nível nacional quanto internacional.

Campo Grande, inverno de 2024.

Referências

COSTA, Wilma Peres. A independência na historiografia brasileira. *In*: JANCSÓ, István (Org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: FAPESP/HUCITEC, 2005. p. 53-118.

MALERBA, Jurandir. Introdução. Espaço crítico da crescente historiografia sobre a Independência do Brasil (c. 1980-2002). *In*: MALERBA, Jurandir (Org.). **A independência brasileira**: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 19-52.

NORA, Pierre (Dir.). **Le lieux de mémoire**: les France. Paris: Gallimard, 1992. v. 3. p. 975-1012.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As festas que a república manda guardar. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 172-189, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2283/1422>. Acesso em: 19 nov. 2024.

ENTRE PALAVRAS, CONFRONTOS E MEMÓRIAS: SIGNIFICAÇÕES DA INDEPENDÊNCIA (SÉCULOS XIX E XX)

Cecília Helena de Salles Oliveira

1. Introdução¹

Os festejos do Bicentenário da Independência do Brasil, em 2022, provocaram reações ambíguas e contrastantes de diferentes setores da sociedade. Da exaltação oficial aos questionamentos críticos formulados por amplo espectro ideológico, aquelas matizadas manifestações demonstraram os usos políticos da memória nacional, patenteando, ao mesmo tempo, a força e resiliência dessa mesma memória, muito embora a historiografia das últimas décadas tenha contribuído para sua desconstrução.

¹ As considerações expostas nesta apresentação fundamentam-se em reflexões desenvolvidas nas seguintes obras: Oliveira; Pimenta, 2022; Oliveira, 2022a; Oliveira, 2022b; Oliveira, 2023.

Essa memória, apropriada e disseminada por intermédio de múltiplos veículos de educação formal e informal e, notadamente, pelas redes sociais, encontra, porém, sua mais reconhecida expressão material e visual nos museus de história nacional, a exemplo do Museu Histórico Nacional e do Museu Paulista, mais conhecido como Museu do Ipiranga (Knauss, 2022; Marins, 2023).

A Independência do Brasil, o dia 7 de setembro e personagens, como D. Pedro, fazem parte de um imenso universo de conhecimentos que aprisiona a reflexão e a identidade política de gerações de brasileiros. Integram esse universo, igualmente, os debates acadêmicos e a produção de saberes especializados que, mesmo ocupando lugares sociais definidos, mantêm-se entrelaçados com o intrincado campo cultural e histórico que todos nós compartilhamos, conforme salientou Trouillon, ao demonstrar que a história e a compreensão sobre ela, superam e muito aquilo que os historiadores investigam, interpretam e divulgam (Trouillon, 2016).

Nesse sentido, delinear novas perspectivas de análise para a Independência, quer do ponto de vista do processo histórico no século XIX quer do ponto de vista de sua repercussão hoje, implica problematizar os fundamentos históricos e políticos desses saberes e pressupostos, erguidos e transformados ao longo de 200 anos. É preciso reconhecer que a memória em torno da Independência, seguida ainda por grandes parcelas da sociedade e por muitos historiadores, projeta um conjunto de episódios e personagens que teriam atuado em um período geralmente delimitado, entre 1808 e 1822, desenvolvendo ações cujo desfecho

seria o 7 de setembro, data vista como emblema da separação de Portugal e marco da construção nacional.

Que papel os museus de história nacional tiveram e ainda têm na produção e dispersão dessa memória e do conhecimento sobre a Independência já que exercem relevante atuação pedagógica? De que modo o enredo de episódios e personagens que a nós foi apresentado como sendo a Independência adquiriu dimensões materiais e visuais nos museus traduzindo de outras formas aquilo que livros, retratos, pinturas e monumentos urbanos já corporificam e projetam? Essas instituições se sustentaram nos vínculos, estabelecidos desde os fins do século XVIII, entre ciência, memória e história nacionais. Além do que, os pressupostos dos conhecimentos ali produzidos e representados encontram-se entrelaçados à visualidade de coleções e exposições. Como alertou Carlo Ginzburg, a despeito de há tempos se reconhecer o caráter construtivo do saber, ainda é possível encontrar nos dias de hoje quem professe uma imagem do conhecimento fundada no espelhamento passivo da “realidade”, com todas as controvérsias que possam envolver essa palavra e suas possíveis significações (Ginzburg, 2002).

Coleções, objetos e imagens aparecem geralmente para o público dos museus de história não como elementos investigados, selecionados e expostos para uma reflexão a respeito da sociedade e sim como expressões daquilo que teria acontecido ou que ainda existe, percepção que o mundo digital só fez acentuar, reforçando-se uma suposta e equivocada articulação entre ver e conhecer. Em contrapartida, para os profissionais dos museus, as fontes ali reunidas e conservadas se apresentam como resul-

tados mais imediatos de ações culturais e políticas voltadas para a salvaguarda intencional de evidências e a formulação de premissas de conhecimento. Ou seja, todo o ponto de vista sobre a realidade, como pondera Ginzburg, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende de relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem mais ampla que uma sociedade deixa de si. “Escovar a história a contrapelo”, como propôs W. Benjamim, exige aprender a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu e conservou, evidenciando-se as formas de dominação e de poder ali encobertas bem como aquilo que é irreduzível a elas (Ginzburg, 2002, p. 43-45).

De que modo, então, teria se forjado a memória que todos nós aprendemos como sendo a história da Independência? Como e por que memórias registradas por atores específicos se consolidaram e adquiriram o estatuto de “fatos objetivos” enquanto outras foram esgarçadas e esquecidas? Seriam os museus de história nacional tão somente locais de reiteração e de salvaguarda dessa memória ou estariam abertos à sua problematização acompanhando o que se observa na produção historiográfica mais recente?²

Para encaminhar algumas reflexões a respeito desses questionamentos, dividi minha argumentação em dois momentos. No primeiro, abordo alguns dos fundamentos históricos e políticos do enredo da Independência que, consagrado no século XIX, foi atualizado com a Proclamação da República e ao longo

² Sobre as complexas relações entre memória, história, política e historiografia, consulte especialmente Vesentini, 1997; Napolitano, 2018.

do século XX, em pelo menos dois momentos: o centenário de 1922 e o sesquicentenário em 1972. No segundo, problematizo alguns aspectos das relações entre museus de história nacional, memória da Independência e horizontes de atuação crítica no campo da ação educativa, tomando como referência as recentes transformações nas áreas expositivas do Museu Paulista (Lima, 2022; Marins, 2023).

2. As palavras do Imperador: arma política e narrativa da história

Temática das mais complexas, a História da Independência manteve vínculos muito fortes com as memórias das gerações de políticos que construíram o Império. Foram as imbricações entre memória, política e narrativas sobre a História do Brasil que consolidaram o enredo que prevalece ainda hoje (Oliveira, 2022b).

Desde 1820 vinham sendo debatidas divergentes versões a respeito das lutas políticas e sociais em curso na então América portuguesa. Entretanto, o que se consolidou, no século XIX, foi a narrativa histórica delineada pelo governo de D. Pedro. Em detrimento dos conflitos armados e da guerra de palavras e projetos que se desenrolaram em várias regiões e no Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XIX, a interpretação que se sobrepôs às demais foi a de que a Independência, associada diretamente à separação de Portugal, era fruto de um embate travado entre as Cortes em Lisboa e o governo do então Regente. D. Pedro teria conseguido, por meio da atuação de ministros e conselheiros, como José Bonifácio, por exemplo, centralizar em torno de si a legitimidade necessária para declarar a ruptura com o Reino eu-

ropeu e organizar uma monarquia constitucional, que teria recebido a adesão do conjunto de forças políticas, radicadas nas diferentes províncias, mostrando-se como a única alternativa viável para a preservação da ordem social e para a configuração de uma nova nacionalidade.³

Trata-se de uma versão de caráter conservador, pautada no apagamento da multiplicidade de atores do processo revolucionário deflagrado, a partir de 1820, e no entendimento de que haveria uma continuidade histórica entre o período colonial e a emergência da nação, exemplificada tanto pela reorganização da sede da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, que teria lançado as bases do Estado nacional, quanto pela prevalência da opção monárquica com D. Pedro e a dinastia de Bragança à frente. Fundamentava-se sobretudo na desqualificação das oposições ao projeto monárquico vitorioso no primeiro reinado (1822/1831), o que se refletiu na historiografia do século XIX em uma avaliação também negativa e depreciativa de políticos liberais de variados matizes que durante toda a primeira metade do Oitocentos pegaram em armas para lutar e revolucionar o regime ou modificar os princípios centralizadores nos quais em parte se amparava. Essa compreensão foi atualizada e revigorada por setor importante da historiografia dedicada à Independência nas primeiras décadas do século XX, especialmente no momento do Centenário em 1922, o que contribuiu para sedimentar o entendimento de que a República seria um desfecho evolutivo da luta contra as heranças coloniais, desenvolvida desde o Império (Marson, 2009).

³ Sobre o estado da arte a respeito do tema e as atuais perspectivas de investigação, ver: Oliveira; Pimenta, 2022; Pimenta, 2022.

As primeiras manifestações dessa memória foram veiculadas em decretos e manifestos do governo de D. Pedro, em periódicos, especialmente os que tinham ligações com o governo, a exemplo de *O Espalho* e *o Regulador Brasileiro*, bem como na correspondência de diplomatas europeus e americanos, radicados na Corte do Rio de Janeiro (Bittencourt, 2007). No entanto, na construção da narrativa sobre os eventos e as personagens, talvez nenhum registro se compare em relevância ao discurso pronunciado pelo Imperador quando da abertura da Assembleia Constituinte, em 3 de maio de 1823 (Fala [...], 2003, p. 15-18). A memória ali inscrita reverberou ao longo do século XIX, compondo a matriz da história da Independência que, desde o período do Império no Brasil, recebeu inúmeras e divergentes interpretações, sem perder, entretanto, o enredo traçado pelo monarca.

Naquela ocasião solene, D. Pedro, dirigindo-se aos deputados constituintes, apresentou os motivos e a cronologia do movimento de Independência, associando-o diretamente à separação de Portugal.⁴ Inserindo-o em um embate que antagonizava colônia e metrópole, brasileiros e portugueses, D. Pedro reportou o início do movimento à chegada, em 1808, da família

⁴ A associação entre Independência e separação do reino europeu não era consensual entre os protagonistas das lutas políticas à época. Pelo contrário, a expressão “independência” representava a organização de um governo representativo e constitucional, sendo utilizada tanto por aqueles que apoiavam os objetivos da Revolução de 1820 quanto pelos que se opunham às Cortes de Lisboa. Foram interpretações historiográficas do século XIX, a partir das afirmações de D. Pedro I, que selaram essa associação. Alteração semelhante aconteceu com a expressão “emancipação” que passou a ser considerada sinônimo de “independência” quando, desde 1815, designou a autonomia administrativa alcançada com a elevação do Brasil a Reino Unido ao de Portugal (Oliveira, 2020).

real de Bragança ao Rio de Janeiro, indicando a data da elevação do Brasil à condição de Reino, decretada em 16 de dezembro de 1815, como o marco da superação do período colonial. Sempre lidando com as imagens de que, em 1823, o Brasil já seria uma entidade política homogênea e unificada, submetida à autoridade da Corte fluminense, e que o Império era uma realidade tangível⁵, D. Pedro acusou as Cortes em Lisboa de promoverem a separação que os “brasileiros não desejavam”, mas decidiram porque se viram vítimas de leis e tropas que visavam a supostamente reconduzir as províncias à opressão colonial.⁶ Assumindo o total protagonismo do movimento separatista, ressaltou que os passos decisivos para a Independência teriam sido: o “Fico”, em 9 de janeiro de 1822, quando, a pedido do “povo” permaneceu no Rio de Janeiro, desobedecendo as Cortes em Lisboa; a expulsão de tropas portuguesas do Rio de Janeiro, em fevereiro desse ano; a atuação de um governo autônomo, por ele liderado, empenhado em organizar recursos econômicos e militares para enfrentar as Cortes; a viagem a província de Minas Gerais, em abril de 1822, para derrotar o “arbítrio” do então governador; a viagem a província de São Paulo, em agosto do mesmo ano, para desfazer um “partido de portugueses e brasileiros degenerados afeitos às Cortes”; a proclamação da Independência no “sempre memorável sítio do Ipiranga”; e sua coroação como Imperador, em 2 de dezembro de 1822. Fixava, desse modo, a data de 7 de setembro como sendo a da proclamação da Independência, às margens do riacho do Ipiranga, na província de São Paulo. Foi essa afirmação

⁵ Sobre a complexa configuração do Império, ver: Jancsó, 2003; Jancsó, 2005.

⁶ Sobre a atuação das Cortes em Lisboa, ver: Berbel, 1999; Pereira *et al.*, 2022; Cardoso, 2022.

do Imperador que selou a memória do episódio e de sua própria figura como libertador.⁷

Explicitadas dessa forma, as justificativas expostas para a Independência não só naturalizavam a separação de Portugal e o governo monárquico constitucional que o Imperador e os grupos que o apoiavam pretendiam viabilizar, como indicavam uma presumida “adesão” consensual dos “povos” do Brasil às medidas adotadas no Rio de Janeiro. Além das oposições serem desqualificadas e reduzidas a pequenos focos de adeptos das Cortes, o herdeiro da Coroa portuguesa, colocando-se como protagonista principal, procurava afastar, no momento em que estavam em discussão os tratados de reconhecimento da Independência por potências estrangeiras, a imagem de uma ruptura revolucionária, pois fora a autoridade nomeada pelo rei de Portugal para comandar o governo no Brasil que conduziu o processo de rompimento entre as partes do Império português, salvaguardando-se a legitimidade dinástica.

Dois anos depois desse registro, D. Pedro I nomeou um de seus conselheiros mais próximos para elaborar aquela que pode ser considerada a primeira interpretação detalhada da Independência. Em janeiro de 1825, José da Silva Lisboa foi encarregado de reunir documentos autênticos, “extraídos de todos os arquivos da nação” para perpetuar a “memória” dos eventos que teriam resultado na fundação do Império (Decisão [...], 1885, p. 5-6).

⁷ Esse relato recuperava argumentos já utilizados em pelo menos dois outros documentos de ampla circulação produzidos pelo governo: os *Manifestos* datados de 1 e 6 de agosto de 1822. O *Manifesto* de 1º de agosto estava endereçado aos “povos do Brasil” e o *Manifesto* de 6 de agosto, foi dirigido às “nações amigas”, em especial Grã-Bretanha, França e Áustria. Ambos argumentavam que a separação de Portugal era decorrência das ameaças “recolonizadoras” das Cortes de Lisboa. Ver: Oliveira; Pimenta, 2022, p. 589-591.

A *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil* (Lisboa, 1827-1830) foi editada em momento marcado pela perda significativa de popularidade do Imperador e pela reorganização das oposições ao governo da Corte que questionavam o violento fechamento da Assembleia Constituinte, em novembro de 1823, a imposição da Carta constitucional em 1824, a feroz repressão à Confederação do Equador naquele mesmo ano e o encaminhamento dado às tratativas para o reconhecimento da Independência, entre outras decisões (Monteiro, 1982; Grinberg; Salles, 2009).

Para construir sua narrativa, Silva Lisboa valeu-se de inúmeros documentos selecionados e posteriormente editados ao final de cada tomo. A esse procedimento aliou sua própria reputação de literato e político⁸, o que transformou a obra em fonte de consulta para vários historiadores que escreveram sobre o tema ao longo do século XIX, a exemplo de João Manuel Pereira da Silva e Francisco Adolfo de Varnhagen, autores que, em razão da projeção política alcançada, tiveram enorme influência na historiografia posterior. Mesmo divergindo em relação a atuação das personagens, ambos os autores contribuíram fortemente para consolidar a memória desenhada pelo Imperador que Lisboa havia sacramentada (Pereira da Silva, 1864-1868; Varnhagen, [196-?]).

Quando confrontada tanto ao espectro nuançado de lutas políticas que envolveu a separação e a opção monárquica vitoriosa em 1822 quanto ao controverso leque de versões veiculadas nos inúmeros registros de época (Carvalho; Bastos; Basile, 2014), a

⁸ Sobre a trajetória de José da Silva Lisboa e sua posição na formação da historiografia brasileira, ver: Kirschner, 2009; Araújo, 2011.

crônica composta por Silva Lisboa apresenta-se como reconstituição deliberada de cenas e atores destinada a embasar a memória que D. Pedro havia traçado de si mesmo e de seu pai, afirmada na Fala do Trono de maio de 1823. Coerente e “fidedigna”, posto que ancorada em documentos escritos e chancelados por autoridades públicas, a narrativa consolida os vínculos entre Independência e separação de Portugal, aprisiona o processo político à imagem incruenta de uma transição continuísta e sustenta a convicção de que a sociedade fora espectador passivo diante do brilho de certas figuras, especialmente D. Pedro. Lisboa não deixou de reconhecer a atuação de outros interlocutores nas lutas políticas, a exemplo da “cabala anti-brasílica” nas Cortes em Lisboa e de “anarquistas” e “republicanos”, que pleiteavam a autonomia provincial, questionando a centralidade político-administrativa da Corte, bem como os poderes da Coroa (Janccsó, 2005; Oliveira; Pimenta, 2022). Mas deles retirou a iniciativa e pertinência das ações, colocando-as no âmbito restrito da pessoa de D. João e depois na do Príncipe Regente. Ao subtrair o espaço de atuação de diferentes grupos políticos e de seus porta-vozes, faz crer que a cronologia dos eventos, exposta como se estivesse despregada da luta política e das contraditórias ações dos protagonistas, decorresse de uma sucessão linear de medidas tomadas pelas autoridades, como se, no Brasil, a “revolução da Independência”, como ele mesmo designou, fosse obra e graça do Estado monárquico, enraizado desde 1808, mas cujas tradições e legitimidade remontavam aos primórdios da monarquia portuguesa.

O fato de essa interpretação ter se transformado em referência política e historiográfica no século XIX não quer dizer

que o debate em torno do tema tenha esmorecido ao longo do período. Pelo contrário, tema da política e da ação política, a Independência foi continuamente revisitada nos discursos e obras de outros políticos e cronistas, a exemplo de John Armitage na década de 1830, Francisco Salles Torres Homem nos anos de 1840 e Teófilo Ottoni na década de 1860. Todos eles nuançaram e contraditaram a argumentação de Silva Lisboa, procurando valorizar segmentos sociais que haviam lutado por outras propostas de organização do Estado nacional e da nação (Marson, 2009). Abriram espaço para interpretações que incluíram no rol de protagonistas as oposições à monarquia legitimada na Carta de 1824. No entanto, reavaliaram o passado por meio da corrente linear de eventos que Silva Lisboa sacralizou. Sem alterar “fatos” e datas, valeram-se deles para compor novos instrumentos de luta e mobilizar eleitores, como o próprio Silva Lisboa havia feito. Mas, ao mesmo tempo, foram atribuindo objetividade à narrativa construída por D. Pedro e pelos poderosos grupos mercantis que o apoiavam para justificar seus atos e a dominação que pretendiam exercer sobre o Estado que construam e o conjunto da sociedade.

3. Consolidação e fraturas do “pacto histórico” sobre a Independência

Dois outros momentos políticos da história do país selaram em definitivo o enredo sobre o 7 de setembro que os construtores da política e da cultura imperiais escreveram: a Proclamação da República, em 1889, e as festividades do Centenário da Independência, em 1922.⁹

⁹ Nos limites deste artigo não será possível discutir os intrincados nexos en-

Como destacou Ângela de Castro Gomes, as lutas políticas e simbólicas do período que transcorreu entre a proclamação da República e os anos de 1920 modificaram a escrita da história e o campo da historiografia brasileira, afirmando-se a República sem rejeições ou rompimentos com o passado monárquico, configurando-se uma leitura conciliadora com a experiência do Império (Gomes, 2004; Oliveira, 2000). Mesmo com as críticas levantadas aos feitos do passado, uma linguagem moderada, segundo a autora, combinava com interpretações que demarcavam a continuidade do processo de formação nacional, sublinhando-se, por outro lado, o papel pedagógico da história.

Já Maria de Lourdes Janotti demonstrou que, entre 1910 e 1920, ocorreu um “*diálogo convergente*”, de natureza política e historiográfica, possível pela aproximação entre desiludidos do novo regime (monarquistas e republicanos vinculados às elites cafeicultoras) e membros das oligarquias estaduais contemplados pela chamada política dos governadores (Janotti, 1998). O consenso pactuado por intelectuais que integravam a Academia Brasileira de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro naquela ocasião, possibilitou que, em momento assinalado pela expansão do nacionalismo, as interpretações sobre a positividade da monarquia na construção da nacionalidade fossem entrelaçadas à compreensão da “*evolução*” contínua do país e à inevitabilidade dos acontecimentos, o que abriu espaços para que fosse

tre escrita da história e política na passagem do século XIX para o século XX, momento em que os fundadores da República buscavam articular o novo regime à construção da nacionalidade sem desqualificar a obra realizada pelo Império. Sobre o tema consultar, entre outros: Janotti, 1998, p. 119-144; Gomes, 2014, p. 14-30.

retomada e atualizada a versão conservadora da Independência, amparada agora por outras evidências documentais e pelo empenho em transpor para linguagens visuais e museológicas o que os textos de historiadores divulgavam (Oliveira, 1997).¹⁰ Refiro-me à articulação entre o revisionismo historiográfico da época e o vasto rol de realizações políticas e culturais de dirigentes que visavam externar ao grande público as peculiaridades do país e sua modernização. Nesse sentido, ao lado da montagem conceitual e física da decoração interna do Museu Paulista, delineada por Affonso Taunay e ainda hoje preservada¹¹, é relevante lembrar:

¹⁰ Cabe lembrar que, no mesmo período em que, em São Paulo e no Museu Paulista, Affonso Taunay discutia com seus pares dos Institutos Históricos e com políticos do Partido Republicano Paulista as linhas gerais das reformas e da decoração interna do edifício-monumento, no Rio de Janeiro, o governo federal preparava os festejos do Centenário e com eles a criação do Museu Histórico Nacional. Organizado por Gustavo Barroso e inaugurado em 1922, a instituição estava voltada para a celebração do Império e para a recuperação dos vínculos de continuidade histórica que ligavam o período colonial, o período monárquico e os anos iniciais da República à configuração da nacionalidade brasileira (Knauss, 2022; Magalhães; Bezerra, 2014).

¹¹ Sobre a inserção de Affonso Taunay na historiografia brasileira e paulista e as repercussões de suas interpretações no Museu Paulista, consultar Anhezini, 2003. A decoração interna do Museu Paulista foi realizada entre os anos de 1920 e 1930, sendo completada depois da decretação do Estado Novo. Em linhas gerais, ocupa o saguão principal no piso inferior, a escadaria monumental e os espaços do Salão de Honra, no piso superior. O eixo conceitual compreende episódios e personagens que representam o percurso da história de São Paulo e do Brasil, iniciando-se com a colonização portuguesa e tendo como desfecho a Independência. Sob feições metafóricas, pinturas, retratos, esculturas de mármore e bronze, bem como ânforas de cristal contendo águas das principais bacias hidrográficas do país, apresentam o que seria a configuração do território nacional. Da decoração fazem parte com enorme ênfase os bandeirantes e políticos que teriam contribuído para a concretização da nacionalidade. O conjunto de retratos compõem um “panteão” de heróis e heroínas (destacando-se Da. Leopoldina, Sórora Angélica e Maria Quitéria) no

a revogação do banimento da família imperial e o traslado dos restos mortais de Pedro II e Teresa Cristina para o Brasil, em 1921; a criação do Museu Histórico Nacional, a Exposição universal do Centenário no Rio de Janeiro, a inauguração da Rádio Nacional e a dimensão educativa da programação prevista em conjunto com produções cinematográficas e literárias, a reavaliação das funções cívicas das escolas públicas e do ensino de história pátria, bem como a inauguração de monumentos urbanos, como esculturas de bandeirantes em São Paulo, e o incentivo a festejos cívicos nas capitais e nas cidades do interior do país, por meio das escolas e Institutos históricos (Mota, 1992; Sevckenko, 1992; Knauss, 2022; Maciel, 2022).

A narrativa histórica transformada em linguagem visual nos moldes concebidos nos anos de 1920 e 1930, projetada em monumentos urbanos e notadamente nas exposições museológicas, tinha como objetivo convencer amplos setores da sociedade, em especial os iletrados, e os jovens escolares, da existência “real” daqueles atores, eventos e representações selecionados para exemplificar a trajetória nacional.

Nessa concepção, o museu deveria congregiar coleções ordenadas e classificadas, reunindo, além disso, coisas raras e únicas expostas com sabedoria para instruir e disciplinar os nexos entre observação, conhecimento e identificação. Ou seja, os museus de história nacional, em correlação com o conteúdo de livros didáticos e monumentos urbanos, estariam destinados a promover a “visualização do passado como realidade experiencial”, como

qual D. Pedro e a representação do 7 de setembro por Pedro Américo são os destaques (Taunay, 1937; Oliveira, 2017).

se fosse possível traduzir e fixar em uma outra linguagem conteúdos de documentos textuais e obras literárias (Bann, 1994). Muito embora essa concepção tenha sido ultrapassada há décadas e outros questionamentos se apresentem aos museus contemporâneos, como demonstra a nova definição de museu adotada pelo International Council of Museums (ICOM)¹², para inúmeros segmentos de público é essa compreensão que ainda persiste. A equivocada hipótese de “visualizar o passado” responde à percepção, cada vez mais aguçada pela internet e pelas redes sociais, de que “ver” equivaleria supostamente a “conhecer”, subtraindo-se as inúmeras e complexas mediações sociais e culturais entre as dimensões da existência, seu registro e os modos como são vivenciadas e interpretadas (Guimarães, 2007; Ginzburg, 2002; Nicolazzi, 2023).

Por outro lado, é relevante considerar que os anos de 1920 e 1930 foram marcados, também, pelo questionamento da democracia liberal representativa no mundo e pela ascensão de pensamentos e práticas antiliberais e totalitários. Especialmente em São Paulo, Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo e Alfredo Ellis Jr, entre outros, foram expoentes de corrente modernista de caráter conservador que aliava a reflexão sobre os significados do centenário da Independência à valorização dos “bandeirantes”, figuras centrais à decoração interna do Museu Paulista e a boa

¹² Segundo a definição do ICOM, aprovada em agosto de 2022, os museus são instituições permanentes, sem fins lucrativos, abertas ao público, acessíveis e inclusivas, que devem fomentar a diversidade e a sustentabilidade, conservando, estudando e divulgando os patrimônios materiais e imateriais das sociedades (Nova [...], 2022).

parte das esculturas e obras inauguradas na capital e em cidades do interior do estado na década do Centenário.

Como observou Armelle Enders, é possível estabelecer conexões entre as ações políticas do chamado grupo “Verde Amarelo” e propostas museográficas e pedagógicas realizadas particularmente na capital paulistana, mas de repercussão nacional pelo peso político de São Paulo no conjunto da federação naquela época. Ações e propostas eram mobilizadoras de versões marcadas pela hierarquização e diferenciação de etnias, bem como pela ênfase na expansão territorial decorrente de um “idealismo paulista” que, celebrado no passado, seria ainda referencial para a nação em marcha rumo à civilização no presente e no futuro (Enders, 2021).¹³ O trabalho de Enders sugere uma relação entre vertentes modernistas e a reapropriação da memória da Independência herdada do século XIX, em âmbito paulista e nacional, movimento amplamente referendado pelas principais instituições de cultura da época. Porém, simultaneamente, teria se verificado a projeção regional de uma interpretação que vinculou bandeirismo, configuração física e territorial da nação e separação de Portugal.

Em outra perspectiva analítica, mas que pode complementar as ponderações de Enders (2021), Alcir Lenharo (1986), ao se debruçar sobre o Estado Novo, demonstrou como o debate intelectual e político, nas décadas de 1920 a 1940, em torno das origens nacionais e do que Cassiano Ricardo denominou “mar-

¹³ O chamado grupo “Verde Amarelo” tinha como uma de suas propostas afastar o país de conexões culturais internacionais, fixando-se na originalidade brasileira e em seus mitos fundadores (Oliveira, 1997; Marson, 1973; Saliba, 2022).

cha para oeste”, contribuiu para o espectro cultural e simbólico que envolveu a montagem da “máquina ditatorial” em 1937 e a sedimentação de pensamento conservador e totalitário no país, retomado e atualizado quando do golpe de 1964.

Reporto a essas questões e a essas circunstâncias, para demonstrar o quanto representaram na configuração e difusão da memória sobre a Independência e sobre a trajetória nacional que circula ainda hoje nos mais diversos veículos de comunicação e (des)informação. Se as interpretações heroicas sobre os “bandeirantes” permaneceram mais restritas à chamada identidade paulista, o mesmo não aconteceu com o “panteão” de heróis e as representações acerca de 1822 e da fundação da nacionalidade erguidos no momento do Centenário, seja no Museu Paulista seja no Museu Histórico Nacional, e que se apropriavam e conferiam significados historicamente específicos ao enredo consagrado durante o século XIX. A persistência dessas representações pode ser avaliada, entre outras inúmeras circunstâncias, quando nos deparamos com o fato de que integraram as justificativas usadas pelo governo do estado de São Paulo, em 2019, para angariar recursos financeiros voltados à restauração e ampliação do edifício centenário do Museu Paulista, o que incluiu a decoração interna datada dos anos de 1920 e 1930 (Projeto [...], 2019).

Seguindo-se argumentos de Lenharo (1986), é possível propor que, durante as celebrações do Bicentenário, em 2022, foram atualizadas e sofisticadas, por autoridades, políticos e grupos empresariais de São Paulo e do país, memória e versões da história nacional que deitam raízes nas experiências conservadoras e autoritárias emergentes nos anos de 1920, mas que se tornaram

vitoriosas no Estado Novo e, posteriormente, foram repactuadas durante a ditadura militar. Para Lenharo (1986), a força daquelas experiências políticas projeta-se exemplarmente na força da memória histórica mobilizada para sua legitimação.

O marco histórico se pretende tradutor da vontade geral e capaz de confeccionar a memória através da definição de uma única temporalidade. A datação [1822, 1889, 1930, 1937, 1964] visa imprimir legitimidade ao poder, expor sua origem no momento mítico de sua fundação [...] o evento deixa de ser tema para transparecer realização coletiva e já dada [...] instaurando-se como fato (Lenharo, 1986, p. 13).

Nos dias de hoje, entretanto, esse passado-memória da nação, produzido para se confundir com a história-processo parece estar desacreditado ao menos para parcelas significativas da sociedade. Desigualdades, fraturas sociais e étnicas bem como demandas por direitos sociais e políticos presidem o cotidiano, envolvendo as instituições de cultura e educação, sobretudo os museus.

É nesse contexto que se consolidou a crítica aos museus de história nacional e aos modos pelo quais se configura, a partir dessas instituições, uma defasagem quase insuportável entre a idealização do passado nacional e o reconhecimento do direito à memória por parte de sujeitos sociais que não se reconhecem nas representações, nos objetos e nos edifícios dessas instituições. Foi durante esse debate, no qual tiveram atuação essencial tanto as universidades quanto o ICOM, que a noção de patrimônio se ampliou, passando a abarcar manifestações materiais e imateriais,

bem como heranças geradas pela mobilização de grupos organizados que reclamavam seu reconhecimento e preservação.

Essas mudanças na compreensão sobre os museus e aquilo que poderiam ou deveriam realizar, não quer dizer que os museus enciclopédicos e de história nacional desapareceram ou deixaram de impactar e seduzir as pessoas no mundo de hoje (Knauss, 2022; Vasconcellos, 2022). Os museus encontram-se no centro de múltiplas interpretações a respeito do papel que poderiam exercer. Mais que isso, como sugeriu Pierre Nora, a globalização e a descolonização no século XX ensejaram não só a desmaterialização da cultura como o reconhecimento da diversidade cultural, o que têm gerado confrontações e questionamentos intensos em torno de reivindicações levantadas por indivíduos, segmentos sociais e grupos étnicos que miram suas próprias memórias (Nora, 2009).

Na compreensão pertinente e inspiradora de Marcos Napolitano o que acontece no momento em que vivemos não é apenas uma crise de um pacto social, mas a crise de um “pacto histórico”:

[...] aqui entendido como o convívio de matrizes de memória diferentes entre si no trato de passados traumáticos, mas que informam atores políticos que disputam posições dentro de um quadro político-institucional, respeitando a regra geral do jogo [...] um pacto histórico faz com que os atores políticos e grupos sociais diversos, mesmo em situação de conflito, compartilhem certas visões comuns do passado como se fosse uma memória hegemônica e institucionalizada (Napolitano, 2022, p. 98).

Para o Autor, a crise de pactos históricos supera a dimensão de uma revisão crítica de um passado comum para significar a rejeição de narrativas que dão sustentação a uma identidade nacional, colocando sob questionamento a narrativa historiográfica sobre o passado, bem como os procedimentos de método que a tem fundamentado.

Como os museus de história nacional e seus profissionais, tanto curadores quanto educadores, poderiam se posicionar diante de questões tão complexas, mas, ao mesmo tempo, tão prementes? No caso específico do Museu Paulista, recorrentemente interpretado como símbolo do poder da memória consagrada da Independência, há mais de três décadas houve na instituição um redirecionamento conceitual e de ações socioeducativas em grande medida orientado pelas perspectivas de Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, diretor do Museu, entre 1989 e 1994 (Lima, 2022). Essa orientação, que representou a efetiva inserção do Museu nas diretrizes da Universidade de São Paulo, significou a definição de um horizonte de pesquisas inovadoras, voltadas para o campo da cultura material e para questões historiográficas contemporâneas. Isso significou a problematização vigorosa das narrativas visuais que tinham caracterizado o espaço expositivo desde o século XX, em especial a decoração interna.

Para o visitante que hoje percorre o Museu é patente a profunda e proposital clivagem entre a exposição centenária que habita a parte central e monumental do espaço interno e as exposições permanentes que ocupam as várias galerias laterais dos dois pavimentos. Convivem de forma contraditória e desconcertante a memória da Independência e da construção nacional – com os

bandeirantes, os retratos, as esculturas e as ânforas – e narrativas expográficas que procuram questionar aquelas imagens, notadamente as dos bandeirantes, introduzindo outros temas como a história e destruição de povos originários, relações de gênero e o lugar da mulher no mundo do trabalho, por exemplo. Trata-se de uma intencional busca pela descontinuidade entre temporalidades históricas e entre a proposta museológica anterior e os desdobramentos atuais de pesquisas junto a coleções e objetos diversificados. O escopo está na configuração de uma dimensão crítica das exposições – ao invés de um teatro da memória, um espetáculo que evoca e celebra o passado, apresenta-se um laboratório da história no qual o saber é reconhecidamente parcial, provisório e em constante transformação (Meneses, 1994). O que não elide o trabalho complexo e penoso de problematização da memória da Independência e de seus fundamentos, particularmente no momento político que atravessamos em que, frente à defesa da diversidade de memórias e interpretações, algumas forças sociais buscam a todo custo atualizar e impor “marcos históricos”.

Para uma sociedade estilhaçada, na qual se confrontam cotidianamente individualidades, demandas por respeito a alteridades, diversidade étnica, subjetividades aguçadas e defesas intransigentes e manipuladas da memória histórica o que esperar de espaços e lugares que do passado remoto até o presente foram associados à celebração da saga nacional?

Régine Robin, além de chamar a atenção para a simultaneidade entre os processos de memorização e de apagamento, expressos em narrativas historiográficas e museográficas, discute

como os esquecimentos de eventos, personagens e realizações não se relacionam diretamente à destruição física de locais e vestígios, mostrando o engodo e a fragilidade de se imaginar que por intermédio de substituições seja possível suprimir silêncios mantidos do pretérito para o presente (Robin, 2016).

Por outro lado, aponta para o fato de que os museus são entidades públicas marcadas por tensões, contradições e negociações políticas avivadas permanentemente. Neles vicejam a memória de conhecimentos e de práticas de saber que também carecem de questionamento para que sejam explicitados os fundamentos dos contrastes inevitáveis entre recalques e apagamentos e a visibilidade de coisas, imagens, nomes e personagens.

O que se espera para o futuro é que os museus de história nacional possam oferecer possibilidades de reflexão sobre as relações viscerais entre o que está ali colocado à luz de olhares e percepções e o que se encontra sombreado, incontornavelmente, pelas opções políticas adotadas frente às coleções e ao conhecimento histórico no passado e no presente. Nesse sentido, o espaço do museu, tanto para curadores e educadores quanto para a multiplicidade de segmentos de público que o visita, entrelaça realizações, conquistas e expectativas nem sempre correspondidas.

4. Referências

ANHEZINI, Karina. Museu Paulista e trocas intelectuais na escrita da História de Affonso Taunay. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 10-11, n. 1, p. 37-60, 2003.

ARAÚJO, Valdeí Lopes. Cairu e a emergência da consciência historiográfica no Brasil, 1808/1830. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das *et al.* (org.).

Estudos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 75-92.

BANN, Stephen. **As invenções da História.** Ensaios sobre a representação do passado. Trad. F. Villas-Boas. São Paulo: UNESP, 1994.

BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato.** São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1999.

BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. **De alteza real a imperador: o governo do príncipe D. Pedro, abril/1821-outubro/1822.** 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARDOSO, José Luís. “A revolução de 1820”: guião de uma revolução inacabada. **Almanack**, Guarulhos, n. 30, ed00422, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-463330ed00422>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/5mksnSwmF4zCBZt5w6t9H4z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lúcia; BASILE Marcelo (Orgs.). **Guerra literária: panfletos da Independência, 1820-1823.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 4 v.

DECISÃO de 7 jan. 1825. **Coleção das decisões do governo do Brasil, 1825.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. p. 5-6.

ENDERS, Armelle. Le monument aux bandeiiras: une représentation encombrante du génie national au Centenaire au Bicentenaire de l’Indépendance). **Almanack**, Guarulhos, n. 29, ed00321, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2236-463329ed00321>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/gqt3NDjqbh3ZT7TGgg55NPR/?format=pdf&lang=fr>. Acesso em: 30 abr. 2024.

FALA do Trono lida por D. Pedro I na sessão inaugural da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 3 de maio de 1823. **Diário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil.** Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2003. T. 1, p. 15-18.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força.** Tradução J. Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. Rascunhos da história imediata: de monarquista e republicanos em um triângulo de cartas. **Remate de Males**, Campinas, n. 24, p. 9-31, 2004. DOI: <https://doi.org/10.20396/remate.v24i2.8636074>.

Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636074>. Acesso em: 30 abr. 2024.

GOMES, Ângela de Castro. O contexto historiográfico da criação do Museu Histórico Nacional: cientificismo e patriotismo na narrativa da história nacional. **Anais do Seminário Internacional 90 anos do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: MINc/MHN, 2014. p. 14-30.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Orgs.). **O Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. v. 1.

GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da História. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 11-30, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142007000200002>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/anaismp/article/view/5463>. Acesso em: 9 jun. 2024.

JANCSÓ, István (Org). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2003.

JANCSÓ, István (Org). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2005.

JANOTTI, Maria de Lourdes. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In: FREITAS, Marcos César (Org). **Historiografia brasileira em questão**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 119-144.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. **José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC-Minas, 2009.

KNAUSS, Paulo. Barco a seco: os museus de história e os impasses da gestão cultural no Brasil atual. **Passés Futurs**, Paris, v. 11, p. 2-11, 2022. Disponível em: <https://www.politika.io/index.php/fr/article/barco-a-seco-os-museus-historia-e-os-impasses-da-gestao-cultural-no-brasil-atual>. Acesso em: 9 jun. 2024.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papiрус, 1986.

LIMA, Solange Ferraz de (Coord.). **Para entender o museu**. São Paulo: EDUSP/Museu Paulista da USP, 2022. Coleção Museu Paulista, 1.

LISBOA, José da Silva. **História dos principais sucessos do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1827-1830. 4 tomos. Acervo digital de livre acesso. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

MACIEL, Ana Carolina de Moura Delfim. Independência no Cinema. *In*: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo (Orgs.). **Dicionário da Independência do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Publicações da BBM, 2022. p. 494-496.

MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Orgs.). **90 anos de Museu Histórico Nacional em debate, 1922/2012**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014.

MARINS, Paulo César Garcez. Memórias da Independência. Um projeto expositivo para discutir o Bicentenário. *In*: COSTA, Wilma Peres; CRAVO, Têlio (Orgs.). **Independência: memória e historiografia**. São Paulo: SESC, 2023. p. 191-202.

MARSON, Adalberto. Dimensões políticas do modernismo na década de 20. **Ciência e cultura**, São Paulo, n. 25 v. 11, p. 1030-1037, nov. 1973.

MARSON, Izabel Andrade. Do ‘império das revoluções’ ao ‘império da escravidão’: temas, argumentos e interpretações da história do Império, 1822/1950. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, p. 125-174, 2009. DOI: <https://doi.org/10.5380/his.v50i0.15674>. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/15674>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Museu Paulista: do teatro da memória a laboratório da história. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, p. 9-42, 1994. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02672022v30d1e42>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/195826> Acesso em: 30 abr. 2024.

MONTEIRO, Tobias. **História do Império: primeiro reinado**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982. 2 vols.

MOTA, Marly. **A nação faz cem anos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

NAPOLITANO, Marcos. Ainda temos tempo para os heróis? O “bota abaixo” das estátuas e a crise do pacto histórico nas sociedades contemporâneas. *In*: NAPOLITANO, Marcos; KAMINSKI, Rosane (Orgs.). **Monumentos, memória e violência**. São Paulo: Letra & Voz, 2022. p. 93-120.

NAPOLITANO, Marcos. Aporias de uma dupla crise: história e memória diante de novos enquadramentos teóricos. **Saeculum: Revista de História**, João Pessoa, n. 39, p. 205-217, jul./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2317-6725.2018v39n39.40930>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/40930>. Acesso em: 30 abr. 2024.

NICOLAZZI, Fernando. Brasil Paralelo. Restaurando a pátria, resgatando a História. *In*: COSTA, Wilma Peres; CRAVO, Têlio (orgs.). **Independência**: memória e historiografia. São Paulo: SESC, Publicações BBM, 2023. p. 73-94.

NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. **Musas**: Revista do Instituto Brasileiro de Museus, Brasília, Ministério da Cultura, n. 4, p. 6-10, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-e-revistas/revista-musas-n4.pdf/view>. Acesso em: 30 abr. 2024.

NOVA definição de museu. **ICOM**, São Paulo, 2022. Disponível em: http://www.icom.org.br/?page_id=2776. Acesso em: 30 abr. 2024.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Org.). **O Museu Paulista e a gestão Afonso de Taunay**: escrita da história e historiografia, séculos XIX e XX. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo, 2017 (e-book).

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **A astúcia liberal**. Relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro, 1820/1824. 2. ed. São Paulo: Intermeios/PPG História Social, 2020.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Historiografia e memória da Independência. *In*: PIMENTA, João Paulo (Org.). **E deixou de ser colônia**: uma história da Independência do Brasil. São Paulo: Almedina/Edições 70, 2022b. p. 371-414.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **Ideias em confronto**. Embates pelo poder na Independência do Brasil, 1808/1825. São Paulo: Todavia, 2022 a.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **O espetáculo do Ypiranga**: mediações entre história e memória. 2000. Tese (Livre-docência) – Museu Paulista, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. O Museu Paulista da USP e os desafios das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil. *In*: NARLOCH, Charles; GRANATO, Marcus (Orgs.). **Museus, museologia & ciência no Brasil**. v. 1- 200 anos de in(ter)dependência, inquietude e utopia. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2023. p. 215-242. (e-book)

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo (orgs.). **Dicionário da Independência do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Publicações da BBM, 2022.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Questão nacional na primeira república. *In*: DE LORENZO, Helena Carvalho de; COSTA, Wilma Peres (orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1997. p. 185-194.

PEREIRA, Miriam Halpern; ARAÚJO, Ana Cristina; ALVES, Daniel; ALVES, Jorge Fernandes; CARDOSO, José Luís; LOUSADA, Maria Alexandre; CASTRO, Zília Osório de. **A revolução de 1820: leituras e impactos**. Lisboa: Universidade de Lisboa, ICS, 2022.

PEREIRA DA SILVA, João Manuel. **História da fundação do Império brasileiro**. Rio de Janeiro: Garnier, 1864/1868. 7 v.

PIMENTA, João Paulo (Org.). **E deixou de ser colônia: uma história da Independência do Brasil**. São Paulo: Almedina/Edições 70, 2022.

PROJETO Museu do Ipiranga. Governo do estado de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NKEEkEoY6uI>. Acesso em: 16 fev. 2023.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.

SALIBA, Elias Thomé (Org.). **O lado oposto do modernismo e outros lados**. São Paulo: SESC; Publicações BBM, 2022.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: sociedade e cultura em São Paulo nos anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

TAUNAY, Affonso d'E. **Guia da secção de história do Museu Paulista**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1937.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado: poder e produção da história**. Tradução de S. Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História da Independência do Brasil**. Anotações de Hélio Viana. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, [196-?].

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Museus Nacionais. *In*: OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles; PIMENTA, João Paulo (Orgs.). **Dicionário da Independência do Brasil**. São Paulo: EDUSP/ Publicações da BBM, 2022. p. 666-669.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica**. São Paulo: HUCITEC/PPG História Social, 1997.

A SANTA SÉ E A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: RELATOS DOS REPRESENTANTES PONTIFÍCIOS E SEU IMPACTO NA POLÍTICA EXTERNA

Jérri Roberto Marin

A política externa e diplomática do papa Leão XII (1823-1829) tem recebido pouca atenção da historiografia europeia e brasileira.¹ Seu pontificado é frequentemente considerado de menor relevância e descrito como rígido, inflexível, conservador, retrógrado e alinhado a modelos e princípios medievais (Jankowiak, 2019, p. 19-20, 26). Diversos autores defendem que houve uma descontinuidade nas políticas internas e externas voltadas para a modernização da administração papal e a reconciliação com os poderes europeus após os abalos provocados pela Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas.

¹ A pesquisa que resultou neste artigo contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, chamada nº 26/2021 - Apoio à Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação: Bolsas no Exterior.

Durante o pontificado de Leão XII, setores conservadores da Santa Sé, contrários às reformas administrativas e políticas promovidas pelo ex-secretário de Estado Ercole Consalvi² e por Pio VII (1800-1823), influenciaram o desmantelamento ou o abandono dessas medidas, que visavam fortalecer a posição da Igreja e garantir maior autonomia em relação aos Estados seculares (Leturia, 1959; Colaprieta, 1963; Pásztor, 1984; Truscello, 2019).

O novo secretário de Estado, Giulio Maria Cavassi della Somaglia, foi visto como conservador e retrógrado, sem a habilidade política e diplomática de seu antecessor, além de ser frequentemente descrito como idoso, apático e enfermo. Segundo Colapietra (1963, p. 141), devido à sua idade avançada, Somaglia lidava com questões políticas e diplomáticas de forma lenta, empírica e excessivamente formalista, resultando em uma administração medíocre, tímida e sem coordenação eficaz. Diante desse cenário, o pontífice preferia tratar pessoalmente de questões importantes ou recorrer às congregações cardinalícias. De acordo com Pásztor (1984, p. 146, nota de rodapé 80), a ineficiência e a falta de controle de Somaglia sobre seus subordinados contribuíram para o aumento da corrupção nos Estados Pontifícios e para o desvio de verbas. Para Colapietra (1962, p. 83), Somaglia pode ser caracterizado como um “anticonsalviano moderado”, pois se opunha às reformas propostas por Ercole Consalvi, como o projeto de código civil de 1819. Além disso, rejeitava a seculariza-

² Pio VII nomeou Ercole Consalvi como Secretário de Estado em 15 de março de 1800, cargo que ocupou até o falecimento do papa, em 20 de agosto de 1823. Leão XII, eleito em 28 de setembro, o destituiu do posto e o nomeou prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos (*Propaganda Fide*). Consalvi faleceu em 24 de janeiro de 1824.

ção da legislação, a interferência da autoridade civil em assuntos mistos, a abolição das imunidades eclesiásticas e da discriminação confessional, bem como as mudanças na lei de sucessão. No entanto, aceitou algumas transformações políticas e socioeconômicas introduzidas pela Revolução Francesa, como a abolição da jurisdição feudal.

A maioria dos estudos associa Leão XII e Somaglia ao projeto dos *zelantes*, a principal facção da Cúria Romana que se opunha aos *politicantes*.³ Segundo Jankowiak (2019, p. 19-20, 26), o equívoco está em igualar os *zelantes* aos conservadores, o que acaba por moldar a imagem de um pontificado rígido, inflexível e retrógrado, vinculado a modelos e princípios medievais. No entanto, uma análise dos aspectos políticos e religiosos revela elementos de “modernidade governamental” em seu pontificado, sugerindo uma continuidade, e não uma ruptura, entre Pio VII e Leão XII. Para Regoli (2019, p. 28-51), Leão XII buscou atender às expectativas reformistas de sua época, promovendo mudanças, especialmente no âmbito jurídico-administrativo. Ele constatou que o seu governo foi marcado pelo dinamismo, pela efervescência de ideias e pela implementação de projetos e reformas. No entanto, há poucos estudos que comprovem as proposições levantadas por Regoli (2019). Este texto propõe-se a avançar nesse sentido, trazendo novas perspectivas interpretativas sobre

³ Nessa perspectiva interpretativa, de um lado estavam os *politicanti*, uma minoria que advogava pela continuidade da política de abertura parcial da Igreja às transformações em curso na Europa, desde que não compromettesse a fé. Do outro lado, encontravam-se os *zelanti*, grupo majoritário ligado às antigas formas e privilégios, contrário à centralização administrativa proposta por Consalvi, e que relutava em aceitar as transformações sociais (López-Brea, 2002, p. 253).

o pontificado de Leão XII e a gestão de Somaglia na Secretaria de Estado.⁴

No Brasil, as investigações relativas ao reconhecimento internacional da Independência e do Império do Brasil concentraram-se nas cortes de Lisboa, Londres, Paris e Viena, bem como nos Estados Unidos e nos Estados da Bacia da Prata, enquanto as negociações com a Santa Sé foram consideradas de menor importância. Cândido Mendes de Almeida (1866) foi o primeiro autor a abordar o tema, além de transcrever documentos importantes, como as instruções a Vidigal, redigidas por Luiz José de Carvalho e Mello, ministro dos Negócios Estrangeiros. Oliveira Lima (1901), ao tratar do processo de reconhecimento internacional, apontou, em algumas páginas, a missão de Vidigal em Roma. Posteriormente, para as comemorações do centenário da Independência (1922), foi publicada a coleção *Arquivo Diplomático da Independência*, editada em seis volumes, entre os anos de 1922 e 1925. No volume III foram compiladas as correspondências diplomáticas e outros documentos relacionados à missão diplomática enviada a Roma. Vasconcellos (2018 [1922]), no texto “Representação brasileira em Roma: notícia histórica”, investigou essas missivas para debater as negociações diplomáticas com Roma. Já Accioly (1945 [1927]), na obra *O reconhecimento da Independência do Brasil*, fez uma pequena referência à missão brasileira em Roma. Em outra obra, intitulada *Os primeiros núncios no Brasil*, Accioly (1949, p. 202-208) relatou as notícias sobre o Brasil e os colóquios diplomáticos enviados à Secretaria de Estado pelo núncio de Portugal. Calógeras, em *A política exte-*

⁴ Consultar também Marin (2025).

rior do Império, publicada em 1928, fez uma breve análise sobre o reconhecimento da Independência e do Império pela Santa Sé. Mais tarde, em 1932, Azeredo lançou a obra *O reconhecimento da Independência e do Império do Brasil pela Santa Sé*, com o propósito de destacar a atuação de Vidigal, que a historiografia havia relegado a um papel secundário, e defender sua performance diplomática contra críticas, especialmente as de Vasconcellos (2018 [1922]). Em 1938, Dornas Filho, em *O padroado e a Igreja brasileira*, ao discorrer sobre o direito do padroado e a aprovação da bula *Praeclara Portugaliae* de Leão XII pela Assembleia Geral, fez referências ao desempenho de Vidigal como agente diplomático.

Pouco mais de quatro década depois, em 1980, o monge beneditino Jerônimo de Lemos publicou o artigo “Monsenhor Francisco Correia Vidigal e o reconhecimento da Independência pela Santa Sé”, em que trouxe dados biográficos sobre Vidigal e enfocou a sua atuação em Roma. Os autores mencionados acima basearam suas análises nas fontes diplomáticas encontradas no Arquivo Histórico do Itamaraty, com exceção de Acioly (1945 [1927]; 1949) e Lemos (1980), que tiveram acesso à documentação dos arquivos do Vaticano.

Alguns autores apenas mencionaram a missão diplomática do governo do Rio de Janeiro em Roma, tais como Barbosa (1945), Campos (1965), Viotti (1972), Santini (1974), Hauck (1985), Vieira (2007), Neves (2009), Souza (2010), Silva (2018) e Santirocchi (2013, 2015, 2020).

O reconhecimento internacional da Independência e do Império do Brasil pela Santa Sé voltou recentemente ao centro das discussões, estimulando novos debates, abrindo espaço para

investigações adicionais e, sobretudo, contribuindo para suprir lacunas nos estudos sobre o tema. Marin (2023), no artigo “O reconhecimento da Independência e do Império do Brasil pela Santa Sé: os interesses políticos e religiosos do governo brasileiro”, destacou as políticas e estratégias do governo brasileiro para obter o reconhecimento da Independência e do Império do Brasil pela Santa Sé, além de regularizar os assuntos eclesiásticos. Essas políticas baseavam-se na defesa da supremacia do poder temporal sobre o espiritual, buscando legitimar as intervenções civis na Igreja Católica e enfraquecer o poder dos pontífices.

Em outro texto, intitulado “O reconhecimento da Independência e do Império do Brasil pela Santa Sé”, Marin e Carteny (2025) enfocaram as negociações diplomáticas entre o Brasil e a Santa Sé, com ênfase no processo de reconhecimento da Independência e do Império do Brasil. O artigo destacou a política externa e diplomática tanto da Santa Sé quanto do governo brasileiro, analisando os diversos interesses envolvidos e os desafios das tratativas.

Para oferecer novas perspectivas sobre o pontificado de Leão XII e a gestão de Giulio Maria Cavazzi della Somaglia na Secretaria de Estado, analiso as correspondências oficiais trocadas entre os representantes pontifícios de Portugal, Espanha e França e a Secretaria de Estado da Santa Sé no período de 1821 a 1826. As fontes foram obtidas no *Archivio Apostolico Vaticano*, no *Archivio Storico de Propaganda Fide*, no *Archivio della Congregazione degli Affari Ecclesiastici Straordinari* e no *Arquivo Histórico do Itamaraty*. Esses documentos permitem compreender o funcionamento da Cúria romana e a formulação da política ex-

terna e diplomática da Santa Sé. O período em análise abrange as administrações, em Portugal, do internúncio Giuseppe Cherubini (1817-1823) e do núncio Giacomo Felippo Franzoni (1823-1826) e, na Secretaria de Estado, durante as gestões de Ercole Consalvi (1814-1823) e Giulio Maria Cavazzi della Somaglia (1823-1828). Na França, atuava o núncio Vincenzo Macchi (1819-1827), e na Espanha, Giacomo Giustiniani (1817-1826). Entender os papéis e as atividades dos representantes pontifícios e da Secretaria de Estado proporciona uma visão mais ampla da atuação internacional da Santa Sé e para decifrar as políticas de Leão XIII em relação ao Brasil.

Tanto o corpo diplomático da Santa Sé, quanto Somaglia e Leão XII, buscavam compreender a realidade brasileira e latino-americana para desenvolver uma política externa e diplomática eficaz, considerando os diversos interesses e a complexa situação em que a Santa Sé se encontrava. O acesso a informações confiáveis, baseadas em documentos oficiais dos governos, proporcionava à Secretaria de Estado, departamento do governo da Santa Sé mais próximo ao papa e encarregado das atividades políticas e diplomáticas, uma visão abrangente do cenário político no Brasil e em Portugal, bem como das negociações para o reconhecimento internacional. Esse conhecimento permitia que os Secretários de Estado e os pontífices coordenassem, de maneira eficaz, as decisões sobre a política externa e diplomática, assegurando a defesa dos interesses institucionais.

1. As informações transmitidas pelos representantes pontifícios à Secretaria de Estado

Os representantes pontifícios (núncios, internúncios, delegados apostólicos e encarregados dos negócios eclesiásticos) eram designados pelos pontífices e estavam incumbidos de uma missão eclesiástica e diplomática. Isto é, eles tinham um estatuto duplo, pois eram tanto membros do corpo diplomático oficial quanto representantes da política papal junto ao episcopado e ao governo, onde defendiam os interesses da Santa Sé e da Igreja Católica. Entre as funções dos representantes pontifícios, estavam a difusão da religião católica, a defesa dos interesses da Santa Sé, a observância e execução dos decretos do Concílio de Trento, a preservação da autoridade e dos direitos da Santa Sede sobre o poder temporal e a vigilância sobre a disciplina eclesiástica. Outra função era a de fornecer informações sobre as questões políticas, econômicas e religiosas e transmiti-las à Secretaria de Estado. Ou seja, eles desempenhavam atividades tanto intelectuais quanto manuais, como a coleta de informações e sua transmissão por meio de ofícios.

Aos representantes pontifícios eram concedidos quatro documentos que os autorizavam a desempenhar suas funções: as credenciais, que os legitimavam perante os governos dos países onde atuavam; as faculdades, que lhes conferiam poderes espirituais; as instruções, que incluíam orientações políticas, diretrizes e metas a serem atingidas; e as cifras⁵, que possibilitavam a transmissão segura de mensagens sigilosas.

⁵ Corresponde a um sistema de codificação numérica, onde cada número correspondia a uma letra do alfabeto.

A diplomacia papal é estruturada por uma rede de informantes (chefes dos dicastérios, colégio cardinalício, representantes pontifícios, membros da hierarquia eclesiástica e indivíduos considerados confiáveis), os quais compartilhavam informações estratégicas. Algumas orientações da política externa e diplomática vinham da Cúria romana, como a Congregação dos Assuntos Eclesiásticos Extraordinários, e de pareceres solicitados pelo pontífice. A Secretaria de Estado era o órgão responsável pela recepção das informações e formulação da política externa e diplomática, mas a decisão final era de competência do pontífice.⁶

Essa interação permitia obter dados sigilosos, atualizados e confidenciais, incluindo notícias privilegiadas sobre Portugal e o Brasil, abrangendo suas relações internacionais, questões geoestratégicas e cenários religiosos, econômicos e políticos. O conhe-

⁶ A institucionalização da diplomacia da Santa Sé teve início em 453, com o envio de eclesiásticos à Corte de Constantinopla. No século XIII, foram enviados *nuncios collectori* à Europa, responsáveis por coletar rendimentos e taxas para a câmara apostólica. Com o tempo, essas representações tornaram-se permanentes e se expandiram. As primeiras nunciaturas apostólicas na Europa foram estabelecidas em Veneza e Paris, em 1500, em Viena e Lisboa, em 1513. Durante o pontificado de Gregório XIII (1572-1585), reformas foram realizadas para aprimorar as funções dos nuncios, que passaram a ser investidos com a dignidade episcopal. Entre suas responsabilidades estava a de informar a Santa Sé sobre os acontecimentos nos países onde estavam acreditados. Durante o período napoleônico, o serviço diplomático da Santa Sé sofreu desestruturação, mas foi restabelecido e reconhecido após o Congresso de Viena em 1815. Nesse período, a maioria dos nuncios eram cardeais e, eventualmente, bispos. Para ocupar o cargo de internúncio, eram designados eclesiásticos com posições hierárquicas inferiores à de cardeal, como encarregados ou delegados. A institucionalização do serviço diplomático foi aprimorada durante o pontificado de Clemente XI (1700-1721), com a criação da Academia dos Nobres Eclesiásticos, destinada a preparar o clero para atuar nas representações pontifícias.

cimento adquirido por meio dessa rede era essencial para assegurar a eficácia das ações e procedimentos, permitindo à Santa Sé agir de maneira estratégica para defender e assegurar os seus objetivos e interesses. Estar bem informado, com notícias atualizadas e confiáveis, era fundamental para a condução eficaz da política externa da Santa Sé, já que a tomada de decisões estratégicas impactava suas relações com outras nações, especialmente com as potências católicas da Europa. Por essas razões, as decisões precisavam ser avaliadas sob diferentes perspectivas, considerando suas implicações, impactos e possíveis consequências ou equívocos que poderiam afetar suas relações internacionais e interesses. Além disso, essas abordagens permitiam encontrar soluções ou alternativas benéficas nas negociações, visando à formação de alianças e parcerias estratégicas. Por fim, uma política externa bem estratégica possibilitava adotar medidas assertivas na política externa, para que fosse reconhecida internacionalmente como coerente e respeitável.

Os representantes pontifícios, no exercício de suas funções, procuravam manter-se bem informados sobre os principais acontecimentos e suas relações internacionais, especialmente com a Santa Sé, a fim de repassar as notícias ao governo pontifício. Cherubini, por exemplo, tomava o cuidado de transmiti-las com a máxima precisão e clareza, para que o Secretário de Estado compreendesse o “atual momento terrível”, ou seja, as transformações políticas, econômicas, sociais e religiosas em Portugal, no Brasil e na Europa (Cherubini, 1822b).

As estratégias de Cherubini e Franzoni para obter informações confidenciais e precisas envolviam visitas a D. João VI e à

rainha Carlota Joaquina, encontros e conversas com ministros e membros do corpo diplomático estrangeiro, além do monitoramento da imprensa tanto em Portugal quanto em outros países da Europa. Outro meio consistia em acompanhar o movimento do porto de Lisboa, especialmente as embarcações provenientes do Brasil e da Grã-Bretanha. Os comandantes dos navios traziam notícias que, ao chegarem ao conhecimento dos representantes pontifícios, eram prontamente repassadas à Secretaria de Estado. Nesse contexto, a imprensa não era vista como uma fonte confiável, pois frequentemente divulgava boatos. Em contrapartida, os jornais britânicos e franceses eram tidos em maior consideração.

Algumas vezes, os representantes pontifícios, assim como Somaglia, tinham acesso a documentos oficiais, supostamente sigilosos, eram compartilhados entre o corpo diplomático, ministros e os políticos. Santos (2015, p. 236) observou a facilidade com que o gabinete português tinha acesso às propostas e ações diplomáticas por meio do representante austríaco, Barão de Marechal, e do encarregado de negócios português em Londres à época, Rafael de Cruz Guerreiro. Na França, os informantes do núncio eram o embaixador da Áustria, Klemens Wenzel Nepomuk Lothar, príncipe de Metternich. Na Espanha, o informante era o embaixador de Portugal, Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real.

Todas as informações relativas a Portugal e o Brasil eram consideradas relevantes. Era de responsabilidade do representante pontifício verificar a procedência e veracidade da notícia, para depois transmiti-las à Secretaria de Estado. Ao selecionarem as notícias eles acabavam por imprimir seus olhares e pontos de vista nas suas escolhas, além de expressarem suas opiniões.

As missivas, seguindo os protocolos da Santa Sé, especificavam os temas que eram tratados, tais como notícias “políticas”, “interessantíssimas”, “diversas”, “recentes” e “confidenciais”. Cherubini especificava que elas continham notícias “quentes” e “verdadeiras”, para diferenciá-las dos boatos ou das falsas, e as de “última hora”, isto é, recém chegadas a Lisboa.

O fluxo de comunicações era contínuo, ocorrendo às vezes diariamente ou com intervalos de dois ou três dias. No mesmo dia podiam ser enviadas várias cartas, cada uma com número de protocolo e temáticas distintas. Geralmente, as correspondências eram redigidas logo após o recebimento de notícias ou acesso a documentos sigilosos. Para contornar os atrasos e as interceptações das correspondências, que impediam a entrega, eram feitas cópias, sendo remetidas pelos correios da Espanha e da França, respectivamente. Quando os temas eram sigilosos e envolviam assuntos delicados, era comum o uso de cifras numéricas. As missivas eram geralmente acompanhadas de anexos, incluindo exemplares de jornais, como o *Diario do Governo*, publicado em Portugal, além de panfletos, cópias de correspondências e transcrições de documentos oficiais e sigilosos, entre outros.

Nas correspondências, os representantes pontifícios também prestavam contas das tarefas que lhes haviam sido confiadas. Somaglia redigia ofícios para solicitar informações estratégicas, como as conjunturas geopolíticas, repassar instruções, designar tarefas, analisar as informações recebidas e comunicar as decisões tomadas por Leão XII. O objetivo principal das comunicações oficiais era manter a Cúria romana atualizada com as informações mais recentes. Os ofícios expedidos serviam como fonte de

informação e, em algumas ocasiões, quando enviados por diplomatas experientes, também tinham a função de aconselhar Somaglia, elogiar ou criticar as decisões tomadas pela Santa Sé.

Naquela época, um dos desafios enfrentados pela Santa Sé era a irregularidade dos serviços postais e as grandes distâncias geográficas, que tornavam a comunicação lenta e dispendiosa, variando de acordo com a distância e o peso da correspondência. A Santa Sé não dispunha de recursos financeiros para manter um serviço de correio entre Roma e as nunciaturas europeias, devido aos altos custos envolvidos. Para agilizar o envio de cartas, os representantes pontifícios em Portugal recorriam, ocasionalmente, aos serviços de correios regulares ou extraordinários das embaixadas da Rússia, Espanha e França. Além disso, os representantes pontifícios frequentemente confiavam suas correspondências a uma pessoa de confiança, encarregada de despachá-las a partir de outro país. Conforme observado por Regoli (2014, p. 25), as trocas de correspondência entre os representantes pontifícios e a Cúria Romana eram irregulares e frequentemente sujeitas a consideráveis atrasos, que chegavam a durar meses. Essa situação decorria da ineficiência dos serviços postais da Europa. Além disso, a existência de redes de espionagem representava um obstáculo adicional à transmissão de informações, e mesmo o uso de cifras numéricas não garantia a total confidencialidade das comunicações. Em média, uma correspondência postada em Lisboa levava aproximadamente 30 dias para chegar a Roma, enquanto o tempo de trânsito entre o Brasil e Roma variava de cinco a seis meses. Apesar dessas limitações, pode-se considerar que as trocas de informações eram relativamente eficientes, permitindo à

Secretaria de Estado acompanhar os principais acontecimentos relacionados ao Brasil e a Portugal.

2. “Tempos angustiosos”: as notícias sobre Brasil e Portugal

Com o retorno da Corte portuguesa a Lisboa, em 1821, a nunciatura no Rio de Janeiro foi fechada, pois, segundo as determinações de D. João VI, não deveriam ficar legações estrangeiras, encarregados ou agentes de negócios.⁷ Poderiam permanecer apenas os cônsules (Cherubini, 1821a; Cherubini, 1821b). Domenico Constantini, que ocupava interinamente o posto de representante da Santa Sé desde o falecimento do nuncio Giovanni Francesco Marefoschi, em 17 de setembro de 1820, conseguiu embarcar para Lisboa, onde chegou em 9 de agosto de 1821. Lá, entregou a Giuseppe Cherubini, que ocupava o posto de delegado apostólico, os arquivos da nunciatura. As relações diplomáticas entre o reino de Portugal e a Santa Sé ficaram sob a responsabili-

⁷ Com a transferência da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, todas as instituições político-administrativas do Estado foram instaladas na nova sede do Império Ultramarino. O nuncio Lorenzo Caleppi transferiu a nunciatura para o Brasil e deixou em Lisboa o auditor geral Vincenzo Macchi para cuidar dos negócios da nunciatura. No entanto, o general Jean-Andoche Junot não permitiu que Macchi permanecesse em Lisboa. Ao saber da expulsão, Caleppi nomeou o padre Manuel Lopes Loureiro para aquelas funções. Com a segunda invasão francesa, Loureiro fugiu de Lisboa. O Papa Pio VII, desinformado dos acontecimentos, nomeou novamente Macchi (1809-1817) para o posto, e Caleppi, ao tomar conhecimento, considerou nula a missão confiada a Loureiro (Accioly, 1949, p. 74). Posteriormente, Giuseppe Cherubini foi nomeado internuncio (1817-1823). No Brasil, Caleppi permaneceu como nuncio até seu falecimento, em 10 de janeiro de 1817. Para substituí-lo, foi nomeado Giovanni Francesco Marefoschi, que chegou ao Rio de Janeiro em 27 de outubro de 1817 e faleceu em 17 de setembro de 1820.

dade de Cherubini, elevado à condição de internúncio apostólico (Cherubini, 1821c).

D. João VI, logo após o falecimento de Marefoschi, solicitou ao Papa Pio VII a nomeação de um novo núncio e apresentou três nomes para a escolha. A lista incluía Giacomo Felippo Franzoni, Ignazio Nasalli e Francesco Serra. O secretário de Estado, Ercole Consalvi, por recomendação do pontífice, indicou Franzoni como o mais recomendado, devido ao seu nascimento distinto, piedade e dotes pessoais (Cherubini, 1821a). D. João VI aceitou a indicação. No entanto, somente em 9 de setembro de 1822, Carlos Matias Pereira, que atuava como encarregado de negócios eclesiásticos de Portugal junto à Santa Sé, comunicou a Ercole Consalvi sobre a decisão do rei. Até a chegada de Franzoni a Lisboa, em 3 de agosto de 1823, Cherubini continuou a exercer a função de internúncio apostólico.

Os contextos político e religioso de Portugal, desde a revolta do Porto, em 1820, eram vistos como o advento de tempos tenebrosos e angustiosos, tanto para a Igreja Católica quanto para a família real, em função das proposições liberais e do sistema constitucional, que fomentava o laicismo e a secularização. As decisões liberais das Cortes, que fomentavam o laicismo, desagradavam ao internúncio, por ameaçarem a Igreja Católica e a representação pontifícia em Portugal. Ele declarou que, na sessão secreta de 2 de junho, foi afirmado que, “havendo caído os dois monstros”, que eram o Patriarca e o Inquisidor, “não deveria mais suste-se o terceiro monstro, isto é, a nunciatura” (Cherubini, 1821f).

De acordo com Cherubini, o retorno de D. João VI foi cercado de incertezas, uma vez que não se sabia ao certo se ele havia

partido do Rio de Janeiro (Cherubini, 1821a). Apenas em 3 de julho de 1821 foi noticiada a chegada da família real em Lisboa, mas o desembarque, por ordens da Regência⁸, ocorreu somente no dia seguinte. Segundo o internúncio, a recepção foi marcada pela discrição e simplicidade. Todos os navios no porto de Lisboa içaram as velas e realizaram salvas de artilharia em demonstração de regozijo, repetindo-se as salvas ao meio-dia e à noite. Os sinos das igrejas também anunciaram o retorno da família real. Ninguém teve permissão para se aproximar do rei, exceto a deputação da Regência, que passou a vigiá-lo e controlá-lo. Desde sua chegada, o rei foi tratado com frieza e “aviltamento” pelos regentes e deputados. Manuel António de Sampaio Melo e Castro Moniz e Torres de Lusignano, que presidia a Regência, recusou-se a beijar a mão de D. João VI. Diante desses fatos, Cherubini teve uma visão pessimista e considerava que a “paixão” de D. João VI, assim como a de Jesus Cristo, começou com sua chegada a Lisboa. Em sua percepção, os eventos em Portugal refletiam os primeiros atos da tragédia do rei francês Luís XVI, que acabou deposto e decapitado em 21 de janeiro de 1793. O povo, ao contrário, manifestou grande contentamento com a chegada, e à noite, a cidade foi iluminada, numa das maiores exibições de luz já vistas em Lisboa (Cherubini, 1821b; 1821c).

Após o desembarque, D. João VI foi conduzido à sala das Cortes, onde jurou a constituição. Cherubini relatou que nem ele nem outros representantes do corpo diplomático puderam assistir

⁸ A *Regência do Reino em nome d'El-Rei o Senhor D. João VI* foi designada pelas Cortes Constituintes em 30 de janeiro de 1821. Após o retorno de D. João VI foi nomeado um novo governo, em 4 de julho de 1821.

ao juramento e ao *Te Deum*. Ele lamentou a “grande humilhação” que o rei teria sofrido (Cherubini, 1821b; 1821c).

Cherubini logo tornou-se amigo e confidente de D. João VI, assim como de Carlota Joaquina, com quem trocava correspondências e que frequentemente visitava. Na audiência de 19 de setembro de 1821, diante das agitações políticas no país, D. João VI afirmou que tinha provas de que Cherubini era seu amigo e, em consideração a isso, o convidava a acompanhá-lo caso precisasse deixar Lisboa ou Portugal. Cherubini, de forma enfática, respondeu “sim”. Essa resposta decidida e súbita reforçou ainda mais os laços de amizade entre eles. As estreitas relações de confiança com a família real permitiram a Cherubini acesso a informações privilegiadas, que foram repassadas a Consalvi. O internúncio considerava D. João VI um “verdadeiro anjo”, um rei religioso, afável, solícito, “cauto ao falar” e “muito mais sagaz do que se pensa”. Em relação a D. Pedro, D. João VI demonstrava o “máximo afeto”. Ao falar sobre seus deveres como patrono da Igreja Católica em Portugal, D. João VI prometeu proteger a religião católica e a Santa Sé (Cherubini, 1821d).

As notícias sobre o Brasil interessavam a Cherubini. Em 24 de dezembro de 1821, ele manifestou suas apreensões em relação ao porvir do Brasil, ao constatar que se avizinhava o rompimento definitivo com Portugal: “Por cartas particulares ultimamente aqui chegadas da América, nota-se grande fermentação nos domínios portugueses americanos, que fazem recear muito uma independência absoluta” (Cherubini, 1821e).⁹ No mesmo ofício,

⁹ D. João VI, ao partir, nomeou, em 26 de abril, D. Pedro como príncipe regente. Nas províncias, ocorriam as eleições das Juntas de Governo, com o objetivo de administrá-las provisoriamente, e dos deputados constituintes para

acrescentava que teria chegado, “sob custódia” a Lisboa, “o senhor Conde dos Arcos¹⁰, ex-ministro de Estado do [...] príncipe regente. Do navio, ele transportado à Torre de Belém, onde se achava recluso” (Cherubini, 1821e).

Poucos meses depois, Franzoni relatou que as agitações separatistas estavam ganhando força no Brasil, o que poderia levar à ruptura com Portugal:

As notícias do Brasil variam cada dia. Sua Alteza Real mostra um caráter firme, arguto e de verdadeira dedicação e respeito ao seu genitor e Rei, mas as cabeças dos brasileiros estão demasiado eletrizadas e procuram imitar o exemplo das Américas espanholas (Cherubini, 1821f).

D. João VI declarou a Cherubini que, por meio do secretário da Legação da Sardenha no Rio de Janeiro, teve conhecimento de que houve manifestações de apoio à independência na Bahia, sendo presos 10 indivíduos, posteriormente deportados para as Cortes portuguesas, que já estavam reunidas. Em 21 de agosto, as Cortes discutiram o envio de tropas para o Brasil, a extinção dos tribunais superiores, a subordinação das Juntas de Governo às Cortes e ao governo do Reino, e o retorno de D. Pedro a Portugal. Essas decisões provocaram grande descontentamento e manifestações de indignação, resultando em manifestos pela permanência de D. Pedro no Brasil.

¹⁰ D. Marcos de Noronha e Brito, desde 1806, ocupou vários cargos como governador e capitão-geral. Com a chegada da família real em 1808, foi transferido para a Bahia como governador. Posteriormente, foi designado para o Rio de Janeiro, onde assumiu os cargos de ministro da Marinha e Ultramar. Com o retorno da família real a Portugal em 26 de abril de 1821, tornou-se responsável pela pasta do Reino e Estrangeiros e ministro dos Negócios do Reino do Brasil. Após o Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822, foi demitido e enviado a Portugal, devido à pressão das tropas portuguesas, que não toleravam seu rigoroso estilo de liderança.

Portugal, onde seriam julgados. D. João VI, por sua vez, mostrava-se apreensivo e preocupado, mas achava que a situação política estava sob controle (Cherubini, 1822a; Cherubini, 1822c).

Nesse contexto, os decretos das Cortes exigiam a volta de D. Pedro a Portugal e anulavam as leis que igualavam o Brasil a Portugal. As políticas antiliberais em relação ao Brasil buscavam restabelecer os vínculos coloniais, o que contrariou os interesses de amplos setores da sociedade brasileira, levando-os a se opor a essas decisões.

Numa visita a D. João VI, Cherubini soube que havia zarpado de Lisboa, com destino ao Brasil, uma “esquadra”, isto é, um conjunto de navios de guerra de grande porte, para conduzir D. Pedro, sua consorte e família a Portugal (Cherubini, 1822d). Em uma outra ocasião, D. João VI mencionou que o ministro espanhol, Casa Flores, recém-chegado do Rio de Janeiro, havia informado que D. Pedro partiria no dia 8 de fevereiro, porém não havia recebido nenhuma confirmação por parte do príncipe (Cherubini, 1822e). Mais tarde, D. João VI revelou que havia recebido uma carta de D. Pedro, na qual o príncipe mencionava que, em cumprimento às decisões das Cortes, partiria em meados de fevereiro, apesar da princesa Maria Leopoldina “estar nos últimos meses da gravidez” (Cherubini, 1822f).

Em outra ocasião, Cherubini foi informado por D. João VI que Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, condessa de Belmonte, trouxera consigo uma carta de D. Pedro, na qual comunicava o falecimento, em 4 de fevereiro de 1822, do seu terceiro filho, o príncipe João Carlos, com apenas onze meses de idade. A esse respeito D. João VI teria comentado que ele “nasceu muito doente e que nunca recuperou a saúde”, mas presumia

que D. Pedro já deveria ter tido outro filho que, no futuro, subiria ao trono. O rei, segundo o nuncio, estava desolado por não concordar com o retorno a Lisboa de parte das tropas portuguesas do Rio de Janeiro e de Pernambuco, deduzindo que esse fato dificultaria o controle e a manutenção da ordem no Brasil. Outra notícia que entristecia D. João VI foi a convocação, por D. Pedro, de “uma espécie de Cortes no Rio Janeiro”, em 16 de fevereiro de 1822, com o título de Conselho¹¹, mas esse ato não tinha sido confirmado. Por fim, exclamou: “Queira Deus que a resolução das Cortes, de enviar tropa, que no momento não excedera seiscentos soldados, produza bons resultados” (Cherubini, 1822n). Em outro ofício, de mesma data, Cherubini informava que que as Cortes, na sessão de 22 de maio, estudavam a possibilidade de enviar uma poderosa armada para a Bahia, sendo a resolução por “80 votos a favor e apenas 43 votos contra” e que, na sessão do dia 23, vários deputados constituintes brasileiros fizeram manifestações na tribuna contrários a essa decisão (Cherubini, 1822o).

Em 23 de março de 1822, Cherubini escrevia ao Secretário de Estado para adverti-lo de que os deputados foram informados

¹¹ O Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil foi criado em 16 de fevereiro de 1822. Presidido e convocado pelo príncipe regente, o conselho era composto por representantes das províncias, além dos ministros e secretários de Estado. Suas atribuições incluíam aconselhar o príncipe na administração do Estado, quando solicitado; propor medidas para o bem do Reino Unido; e zelar pela prosperidade das províncias. O objetivo principal era congregar as províncias em torno da autoridade de D. Pedro e contrapor-se às ingerências das Cortes no Brasil. De acordo com Cherubini (1822r), na sessão do dia 28 de julho, foram lidas as cartas do escritório do Conselho Eleitoral do Grão-Pará, nas quais estavam incluídas as atas da eleição dos representantes para o Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil e para o Conselho Provincial.

sobre o avanço dos ideais separatistas no Brasil e que, para deter as manifestações de ruptura, era necessário o retorno imediato de D. Pedro (Cherubini, 1822g). Entre as decisões tomadas pelas Cortes, estabeleceu-se que, após a chegada a Lisboa, não deveriam ser adotadas medidas punitivas, mas sim agir com moderação e prudência. Havia a expectativa de que o imperador Francisco I, da Áustria, enviaria um ministro extraordinário para cumprimentar sua filha e, ao mesmo tempo, exigir satisfações pelo afrontamento cometido contra seu diplomata após a adoção do regime constitucional (Cherubini, 1822g). Em outra correspondência, de mesma data, resumia os principais temas discutidos pelas Cortes. Segundo Cherubini (1822h), as principais preocupações eram o retorno de D. Pedro a Lisboa e a necessidade de adotar medidas para preservar a união entre o Brasil e Portugal. No dia 12 de março de 1822, foram lidas várias correspondências de D. Pedro, nas quais ele manifestava sua intenção de reformar as relações entre o Brasil e Portugal. No dia 15 de março, foram relatadas diversas notícias sobre o Brasil, incluindo uma petição¹² dos habitantes do Rio de Janeiro solicitando que D. Pedro permanecesse no Brasil. Diante disso, as Cortes portuguesas aprovaram vários decretos para “conservar a união do Brasil e pacificar os povos” (Cherubini, 1822h).

¹² Dois manifestos foram redigidos, embora tenha repercutido nas Cortes apenas o elaborado no Rio de Janeiro. O primeiro, trata-se da carta redigida por José Bonifácio de Andrada e Silva, de 24 de dezembro de 1821. O segundo, foi o de frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio, que auxiliado por José Clemente Pereira, redigiu o Manifesto do Povo do Rio de Janeiro. Em 9 de janeiro de 1822, ocorreu uma procissão composta por homens bons e pelo povo dirigiu-se para o Paço a fim de entregar o documento, com 8 mil assinaturas. Em uma sessão solene o *Manifesto* foi lido e entregue ao príncipe.

Em ofício ulterior, Cherubini soube por meio de D. João VI que o movimento separatista estava ganhando se fortalecendo e a permanência de D. Pedro no Brasil poderia influir para fortalecer ou eliminar essa “desgraça”. Ele também afirmou que as tropas portuguesas haviam sido expulsas de Pernambuco, onde ocorreram conflitos entre portugueses e brasileiros. Em decorrência disso, houve mortes e muitas famílias de portugueses fugiram para Lisboa. Temeroso com o futuro do Brasil e o descumprimento dos deveres do padroado régio, D. João VI teria dito: “Que os céus se dignem a impedir a independência [...] pelo resguardo e bem da religião católica, pois seria penoso para os bispos e demais eclesiásticos não receberem sua subsistência do tesouro público”. D. João VI pressupunha que, com a independência, esses subsídios diminuiriam ou deixariam de ser pagos. Para Cherubini (1822i), essas declarações evidenciavam o quanto D. Pedro era religioso e devoto à Santa Sé. Em seguida, comentou que o bispo do Pará, D. Romualdo de Sousa Coelho, havia chegado a Lisboa para assumir o cargo de deputado nas Cortes Constituintes. Por fim, relatou que, segundo os editores do jornal inglês *Du Courier*, na edição de 12 de março, foi considerado um verdadeiro milagre o fato de o almirante George Cockburn ter conseguido retornar do Brasil, dada as agitações políticas. O periódico também reportava que D. Pedro havia manifestado ao povo do Rio de Janeiro sua intenção de permanecer no Brasil e que havia proibido o desembarque de tropas portuguesas no território (Cherubini, 1822i). Para Cherubini (1822i), ficava evidente que havia conflitos de interesses e que a separação absoluta era iminente.

Em outra carta, o internúncio expunha que D. João VI estava “consternado” com a possibilidade de perder “aqueles vastos domínios”. Ele temia também que as incertezas e as instabilidades políticas pudessem provocar “uma revolta dos escravizados contra os brancos”. Confidenciou também que não compreendia as motivações que levaram seu filho a permanecer no Brasil. Ele presumia que as Cortes, em suas sessões secretas, estavam planejando punir severamente D. Pedro, expulsar toda a família real de Portugal e instaurar um regime republicano (Cherubini, 1822j).

Em ofício ulterior, Cherubini afirmava que trazia “notícias recentes”, embora as considerasse contraditórias e imprecisas, de modo que não se “sabia em que acreditar”, pois dependia do posicionamento político de quem falava e se as resoluções políticas seriam implantadas e por quanto tempo. A princípio, as notícias indicavam uma ruptura em relação às Cortes e uma crescente união de forças em apoio ao príncipe, que buscava proteger os interesses do Brasil. Ou seja, não se configurava como uma independência absoluta. De acordo com Cherubini, apesar da recusa de D. Pedro em retornar a Portugal, como exigiam as Cortes, suas correspondências a D. João VI asseveravam a sua fidelidade e obediência ao genitor. Desse modo, tratava-se de uma ruptura em relação às Cortes, e não ao rei e à nacionalidade portuguesa. Isto é, estava preservada a união luso-brasileira e o estatuto de Reino Unido. Outra notícia referia-se a um deputado brasileiro que teria discursado nas Cortes em favor “da sua província, mas foi impedido de fazê-lo pelo povo, que estava na sala de audiências, e por alguns deputados. Ele foi insultado e forçado a se retirar da tribuna” (Cherubini, 1822l). Diante da crescente polarização po-

lítica, Cherubini exclamou: “Que Deus não permita que esse fato [a independência] ocorra no Brasil!”, pois “ninguém desejava perder aqueles domínios”, que eram vistos como “uma simples colônia” (Cherubini, 1822k). Segundo Cherubini, eram frequentes os atritos entre os deputados brasileiros e os portugueses. Vários deputados brasileiros enviaram petições denunciando que eram ameaçados e insultados nas ruas e na tribuna pelo povo, além de serem impedidos de comparecer às sessões. No entanto, seus pedidos de proteção e garantias de liberdade não foram atendidos (Cherubini, 1822l).

As questões relativas ao Brasil ainda pareciam confusas, dadas as poucas notícias que chegavam. Cherubini lamentava que as notícias sobre o Brasil eram obscuras e divergentes (Cherubini, 1822m). Mais tarde, ele soube por meio de D. João VI que o Brasil vivia um verdadeiro caos, com algumas capitânias obedecendo a D. Pedro, enquanto outras não (Cherubini, 1822r). D. João VI expressou a Cherubini suas preocupações sobre as atitudes de seu filho e sobre as consequências resultantes:

Queira o céu que os negócios sejam bem conduzidos e que os efeitos sejam salutares. Principio, porém, a persuadir-me de que o meu filho não obra apenas para si. Desejaria, no entanto, que tivesse mais gravidade e mais prudência e que prevenisse o futuro. Para se conciliar ainda mais a afeição dos habitantes do Rio de Janeiro, o mesmo príncipe impôs à filha, que teve ultimamente, o nome de Januária, o qual jamais se viu em nossa família desde a fundação deste reino (Cherubini, 1822p).

As notícias sobre o Brasil eram contraditórias.¹³ Acreditava-se que as capitanias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo tinham aderido a D. Pedro, em razão de expulsão das tropas portuguesas por batalhões formados por “brancos, negros e mulatos”. Continuavam sob controle das Cortes portuguesas apenas as províncias do Maranhão, Grão-Pará e Bahia (Cherubini, 1822p). As tropas portuguesas defendiam a fidelidade às decisões das Cortes. No Rio de Janeiro, a Divisão Auxiliadora tentou forçar D. Pedro a retornar a Portugal, o que levou à sua expulsão do Brasil.¹⁴ O internúncio notificou Consalvi sobre a viagem de D. Pedro a Minas Gerais para conter os distúrbios dos militares e angariar adesão à regência. O crescente apoio que o príncipe conquistava indicava que ele estava comprometido em “promover o bem daqueles povos” (Cherubini, 1822q).

Em 24 de julho de 1822, Consalvi foi informado que no dia 13 de maio D. Pedro foi aclamado *Defensor Perpétuo do Brasil* e que a província do Maranhão aderiu ao seu governo, elegendo representantes para o Conselho de Procuradores das Províncias.

¹³ A convocação do Conselho de Procuradores das Províncias, o não cumprimento das ordens das Cortes, a permanência do príncipe regente no Brasil e o avanço dos ideais de separação absoluta de Portugal foram combatidos por militares portugueses e pelas autoridades das províncias do Maranhão, Paraíba e Bahia. O Conselho de Procuradores foi visto como um órgão legislativo independente, o que poderia levar a conflitos de soberania com as Cortes portuguesas. Em decorrência disso, tropas portuguesas da Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro e Minas Gerais passaram a defender a fidelidade às Cortes e a combater a autonomia do Brasil em relação a Portugal.

¹⁴ Essa decisão foi tomada em 17 de fevereiro, após o motim ocorrido nos dias 11 e 12 de janeiro no Rio de Janeiro, que visava forçar D. Pedro a retornar a Portugal. Em resposta, D. Pedro expulsou a Divisão Auxiliadora para Portugal e, posteriormente, proibiu o desembarque das tropas que vinham de Portugal para substituí-la.

Estas informações, apesar de serem vistas como inconsistentes, davam a entender que D. Pedro estava empenhado em separar-se de Portugal. Havia a percepção de que as províncias estavam mudando de posição e aderindo ao governo de D. Pedro. Apenas o Grão-Pará, Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia continuavam fiéis às Cortes. Cherubini informava à Secretaria de Estado que a província de Pernambuco apoiava D. Pedro, enquanto as autoridades da Paraíba protestavam contra suas ordens para eleger um procurador ao Conselho do Rio de Janeiro. Diante disso, solicitavam instruções às Cortes (Cherubini, 1822s). Em ofício posterior, comunicava a chegada das tropas portuguesas à Bahia. Entre os informes de Cherubini estava a notícia de que as Cortes, para combater o movimento separatista, planejavam incrementar a marinha portuguesa com o objetivo de reconquistar o Brasil por meios militares (Cherubini, 1822t).

Em 7 de setembro de 1822, Cherubini escrevia que as notícias mais recentes sobre o Brasil não eram “consoladoras”, uma vez que se confirmavam as evidências da separação. Segundo Cherubini, falava-se em Lisboa que D. Pedro enviaria ministros para tratar com as Cortes estrangeiras o reconhecimento da independência e do Império e que, para Roma, foi designado um “padre franciscano [...] a exemplo do padre José Maria de Évora, que foi enviado como ministro à Santa Sé pelo rei João V.” Ele também informava que cerca de 1.500 homens haviam partido de Lisboa rumo à Bahia, onde se uniriam aos soldados portugueses de Pernambuco e Montevidéu para atacar a cidade do Rio de Janeiro e impedir a propagação de ideias separatistas. Na capitania de São Paulo, as autoridades se recusavam a obede-

cer a D. Pedro por causa do retorno do governador, o marquês Cyenhausen.¹⁵ Para Cherubini (1822x), essa notícia seria “inverídica”. Foi anexado ao ofício o *Manifesto aos Povos deste Reino*, de 1º de agosto, onde o príncipe regente, em linguagem dúbia, falava na ruptura política com Portugal e na possibilidade de manter o Reino Unido (Cherubini, 1822x).

Ao resumir as discussões nas Cortes informou que no dia 26 de agosto foram lidas duas correspondências de D. Pedro a D. João VI, mas que eram “dadas como falsas”. Elas anunciavam a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, em 3 de junho, e declaravam inimigas as tropas portuguesas que pretendessem desembarcar no Brasil. Para Cherubini, era um indício de uma ruptura definitiva e absoluta. Em outras sessões comunicavam-se que as províncias de Goiás, Maranhão e Mato Grosso continuavam fiéis às Cortes, por não terem eleito representantes ao Conselho de Procuradores das Províncias. Enquanto isso, os deputados discutiam se as províncias com representantes para tal Conselho poderiam ter representações nas Cortes, uma vez que seriam “rebeldes e separatistas” (Cherubini, 1822u).

De acordo com Cherubini, o aniversário de D. Pedro era comemorado no dia 12 de outubro com grande solenidade, isto é, com “grande gala na Corte, iluminação à noite e outros sinais de alegria”. Porém, no ano de 1822, devido ao descontentamento com o príncipe, tais festejos foram cancelados por decreto das Cortes e não ocorreu nenhuma manifestação de regozijo. O corpo diplomático foi informado do decreto por meio de um ofício

¹⁵ Se referia a João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, governador de São Paulo.

do ministro dos Negócios Estrangeiros. Nessas circunstâncias, D. João VI retirou-se para a vila do Alfeite (Cherubini, 1822u).

Após uma visita a D. João VI, em 14 de dezembro, Cherubini soube do rompimento definitivo do Brasil com Portugal. Essas informações confidenciais foram prontamente transmitidas ao secretário de Estado, Ercole Consalvi, sendo classificadas como “notícias interessantíssimas”. No dia 13 de dezembro, D. João VI recebeu duas correspondências de D. Pedro, datadas de 19 e 21 de setembro, onde comunicava que havia proclamado a Independência do Brasil e que a decisão de romper definitivamente com Portugal foi tomada nas proximidades da cidade de São Paulo no dia 17 de setembro. Além disso, D. João VI afirmava que, após retornar ao Rio de Janeiro, as autoridades provinciais foram notificadas sobre a Independência, motivo pelo qual haviam iniciado os preparativos para aclamá-lo Imperador do Brasil. Segundo Cherubini, D. João VI estava aflito com a perda da principal colônia e presumia que o apoio dos ingleses à separação seria uma estratégia para se apossar daqueles domínios. Cherubini assegurou a Consalvi que se empenharia com a maior celeridade possível para obter novas informações sobre o assunto (Cherubini, 1822v).

Dias depois, Cherubini relatou que, através das correspondências vindas da França, soube que D. Pedro tinha sido “coroadado Imperador” do Brasil numa “cerimônia pomposa”.¹⁶ No entanto, o internúncio enfatizou que as capitânicas da Bahia, Pará e Maranhão não se submetiam a D. Pedro. Segundo D. João VI,

¹⁶ D. Pedro I, no dia 12 de outubro, data do seu aniversário, foi aclamado, durante uma grande festa popular, Imperador do Brasil. A cerimônia de sa-gração e coroação ocorreu no dia 1 de dezembro de 1822.

as Cortes estavam decididas a nomear governadores para administrá-las e tentar reconquistar o Brasil para os domínios portugueses. Cherubini assegurava que a política externa do governo britânico se orientava pela neutralidade em relação ao Brasil e aos países hispânicos (Cherubini, 1822x). Em outras correspondências, ele relatava que, na sessão de 21 de dezembro de 1822, os deputados foram notificados sobre a Independência do Brasil e, na sessão de 7 de janeiro, informados de que D. Pedro havia sido aclamado Imperador em 12 de outubro (Cherubini, 1823b; Cherubini, 1823c).

Em 8 de janeiro de 1823, Cherubini escrevia a Consalvi que sobre o “Brasil nada mais se sabe aqui, além do que tive a honra de manifestar acerca da proclamada Independência daquele país” (Cherubini, 1823a). Confusas também era as notícias sobre a coroação de D. Pedro e a situação das províncias, como a da Bahia, onde havia grande mobilização dos portugueses para conseguirem recursos financeiros e soldados para mantê-la sob domínio de Portugal:

As notícias provenientes do Brasil são de tal forma contraditórias que não se sabe positivamente o que se deve crer. Algumas cartas anunciam a coração de sua alteza real, o senhor príncipe D. Pedro, como Imperador, no dia 1º do passado dezembro, por meio do monsenhor bispo do Rio de Janeiro, e o feliz prosseguimento daquele novo Império. Outros escrevem para pedir ajuda de soldados e dinheiro, a fim de se manter a capitania da Bahia dentro da união com Portugal. Apenas Deus sabe o que terá sucedido, a estas horas, naquele país (Cherubini, 1823e).

Em um ofício posterior, Cherubini relatou as reações à notícia na Universidade de Coimbra, onde estudantes portugueses e brasileiros entraram em confronto após a comemoração da Independência do Brasil. Como consequência, dez brasileiros ficaram feridos e outros, temendo represálias, buscaram refúgio em Lisboa. Quanto ao Brasil, as notícias não eram coerentes, mas declaravam que, para manter a Bahia sob domínio de Portugal e a adesão da província do Pará, era necessário enviar militares e recursos financeiros (Cherubini, 1823d). Em 8 de fevereiro, escreveu a Consalvi que os deputados portugueses desistiram de enviar um representante para governar a Bahia (Cherubini, 1823f).

A notícia de que se tratava de uma independência total de Portugal foi bem recebida por Consalvi, que orientou o internúncio a acompanhar os desdobramentos e repassá-los à Secretaria de Estado. Contribuíram para isso o discreto apoio de Cherubini à causa do Brasil e as imagens positivas acerca do Imperador: “Falei com várias pessoas que voltaram ultimamente do Brasil. Cada uma delas fala segundo os próprios sentimentos. Todas, porém, concordam em que sua alteza real, o senhor príncipe D. Pedro é geralmente amado e estimado” (Cherubini, 1823g). Outro gesto de D. Pedro, visto como afetuoso, foi o envio de cinquenta mil escudos à sua mãe, Carlota Joaquina, que se encontrava reclusa na Quinta do Ramalhão. De acordo com o internúncio, D. Pedro I era “amado dos súditos”. Nessa correspondência informava que a imperatriz Maria Leopoldina tinha dado à luz uma filha, cujo nome era desconhecido, pois não fora batizada (Cherubini, 1823h).

Cherubini foi expectador do movimento absolutista *Vilafrancada*, de 27 de maio de 1823, que restabeleceu o poder a D.

João VI e cessou o regime liberal instaurado em 1820. As Cortes foram dissolvidas e o absolutismo foi restabelecido. Essas mudanças políticas reacenderam em D. João VI a esperança de se reconciliar com o filho. Ele confidenciou a Cherubini que acreditava que D. Pedro, após saber da dissolução das Cortes, reconsideraria as suas decisões e unir o Brasil novamente a Portugal, anseio que era partilhado pela maioria dos portugueses (Cherubini, 1823i).

Nesse contexto de tensões, houve a substituição do representante pontifício em Portugal e o falecimento do papa Pio VII. Franzoni chegou em Lisboa no dia 30 de julho de 1823, mas, devido às medidas sanitárias, pode desembarcar apenas em 3 de agosto. Foi recebido por D. João VI apenas em 29 de agosto, ocasião em que apresentou as suas credenciais (Franzoni, 1823a). Como decorrência, Cherubini partiu de Lisboa em 30 de agosto. Em Roma, com o falecimento de Pio VII, em 20 de agosto, foi eleito, como sucessor, em 28 de setembro, Annibale Francesco Clemente Melchiore Girolamo Nicola della Genga, que adotou o nome Leão XII. Para a Secretaria de Estado foi nomeado Giulio Maria Cavazzi della Somaglia.

Com a posse de Franzoni, as informações sobre o Brasil tornaram-se mais escassas, pois, ao contrário de seu antecessor, ele não era próximo de D. João VI. As notícias iniciais abordavam a situação delicada das finanças e as instabilidades políticas de Portugal, que impediam o país de cumprir com as suas obrigações financeiras com a Real Fábrica de São Pedro. Essa crise foi agravada pela Independência do Brasil, que, segundo a percepção do núncio, era irrevogável (Franzoni, 1824a).¹⁷

¹⁷ Ao conversar com o Pedro de Sousa Holstein, ministro dos Negócios

3. As notícias sobre as negociações para o reconhecimento internacional

A política externa da Santa Sé em relação ao Brasil seguiu um rumo distinto daquele adotado para os demais países latino-americanos. Isso ocorreu devido à aceitação dos argumentos apresentados pelo governo do Rio de Janeiro nos manifestos oficiais: o *Manifesto aos Povos deste Reino*, de 1º de agosto de 1822, e o *Manifesto aos Governos e Nações Amigas*, de 6 de agosto do mesmo ano, voltado especialmente para os governos europeus. Esses documentos tinham uma função política e diplomática fundamental, justificando os motivos da separação e buscando tanto apoio interno quanto, sobretudo, o reconhecimento internacional da Independência do Brasil. O manifesto dirigido às nações estrangeiras foi publicado na imprensa europeia com o intuito de moldar uma opinião pública favorável às pretensões brasileiras.

Os dois manifestos apresentavam D. Pedro como o principal defensor da resistência contra a recolonização do Brasil imposta pelas Cortes Constituintes. Nesse sentido, argumentavam que tais medidas desrespeitavam a autonomia política do Brasil enquanto Reino Unido a Portugal e Algarves, bem como sua Regência, anteriormente estabelecida por D. João VI. Como consequência, D. Pedro era retratado como o salvador tanto do Brasil quanto de Portugal, pois buscava livrar D. João VI da situação “afrontosa” à qual as Cortes portuguesas o haviam submetido, ameaçando a própria continuidade da dinastia de Bragança.

Estrangeiros, sobre o pagamento da Real Fábrica de São Pedro soube das dificuldades financeiras de Portugal para cumprir com suas obrigações orçamentárias. Agrava a interrupção das relações comerciais com o Brasil e o aumento das despesas militares. Para Franzoni, não havia mais possibilidades de solução e cabia a Portugal reconhecer a Independência (Franzoni, 1824a).

Além disso, os manifestos difundiam a imagem de D. Pedro como o arquiteto de uma monarquia independente e constitucional, bem como um contraponto às doutrinas republicanas, demagógicas e democráticas. Outros argumentos, de cunho político e diplomático, amplamente divulgados na Europa, ressaltavam que, antes de retornar a Portugal em 1821, D. João VI tentou conter a “revolução monstruosa” ao reforçar a autoridade de D. Pedro, concedendo-lhe amplos poderes, incluindo o de declarar guerra e paz, com o objetivo de preservar a legitimidade dinástica. D. João VI teria ainda aconselhado seu filho com as palavras: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que hás de me respeitar, do que para algum aventureiro”. Dessa forma, as ações de D. Pedro eram apresentadas como antirrevolucionárias e legitimistas, pois ele não se revoltava contra o pai e rei de Portugal, mas sim contra as políticas impostas pelas Cortes de Lisboa, garantindo assim a preservação do princípio da legitimidade.

O governo português, por sua vez, procurava impedir o reconhecimento internacional da Independência do Brasil e justificar a recolonização do país, sustentando que o movimento tinha caráter revolucionário. Diante disso, os diplomatas brasileiros, ao conduzirem as negociações, elaboraram novas memórias políticas sobre a Independência, refinando seus discursos para rebater esses argumentos. O objetivo dessas reformulações era enfrentar as pretensões da Corte de Lisboa, sensibilizar D. João VI a desistir de recuperar sua soberania sobre o Brasil e persuadi-lo a reconhecer a Independência e o Império brasileiro.

A diplomacia britânica também se opôs à associação da Independência do Brasil às revoluções liberais. Em 14 de março

de 1825, George Canning, secretário de Assuntos Estrangeiros, orientou Charles Stuart a defender que as ações de D. Pedro foram antirrevolucionárias e legitimistas, uma vez que ele agia com a autorização do pai para conter projetos republicanos e democráticos, evitar a fragmentação das províncias, preservar a monarquia e garantir a honra e a continuidade da Casa de Bragança (Canning, 1825).

Diante dos argumentos e contra-argumentos sobre a Independência do Brasil, Leão XII e Somaglia concluíram que as ações de D. Pedro foram, de fato, antirrevolucionárias e legitimistas. As disputas entre Portugal e Brasil eram menos uma revolução, no sentido de uma revolta política, e mais um conflito familiar. Além disso, a questão da legitimidade dinástica era determinante, pois D. Pedro era o legítimo sucessor de D. João VI. Havia também a suspeita de que a separação entre Brasil e Portugal tivesse sido previamente acordada entre pai e filho, com D. João VI atuando como mentor do movimento de emancipação. Essa hipótese se baseava no fato de que o monarca havia concedido amplos poderes a D. Pedro e o aconselhado a ocupar o trono antes que um aventureiro o fizesse.

Somaglia, por sua vez, suspeitava que a Independência do Brasil tivesse contado com o apoio da Corte austríaca. A simpatia do imperador Francisco I à causa brasileira tornava-se evidente tanto na mediação que a Áustria promoveu entre Brasil e Portugal, competindo com a Inglaterra, quanto na ausência de restrições às atividades de Vidigal e de Costa em Roma. Para D. Pedro I, o respaldo do sogro era altamente estratégico, pois poderia facilitar o reconhecimento do Brasil por outras monarquias

européias (Somaglia, 1825h). A Áustria, uma das principais potências católicas da época, exercia forte influência sobre a política externa da Santa Sé, que frequentemente adotava suas posições como referência.

Nesse contexto, obter informações sobre as negociações para o reconhecimento internacional da Independência e do Império do Brasil, tanto por Portugal quanto pelos demais países, tornou-se estratégico para sustentar a política externa e diplomática da Santa Sé.

Franzoni, em uma audiência particular com D. João VI, soube de uma informação, não oficial, sobre a comissão, comandada pelo Conde de Rio Maior, enviada ao Rio de Janeiro para tratar da reconciliação entre Portugal e Brasil.¹⁸ Ele levava uma carta de D. João VI para seu filho, na qual propunha um entendimento entre ambos e incluía instruções para negociar a reunificação das monarquias. D. Pedro I, por defender a separação absoluta, não admitiu que Rio-Maior apresentasse as credenciais e nem entabulasse negociações. Ademais, não tomou conhecimento da carta e a comissão foi obrigada a retornar a Lisboa. De acordo com Franzoni, D. Pedro I exigiu que “antes de tudo reconhecesse a Independência do Brasil”. A fragata em que viajavam foi “apreendida”, e eles foram “enviados de volta a Portugal em outro navio”

¹⁸ Refere-se à comissão enviada pelo governo português, composta por João Saldanha Oliveira Juzarte Figueira e Souza, Conde de Rio-Maior, e pelo desembargador Francisco José Vieira. Eles chegaram ao Rio de Janeiro em 16 de setembro de 1823, mas, como não traziam instruções e plenos poderes para negociar o reconhecimento da Independência e a integridade do Império, foram obrigados a deixar o país, partindo no dia 2 de outubro. Diante das dificuldades para resolver a questão o governo português aceitou a mediação inglesa, em conjunto com a Áustria.

(Franzoni, 1823b; Franzoni, 1823c). Franzoni observou que os jornais londrinos não noticiaram esse acontecimento que considerou “tão interessante”, colocando dúvidas sobre a veracidade daquelas informações. Por fim, concluiu: “Deus não permita que tais notícias se concretizem” (Franzoni, 1823b). Somaglia, por sua vez, ficou satisfeito com a notícia e recomendou que Franzoni o mantivesse informado de todos os acontecimentos relativos ao Brasil (Somaglia, 1824b).

Franzoni, após analisar documentos oficiais do governo português aos quais teve acesso, concluiu que havia dificuldades para o Brasil se reconciliar com Portugal, devido ao “estado de exaltação” dos brasileiros contra os portugueses (Franzoni, 1824b). Para exemplificar, mencionou a chegada a Lisboa de monges carmelitas descalços, que foram obrigados a deixar o Brasil por serem estrangeiros, o que levou ao fechamento de seu convento. O mesmo aconteceu com o bispo do Maranhão, expulso por se recusar a prestar o “juramento de Independência”.¹⁹ No Pará, houve relatos de conflitos de rua e saques a várias casas de europeus, motivados pela “revolta das populações” contra os portugueses, resultando em inúmeras mortes. Segundo Franzoni, devido à sua

¹⁹ O bispo Joaquim de Nossa Senhora de Nazaré manteve sua fidelidade às Cortes portuguesas. Ele tornou-se presidente da Junta da Província, juntamente com outros portugueses partidários das Cortes, e promoveu “inumeráveis prisões, perseguições e extermínio dos que abraçaram a Independência”. Entre as vítimas, estavam os membros do cabido diocesano, que resistiram às suas ordens, sendo presos e excomungados. Diante disso, o presidente da província, Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce, comunicou D. Pedro que não permitiria a permanência de um prelado que se recusava jurar a Independência. D. Joaquim renunciou ao bispado e retornou a Lisboa. D. João VI o nomeou bispo de Coimbra (Rodrigues, 1975, p. 138).

condição de estrangeiros, os portugueses enfrentavam perseguições (Franzoni, 1824b).

Em novembro de 1824, informou sobre a ocorrência de uma revolta separatista e republicana ocorrida em Pernambuco. Franzoni relatou que um navio inglês proveniente de Pernambuco trouxe a notícia da derrota dos revoltosos, pelas tropas comandadas por Francisco de Lima e Silva, e que a cidade estava novamente sujeita a D. Pedro I. O presidente Manoel de Carvalho Paes de Andrade, um dos líderes, “famoso republicano e responsável por tantos males e distúrbios”, teria fugido e se escondido num navio de guerra inglês (Franzoni, 1824c).

Em 3 dezembro de 1824, as notícias recém-chegadas de Londres anunciavam a presença de ministros plenipotenciários enviados pelo governo brasileiro para tratar do reconhecimento da Independência e do Império do Brasil por Portugal.²⁰ Esse fato “dava esperanças de um acordo que beneficiaria a ambos”. As bases das negociações seriam que “que o rei de Portugal também assumirá o título de Imperador, e seu filho, o Príncipe Pedro, de Imperador Regente”. De acordo com Franzoni, a mediação inglesa facilitaria o processo de conciliação, que era “inevitável” e “não tardaria de acontecer”. Por fim, Franzoni esclareceu que não anexava nenhum jornal “porque não eles contêm nada de interessante sobre Portugal e nem sobre o Brasil, muito menos sobre

²⁰ Em 1824, o governo brasileiro tinha enviado diplomatas a vários países da Europa. Em Londres, Canning e o ministro austríaco Philipp von Neumann incentivaram que os representantes brasileiros entrassem em negociação direta com Portugal. Nesse contexto, o governo britânico não desejava negociar diretamente com o Brasil, nem servir de mediadora. Porém, juntamente com a Áustria, o governo inglês se propôs a assessorar de forma oficiosa.

os preparativos que este último está fazendo para repelir uma agressão externa, caso ela venha a ocorrer” (Franzoni, 1824d). Em resposta, Somaglia afirmou desejar o pronto restabelecimento da “paz e da opulência” nos dois Reinos (Somaglia, 1825b).

Nesse contexto, Leão XII foi informado sobre o envio de uma delegação do governo do Rio de Janeiro a Roma para tratar do reconhecimento internacional pela Santa Sé. O bispo do Rio de Janeiro, José Caetano da Silva Coutinho, em 6 de setembro de 1824, dirigiu-se ao Papa Leão XII para comunicar a iminente viagem da delegação brasileira a Roma, chefiada por Francisco Corrêa Vidigal (Coutinho, 1824).

Posteriormente, em 8 de dezembro de 1824, Franzoni foi informado por Pedro de Sousa e Holstein, ministro dos Negócios Estrangeiros, de que Vidigal, ministro plenipotenciário do Brasil junto à Corte Pontifícia, havia chegado a Londres. Diante da urgência de comunicar Somaglia, Franzoni enviou a correspondência pelos correios da França, por serem mais rápidos. As notícias também foram transmitidas ao núncio Vincenzo Macchi.

Holstein preveniu Franzoni de que iria enviar uma advertência a Somaglia para que eles não fossem admitidos para tratarem de assuntos políticos e eclesiásticos (Franzoni, 1824e). Franzoni esclareceu que Vidigal estava acompanhado pelo seu secretário, Vicente Antônio da Costa:

[...] chegaram em Londres dois comissários do Brasil, sendo um deles o monsenhor Vidigal, prelado da Igreja Patriarcal de Lisboa, na qualidade de ministro ou agente junto à Santa Sé. O outro é um certo Costa, que foi adido à legação portuguesa no tempo do atual

governo constitucional, na qualidade de Secretário. Ambos foram enviados para tratar dos negócios eclesiásticos daquele Império (Franzoni, 1824e).²¹

O ofício de 11 de dezembro de 1824 trazia informações mais exatas: na metade do mês de novembro, Vidigal partira de Londres com destino a Paris, onde permaneceria alguns dias. Franzoni complementou com os seguintes detalhes:

Ele é brasileiro de nascimento, mulato e nunca pertenceu a Igreja Patriarcal de Lisboa, como escrevi anteriormente, mas à Capela Real do Rio de Janeiro, erigida no tempo em que Sua Majestade [D. João VI] esteve no Brasil.

Vai a Roma para tratar de negócios não somente eclesiásticos, mas também políticos, para o que está munido de diversas credenciais. Uma para trabalhos eclesiásticos, outra como ministro plenipotenciário e outra que o credencia como representante do Brasil num eventual congresso de países europeus.

É ardente defensor da Independência e, segundo me dizem, pouco simpatizado pelos ministros do Brasil, mais moderados do que ele (Franzoni, 1824f).

²¹ Essas informações estavam incorretas. Vidigal havia atuado no Tribunal da Legacia no Rio de Janeiro com os nuncios Lorenzo Calleppi e Giovanni Compagnoni Marefoschi. Posteriormente, foi nomeado para os cargos de vigário geral da diocese do Rio de Janeiro e reitor do Seminário São José, posições que ocupou até sua nomeação para a missão diplomática. Vidigal também era membro do Conselho do Imperador, mosenhor da capela imperial e cavaleiro professo na Ordem de Cristo. Na época da nomeação, Costa trabalhava na Repartição dos Negócios Estrangeiros do Rio de Janeiro.

As trocas de informações impediram que Macchi, Somaglia e Leão XII fossem surpreendidos. A estratégia adotada foi a mesma empregada por Pio VII e Consalvi em relação a José Ignacio Cienfuegos, enviado pelo governo do Chile.²² Essas instruções tornaram-se normas a serem seguidas por todos os representantes dos governos hispano-americanos.²³

Em 7 de dezembro, Vidigal já se encontrava em Paris e prontamente procurou Macchi para solicitar os vistos necessários para os Estados Pontifícios, sendo acompanhado por Domingos Borges de Barros, diplomata do Brasil junto à Corte de Carlos X. O núncio, seguindo as instruções de Somaglia, advertiu Vidigal de que, em Roma, ele não deveria demonstrar que os objetivos da viagem eram políticos e eclesiásticos, além de enfatizar que Leão XII não poderia confirmar os bispos brasileiros ou atender outras solicitações antes que Portugal reconhecesse a Independência do

²² José Ignacio Cienfuegos chegou em Gênova em 19 de junho de 1822 e Ignacio Sánchez de Tejada chegou em Paris no dia 7 de setembro de 1824.

²³ Em 1824, Macchi foi orientado por Somaglia a falar francamente com o representante da Colômbia, Ignacio Sánchez de Tejada, empregando os seguintes termos: “[...] uma vez que o governo da República da Colômbia não era reconhecido pelos soberanos europeus, Leão XII não poderia admiti-lo nos Estados Pontifícios como diplomata”. No entanto, “com igual sinceridade” deveria afirmar que o papa não iria se recusar a “ouvir uma pessoa que vinha de terras distantes para expor a ele as necessidades espirituais daqueles fiéis”. Para evitar incidentes diplomáticos, no passaporte não deveria constar a qualificação “Encarregado de Negócios da República da Colômbia” (Somaglia, 1824a). Macchi considerou as instruções “dignas da consumada prudência e elevada sabedoria do pontífice” e se prontificou a executá-las com rigor (Macchi, 1824a). Ao ser informado sobre a viagem dos representantes brasileiros a Paris, Macchi assegurou que não teria problemas em disponibilizar os passaportes para Vidigal, desde que a viagem não tivesse “qualquer caráter público [...] a fim de evitar quaisquer mal-entendidos ou desagradados com a Real Corte de Lisboa” (Macchi, 1824b).

Brasil. Diante dessa posição, Borges de Barros tentou influenciar Macchi por meio de repreensões, ameaças e uma linguagem franca e enérgica. Ele argumentou que “as pessoas escolhidas por Sua Majestade o Imperador se fazem assás recommendaveis por si mesmas sem que precisem despregar carater público” e, em seguida, procurou sensibilizar Macchi ao destacar as necessidades urgentes da Igreja Católica no Brasil, diante das quais Leão XII não poderia se omitir. No entanto, ao perceber que “o meu [ponto de vista] não era do seu paladar [de Macchi]”, adotou uma linguagem conciliadora e orientou Vidigal a aceitar as condições impostas, amenizando “o mal efeito que a primeira visita tinha produzido” (Barros, 1824).

Macchi descreveu a reunião nos seguintes termos:

Ao apresentar-se a mim pouco depois de sua chegada, assegurou-me que o único objetivo de sua viagem era expor ao Santo Padre o estado atual da religião naquela parte da América e suplicar-lhe que, após uma completa compreensão dos assuntos, adotasse as providências que considerasse apropriadas e oportunas para o benefício espiritual do povo brasileiro. Após uma declaração tão semelhante, não tive dificuldades em fornecer-lhe o passaporte. Ele não demorou a partir em direção àquela capital, fazendo o percurso em etapas (Macchi, 1824c).

As impressões do nuncio sobre Vidigal foram positivas, especialmente em relação à sua trajetória eclesiástica, qualificando-o como digno e confiável. No entanto, Macchi alertou Somaglia de que Vidigal era um fervoroso defensor dos princípios liberais:

[...] posso assegurar Vossa Eminência de que o referido monsenhor é um digníssimo eclesiástico, natural da própria capital do Brasil, reitor do seminário dali e muito prezado, sob todos os pontos de vista, pela opinião pública. Soube, além disso, que goza ainda da estima de Sua Majestade Fidelíssima [D. João VI], por quem, enquanto [...] esteve no Rio de Janeiro, foi nomeado monsenhor da capela real. O defunto eminentíssimo [núncio] Caleppi, ao tempo da sua permanência naquela cidade, dele se serviu, com plena confiança, para os assuntos da Nunciatura (Macchi, 1825a).

Borges de Barros conseguiu garantir que Vidigal e Costa recebessem ofícios de recomendação dos embaixadores da Áustria e da França. No entanto, esses mesmos diplomatas advertiram que não intercederiam em questões políticas entre o Brasil e a Santa Sé e recomendaram que Vidigal e Costa evitassem demonstrar qualquer caráter político em Roma, a fim de garantir que suas estadias fossem toleradas (Barros, 1824).

Diante desse contexto e para evitar ser interceptado, Vidigal decidiu viajar para Roma, onde chegou em 5 de janeiro de 1825. Dois dias depois, em 7 de janeiro, enviou um ofício a Somaglia para solicitar o agendamento de uma reunião. Leão XII e Somaglia optaram por recebê-lo com o máximo de sigilo, tomando todas as precauções para que o embaixador de Portugal junto à Santa Sé, Domingos Antônio de Souza Coutinho, Conde de Funchal, não tomasse conhecimento da reunião.

Somaglia, ao considerar as implicações políticas e religiosas, adotou a estratégia de ouvir sobre os objetivos da missão diplo-

mática do Brasil sem, no entanto, entrar em negociação direta. Além disso, foi imposto a Vidigal o impedimento de se aproximar do pontífice. Outra medida preventiva adotada foi evitar a emissão de documentos escritos que pudessem ser interpretados, ainda que indiretamente, como um reconhecimento internacional da Independência do Brasil por parte da Santa Sé. Para isso, todas as comunicações foram transmitidas verbalmente por um membro da equipe da Secretaria de Estado.²⁴ O propósito dessas precauções era prevenir incidentes políticos e diplomáticos que pudessem comprometer a posição da Santa Sé perante o governo português e as potências católicas da Europa.

Somaglia, ao responder aos ofícios de Franzoni, informou que os representantes brasileiros já estavam em Roma e que não estavam usando nenhuma patente oficial, isto é, farda e laços no chapéu com as cores nacionais. Ou seja, Vidigal e Costa agiam discretamente e demonstravam estarem encarregados de uma missão pública. Portanto, “não tinha, até aquele momento, nenhuma reclamação deles (Somaglia, 1825a; Somaglia, 1825c). Por fim, Somaglia pediu que Franzoni comunicasse a Holstein que as credenciais de Vidigal não foram aceitas e que não permitiu que eles tratassem de assuntos religiosos e políticos. Ao defender o princípio de legitimidade, considerou que: “Aqui nada será feito que possa dar motivo a justas reclamações da sua Majestade Fidelíssima, cuja religião e apego à Santa Sé merecem todo o respeito” (Somaglia, 1825b). Numa audiência com D. João VI, Franzoni soube que o embaixador de Portugal junto a Santa Sé, Domingos Antônio de Souza Coutinho, Conde de Funchal, tinha

²⁴ O mensageiro era o abade Girolamo Galanti, secretário da Tesouraria Geral e confidente de Somaglia (Circa [...], 1825).

informado que o Papa Leão XII tomara a “sábria providência” de não reconhecer Vidigal “como representante de um governo que diz ser independente, separando-se do seu legítimo soberano”. D. João VI ficou satisfeito e instruiu o nuncio a, em seu nome, agradecer a decisão papal (Franzoni, 1825b).

Algumas notícias incompletas chegaram ao conhecimento de Franzoni e foram rapidamente transmitidas a Somaglia. Entre essas informações, soube-se que, no mês de janeiro, um comandante de um navio inglês teria trazido notícias de uma revolta escrava na Bahia, envolvendo “dois ou três engenhos”, que forçou os brancos da região a se refugiarem na cidade, e de um “tumulto ou insurreição de um regimento de soldados” em Salvador, que resultou no assassinato do governador. No Ceará, havia a informação de que o sistema republicano tinha sido proclamado e que os revoltosos haviam rechaçado as tropas enviadas por D. Pedro I. Os desfechos desses eventos eram “desconhecidos”. Segundo Franzoni, havia rumores de que dois ministros haviam renunciado: um seria “um certo Villella, ministro dos Negócios Estrangeiros”, e o outro, Giovanni Cipriano, ou Severiano, por ser moderadamente progressista em relação à conciliação com Portugal (Franzoni, 1825a; 1825b). Em março, os jornais noticiavam que a situação no Brasil era “quieta e tranquila” (Franzoni, 1825e).

Entre os temas de interesse estratégico da Secretaria de Estado estavam as negociações para o reconhecimento internacional da Independência. Em Londres, em 12 de julho de 1824 iniciaram as negociações para o reconhecimento da Independência e do Império por Portugal. Participavam George Canning, que as chefiava, e os representantes de Portugal, do Brasil e da Áustria.²⁵

²⁵ A ação diplomática do governo português buscava minimizar o papel mo-

Diante da impossibilidade de chegarem um acordo, as negociações diretas entre Brasil e Portugal foram interrompidas em 11 de novembro, sem que fosse tratada a questão do reconhecimento internacional. Antes disso, em 9 de novembro, os representantes brasileiros postulavam que o governo inglês entrasse em negociação direta com o Brasil.²⁶ Canning, ao demonstrar boa disposição à causa do Brasil, impôs como condição a ruptura das negociações entre o Brasil e Portugal. Para dar execução à reconciliação, houve a demissão do Gabinete português chefiado pelo Conde de Suberra, por ser considerado parcial, e nomeou, em 13 de janeiro de 1825, Charles Stuart para uma missão diplomática especial a Lisboa e ao Rio de Janeiro.²⁷

derador da Grã-Bretanha, França e Áustria, visando negociar diretamente com o Brasil. Ao mesmo tempo, o governo português trabalhava para evitar que qualquer país europeu reconhecesse a Independência do Brasil. No entanto, as dificuldades criadas pelo Conde de Vila Real impuseram obstáculos ao progresso das negociações. Canning, por sua vez, rejeitava a ideia de negociações diretas e procurava mediar os interesses de Lisboa, Rio de Janeiro e Londres. Para facilitar as negociações, ele propôs um projeto de reconciliação no qual Portugal reconheceria a Independência do Brasil e se firmariam acordos sobre a sucessão das coroas de Portugal e Brasil. Na proposta, D. Pedro renunciaria ao seu direito pessoal de sucessão ao trono de Portugal. O governo português recebeu esta proposta em 12 de outubro de 1824, mas somente em outubro apresentou um contraprojeto, defendendo seu direito de soberania sobre o Brasil. Os representantes brasileiros rejeitaram essa pretensão, mantendo a defesa da Independência e soberania plenas.

²⁶ O governo inglês tinha interesses políticos e econômicos claros: os Estados Unidos já haviam reconhecido a Independência do Brasil, o tratado de comércio anglo-português de 1810 estava prestes a expirar, havia pressão para o fim do tráfico de escravizados, além de preocupações com os interesses franceses na América e os preparativos para o reconhecimento dos países hispano-americanos.

²⁷ Contribuíram para essa decisão tanto os interesses ingleses quanto as ações do governo português, que buscou apoio das potências europeias e enviou

Em 8 de dezembro de 1824, Franzoni escreveu sobre as notícias recém-chegadas de Londres, que desvaneciam as esperanças de um acordo entre Brasil e Portugal, apesar da inclinação da Grã-Bretanha para a reconciliação. O motivo desse impasse era desconhecido, mas supunha-se que tivesse origem no surgimento de “obstáculos e dúvidas” entre os negociadores de ambas as partes (Franzoni, 1824e).

Franzoni, instigado por Somaglia, procurou investigar a respeito das negociações com o embaixador britânico, mas, dado o sigilo, não obteve nenhuma novidade. Dias depois, justificava-se ao afirmar que o “segredo era tão grande que nada transpirava”. Franzoni acrescentara também que um representante de uma potência interessada na reconciliação afirmara-lhe que se trabalhava nas negociações no sentido de que “os princípios monárquicos obtivessem um influxo maior no Brasil” (Franzoni, 1825e). Em outra correspondência ele alegou que a nomeação de Charles Stuart, para chefiar as negociações de reconciliação, era ignorada pela maioria dos lisbonenses e obtivera informações por meio

José Antônio Soares Leal ao Rio de Janeiro para tratar da reconciliação entre Brasil e Portugal, sem o conhecimento de Canning. A proposta que Leal apresentaria previa que D. Pedro I manteria o título de príncipe real, enquanto D. João VI preservaria a soberania. No entanto, Leal não foi recebido, acabou preso e foi enviado de volta a Portugal. Essas duas medidas foram interpretadas como uma afronta à mediação do governo inglês. Os negociadores brasileiros temiam que a missão de Stuart fracassasse se as negociações luso-brasileiras não fossem interrompidas. A demissão do gabinete português, liderado por Manuel Inácio Pamplona Corte Real, e a queda de Palmela, então ministro dos Negócios Estrangeiros, representaram o afastamento de políticos favoráveis à França e defensores das negociações diretas. O novo ministro, Antônio Saldanha da Gama, alinhado aos interesses ingleses, defendia o reconhecimento imediato da Independência e, para isso, começou a negociar os termos da reconciliação com D. João VI.

de conversas com o corpo diplomático. Os jornais estrangeiros, embora abordassem a questão das negociações em Londres, divulgavam apenas conjecturas (Franzoni, 1825f).

A ansiedade de Somaglia por notícias sobre o andamento das negociações de reconhecimento internacional justificava-se pelas pressões de Vidigal e Costa, que haviam anunciado o reconhecimento da Independência e do Império do Brasil pela Grã-Bretanha, um fato que Somaglia desconhecia. Na verdade, ocorreu um erro de interpretação em relação a um ofício de Felisberto Caldeira Brant Pontes, ministro plenipotenciário em Londres, datado de 14 de janeiro de 1825. No documento, Brant comunicava apenas a nomeação de Charles Stuart, mas Vidigal e Costa interpretaram equivocadamente que a Grã-Bretanha havia reconhecido a Independência do Brasil. Na referida correspondência, Brant esclarecia a Vidigal que:

Bem que não tenhamos ainda recebido a noticia de haver V. Exa. chegado felizmente a Corte de Roma, antecipamos contudo o presente officio *para lhe participarmos que este governo acaba do reconhecer o Imperador nosso Amo*, e de nomear Carlos [Stuart] para na qualidade de Embaixador extraordinário ir ao Rio comprimental-o. [...] Esta noticia deve ser por V. Ex. dada somente ao Cardeal Secretario d'Estado (Brant, 1825 *apud* Santini, 1974, p. 164, nota n. 25, grifo do autor).

Costa procurou Somaglia para insistir que Somaglia se apressasse em reconhecer a Independência e o Império. Esse, por sua vez, afirmou considerar o reconhecimento justo e merecido,

mas que não tinha recebido nenhum documento oficial (Costa, 1825a; Vidigal, 1825).

Em fevereiro de 1825, Franzoni comunicou a Somaglia que Stuart estava sendo aguardado em Lisboa (Franzoni, 1825c). Ele esclareceu que os objetivos da missão eram promover a conclusão imediata das negociações iniciadas em Londres (Franzoni, 1825a).

Apesar de todos os esforços, Franzoni enfrentava dificuldades em obter informações confiáveis sobre o andamento das negociações, especialmente os objetivos da missão e sobre os resultados das conferências. Tudo estava envolto em obscuridades, tornando difícil distinguir o que era “verdade” (Franzoni, 1825e).

Somaglia, ao refletir sobre essas questões, destacou que era legítimo os representantes diplomáticos estrangeiros empenharem-se em apurar os fatos e verificar a veracidade das informações. Também observou que a imprensa estava divulgando apenas “rumores”, o que dificultava sua capacidade de compreender plenamente o cenário da política internacional. Ele constatava que a separação do Brasil de Portugal era definitiva e logo haveria a reconciliação entre as duas partes da Coroa portuguesa. Apesar disso, faltavam documentos oficiais ou notícias nos jornais estrangeiros, sobretudo nos da Grã-Bretanha, para que ele pudesse comprovar tais hipóteses (Somaglia, 1825d).

Após acusar o recebimento das correspondências datadas de 9 e 23 de abril de 1825, Somaglia expressou maior satisfação com as informações recebidas, as quais lhe pareciam “importantíssimas”. Apesar disso, ele reiterou que precisava ser informado sobre a missão Stuart, já que as negociações diplomáticas da Santa Sé

com o Brasil encontravam-se em um impasse, impedindo-o de tomar decisões a respeito e de desempenhar ativamente seu papel como Secretário de Estado. Ao advertir Franzoni, expressava seu descontentamento pela falta de informações:

Vossa Senhoria ilustríssima comece, entretentes, a procurar informar-se sobre o estado de tais negócios, a fim de me dar conta dos mesmos a seu tempo, que não apreço distante, tanto mais quanto não pouco se diz, ou se prega, nos jornais estrangeiros.

O senhor sabe o quanto é importante para mim estar ciente do que está acontecendo, especialmente com relação ao Brasil, cujos assuntos eclesiásticos estão paralisados no momento por considerações justas, que proíbem a Santa Sé de tomar parte ativa neles, tanto quanto seria apropriado. Será muito oportuno que Vossa Senhoria Ilustríssima obtenha mais informações sobre o estado das negociações, para que possa me informar em tempo oportuno, espero que não demore muito (Somaglia, 1825e).

Somaglia desejava informações relevantes para orientar a política externa e diplomática da Santa Sé. Para tal, orientou o núncio a buscá-las com fontes confiáveis, como o corpo diplomático e com D. João VI. Franzoni foi repreendido por ter informado sobre a chegada de Stuart a Lisboa, sem examinar sua veracidade (Somaglia, 1825g). Por isso, verificar a autenticidade das notícias era imperativa para a Santa Sé.

No dia 26 de março de 1825, Franzoni comunicou Somaglia da chegada, no dia anterior, da nau inglesa que trazia a bordo um emissário do governo de Londres (Franzoni, 1825c). Em outra

correspondência, Franzoni afirmou que “as coisas eram tratadas com tanto sigilo que nada transparece para o público”. Sabia, no entanto, do interesse inglês em preservar o regime monárquico e que Portugal reconhecesse a Independência e o Império do Brasil (Franzoni, 1825h). De acordo com Franzoni, o embaixador espanhol tinha asseverado que as propostas apresentadas por Stuart em relação ao Brasil não eram desvantajosas para Portugal. Com isso, era possível prever que não tardaria o reconhecimento internacional (Franzoni, 1825d).

Informações mais substanciais sobre a missão Stuart foram repassadas pelo núncio Vincenzo Macchi, em 25 de março de 1825. Essas foram obtidas com o embaixador da Áustria, Klemens Wenzel Nepomuk Lothar, príncipe de Metternich. Segundo as notícias, as instruções que Stuart recebera do governo inglês determinavam que ele deveria ir primeiramente a Lisboa e depois ao Brasil. Sua missão era reconhecer a separação do Brasil por Portugal e regulamentar a sucessão ao trono. A proposta era que as duas coroas iriam reunir-se novamente com D. Pedro, excluindo na linha de sucessão D. Miguel e Carlota Joaquina. Franzoni comunicava também as mediações de outros países: “Havendo o primogênito [D. Pedro] desposado uma arquiduquesa da Áustria, aquela Corte imperial pretende aderir, neste ponto, às vistas da Grã-Bretanha, e procura fazer nelas entrar também o gabinete da França”. Acrescentou ainda as dificuldades a serem superadas na administração do Reino de Portugal, quando as duas coroas se uniriam novamente, devido às distâncias geográficas e ao fato de aquelas populações desejarem ter governos próprios, o que consagrou a ruptura entre o Brasil e Portugal (Macchi, 1825b).

Franzoni repassou a Somaglia uma matéria publicada no jornal *Gazeta de Lisboa*, de 19 de maio de 1825 (*Gazeta de Lisboa*, 1825a). De acordo com o periódico, D. João VI e seu filho, D. Miguel, aceitaram o convite de Stuart para participar de um baile ocorrido a bordo da nau britânica *Wellesley*. Stuart possuía plenos “poderes de sua Majestade britânica para atuar como mediador e plenipotenciário para pôr fim às desavenças que infelizmente existiam entre Portugal e o Brasil”. O nuncio se mostrava confiante na realização de um acordo pacífico devido aos “princípios de justiça e imparcialidade do governo britânico” e à magnitude de D. João VI. A política conciliadora anunciava o avanço das negociações, que se realizariam “de maneira condizente com o decoro da família de Bragança e dos interesses da povos de Portugal e do Brasil.” De acordo com Franzoni, as negociações em Portugal já estavam concluídas, dando a entender que houve importantes avanços. Franzoni acresceu a informação que, na véspera, 24 de maio, o emissário inglês já havia partido para o Rio de Janeiro. Informou ainda que D. João VI o nomeou encarregado dos interesses portugueses nas negociações com o Brasil, concedendo-lhe amplas atribuições. Por meio de conversas com o corpo diplomático o nuncio soube que “os verdadeiros fundamentos e bases da tão desejada conciliação entre Portugal e o Brasil, objeto das visitas de todos os Gabinetes da Europa” (Franzoni, 1825g). As bases do acordo, até então um “segredo impenetrável”, seriam as seguintes:

1º O rei de Portugal assumirá o título de Imperador, que ao seu filho, no Rio de Janeiro, transmitirá ou consentirá que tome, mas lhe tirará o epíteto de constitucional, e ao título de Imperador [do filho] será ajuntado o de príncipe hereditário de Portugal;

2º Haverá ali [no Rio de Janeiro] um Ministério e uma Administração separados e, conseqüentemente, representantes das cortes estrangeiras;

3º Será ali [no Brasil] mudada a atual Constituição, substituindo-se a mesma por outra, baseada em princípios monárquicos;

4º Portugal terá uma indenização em dinheiro pelos prejuízos sofridos e obterá um tratado de comércio bastante vantajoso (Franzoni, 1825g).

Outro ofício, de mesma data, afirmou que o embaixador da Prússia, “que viu os documentos relativos a esta questão”, teria assegurado que D. João VI, antes de partir do Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1821, “ao pressentir acontecimentos funestos, concedeu ao príncipe, seu filho, amplíssimas faculdades, inclusive as de fazer tratados de paz e de guerra, com outras nações, sem dependência sua”. Diante disso, concluiu-se que, de forma não oficial, D. João VI já havia reconhecido a Independência desde que partira do Brasil e que ele próprio a outorgava, de modo que as “bases da separação já haviam sido lançadas e que tudo o que se pode obter de Portugal no momento se limitará a um vantajoso acordo comercial” (Franzoni, 1825h; Franzoni, 1825i).

Somaglia ficou satisfeito com as informações e as considerou “interessantíssimas”, especialmente por tratarem do “grande acontecimento”, que determinaria os “futuros destinos dos povos sujeitos a monarquia portuguesa”:

Conquanto a reunião das suas duas partes [da monarquia] ora divididas, só se venha a operar em aparência, tenho dúvidas de que da mesma possa resul-

tar satisfação recíproca para as partes interessadas quanto ao que possa ocorrer na época da morte de Sua Majestade Fidelíssima, que Deus conserve distante (Somaglia, 1825f).

Somaglia, entretanto, precisava de notícias confiáveis e atualizadas sobre os andamentos das negociações. Em Roma, em 2 de junho de 1825, chegaram exemplares de jornais estrangeiros com a notícia falsa de que Portugal reconheceria a Independência do Brasil. No dia 7 de junho, Vidigal recebeu uma correspondência do embaixador brasileiro em Londres, confirmando aquela informação. No dia 8, Costa procurou Somaglia para convencê-lo de que a Santa Sé também deveria reconhecer a Independência e o Império do Brasil. No entanto, Somaglia alegou ser necessário aguardar documentos oficiais e que conversou com o embaixador de Portugal junto a Santa Sé, Domingos Antônio de Souza Coutinho, que nada sabia, pois não recebera nenhum comunicado (Costa, 1825b).

Em 25 de julho, Franzoni informou que Stuart havia chegado à ilha da Madeira, de onde partiria para o Brasil. A notícia teria sido confirmada “extraoficialmente” pelos jornais ingleses (A notícia foi confirmada “extraoficialmente” pelos jornais ingleses (Franzoni, 1825l). Posteriormente, Franzoni informou a Somaglia sobre algumas notícias que não despertaram grande interesse. Entre elas, estavam as controvérsias no Brasil relacionadas às denominações e aos títulos, bem como os conflitos entre princípios absolutistas e liberais.²⁸ Outro fato, que acreditava ter

²⁸ O jornal *Gazeta de Lisboa*, de 21 de julho, publicou informações que tinham sido trazidas por uma nau proveniente do Rio de Janeiro. Essas foram confirmadas por documentos publicados no jornal *Diário Fluminense*, de 14 de maio. As câmaras municipais de São Paulo, entre elas a de Taubaté, teriam

“algum fundamento”, teria ocorrido no dia 20 de maio, quando foram feitos dois disparos contra D. Pedro I, ferindo-o levemente no cotovelo. Por fim, D. João VI teria confidenciado em uma audiência que foram condenadas à morte onze pessoas na Bahia e outras em Pernambuco. Além disso, um capitão de um navio recentemente chegado do Brasil teria assegurado que “tudo estava calmo” (Franzoni, 1825n).

Em setembro o núncio levou ao conhecimento de Somaglia que D. Pedro I expediu tropas para Montevidéu, que onde havia “uma revolução”²⁹ e que em Lisboa comentava-se que Stuart teria chegado ao Rio de Janeiro, onde foi bem recebido, o que suscitava “as mais lisonjeiras esperanças quanto ao resultado de sua missão”. Porém, constatou-se que a informação era falsa, pois a última embarcação proveniente do Rio de Janeiro tinha encontrado o navio que trazia Stuart antes de atracar naquele porto, versão confirmada pelas “cartas provenientes de Gibraltar” (Franzoni, 1825p).

enviado moções de apoio e súplicas a D. Pedro, para que adotasse como regime de governo a monarquia absolutista em detrimento da constitucional, a fim de “governar livremente como os outros reis de Portugal”. D. Pedro teria recusado a proposta, pois não “iria se desviar da Constituição por ele jurada” e ordenou a “dissolução da câmara municipal”. Franzoni, mostrando-se cauteloso com relação as notícias publicadas em jornais, ressaltou que a notícia “não era oficial”, mas que foi “considerada por todos como um prenúncio da reconciliação”. Circulava, porém, que D. Pedro I teria intimado, para prestar contas, o “magistrado que, em nome de certas câmaras da província de São Paulo, discursou defendendo que ele assumisse o título de imperador absoluto” (Franzoni, 1825m; Gazeta de Lisboa, 1825b).

²⁹ Conflito entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, que ocorreu entre os anos de 1825 e 1828, pela posse da província Cisplatina, que pertencia ao Brasil. Em abril de 1825, os revoltosos proclamaram a independência da Cisplatina. O envolvimento das Províncias Unidas fez com que o Brasil declarasse guerra, que resultou no surgimento de um novo país, o Uruguai (Franzoni, 1825o).

Somaglia, para orientar as relações diplomáticas e para contestar os argumentos dos representantes brasileiros, precisava manter-se informado. Porém, os objetivos da missão de Stuart e o andamento das negociações continuavam obscuros, supondo-se que seriam para entabular um tratado de comércio ou para promover a reconciliação. Franzoni alegava que não “ignorava o quanto a Santa Sé estava interessada” em saber dos objetivos da missão Stuart e das bases das discussões. Ao lamentar o porquê de não ter notícias novas, Franzoni justificou que nenhum dos diplomatas estrangeiros com quem conversara repassou notícias aos seus governos. Ele considerou ainda que o ministério das Relações Exteriores de Portugal procurava preservar o “maior silêncio e mistério nestas matérias, sabendo que as suas proposições dependiam do consentimento e da aceitação do Brasil”. Era certo, segundo o núncio, que Stuart foi tratar da reconciliação, pois fora nomeado ministro plenipotenciário (Franzoni, 1825j).

Somaglia, apesar dos esforços do núncio, considerava as notícias insuficientes, visto não atenderem as suas expectativas. Ao contestar as correspondências, ele afirmava que “nada tenho a comentar” ou que os ofícios não “exigiam réplica da minha parte”, expressando, dessa forma, sua angústia e apreensão diante da pouca solicitude, da diminuta argúcia e da falta de zelo do núncio (Somaglia, 1825i).

No entanto, Somaglia conseguiu obter informações mais detalhadas das propostas e contrapropostas, que foram repassadas a Somaglia por Macchi e Giustiniani. Macchi revelava os planos propostos pela Grã-Bretanha a D. João VI e D. Pedro I, que estavam sendo negociados por Stuart para conciliar as divergências

entre Portugal e o Brasil. O objetivo da intermediação era favorecer os interesses comerciais britânicos com ambos os reinos. O núncio fez questão de mencionar que se apressava em “compartilhar o que soube de fonte segura sobre esse assunto”, apesar de serem “muito secretas”:

Os artigos desse acordo são os seguintes: Sua Majestade Fidelíssima manterá, durante sua vida, o título de Rei e também o de Imperador de Portugal e do Brasil; enquanto viver o augusto pai, o filho primogênito terá apenas o título de Regente do Brasil; no entanto, o Príncipe Real Regente exercerá no Brasil uma autoridade independente, tanto no âmbito interno quanto externo, podendo, portanto, ter seus próprios embaixadores, ministros e agentes diplomáticos junto às cortes estrangeiras, como um verdadeiro soberano; ao falecer o rei atual, ambas as coroas de Portugal e do Brasil se reunirão na cabeça do referido Real Primogênito residente no Brasil, que assumirá o título de Imperador ou de Rei; e o Brasil pagará, em uma única vez, a Sua Majestade Fidelíssima três milhões de libras esterlinas, ou seja, cerca de setenta e cinco milhões de francos. Além disso, nesta convenção, foram estabelecidas a favor de Portugal certas vantagens comerciais em relação ao Brasil. Não se faz, porém, qualquer menção ao Infante D. Miguel (Macchi, 1825c).

Para Macchi, os termos evidenciavam que haveria uma separação formal entre Portugal e Brasil, refletindo uma tentativa de acomodação política que, embora eficaz a curto prazo, constituía uma solução temporária e instável. Essa separação, promovida sob o manto da conciliação, sugeria a independência definitiva

dos dois reinos, mas carregava em seu cerne a previsão de que os conflitos não seriam plenamente resolvidos no futuro. A solução apenas adiava as tensões, uma vez que as pretensões territoriais e de poder persistiriam após a morte de Sua Majestade. A perspectiva de novos e graves conflitos entre os reinos, decorrentes de disputas sobre a residência habitual do sucessor e de possíveis ressurgimentos de facções políticas, apontava para um cenário de incerteza e instabilidade, com o risco de futuras crises dinásticas e políticas. Macchi mostrava-se pessimista ao comentar sobre o plano de reconciliação proposto por Stuart: “Duvida-se de que, não obstante as grandes cessões e concessões feitas por Sua Majestade Fidelíssima, ele [Stuart] consiga, com igual felicidade, a aceitação de todos os artigos [do referido plano], junto a um povo que nada precisa de Portugal e do qual Portugal precisa muitíssimo” (Macchi, 1825c).

Informações mais substanciais foram fornecidas pelo nuncio da Espanha, Giacomo Giustiniani, que teve acesso a documentos oficiais do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal endereçados ao embaixador português na Espanha, Manuel Inácio Martins Pamplona Corte Real. O primeiro documento incluía o histórico das negociações, que não obtiveram sucesso, e detalhava os objetivos da missão de Carlos Stuart em Portugal e no Rio de Janeiro. Além disso, o documento apresentava os princípios da reconciliação entre os dois países, os impasses relativos ao título de Imperador (pretendido por D. João VI) e todos os termos definidos nas conferências realizadas em Lisboa que deveriam ser apresentados e negociados com D. Pedro I. Stuart havia recebido plenos poderes e instruções para essa tarefa. O documento

também destacava o grande interesse do governo austríaco na reconciliação entre Portugal e Brasil, evidenciado pelo conselho dado a D. João VI para fazer certas concessões, pela declaração de que a Independência e o Império do Brasil não seriam reconhecidos antes de Portugal, e pela orientação ao agente austríaco no Brasil para apoiar as propostas de Stuart, assim como o aconselhamento de Francisco I ao seu genro, D. Pedro I, para aceitar os termos propostos (Estratto [...], 1825). O segundo documento continha uma minuta dos 19 artigos do acordo de reconciliação entre Portugal e Brasil (Minuta [...], 1825).

Somaglia considerou pertinentes essas informações de Macchi e Giustiniani por oferecerem “certas particularidades” que desconhecia e que não foram percebidas anteriormente. Ao analisar os conteúdos, ele ponderou que não podia anteciper os resultados da missão diplomática de Stuart, mas o êxito dependia da influência que a Inglaterra, como potência mediadora, poderia exercer sobre Portugal, ao considerar que as condições impostas ao Brasil poderiam ser recusadas (Somaglia, 1825i).

Com base nessas informações, Somaglia revisou sua compreensão das negociações devido às instabilidades políticas. O governo do Rio de Janeiro não estava consolidado, além das dificuldades para obter o reconhecimento internacional. Diante disso, perderam credibilidade os argumentos de Vidigal e Costa de que o Estado brasileiro estava consolidado e que as negociações estavam avançando. Ele acreditava que a reconciliação, mediada por Stuart e fundamentada em acordos secretos entre D. Pedro I e D. João VI, estava orientada para a manutenção do Reino Unido. Somaglia estava convencido de que era necessário aguardar a re-

solução dos acontecimentos no Brasil, que estavam próximos de se definir. Durante esse período, era aconselhável que a Santa Sé mantivesse relações diplomáticas e políticas harmoniosas com ambos os governos (Circa [...], 1825). A prudência era necessária devido à falta de informações confiáveis para a tomada de decisões. Ou seja, era arriscado adotar medidas unilaterais.

Somaglia repassou a Franzoni as notícias transmitidas por Macchi e Giustiniani. Seus objetivos consistiam em mostrar sua decepção com a falta de perícia, qualidade essa esperada de um diplomata, e estimulá-lo para obter mais detalhes das negociações:

Entretanto, não quero esconder-lhe que que, por meio de outra Nunciatura, tive não somente o essencial das instruções comunicadas por essa Corte ao senhor Carlos Stuart, mas também o diário das negociações entre aquele diplomata inglês e o Ministério português. Ser-me-ia bastante agradável tê-lo recebido também de Vossa Senhoria, Deus queira que os vaticínios que faz sobre o bom êxito da missão inglesa ao Brasil se verifiquem. A Santa Sé tem muito interesse em saber, o quanto antes, tudo o que da mesma resultar. Vossa Senhoria, portanto, se dará pressa em comunicar-me, com solicitude, a respectiva notícia, e nada poupará para decifrar os mistérios que ainda velam o assunto (Somaglia, 1825i).

Franzoni, para justificar-se, alegou que desejava muito “ter podido fornecer a Vossa Excelência essa notícia oficial [...], porém os véus e os segredos impenetráveis que cobriam, e ainda cobrem as negociações, o colocaram na infeliz circunstância de

ter que me limitar a comunicar a Vossa Excelência os pontos mais essenciais da mesma”. Franzoni assegurava ainda que os detalhes “mais minuciosos” eram sigilosos e nenhum membro do corpo diplomático tinha recebido a “cópia do documento”. O ministro da Prússia, respeitado por sua “agilidade e destreza no trato de assuntos políticos”, nada sabia sobre as negociações de reconciliação. O ministro das Relações Exteriores de Portugal teria revelado ao governo austríaco alguns detalhes e foi repreendido pela Corte inglesa (Franzoni, 1825m).

Franzoni frequentemente enfatizava a escassez de notícias, pois as negociações foram tratadas de forma “sigilosa” e até o corpo diplomático desconhecia o que se passava (Franzoni, 1825e; 1825m). Muitas notícias não eram consideradas “confiáveis” e, por isso, não as repassava. Alegava também que os jornais portugueses, como a *Gazeta de Lisboa*, pouco noticiavam sobre o Brasil e a América (Franzoni, 1824c; 1824d; 1825h). Apesar disso, Franzoni sentiu-se compelido a obter notícias mais amplas sobre o tema. Dias depois comunicava Somaglia que dois pacotes provenientes de Londres tinham noticiado que Stuart tinha chegado ao Rio de Janeiro no dia 17 de junho, mas desembarcado somente no dia seguinte, e teriam ocorrido duas conferências entre o emissário britânico e os plenipotenciários brasileiros, quando foi acordada a cessação das hostilidades contra o comércio português. Pelas apurações do núncio, surgiram algumas dificuldades nas negociações, mas que não impediriam o andamento das negociações, e havia esperanças de que, em breve, seria realizado um acordo pacífico (Franzoni, 1825l).

Em outra correspondência, Franzoni destacou que as negociações estavam ocorrendo em um ritmo lento e estavam sendo desafiadoras em torno de várias questões políticas. Porém, a abordagem de Stuart foi concentrar-se em resolver esses obstáculos para alcançar resultados satisfatórios para todas as partes envolvidas. Entre os entraves estavam as exigências de D. João VI de receber o título de imperador e a sucessão ao trono português. Stuart defendia que D. João VI deveria abdicar dessa exigência, porém ele não obteve sucesso (Franzoni, 1825s).

D. João VI³⁰ confidenciou a Franzoni que os diplomatas brasileiros em Londres haviam gerado polêmica em torno de dois artigos: o primeiro estabelecia que ele assumisse o título de Imperador e o transmitisse ao seu filho; o segundo tratava da sucessão ao trono de Portugal e do direito hereditário de D. Pedro I (Franzoni, 1825r). Quanto à sucessão, Somaglia demonstrava preferência por D. Miguel em vez de D. Pedro I, por considerá-lo religioso, devoto à Santa Sé e contrário aos regimes liberais e constitucionais.

Franzoni obteve também informações sobre as negociações entre o Brasil e a França. A proposta do cônsul-geral francês Jacques-Marie Aymard era de que o rei Carlos X reconheceria a Independência e o título de Imperador, desde que as negocia-

³⁰ D. João VI, ao sustentar doutrinas legitimistas, reconhecia o Brasil como com a denominação de Império em lugar de Reino e pretendia adotar o de Imperador do Brasil e Rei de Portugal e Algarves. D. Pedro I, como herdeiro do trono, utilizaria os títulos de Imperador do Brasil e Príncipe Real de Portugal. Os posicionamentos legitimistas de D. João entravam em confronto com os princípios liberais estabelecidos na Constituição de 1824, tais como a soberania popular e a aclamação do povo, além de desconsiderar a Independência do Brasil.

ções de um vantajoso tratado de comércio fossem concluídas. A proposta não foi aceita por D. Pedro I, visto Aymard não estar autorizado a tratar do reconhecimento internacional (Franzoni, 1825t). Franzoni mantinha expectativas otimistas e antevia um desfecho feliz, mesmo diante do surgimento de algumas dificuldades nas negociações, as quais, no entanto, não as impediam de avançar (Franzoni, 1825q).

Posteriormente, o núncio enviou inúmeros ofícios com informações que chegavam sobre o andamento das negociações, que pouco interessavam a Somaglia. Entre elas, a chegada de dois navios a Lisboa, vindos da Grã-Bretanha, mas os comandantes não possuíam conhecimento algum sobre a missão Stuart (Franzoni, 1825u). Comunicou também que dois navios provenientes do Rio de Janeiro e da Bahia atracaram no porto de Lisboa e que o comandante da embarcação relatou que, ao zarpar em 1º de setembro, tinha “ouvido comentários” de que Stuart havia finalizado as negociações e que a divulgação dos termos do acordo estava programada para ocorrer entre os dias “7 de setembro a 12 de outubro” e que os mesmos “eram vantajosos para ambos os países”. Franzoni observava que a notícia era especulativa e não merecia crédito. Porém, o embaixador da Grã-Bretanha teria assegurado que, embora as negociações atrasassem, o acordo era inevitável (Franzoni, 1825v).

Após, Franzoni informou Somaglia que chegara em Lisboa, na data de 9 de novembro de 1825, a notícia do reconhecimento internacional da Independência do Brasil por parte de Portugal. Os jornais londrinos teriam publicado os termos do acordo no dia 4 de novembro, e essas edições chegaram a Lisboa no dia 14 de novembro. Franzoni apressou-se em enviá-los a Somaglia

pelo correio da França. No dia 15, o jornal *Gazeta de Lisboa* publicou apenas a Carta de Lei de D. João VI, na qual ratificava o Tratado, sem detalhar seus termos. O exemplar do periódico foi anexado à correspondência, juntamente com um ofício em que Franzoni informava sobre a atracação, no dia 9 de novembro, da nau britânica *Wellesley*, vinda do Rio de Janeiro. Stuart retornara a Lisboa trazendo diversos documentos, incluindo o Tratado de Paz, Aliança e Amizade. Devido à urgência, essa carta foi enviada pelo “correio extraordinário” da embaixada da Rússia para Paris.

No dia 12 de novembro, o Conselho de Estado reuniu-se para apreciá-lo, quando decidiu pela aceitação do que fora estipulado. No dia 13, D. João VI o ratificou. Luís António Furtado de Castro, em nome de D. Pedro I, reconheceu o Tratado no dia 15 de novembro. Seguiram-se três dias de festejos com iluminação noturna em Lisboa e *Te Deum* em ação de graças. Franzoni fez duas observações a respeito do acordo. Ele destacava que, no decreto dos festejos, D. Pedro I era anunciado como Imperador do Brasil e príncipe do reino de Portugal e Algarve, e que D. João VI e pessoas próximas a ele ficaram descontentes e tristes com a perda definitiva do Brasil e com as concessões realizadas. Por fim, Franzoni revelou que o Tratado tinha um artigo “secreto”, o qual declarava que Portugal receberia dois milhões de libras esterlinas como indenização (Franzoni, 1825w; *Gazeta de Lisboa*, 1825c).

No dia 16, em outra carta, Franzoni anexou a edição extraordinária da *Gazeta de Lisboa* e um exemplar do jornal *Le Moniteur Universel*, nos quais constavam os artigos do Tratado e diversos documentos oficiais. Por fim, recomendava que Leão XII tivesse a bondade de reconhecer, nas correspondências e nos documentos

expedidos pela Santa Sé, o título de Imperador (Franzoni, 1825x; Gazeta de Lisboa, 1825d; Le Moniteur Universel, 1825).

Posteriormente, Franzoni relatou o descontentamento e a tristeza de D. João VI com o conteúdo dos tratados, afirmando que “somente as críticas circunstâncias do momento o induziram a aceitar condições tão duras e desvantajosas”. Outra notícia informava sobre a nomeação de Carlos Matias Pereira como embaixador extraordinário de Portugal no Brasil (Franzoni, 1825y). Antes de partir, Pereira assegurou a Franzoni que empregaria todos os seus esforços para ser útil à Santa Sé, uma vez que a Independência e o Império do Brasil ainda não eram reconhecidos pelo pontífice (Franzoni, 1825a).

Em outra visita a D. João VI, Franzoni observou que ele estava doente e recluso em Mafra. Diante disso, acreditava que a sucessão ao trono de Portugal era iminente. Na ocasião, D. João VI confidenciou que havia recebido cartas de D. Pedro I e de D. Leopoldina, com termos “obsequiosos e respeitosos”, que “aliviaram um pouco o coração desse monarca dilacerado pela perda daqueles vastos domínios”. Com relação ao Tratado, complementou que Portugal receberia “além dos dois milhões de liras [...] mais quinhentas mil liras [...] como indenização das despesas que o governo português fez com o envio de tropas para ocupar Montevidéu em 1815” (Franzoni, 1825z).

A notícia da assinatura do Tratado de Paz, Amizade e Aliança, firmado em 29 de agosto de 1825 no Rio de Janeiro, chegou a Roma em 14 de novembro. Somaglia considerou que, com a reconciliação entre D. João VI e D. Pedro I, o princípio de legitimidade foi assegurado. Porém, era necessário aguardar o

reconhecimento internacional por outros países, sobretudo pelas principais potências católicas da Europa. Embora a separação estivesse legitimada, Somaglia desejava que Franzoni investigasse as seguintes questões políticas:

1º O corpo diplomático começou a dar aos dois soberanos, de Lisboa e do Rio Janeiro, o título de Imperador do Brasil em suas correspondências?

2º O título de príncipe hereditário de Portugal reservado ao imperador D. Pedro I, encobre algum mistério, sobre a sucessão àquela coroa? Ou, mais claramente, o que pensam as pessoas bem informadas sobre o futuro rei de Portugal? Esse reino será governado do Brasil ou o príncipe D. Miguel assumirá a coroa no devido tempo? (Somaglia, 1825j).

Somaglia ressaltou que aguardava as respostas “com a maior brevidade possível”, as quais deveriam ser buscadas junto ao corpo diplomático. No entanto, ele preveniu Franzoni a manter-se alerta para não deixar “nada passar”, a ser cauteloso e prudente e a estabelecer contatos regulares com correspondentes capazes, confiáveis e “bem informadas” (Somaglia, 1825j).

A resposta de Franzoni a essas questões demorou a chegar a Roma. No entanto, o reconhecimento da Independência e do Império do Brasil pela Corte de Viena, em 27 de dezembro de 1825, levou o Papa Leão XII a seguir o “exemplo análogo da Áustria”, uma vez que “nada poderia contrariar após o reconhecimento formal e livre da nova monarquia, feito por quem poderia fazê-lo legitimamente, isto é, o imperador e rei, pai do [imperador] do Brasil” (Somaglia, 1826a).

Somaglia orientava a política externa da Santa Sé a nunca se antecipar às potências católicas, tais como Áustria, Espanha e França, para reconhecer a Independência ou para legitimar um monarca: “Quanto mais se vê que o horizonte está nublado, mais o representante da Santa Sé deve se manter, na medida do possível, em uma posição meramente passiva”, e a aguardar as decisões dos demais governos europeus, sobretudo das potências católicas (Somaglia, 1826d).

Leão XII, na solene audiência em 23 de janeiro de 1826, recebeu as credenciais de Francisco Corrêa Vidigal e, por esse ato, a Santa Sé reconheceu a Independência do Brasil e D. Pedro I como Imperador. Verificou-se também o estabelecimento das relações diplomáticas oficiais e permanentes entre a Santa Sé e o Brasil.

Franzoni, ao responder as questões formuladas por Somaglia, considerou que o cenário geopolítico era favorável ao Brasil, uma vez que os países estavam reconhecendo o novo título de D. João VI como Imperador do Brasil, assim como D. Pedro I. No que diz respeito à sucessão do trono de Portugal, o direito de D. Pedro I estava assegurado, em detrimento de D. Miguel:

1º A Áustria, a Inglaterra, a Suécia, a Dinamarca, a Sardenha e a Suíça já reconheceram o título de imperador do Brasil, no rei de Portugal, e assim empregarem em sua correspondência diplomática. A Inglaterra e a Áustria estenderam tal reconhecimento ao imperador D. Pedro I. Quanto aos outros quatro soberanos [Suécia, Dinamarca, Sardenha, Suíça] ainda nada consta, acreditando-se, porém, que não tardarão a fazer o mesmo. Faltam presentemente as adesões da Rússia, Prússia, França e Países Baixos,

que se esperam a cada momento. Só a Espanha se mostra renitente.

2º O título de príncipe hereditário de Portugal foi de propósito reservado para o imperador do Brasil para a sucessão à coroa de Portugal. Havendo quem supunha a existência de um artigo secreto que lhe garanta tal direito. De tudo o que aqui foi dito Vossa Eminência poderá deduzir que quanto tem sido escrito nos jornais com relação ao infante D. Miguel parece, por ora, destituído de fundamento. Digo, por ora, considerando a dificuldade de manter os dois impérios unidos sob o mesmo soberano, o que poderia levar a uma possível mudança na sucessão (Franzoni, 1826a).

Essas notícias alegraram Somaglia, pois comprovavam a eficácia da política assertiva que ele implementara. Ao informar Franzoni sobre o reconhecimento internacional pela Santa Sé, queria saber como “esta notícia seria acolhida pela Corte de Lisboa” e se o governo português havia aceitado as credenciais do ministro plenipotenciário do Brasil (Somaglia, 1826a).

As últimas notícias sobre D. João VI relatavam o agravamento de seu estado de saúde, atribuído aos desgostos e abatimentos com a perda do Brasil e sua desaprovação aos termos do Tratado de Aliança e Paz. A doença nas pernas piorou, obrigando-o a permanecer sentado ou deitado, e ele também sofria ataques “epiléticos”. Diante dessa situação, ele criou a regência em 6 de março de 1826, sob a liderança da princesa Isabel Maria de Bragança (Franzoni, 1826b).

D. João VI faleceu em 10 de março, e um navio foi enviado ao Rio de Janeiro para comunicar a notícia a D. Pedro I e aguardar as providências relativas à sucessão ao trono de Portugal (Somaglia, 1826b). Franzoni escreveu a Somaglia para informá-lo sobre esses acontecimentos. Em sua resposta, Somaglia lamentou a morte do “piedoso soberano, cuja vida era essencial para a manutenção da segurança de parte da Europa”. Além disso, expressou preocupação com a sucessão do trono português e a crescente polarização política da sociedade, dividida entre dois partidos: um favorável a D. Miguel e outro a D. Pedro I. Caso não houvesse um acordo entre as partes, ele previa que uma guerra civil seria inevitável (Somaglia, 1826c).

Após o reconhecimento internacional da Independência e do Império pela Santa Sé, Somaglia passou a estudar formas de intervir no Brasil para modificar o cenário religioso do país, com o objetivo de promover reformas e exigir providências de D. Pedro I.

4. Considerações finais

As informações transmitidas pelos representantes pontifícios desempenharam um papel crucial na orientação das relações diplomáticas e externas da Santa Sé. Estar bem-informado, com notícias atualizadas e confiáveis, era fundamental, uma vez que a tomada de decisões estratégicas impactava as relações da Santa Sé com outras nações, sobretudo com as potências católicas da Europa. Por essas razões, as decisões precisavam ser avaliadas a partir de diferentes pontos de vista, considerando suas implicações, impactos e possíveis consequências ou equívocos que afetariam as relações internacionais da Santa Sé e os seus interesses.

Além disso, essas abordagens possibilitaram encontrar soluções ou alternativas benéficas nas negociações, visando à formação de alianças e parcerias estratégicas. Por fim, decisões coerentes e assertivas não criavam incidentes diplomáticos e preservavam a neutralidade nas questões políticas da Europa e América. Por essas razões, Consalvi e Somaglia preocupavam-se em fundamentar suas decisões não em boatos e informações falsas, mas em documentos oficiais.

A Santa Sé, ao acompanhar com muito interesse as notícias vindas do Brasil e Portugal, compreendeu as vantagens que adviriam com a Independência do Brasil e a importância de manter relações com o novo país. Com a chegada dos plenipotenciários brasileiros a Roma e o início das negociações, as demandas por informações confiáveis e atualizadas sobre as negociações entre Brasil e Portugal aumentaram. A estratégia delineada por Vidigal e Costa consistia em persuadir o pontífice a respeito das prementes necessidades da Igreja Católica no Brasil, as quais requeriam intervenções imediatas. Em caso de omissão, isso poderia dar origem a um cisma eclesiástico. Porém, intervir nos negócios eclesiásticos e espirituais do Brasil acarretava no reconhecimento por parte da Santa Sé, ato que criaria incidentes diplomáticos e fragilizaria a Igreja Católica.

Leão XII e Somaglia moldaram a política externa da Santa Sé com base na defesa do direito de legitimidade dos monarcas, na restauração das monarquias europeias e na promoção dos princípios cristãos na esfera política. Embora se opusessem aos movimentos revolucionários, ao liberalismo, ao secularismo e ao laicismo, não deixaram de estabelecer relações diplomáticas

com as monarquias constitucionais e as repúblicas. No caso da Independência do Brasil, houve a compreensão de que não estava vinculada às ondas de revoluções liberais, mas sim a uma disputa entre pai e filho. Além disso, a ruptura dos laços coloniais foi acordada por D. João VI antes de deixar o Brasil. Por conseguinte, embora houvesse interesse em reconhecer, era imperativo não se antecipar a Portugal, a fim de resguardar o *princípio de legitimidade* na política externa e para não criar conflitos diplomáticos com Portugal e com a Santa Aliança.

Leão XII, Somaglia e alta cúpula da Santa Sé, ao acompanharem as negociações entre o Brasil e Portugal, mediadas pela Grã-Bretanha e pela Áustria, acreditavam que o governo português não tardaria a reconhecer a soberania do Brasil, porém a Santa Sé não deveria se antecipar a essa consagração indispensável. Essa política internacional adequava-se às decisões do Congresso de Viena, da Santa Aliança e ao princípio da legitimidade dinástica. As instabilidades políticas do governo brasileiro e a possibilidade de reunificação entre Brasil e Portugal foram fatores relevantes na tomada de decisões. Após a assinatura do Tratado de Aliança e Paz, em 29 de agosto de 1825, a Santa Sé manteve a política protetelatória a fim de aguardar o reconhecimento da Independência e do Império pelas potências católicas.

É importante considerar que as informações sobre o Brasil, transmitidas pelos representantes pontifícios, eram favoráveis e contribuíram para a aceitação da separação completa de Portugal. Relataram que o novo país possuía um extenso território e era governado por um príncipe da Casa de Bragança, com uma estrutura monárquica legítima e estável. No que diz respeito à Igreja

Católica, havia a expectativa de que o Imperador empreenderia reformas e investimentos para resolver as questões pendentes deixadas por D. João VI. Isso incluía providenciar recursos para os bispados e paróquias, ampliar o número de circunscrições eclesíásticas e promover a evangelização dos povos indígenas.

5. Referências

5.1 Bibliografia

ACCIOLY, Hildebrando Pompeo Pinto. **O reconhecimento da Independência do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945 [1927].

ACCIOLY, Hildebrando Pompeo Pinto. **Os primeiros núncios no Brasil**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Direito civil eclesiástico brasileiro antigo moderno em suas relações com o direito canônico**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866.

AZEREDO, Carlos Magalhães de. **O reconhecimento da Independência e do Império do Brasil pela Santa Sé**. Roma: Industria Tipografica Romana, 1932.

BARBOSA, Manoel de Aquino. **A Igreja no Brasil: notas para a sua historia**. Rio de Janeiro: Editora e Obras Gráficas A Noite, 1945.

CALÓGERAS, João Pandiá. **A política exterior do Império**. v. 2. O Primeiro Reinado. Separata do tomo especial parte 2 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1998 [1928]. p. 368-379. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/225368>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CAMPOS, Pedro Moacyr. O reconhecimento do Império. O reconhecimento por outros países. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. Tomo II, v. 1. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965. p. 365-378.

COLAPIETRA, Raffaele. **Il Diario del Conclave del 1823**. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1962.

COLAPIETRA, Raffaele. **La Chiesa tra Lamennais e Metternich**. Il pontificato di Leone XII. Brescia: Morcelliana, 1963.

DORNAS FILHO, João. **O padroado e a Igreja brasileira**. Coleção Brasileira, n. 125. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

HAUCK, João Fagundes. A Igreja instituição. In: BEOZZO, José Oscar (Org.) **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo. Segunda época – século XIX. Tomo II, v. 2. (Coleção História Geral da Igreja na América Latina). Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas, 1985. p. 77-111.

JANKOWIAK, François. “Por algum tempo mantido no escuro...”. Breves observações sobre a historiografia da Cúria e do governo dos Estados Pontifícios durante o pontificado de Leão XII. In: REGOLI, Roberto *et al.* (Orgs.). **Governo della Chiesa, governo dello Stato**: il tempo di Leone XII. Ancona: Consiglio regionale delle Marche /Assemblea Legislativa delle Marche, 2019. p. 19-27.

LEMONS, Jerônimo de. Monsenhor Francisco Corrêa Vidigal e o reconhecimento da Independência pela Santa Sé. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 328, p. 29-46, 1980. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=893676&pagfis=151284> Acesso em: 20 abr. 2023.

LETURIA, Pedro de. **Relaciones entre la Santa Sede e hispano-américa, 1493-1835**. Roma: Apud Aedes Universitatis Gregoriana, 1959.

LÓPEZ-BREA, Carlos Maria Rodriguez. La Santa Sede y los movimientos revolucionarios europeos de 1820. Los casos napolitano y español. **Revista Ayer**, Madrid, n. 45, p. 251-273, 2002. Disponível em: <https://www.revistasmarcialpons.es/revistaayer/article/view/rodriguez-la-santa-sede-y-los-movimientos-revolucionarios-europee>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MARIN, Jérri Roberto. O reconhecimento da Independência e do Império do Brasil pela Santa Sé. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. 16, n. 48, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/67741>. Acesso em: 24 jul. 2024.

MARIN, Jérri Roberto; CARTENY, Andrea. O reconhecimento da Independência e do Império do Brasil pela Santa Sé. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 1-33, 2025. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2170>. Acesso em: 21 fev. 2025.

NEVES, Guilherme Pereira das. A religião do Império e a Igreja. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil imperial**: 1808-1831. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 377-428.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **História diplomática do Brasil: o reconhecimento do Imperio**. Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, 1901.

PÁSZTOR, Lajos. **La Segreteria di Stato e il suo archivio, 1814-1833**. Stuttgart: Anton Hiersemann, 1984.

REGOLI, Roberto. La diplomazia pontificia al tempo di Pio VII. Le istruzioni ai rappresentanti papali. In: LEONARDIS, Massimo de (Org.). **Fede e diplomazia: le relazioni internazionali della Santa Sede nell'età contemporânea**. Milano: EDUCatt, 2014. p. 23-50.

REGOLI, Roberto. Ordini, contrordini e disordini. Riforma della Curia e dello Stato. In: REGOLI, Roberto *et al.* (Orgs.). **Governo della Chiesa, governo dello Stato: il tempo di Leone XII**. Ancona: Consiglio regionale delle Marche / Assemblea Legislativa delle Marche, 2019. p. 28-51.

RODRIGUES, José Honório. **Independência, revolução e contra-revolução**. v. 5. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

SANTINI, Cândido. O padroado no Brasil: Direito Real. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, n. 11, p. 154-204, 1974. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/2383>. Acesso em: 21 fev. 2024.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **Questão de consciência: os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. Olhar para o futuro com os pés na tradição: o padroado no Brasil imperial. In: STEFANO, Roberto Di *et al.* (Orgs.). **Catolicismos em perspectiva histórica**. Argentina y Brasil em diálogo. Santa Rosa: IEHSOLP Ediciones, 2020. p. 55-82.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. A Igreja a e construção do Estado no Brasil imperial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370381911_ARQUIVO_AIgrejaeConstrucaoDoEstadoNoBrasilImperialANPUH-REV.pdf. Acesso em: 5 maio 2021.

SANTOS, Guilherme de Paula Costa. **No calidoscópico da diplomacia: formação da monarquia constitucional e reconhecimento da Independência e do Império do Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, Joelma Santos da. **Entre a política e a religião**: os padres deputados na formação do Estado nacional brasileiro. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2018.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. **Do altar à tribuna**: os padres políticos na formação do Estado Nacional brasileiro (1823-1841). 2010. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

TRUSCELLO, Paolo Daniele. A Secretaria de Estado e a “direção suprema de todos os assuntos” durante o pontificado de Leão XII. *In*: REGOLI, Roberto *et al.* (Orgs.). **Governo della Chiesa, governo dello Stato**: il tempo di Leone XII. Ancona: Consiglio regionale delle Marche /Assemblea Legislativa delle Marche, 2019. p. 136-151.

VASCONCELLOS, Mario de Barros. Representação brasileira em Roma: notícia histórica. Vidigal e Vicente A. da Costa em Roma. *In*: VASCONCELLOS, Mario de Barros *et al.* (Orgs.) **Arquivo diplomático da Independência**: França, Santa Sé, Hespanha. v. 3, ed. fac-similar. Brasília: FUNAG/ Ministério das Relações Exteriores, 2018 [1922]. p. LV-LXXIX.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. Aparecida: Santuário, 2007.

VIOTTI, Hélio Abranches. Expansão da igreja no Brasil independente. **Revista de História**, São Paulo, v. 45, n. 92, p. 351-365, 1972. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1972.131864>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131864>. Acesso em: 5 maio 2023.

5.2 Fontes

BARROS, 1824. Ofício de Domingos Borges de Barros para Luiz José de Carvalho e Mello, 1 dez. 1824. *In*: VASCONCELLOS, Mario de Barros *et al.* (Orgs.). **Arquivo diplomático da Independência**: França, Santa Sé, Hespanha. v. 3, ed. fac-similar. Brasília: FUNAG/ Ministério das Relações Exteriores, 2018. [1922], p. 61-277., p. 204-207.

CANNING, 1825. Despacho de George Canning a Charles Stuart, 14 mar. 1825, *In*: WEBSTER, Charles K. **Britain and the independence of Latin America, 1812-1830**: select documents from the Foreign office archives [v. I]. London, New York, Toronto, Oxford University Spress 1939. p. 265-67. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1821a. Archivio Apostolico Vaticano (AAV), Indice 1032, Segretaria di Stato, Esteri (SS, Esteri), Portogallo, Rubrica 250, Busta 440, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 6 jun. 1821. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1821b. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 264, Busta 440, Fascicolo 1. Ofício de de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 4 jul. 1821. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1821c. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 264, Busta 440, Fascicolo 1. Ofício de de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 5 jul. 1821. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1821d. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 440, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 7 jul. 1821. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1821e. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 22 ago. 1821. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1821f. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 24 dez. 1821. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822a. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 2 jan. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822b. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 12 jan. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822c. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 22 jan. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822d. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 23 jan. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822e. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 23 fev. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822f. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 2 mar. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822g. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 23 mar. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822h. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 23 mar. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822i. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 6 abr. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822j. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 6 abr. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822k. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 23 abr. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822l. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 24 abr. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822m. Consalvi, AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 8 maio 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822n. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 25 maio 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822o. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 25 maio 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822p. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 8 jun. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822q. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 22 jun. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822r. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 6 jul. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822s. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 24 jul. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822t. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 4 ago. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822u. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 23 out. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822v. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 14 dez. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1822x. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Portogallo, Rubrica 250, Busta 441, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 23 dez. 1822. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1823a. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 8 jan. 1823. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1823b. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 8 jan. 1823. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1823c. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 25 jan. 1823. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1823d. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 25 jan. 1823. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1823e. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 8 fev. 1823. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1823f. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 8 fev. 1823. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1823g. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 9 maio 1823. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1823h. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 24 maio 1823. (tradução nossa).

CHERUBINI, 1823i. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 1. Ofício de Giuseppe Cherubini para Ercole Consalvi, 23 jul. 1823. (tradução nossa).

CIRCA [...], 1825. Archivio Storico della Segreteria di Stato - Sezione per i Rapporti con gli Stati e le Organizzazioni Internazionali (ASRS), Fondo Congregazione degli Affari Ecclesiastici Straordinari (AA.EE.SS.), Brasile I, Anno 1825, Pos. 7, Fascicolo 139. Circa il progetto d'erigere Cuyabà e Matto-Grosso in Vescovato in Vescovatto da conferirsi al P. Giuseppe Maria di Macerata, 2° d'inviare sei Missionario della Propaganda, 3° l'autorizzazione del Vescovo di Rio Janeiro a formar i processi dei nominandi vescovi per le sedi vacante. (tradução nossa).

COSTA, 1825a. AHI (Arquivo Histórico do Itamaraty), Cidade do Vaticano Ofícios - Secretaria de Estado (1824-1843) 408/1/4. Carta de Vicente Antonio da Costa para Luiz José de Carvalho e Mello, 7 fev. 1825.

COSTA, 1825b. AHI, Cidade do Vaticano Ofícios - Secretaria de Estado (1824-1843) 408/1/4. Carta de Vicente Antonio da Costa para Luiz José de Carvalho e Mello, 12 jun. 1825.

COUTINHO, 1824. Archivio Storico “de Propaganda Fide” (APF), Fondo Scritture Riferite nei Congressi, America Meredionale dall'Istmo di Panama allo Stretto di Magellano, Cod. 5 (1804-1825). Ofício de José Caetano da Silva Coutinho para Leão XII, 6 set. 1824, p. 588r-588v. (tradução nossa).

ESTRATO [...], 1825. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Madrid, Rubrica 249, Busta 434, Fascicolo 2. Estratto di un Dispaccio di S. E. Signor Conte di Porto Santo Ministro d'Affari Esteri di S. M. Fel. diretto a S. E. il Signor Conte di Subserra

Ambasciatore dello prelodato M. S. presso S. M. Cattolica, in data del 22 giugno 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1823a. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 3. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Ercole Consalvi, 9 ago. 1823. (tradução nossa).

FRANZONI, 1823b. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 4. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 29 de nov. 1823. (tradução nossa).

FRANZONI, 1823c. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 3. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 24 dez. 1823. (tradução nossa).

FRANZONI, 1824a. Apostolico Vaticano, Índice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 4. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 24 jan. 1824. (tradução nossa).

FRANZONI, 1824b. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 4. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 30 jan. 1824. (tradução nossa).

FRANZONI, 1824c. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 4. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 24 nov. 1824. (tradução nossa).

FRANZONI, 1824d. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 4 dez. 1824. (tradução nossa).

FRANZONI, 1824e. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 8 dez. 1824. (tradução nossa).

FRANZONI, 1824f. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 11 dez. 1824. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825a. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 11 fev. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825b. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 22 fev. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825c. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 26 mar. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825d. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 9 abr. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825e. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 23 abr. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825f. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 2 maio 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825g. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 25 maio 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825h. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 25 maio 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825i. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 9 jun. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825j. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 9 jul. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825l. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi Della Somaglia, 25 jul. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825m. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi Della Somaglia, 27 jul. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825n. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi Della Somaglia, 10 ago. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825o. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi Della Somaglia, 10 set. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825p. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi Della Somaglia, 24 set. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825q. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 5 out. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825r. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 9 out. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825s. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 12 out. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825t. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 12 out. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825u. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi Della Somaglia, 26 out. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825v. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi Della Somaglia, 9 nov. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825w. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 15 nov. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825x. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 16 nov. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825y. AAV, Indice 1032, SS, Esteri, Lisbona, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 23 nov. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1825z. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 10 dez. 1825. (tradução nossa).

FRANZONI, 1826a. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria della Somaglia, 4 fev. 1826. (tradução nossa).

FRANZONI, 1826b. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 6. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi Della Somaglia, 8 mar. 1826. (tradução nossa).

GAZETA DE LISBOA, 1825a. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Gazeta de Lisboa, 19 de maio 1825.

GAZETA DE LISBOA, 1825b. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Gazeta de Lisboa, n. 169, doc. 40a, 21 jul. 1825.

GAZETA DE LISBOA, 1825c. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Gazeta de Lisboa, n. 269, doc. 11e, 15 nov. 1825.

GAZETA DE LISBOA, 1825d. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Gazeta de Lisboa, Suplemento n. 269, doc. 11c, 16 nov. 1825.

LE MONITEUR UNIVERSEL, 1825. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Le Moniteur universel, doc. 11d, 7 nov. 1825. (tradução nossa).

MACCHI, 1824a. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Parigi, Rubrica 248, Busta 416, Fascicolo 1, Anno 1824. Ofício de Vincenzo Macchi para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 8 jun. 1824. (tradução nossa).

MACCHI, 1824b. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Parigi, Rubrica 248, Busta 416, Fascicolo 1, Anno 1824. Ofício de Vincenzo Macchi para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 30 nov. 1824. (tradução nossa).

MACCHI, 1824c. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Parigi, Rubrica 248, Busta 416, Fascicolo 1, Anno 1824. Ofício de Vincenzo Macchi para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 7 dez. 1824. (tradução nossa).

MACCHI, 1825a. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Parigi, Rubrica 248, Busta 416, Fascicolo 2. Ofício de Vincenzo Macchi para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 16 jan. 1825. (tradução nossa).

MACCHI, 1825b. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Parigi, Rubrica 248, Busta 416, Fascicolo 2. Ofício de Vincenzo Macchi para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 25 mar. 1825. (tradução nossa).

MACCHI, 1825c. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Parigi, Rubrica 248, Busta 416, Fascicolo 2. Ofício de Vincenzo Macchi para Giulio Maria Cavazzi della Somaglia, 25 jul. 1825. (tradução nossa).

MINUTA [...], 1825. AAV, Índice 1032, Segretaria di Stato, Esteri, Madrid, Rubrica 249, Busta 434, Fascicolo 2. Minuta di un atto di riconciliazione trai l'Portogallo, e il Brasile. 1825. (tradução nossa).

SOMAGLIA, 1824a. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Parigi, Rubrica 248, Busta 416, Fascicolo 1, Anno 1824. Minuta de despacho de Giulio Maria Cavazzi della Somaglia para Vincenzo Macchi, 23 maio 1824. (tradução nossa).

SOMAGLIA, 1824b. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 4. Minuta de despacho de Giulio Maria Cavazzi della Somaglia para Giacomo Felippo Franzoni, 30 nov. 1824. (tradução nossa).

SOMAGLIA, 1825a. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Minuta de despacho de Giulio Maria Cavazzi della Somaglia para Giacomo Felippo Franzoni, 21 jan. 1825. (tradução nossa).

SOMAGLIA, 1825b. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Minuta de despacho de Giulio Maria Cavazzi della Somaglia para Giacomo Felippo Franzoni, 30 jan. 1825. (tradução nossa).

SOMAGLIA, 1825c. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Minuta de despacho de Giulio Maria Cavazzi della Somaglia para Giacomo Felippo Franzoni, 31 mar. 1825. (tradução nossa).

SOMAGLIA, 1825d. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Minuta de despacho de Giulio Maria Cavazzi della Somaglia para Giacomo Felippo Franzoni, 30 abr. 1825. (tradução nossa).

SOMAGLIA, 1825e. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Minuta de despacho de Giulio Maria Cavazzi della Somaglia para Giacomo Felippo Franzoni, 30 maio 1825. (tradução nossa).

SOMAGLIA, 1825f. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Minuta de despacho de Giulio Maria della Somaglia para Giacomo Felippo Franzoni, 30 jun. 1825. (tradução nossa).

SOMAGLIA, 1825g. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Minuta de despacho de Giulio Maria Cavazzi della Somaglia para Giacomo Felippo Franzoni, 30 jul. 1825. (tradução nossa).

SOMAGLIA, 1825h. ASRS, AA.EE.SS., Brasile I, Anno 1825, Pos. 7, Fascicolo 139. Carta de Giulio Maria Cavazzi della Somaglia para Congregazione degli Affari Ecclesiastici Straordinari, 22 ago. 1825. (tradução nossa).

SOMAGLIA, 1825i. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Minuta de despacho de Giulio Maria della Somaglia para Giacomo Felippo Franzoni, 30 ago. 1825. (tradução nossa).

SOMAGLIA, 1825j. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Minuta de despacho de Giulio Maria della Somaglia para Giacomo Felippo Franzoni, 30 dez 1825. (tradução nossa).

SOMAGLIA, 1826a. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 5. Minuta de despacho de Giulio Maria Della Somaglia para Giacomo Felippo Franzoni, 30 jan. 1826. (tradução nossa).

SOMAGLIA, 1826b. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 6. Ofício de Giacomo Felippo Franzoni para Giulio Maria Cavazzi Della Somaglia, 25 mar. 1826. (tradução nossa).

SOMAGLIA, 1826c. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 6. Minuta de despacho de Giulio Maria Della Somaglia para Giacomo Felippo Franzoni 30 mar. 1826. (tradução nossa).

SOMAGLIA, 1826d. AAV, Índice 1032, SS, Esteri, Lisboa, Rubrica 250, Busta 442, Fascicolo 6. Minuta de despacho de Giulio Maria Cavazzi della Somaglia para Giacomo Felippo Franzoni, 26 out. 1826. (tradução nossa).

VIDIGAL, 1825. AHI, Cidade do Vaticano Ofícios - Secretaria de Estado (1824-1843) 408/1/4. Ofício de Francisco Corrêa Vidigal para Luiz José de Carvalho e Mello, 8 fev. 1825.

POLÍTICA, DIPLOMACIA E TRÁFICO DE ESCRAVOS NAS DISPUTAS DA INDEPENDÊNCIA E DO RECONHECIMENTO DO BRASIL

Guilherme de Paula Costa Santos

1. A abolição do tráfico de escravos e diplomacia: direcionamentos políticos

Acompanhando o desenrolar político da monarquia portuguesa no decorrer do biênio de 1821 e de 1822, Felisberto Caldeira Brant, de Londres, abriu comunicação direta com o gabinete do Rio de Janeiro, oferecendo-se como porta-voz do governo de D. Pedro em possíveis encontros com figuras de prola do gabinete londrino. Para ele, a abertura de conversação internacional era essencial para a execução da política encabelada pelo gabinete do Rio de Janeiro. Em sua avaliação, os encontros com as autoridades britânicas poderiam se revestir de um sentido político, pois indicariam a boa vontade britânica para

o governo sediado no Rio de Janeiro, separado e autônomo das Cortes portuguesas. No entanto, para além da definição das relações entre Rio de Janeiro e Lisboa, Caldeira Brant compreendia que a atenção e boa vontade diplomática britânica para o governo vulnerável de D. Pedro poderia favorecer a legitimação política do gabinete fluminense, afastando ameaças e questionamentos internos acerca da construção de um governo centralizado sob a direção do Rio de Janeiro (Brant, 1822a).

Nas primeiras cartas endereçada à José Bonifácio de Andrada, Secretário de Negócios Estrangeiros do gabinete do Rio de Janeiro, Brant indicava temas, pontos e argumentos que poderiam promover uma abertura de conversação com o gabinete britânico. Entre as sugestões de Brant ao Rio de Janeiro, a principal, capaz de mobilizar a atenção do Ministério de Londres, era a apresentação da proposta de abolição do tráfico de escravos, estipulada para 4 anos. O então Marechal de Campo avaliava que a oferta atrairia o governo e os políticos britânicos ao apoio das medidas tomadas por D. Pedro na América. Ainda divagando sobre a medida, Caldeira Brant apontava a possibilidade de uma satisfatória indenização do governo inglês, estimada em 4000 libras, a admissão do açúcar brasileiro na praça londrina, bem como a vantagem de fazer recair aos britânicos a medida da abolição, livrando o governo do Rio de desgastes políticos, uma vez que, em seu olhar, a maioria dos brasileiros era contra a medida da supressão (Brant, 1822d). A um só tempo, o futuro Marquês de Barbacena construía um tabuleiro no qual equacionava atuações diplomáticas, relacionando-as aos desafios políticos de D. Pedro para consolidar uma monarquia constitucional centralizada a partir do Rio de Janeiro na América.

A perspicácia de Brant, ao compreender a força política que a proposta da abolição do tráfico poderia concentrar, assentava em ampla trajetória nos meios diplomáticos. As ações do Conde de Palmela – D. Pedro de Souza Holstein – na direção das negociações dos interesses portugueses ainda no Congresso de Viena e, posteriormente, na direção da legação portuguesa em Londres durante os anos de 1817 e 1820 são um bom exemplo. De saída do cargo de embaixador para assumir a Secretaria dos Negócios Estrangeiros na sede da coroa no Rio de Janeiro, em 1820, o então, Conde de Palmela registrou, num longo ofício ao seu futuro sucessor, instruções diante de assuntos desafiadores nas lides diplomáticas. Entre elas, chamou a atenção para o debate sobre o tráfico de escravos e para as relações comerciais entre as duas coroas – negócios “dos mais interessantes e melindrosos” em sua avaliação (Holstein, 1820, p. 285-292).

A correlação entre tráfico e relações comerciais não se apresentava como mera listagem de assuntos. Palmela, desde pelo menos 1815, já havia unido esses dois temas nos colóquios diplomáticos realizados quando do Congresso de Viena. A plataforma inicial para as negociações do nobre português, à época, culminava na proposta de adoção da extinção total do comércio de africanos escravizados em troca da anulação do Tratado de Comércio de 1810. Vocalizando posicionamentos políticos de grupos mercantis sediados nas cidades do Porto e de Lisboa, que foram prejudicados pelas medidas adotadas pela Corte no Rio de Janeiro desde 1808 na América, o futuro Secretário de D. João VI, em 1815, alçava para o ambiente diplomático debates e discussões que definiam, orientavam e municivavam grupos no interior

do Império português. A escolha da coroa lusitana em permanecer na América acirrou ainda mais o antagonismo criado entre a proposta da abolição do tráfico pela anulação do Tratado de 1810, uma vez que ajudou a delinear interesses divergentes entre os Reinos do Brasil e de Portugal (Alexandre, 1993, p. 305-369).

A ação de Caldeira Brant em 1822, bem como as medidas tomadas por Palmela, em período anterior, demonstram uma faceta particular do debate acerca da abolição do tráfico, isto é, além da discussão diplomática, o debate também se definia como artimanha retórica orientada a angariar ganhos políticos a depender dos interesses e conveniências de diferentes grupos dispostos pelo Atlântico. A despeito da vasta produção historiográfica e de sua respectiva importância para a compreensão da História da Independência, o acompanhamento das negociações, muitas vezes consagrado ao desempenho dos diplomatas, pode eclipsar entendimentos diversos contidos no debate sobre abolição do tráfico de escravos. Melhor dizendo, a questão do tráfico entremeava assuntos políticos internos dos amplos territórios da monarquia portuguesa e se apresentava como pedra angular no debate político que se desenvolvia no Reino britânico em suas ações internacionais. Mais que isso, os gabinetes britânico, brasileiro e, também, por que não, o português empenhavam-se arduamente em consolidar governos, que se apresentavam politicamente instáveis – no caso dos governos do Rio de Janeiro e Lisboa – e compreendiam o desempenho nas rodadas diplomáticas como imprescindível para consolidação de uma ordem política. Antes, portanto, de uma mera permuta diplomática entre governos, a presença da proposta da abolição do tráfico de escravos nas ne-

gociações do reconhecimento da Independência ecoava disputas de grupos antagônicos pelo poder político e obedecia a projetos políticos das partes envolvidas nas negociações. Cabe, portanto, na rica e complexa rede diplomática, na qual se inseria o debate sobre a supressão do tráfico de escravos, delinear e buscar um entendimento dos significados políticos em meios às tratativas internacionais no interior do Império português.

2. Abolição do tráfico, a fundação do Império do Brasil e a historiografia

O estudo dos Tratados e Convenções, fruto das negociações anglo-portuguesas realizadas ao longo das décadas de 1810 e de 1820, foi compreendido de maneira diversa por historiadores que se dedicaram ao tema. Numa perspectiva, destaca-se a corrente que enxergou os colóquios acerca do tráfico de escravos como efeito direto da pressão exercida pelos representantes britânicos sobre os emissários portugueses e brasileiros. Cabe aqui salientar que esse ângulo se baseou, de um lado, no predomínio da ideia de civilidade difundida pelo Império inglês do século XIX, presente fortemente em trabalhos produzidos em Oxford até o período entre guerras (Marquese, 2012, p. 342). Celebrava-se, assim, por meio da autoridade historiográfica, a luta britânica contra o tráfico e, posteriormente, contra a escravidão nas Américas. Para o Brasil, a publicação na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1860 de um capítulo da obra de Augustus Granville Stapleton pode ter introduzido na historiografia brasileira a perspectiva britânica sobre o assunto (Stapleton, 1860; Santos, 2021, p. 189-214). A publicação refere-se à atuação de

Canning nas negociações com representantes do governo do Rio de Janeiro para a abolição do tráfico e do reconhecimento do Império. Os textos de C. K. Webster (1938, p. 53-54) também podem servir de exemplo para essa vertente. Não se pode negar que tal enquadramento se desenvolveu também em virtude do uso de fontes publicadas pelo arquivo do *Foreign Office* – e muitas vezes pré-selecionado por editores – em detrimento de outros acervos documentais. Fator que enfatizou as ações empreendidas pela diplomacia inglesa. Dessa maneira, a sequência dos acordos assinados com a Coroa portuguesa no Rio de Janeiro, em 1810, 1815, 1817 e, posteriormente, as negociações diplomáticas que culminaram na Convenção de 1826 para abolição do tráfico, denotaria o protagonismo dos diplomatas britânicos, tornando coadjuvantes os agentes portugueses e brasileiros.¹

Direcionando a investigação para o estudo das adversidades políticas da Corte no Rio de Janeiro, a produção de diplomatas de profissão e de historiadores brasileiros do século XX marcou profundamente os estudos acerca do tráfico de escravos e a política no período joanino e no I Reinado (Lima, [1901]; Accioly, 1927; Calógeras, 1998; Monteiro, 1982; Rodrigues, 1961). Nesse caso, a produção de Manuel de Oliveira Lima pode ter contribuído de maneira seminal para enquadramentos que privilegiaram as vicissitudes da Corte portuguesa no Brasil. Estudiosos – considerando suas diferenças – salientaram a resistência dos diplomatas portugueses diante das ações empreendidas por Lord Castlereagh na Europa. De suas perspectivas, afirmaram que, a despeito da

¹ Embora seja difícil enquadrar a produção historiográfica em nichos específicos e cada obra apresentar, por sua vez, particularidades e nuances, considero nessa vertente os textos de Manchester (1973; 1958) e de Pantaleão (1965).

série de Tratados assinados com a Grã-Bretanha durante a década de 1810, D. João, enquanto permaneceu no Rio de Janeiro, conseguiu conservar o tráfico ao sul do Equador livre de qualquer interferência (Berbel; Marquese, 2010).

Mas, para além da complexidade política do período joanino no Rio de Janeiro, chama a atenção também a forma pela qual se compreendeu as negociações diplomáticas em torno da Independência. Focadas nas rodadas de negociações entre o governo de D. Pedro e o gabinete britânico, que se estenderam entre 1822 e 1826, pesquisadores acompanharam argumentos e contra-argumentos e instruções dos respectivos gabinetes com fim de delinear a evolução diplomática para os acordos de reconhecimento do Império e da Convenção para a abolição do tráfico em 1826. Apresentando temas conexos à busca pelo reconhecimento, como abolição do tráfico, o posicionamento das potências europeias, a mediação da Grã-Bretanha através de seu ministro Canning, como também a listagem de personagens e a atribuição de protagonismos de um ou outro plenipotenciário, a produção historiográfica do século XX acabou por assumir um governo consolidado e invulnerável no Rio de Janeiro, cujos questionamentos e oposições não existissem ou já houvessem sido superados (Oliveira; Bittencourt; Costa, 2010).

Fugindo, portanto, do enquadramento ideológico britânico e da premissa – também ideológica – de que as negociações diplomáticas refletiam orientações de um Estado e de uma nação concluídos e já estabelecidos em 1822, a proposta para compreender os colóquios diplomáticos da época da Independência acerca da abolição do tráfico como vetores de projetos políticos em disputa

passa a ser um caminho possível de investigação (Pimenta, 2002, p. 15-25).

Essa reorientação dos estudos sobre o debate diplomático acerca do tráfico e sobre o reconhecimento do Império ganha fundamento se a relacionarmos com recentes problematizações sobre as disputas internacionais presentes no Atlântico durante o início do século XIX. Historiadores que se dedicam ao tema da escravidão têm procurado entender melhor as ligações entre a instituição escravista e a formação do capitalismo. Nesse caso, antes de separar em realidades distintas, o desafio se apresenta em identificar as relações das áreas escravistas da América com as regras do livre-mercado construídas sob a batuta britânica no Atlântico. Dessa maneira, compreender como a escravidão do século XIX promoveu o enriquecimento dos habitantes residentes nas Américas, num novo mundo pautado pela liberdade econômica, pode esclarecer melhor a conduta dos negociadores na época da independência em relação ao tema da supressão do tráfico.

A essa ponderação se soma também os estudos em torno da formação do Estado e da Nação brasileiros, em grande medida realizados a partir do início dos anos 2000. Combatendo a hipótese da existência da nação brasileira desde a época da colonização portuguesa na América, bem como a da compreensão de que o Estado brasileiro havia sido o responsável pela formação da nação, a contribuição dos estudos sobre a fundação do Império delinearam as mais variadas fissuras políticas presentes na fundação do Estado, identificaram grupos e projetos políticos derrotados, como também registraram as manifestações, dúvidas e questionamentos acerca do governo imperial estabelecido no

Rio de Janeiro desde o início do século XIX (Oliveira; Bittencourt; Costa, 2010; Jancsó; Pimenta, 2000; Bittencourt, 2009; Slemian, 2009; Oliveira; Pimenta, 2022).

Nesse ponto de vista, as discussões acerca da abolição do tráfico, num momento de expansão econômica, bem como de abertura política com possibilidades variadas de construção de pactos sociais – desde a monarquia constitucional até a república – podem contribuir para o estudo da forma de atuação do corpo diplomático durante a independência, construindo novos enquadramentos e indicando novos aspectos a serem estudados no futuro.

3. O debate sobre abolição do tráfico e os delineamentos políticos do Império português (1815-1821)

Em 1814, tencionando participar do Congresso de Viena, a Corte do Rio de Janeiro enviou uma delegação portuguesa à capital austríaca. Chefiada por D. Pedro de Sousa Holstein, Conde de Palmela, nobre português, nascido em 1781, Palmela participou das discussões que resultaram no Tratado de Paz de Paris de 30 de maio de 1814 (Alexandre, 1993, p. 305). A delegação também era composta por Antônio Saldanha da Gama, nome que possuía experiência nos cargos administrativos do Atlântico, pois havia sido ex-governador de Angola e do Maranhão e, conseqüentemente, conhecedor da dinâmica do tráfico nos territórios portugueses. Por fim, a Corte fluminense havia indicado também D. Joaquim Lobo da Silveira, naquele momento cumprindo funções públicas como embaixador português em São Petersburgo (Aguiar, 1814a *apud* Biker, 1879, p. 154-160; Serrão, 1994, p. 304).

As indicações respeitavam um propósito muito bem definido. O governo de D. João colocava-se em oposição a qualquer negociação relativa à extinção do tráfico de escravos. Na verdade, restringia a ação da missão diplomática no Congresso em garantir indenizações acerca de apresamentos realizados por cruzadores britânicos durante 1811 e 1813 e já prevenia seus representantes de possíveis argumentações a favor da abolição apresentadas pelos emissários ingleses. Por isso, a indicação de um ex-governador de Angola, conhecedor das rotas traficantes far-se-ia importante na avaliação da Corte de D. João. Para alavancar essa postura em Viena, a Corte buscava apoio de outras potências, buscando uma aproximação do Czar Alexandre, uma vez que relativizaria o posicionamento britânico mais efetivo contra o tráfico (Alexandre, 1993, p. 291-310). Daí a indicação do embaixador português na Rússia.

Todavia, a linha de conduta construída pela Corte de D. João não obteve o sucesso planejado. Surgia, já no início dos colóquios, uma forte proposição britânica em favor de se abolir imediatamente o tráfico ao norte do Equador. Além disso, não foi possível contar com o apoio diplomático do Czar Alexandre que, contrariamente aos desejos portugueses, referendou as ponderações de enviado inglês. Diante disso, Palmela elaborou uma nova base de negociação, sem anuência da Corte. A certa altura das tratativas, o plenipotenciário português negociou a solicitação inglesa de extinguir o tráfico ao norte do Equador e de abolir totalmente o tráfico no Atlântico em oito anos. Em compensação, apresentava as seguintes condições: receber indenização do governo inglês pelas apreensões realizadas pela *Royal Navy* ocorridas em alto-mar entre 1811 e 1814; remir a dívida de 600 mil libras da

Corte portuguesa decorrente de empréstimo feito ao governo britânico em 1809; anular o artigo secreto do Tratado de Aliança e Amizade de 1810; e declarar plenamente nulo o Tratado de Comércio de 1810, ressaltando a vigência das estipulações do respectivo tratado por um ano (Memorandum, 1814 *apud* Biker, 1879, p. 225-227; Alexandre, 1993, p. 309-310).

A oferta de Palmela não era nova. Ela já havia sido apresentada aos representantes britânicos no decorrer das tratativas de Paz de maio de 1814. De qualquer forma, as condições do representante português não conquistaram a atenção dos ingleses. Castlereagh assumiu não ter instruções para negociar o fim do Tratado de Comércio de 1810, além de considerar as solicitações extravagantes. Porém, vale registrar, com exceção da anulação do Tratado de Comércio, as outras estipulações foram acolhidas pelo gabinete britânico tanto que passaram a figurar no Tratado anglo-português, assinado em janeiro de 1815, que aboliu o tráfico ao norte do Equador. Dessa maneira, a Coroa portuguesa se comprometia a abolir do tráfico ao norte do Equador sem nada estipular sobre a extinção do comércio negreiro ao sul da linha.

Claro que para os plenipotenciários lusitanos, o problema principal residia na aceitação da oferta de se abolir imediatamente o tráfico ao norte do Equador. Em ofício ao Rio de Janeiro, justificando sua linha de negociação, Palmela argumentou que ao aceitar a proposta de extinção imediata do tráfico ao norte do Equador, poderia conservar e proteger o comércio negreiro ao sul. Em outras palavras, ao suprimir a prática acima da linha equinocial, criaria, simultaneamente, “*um espaço para o tráfico de escravos inequivocamente legal, coberto pela letra do acordo*” (Holstein;

Gama; Silveira, 1814 *apud* Biker, 1879, p. 201, grifo nosso). Foi pelo menos dessa forma que o chefe da delegação lusitana tentou defender a anuência a proposição de abolição imediata ao norte do Equador.

Para a Corte do Rio de Janeiro, entretanto, o *imbróglío* não poderia ter se encaminhado por estes termos: nem pela abolição imediata do comércio negreiro ao norte do Equador, nem pela projeção (ainda que negociável) da abolição total em um prazo de oito anos. Através de seu Secretário dos Negócios Estrangeiros, Marquês de Aguiar, o governo de D. João ponderou que:

[...] não há compensação alguma equivalente ao que sofreria o Brasil com a perda de braços necessários para a sua agricultura. Esta verdade é tão notória e óbvia, que um Soberano não poderia tratar e cumprir amigavelmente com outra Potência uma estipulação tão ruínosa, sem esperar da parte dos seus vassallos um descontentamento correspondente aos prejuízos que sofreriam (Aguiar, 1814b *apud* Biker, 1879, p. 190-195).

A despeito da avaliação inglesa no tocante a barganha de se extinguir totalmente o tráfico no Atlântico pela anulação do Tratado de Comércio, vale a pena intensificarmos as diferenças de posicionamento no interior do Império português. Grande parte dos representantes diplomáticos residentes nas Cortes europeias ecoavam anseios e demandas de setores sociais sediados no Reino. A insatisfação de negociantes portugueses residentes em Londres e em Portugal concorria diretamente com os ingleses no transporte de mercadorias entre América e Europa. Outros

setores portugueses do Reino europeu também eram prejudicados pelas decisões da Corte instalada no Rio de Janeiro. Não era sem razão, por exemplo, que D. José Antonio de Menezes e Sousa, um dos governadores do Reino europeu, elaborava um plano de reformas pedindo à Corte do Rio de Janeiro que, dentre várias medidas, protegesse os produtos do Reino como o vinho, o sal, os panos de lã, através de privilégios tributários nos portos da América portuguesa. Em parte, a postura dos governadores do reino e de setores proprietários europeus devia-se ao estado de penúria econômica em que Portugal se encontrava (Alexandre, 1993, p. 391-392). Tanto que os governadores do Reino procuraram pressionar a Corte do Rio de Janeiro para elaborar medidas a fim de remediar o estado de pobreza e miséria de Portugal, principalmente a ruína da agricultura que atravessava o território europeu. Assim, solicitaram em uma carta a D. João que “só a Real presença dará a felicidade a este Povo e poderá *regenerar* esta nação que não suspira por outra fortuna que a de ver Vossa Majestade” (Vargues, 1997, p. 51, grifo nosso).

Palmela, entre outros diplomatas, expressava justamente essa visão do império português e do futuro da monarquia. Em carta para outro embaixador, o Conde de Funchal, afirmava que buscava um acordo para por fim as ações dos cruzadores ingleses e conquistar por mais algum tempo o tráfico lícito, “*mesmo que horrendo*”. Entretanto, também salientava que:

[...] peor he que Portugal esta em decadência de commercio, de riqueza, de allegria, de população, de tudo; eu estou persuadido de que já vamos chegando á crise na qual sera indispensavel adoptar hum

systema differente e ver como se hão de amalgamar de hum modo o interesse americano e o interesse europeu (Holstein, 1814).

As posições assumidas por Palmela davam guarida a grupos portugueses europeus que se viam prejudicados pelas medidas implantadas pela Corte no Rio de Janeiro desde 1808. A construção na Corte de uma linha política mais próxima dos interesses americanos em detrimento dos interesses da parte europeia expressou-se com maior ênfase a partir de 1815, com a elevação do Brasil a condição de Reino unido a Portugal, e é possível medir tal tensão através das proposições dos emissários portugueses relativas ao tráfico de escravos.

As ações da legação portuguesa em Londres, durante o biênio de 1816 e 1817, definiram-se em grande medida pela atuação relativas à questão do tráfico. Procurando fazer cumprir compromissos firmados no Tratado para abolição ao norte do Equador, os embaixadores lusitanos não se cansaram de cobrar o cumprimento do Tratado, o qual estabelecia o pagamento de indenizações para apreensões de navios traficantes pelos cruzadores ingleses ocorridas entre 1811 e 1813. Por outro lado, o gabinete de Londres pressionava a Corte do Rio de Janeiro para combater a prática do comércio de africanos que se mantinha acima da linha equinocial em total desrespeito ao acordo diplomático. Dada a dificuldade, Palmela ainda lutou para obter assento nos ciclos de conferência para a extinção do tráfico ocorrida em Londres sem o convite para a participação dos embaixadores português e espanhol durante o ano de 1817 (Santos, 2009, p. 51-105). Com o ambiente político desfavorável e acompanhando os debates

parlamentares, bem como os periódicos britânicos, Palmela não tinha dúvida que a supressão total do tráfico de escravos era uma questão de tempo e em seus ofícios pressionava a Corte do Rio de Janeiro a entrar em negociação e obter vantagem enquanto havia, a seu ver, tempo (Santos, 2009). A força argumentativa do embaixador português, relatando ao governo do Rio reverses diplomáticos pós-Viena fez com que a Corte sopesasse algumas posições. Afora isso, Palmela não perdia oportunidade de informar nos mínimos detalhes a dificuldade com que se colocava nas rodadas diplomáticas em torno do tráfico. É muito presente na sua correspondência de Londres para o Rio a consideração de que a abolição do tráfico seria apenas uma questão de tempo.

Já no Rio de Janeiro, muito provavelmente em virtude do quadro pintando por Palmela, em 1816, D. João solicitou um parecer a Anselmo Correa Henriques para refletir sobre as proposições do embaixador (Parron, 2011, p. 49). O Diplomata e Conselheiro de Estado Anselmo Henriques elaborou um estudo no qual apresentaria as vantagens da anulação do Tratado de Comércio pela supressão total do tráfico (Henriques, 1816, p. 1r-1v; Santos, 2009, p. 135-138).

A exposição de Correa Henriques, concluída em 31 de janeiro de 1816, tinha o objetivo de apresentar possíveis soluções ao dilema estabelecido pelos interesses americanos em contra-posição à pressão externa britânica e à pressão interna exercida por segmentos diversos do Império português. Henriques teceu várias considerações sobre o Tratado de Comércio, de pormenor em pormenor, indicou que as estipulações se encontravam fundadas no princípio da reciprocidade, resultando mais vantagens que

desvantagens a Portugal (Henriques, 1816, p. 2). Enumerando mais benefícios que prejuízos, Henriques arrematou sua avaliação sobre o Tratado fazendo uma ressalva: se o acordo fosse danoso aos interesses de Portugal, o ajuste diplomático previa a reforma dos artigos em 15 anos após a ratificação. Ora, tal aspecto retirava, na sua visão, qualquer desconfiança acerca do Tratado: o acordo não representava um contrato prejudicial perpétuo no qual a monarquia portuguesa estaria confinada (Henriques, 1816, p. 4). Tudo poderia ser negociado novamente em 1825.

O perigo de ruína para a “*indústria portuguesa*”, nas palavras de Henriques, não se apresentava pela existência do Tratado de Comércio, mas, sim, pela abolição do tráfico ao sul do Equador. Para o conselheiro, a América portuguesa dependia dos escravos e, se o tráfico fosse abolido, não haveria formas de remediar a cultura das terras para o futuro. Nesse sentido, questionava retoricamente: “abolir o Tráfico da Escravatura desde já ao Sul da linha, que golpe não vai dar não só na percepção dos Direitos Reais, mas também na agricultura do Brasil em todos os ramos da indústria Nacional? (Henriques, 1816, p. 5).

A avaliação de Anselmo Henriques pode ser explicada pela grande presença de negociantes abastados, envolvidos no tráfico e na expansão de seus investimentos em propriedades ao redor da Corte. Tais negociantes participavam dos órgãos diretivos de governo desde o final do século XVIII e alcançaram grandes cargos com a chegada da família real no Rio de Janeiro (Gorenstein, 1978, p. 50; Lenharo, 1993; Oliveira, 1999, p. 92-93; Florentino, 1997, p. 205). Não será preciso dizer que o parecer do conselheiro obteve grande recepção no governo de D. João. Coincidência

ou não, a proposta de cessar totalmente o tráfico em troca da anulação do Tratado deixou de ser cogitada pela Corte e passou a ser o princípio de qualquer instrução diplomática acerca do comércio de africanos entre Brasil e África (Santos, 2009, p. 132-143). A argumentação de Palmela de que a anulação do Tratado de Comércio seria uma vantagem, já que a abolição do tráfico seria uma questão de tempo, perdia a sua validade (Alexandre, 1993, p. 397-368).

Diante de perspectivas econômicas diversas, que envolviam decisões diretamente ligadas a dinâmica mercantil do império português, a Corte procurou protelar as negociações sobre tráfico de escravos e sobre reformas no Tratado de Comércio. A distância em relação a Europa se constituía em um benefício político que garantia ao governo de D. João a execução de suas ações, como a manutenção do tráfico, sem as pressões diplomáticas mais incisivas das Cortes do velho mundo (Alexandre, 1993, p. 336). Para o governo joanino, portanto, a formulação de “um sistema diferente” para os territórios da monarquia portuguesa, pautada pelo fim do Tratado de Comércio de 1810 e tão desejada por Palmela, não se relacionava à supressão do tráfico. O peso dos setores americanos sobre a Corte do Rio inviabilizava a linha político-diplomática que Palmela construía e tentava implantar nas tratativas internacionais, bem como, tentava sem sucesso, influir nos círculos próximos ao monarca.

Esse delineamento político do interior do império português enfatizado pelas discussões acerca da extinção do tráfico de escravos foi renovado a partir da assinatura de um outro diploma ligado ao tráfico, a Convenção de 1817. Depois da assinatura

desse documento que assegurava aos cruzadores ingleses a visitar e apreender navios lusitanos suspeitos de praticarem tráfico de escravos acima da linha do Equador, os debates internacionais sobre a abolição do tráfico no início de 1818 realizados em Londres e, posteriormente, no Congresso de Aix-la-Chapelle, levaram a posição do governo do Rio de Janeiro a um patamar muito mais sólido na defesa do tráfico ou, por assim dizer, no direcionamento político da monarquia a partir dos interesses dos habitantes do reino americano em detrimento aos súditos residentes no reino europeu. Diante das resistências e insistências de Palmela, o novo Secretário dos Estrangeiros, Tomás Antônio Vilanova Portugal, ordenava-lhe a não entrar em nenhuma negociação sobre o comércio de escravos, sob pena de perder seus plenos poderes (Portugal, 1818).²

As palavras de Tomás Antônio são contundentes: a posição da Corte já estava tomada e nela não se incluía a anulação ou reforma do Tratado de Comércio pela abolição do tráfico. A importância dos interesses dos traficantes, sediados na América para o governo lusitano, viabilizava a entrada de capitais estrangeiros, associados a casas traficantes do Rio de Janeiro, e garantia o desenvolvimento da economia e a consolidação do Estado português na América (Miller, 1988, p. 505-506; Conrad, 1985, p. 141-148).

O estudo das relações diplomáticas durante a década de 1810 pode oferecer fortes indicações para a compreensão das ações políticas encaminhadas a partir de 1820. Em grande medida, argumentos, especificações de circunstâncias e análise conjuntural do

² A questão diz respeito aos debates ocorridos após a Convenção de 1817 (Santos, 2009).

estado do império português estão presentes nos libelos dos futuros revolucionários do Porto, cuja direção mais moderada, isto é a construção de uma monarquia constitucional – atribuiu-se a Palmela (Bonifácio, 2010, p. 27). Do mesmo modo, todas as argumentações na defesa da continuidade do tráfico de escravos realizadas pelos representantes do governo de D. Pedro ao longo da década de 1820 também possuíram forte aproximação aos libelos difundidos pelas instruções do Rio de Janeiro na época de D. João. É possível entrever, portanto, mais que batalhas argumentativas nas arenas diplomáticas, isto é, nas tomadas de posições irreduzíveis de um ou outro protagonista nasciam diferentes projetos políticos que se delinariam no interior do Império português.

4. A abolição do tráfico e a disputa entre a Monarquia Constitucional portuguesa e o Império do Brasil

Com as disputas advindas a partir da eclosão da Revolução do Porto e, conseqüentemente, a construção de um governo constitucional, as ações diplomáticas em torno do tráfico assumiriam um novo ambiente político. O retorno de D. João a Portugal, a elevação da regência de D. Pedro e a luta por sua consolidação no Brasil promoveriam, por assim dizer, um aumento da complexidade sobre o debate internacional acerca do tráfico e da sua respectiva supressão. No entanto, as discussões serão instrumentalizadas dada a situação política na qual se encontrava o território português no início da década de 1820 e que redundariam na fundação de um governo autônomo no Brasil ou mesmo na separação política dos territórios americano e europeu da monarquia portuguesa.

Conforme acompanhamos, Felisberto Caldeira Brant, em carta de 1 maio de 1822, abria comunicação direta com o gabinete do Rio de Janeiro a fim de contribuir com sugestões e estratégias políticas para execução do governo de D. Pedro. Na arena internacional, ainda se oferecia como agente de governo para entabular conversações com representantes do governo britânico. De Londres – e não do gabinete de governo de D. Pedro no Rio de Janeiro – emergiam palpites, sugestões e orientações para as futuras ações políticas a serem tomadas no Brasil. O Marechal, até então, não ocupava cargo político e seria nomeado enviado de negócios da Corte fluminense apenas em despacho de agosto de 1822. E só em outubro daquele ano tomou conhecimento de seu cargo quando as credenciais emitidas do Rio de Janeiro alcançaram Londres. Durante quase todo ano de 1822, Caldeira Brant manteve comunicação com o governo de D. Pedro, instruindo ações, direcionando posicionamentos e delineando condutas políticas (Brant, 1822c *apud* Vasconcellos *et al.*, 2018, p. 163-166; Brant, 1822d *apud* Vasconcellos *et al.*, 2018, p. 166-167). De Londres, vale mais uma vez repetir, Caldeira Brant sugeria, a seu juízo, os passos que, porventura, o governo de D. Pedro deveria seguir.

Na primeira carta endereçada a José Bonifácio no Rio de Janeiro, o debate pela abolição do tráfico mais uma vez se apresentava como moeda retórica. Agora, no entanto, obedecendo uma nova configuração política, pois seria utilizado como argumento nas tratativas do reconhecimento da independência. Das considerações do Marechal Brant, é possível relativizar o papel da, assim chamada, pressão inglesa ou, pelo menos, ampliar signifi-

cados e compreensões acerca da proposta de extinção do tráfico na década de 1820, assim como, o debate sobre a abolição do tráfico no período joanino mostrou.

A iniciativa de Brant em abrir correspondência com o Rio de Janeiro deve-se muito ao ambiente político em que se encontrava em Londres. Da capital britânica, Brant tinha acesso aos jornais portugueses publicados tanto em Londres como em Lisboa; mantinha fácil comunicação com deputados brasileiros nas Cortes, bem como acompanhava os debates realizados do Parlamento britânico e a opinião pública em torno de questões que mobilizavam a população inglesa da época. A depender do que lia, conversava e escutava, Brant construía panoramas políticos que o levava a se preocupar com a manutenção e fortalecimento do governo do Rio de Janeiro sob a direção de D. Pedro. Justificando sua missiva a Bonifácio, o futuro Marquês de Barbacena salientava sua preocupação acerca de uma pretensa ocupação de Santa Catarina das tropas portuguesas. Além da ocupação, o rumor ainda ecoava o reconhecimento de todas as formas de governo que se estabeleceriam no Brasil com intuito de enfraquecer o gabinete fluminense. O rumor, ainda na escrita de Brant, englobava os planos do governo português de conceder a França a parte norte do Rio Amazonas para obtenção de apoio contra o governo do Rio Janeiro. Tais rumores, afirmava, havia ouvido dos novos diplomatas portugueses que foram designados para ocupar os postos das legações a partir do final de 1821 (Brant, 1822b *apud* Vasconcellos *et al.*, 2018, p. 165; Santos, 2022, p. 94). Em meio a esse cenário, Brant recorreu a proposta da supressão do tráfico como argumento decisivo para conquista o reconhecimento do

governo do Rio em espaço internacionais, contribuindo, assim, para sua consolidação nas disputas contra as Cortes, bem como para dirimir questionamentos e resistências presentes em território americano.

Se Felisberto Caldeira Brant lançava mão da abolição do tráfico para conseguir uma abertura de negociação e posterior reconhecimento britânico do governo de D. Pedro no Rio de Janeiro baseado nessa experiência diplomática anterior, seguramente ele utilizava a plataforma pelo acompanhamento dos acenos políticos dos deputados portugueses nas Cortes de Lisboa. Em comunicação com os deputados do Brasil que compunham a Assembleia em Lisboa, Brant se preocupava com as notícias que lia pelos periódicos portugueses ou mesmo pelas mensagens de brasileiros em Portugal. Convencidos da possibilidade de trocar abolição do tráfico pela anulação do Tratado de Comércio 1810 ou mesmo cientes de que a proposta da abolição poderia aproximar e garantir a simpatia britânica pelo governo das Cortes em prejuízo da regência de D. Pedro no Rio de Janeiro, os deputados portugueses nas Cortes não hesitavam em propagar seu apoio a abolição, questão que preocupava Felisberto Brant e o obrigava a se colocar na disputa contra a continuação do tráfico diante do governo inglês.

Desde 1821, o tema da escravidão e do tráfico já figurava na tribuna constituinte associado às disputas entre o governo das Cortes e a regência de D. Pedro. Inicialmente, apresentado na tribuna da Assembleia, o tema foi colocado de lado, à espera da chegada dos representantes americanos para a continuidade do debate (Marques, 1999, p. 157-159; Berbel; Marques; Parron, 2010, p. 152).

Em março de 1822, um deputado, eleito pela Bahia, Domingos Borges de Barros, discursou em favor da abolição do tráfico dentro de um prazo de 6 anos. Em abril do mesmo ano, debruçados sobre o Relatório da Comissão do Ultramar, o tema voltou a ser discutido em torno das potencialidades agrícolas e comerciais das colônias africanas. Ainda no mesmo mês, o tema voltou a aparecer sutilmente no debate sobre as relações comerciais entre Brasil e Portugal (Berbel; Marquese; Parron, 2010, p. 155; Capela, 1979, p. 65-67; Marques, 1999, p. 160-162).

Diante da resistência no rearranjo comercial que pudesse beneficiar o comércio português, o Deputado Borges Carneiro indicava a possibilidade de se proibir o tráfico das possessões portuguesas para o Brasil. Em seu discurso, afirmava que

[...] suportar esse monstruoso e vergonhoso decreto de 1808, que nos obriga a receber exclusivamente os gêneros do Brasil, sem sequer obrigar o Brasil a receber também exclusivamente o nosso pouco vinho. Se tomássemos para esse caminho, os gêneros da produção do Brasil com muita dificuldade se lhe extrairiam; não sei o que faríamos sobre a saída dos escravos das nossas possessões africanas para o Brasil (Marques, 1999, p. 184).

Entretanto, com o aprofundamento do conflito entre Cortes e governo de D. Pedro, principalmente com a chegada da notícia no Reino europeu da permanência do Príncipe Regente no Brasil, passou a ser difundida pelos periódicos lisboetas, adeptos da manutenção da união dos territórios americano e europeu da monarquia lusitana, a abolição imediata do tráfico como for-

ma de contra-atacar as posições do gabinete do Rio de Janeiro (Marques, 1999, p. 182-184). Brant, em Londres, preocupava-se com o movimento retórico em favor da extinção do tráfico, encarava a medida como forte argumento que poderia mobilizar o gabinete britânico e, a partir daí, demais gabinetes europeus a decidirem contra o governo de D. Pedro.

Além dos periódicos, a discussão na tribuna das Cortes portuguesas alcançava o governo britânico por meio da correspondência de seus diplomatas, residentes em Lisboa. De certo modo, com a indicação favorável para a abolição pelos deputados portugueses se pretendia angariar o apoio britânico para a consolidação da monarquia constitucional em Portugal. Desse modo, o espaço diplomático também favorecia a transmissão de mensagens para o governo britânico em relação à boa vontade do gabinete de Lisboa diante da abolição do tráfico. O então Secretário de Negócios Estrangeiros do governo de D. João VI, Silvestre Pinheiro Ferreira, procurando conter gastos do governo, buscava em primeiro lugar, abolir os empregos permanentes que se mantinham no tribunal da Comissão Mista sediada no Rio de Janeiro. O tribunal misto havia sido edificado pela Convenção de 1817 e tinha o objetivo de julgar os navios apreendidos por realizarem tráfico ao norte da linha do Equador. A comunicação desse ajuste para o governo britânico, orientava Pinheiro Ferreira, deveria ser cautelosa, justamente para que as autoridades inglesas não desconfiassem de intenções *sinistras*, isto é, do descumprimento dos acordos diplomáticos (Ferreira, 1821, p. 32-34v).

Em meados de 1822, em atuação conjunta com o ministro espanhol, o governo português planejou a transferência da

Comissão Mista, sediada em Serra Leoa, para as Ilhas Canarias. A proposta ia ao encontro das intenções de conter gastos de governo. Entretanto, confienciava Silvestre Pinheiro Ferreira a Cristóvão Pedro de Moraes Sarmiento, novo encarregado de negócios lusitanos em Londres que as pretensões de Luiz Onis, representante de sua Majestade Católica, era afastar das costas africanas os cruzadores britânicos que viessem a visitar e aprender navios traficantes. Todavia, sublinhava que as intenções do governo de Lisboa na mudança da sede da Comissão recaiam simplesmente na economia dos gastos, bem como em preencher os cargos acordados pelo diploma de 1817, uma vez que era muito difícil encontrar pessoas que se destinassem a seguir para Serra Leoa. O gabinete, portanto, procurava realizar ajustes, acomodações no tocante aos acordos relativos ao tráfico com grande cuidado retórico. Nesse caso, as instruções faziam menção expressas em cumprir o acordo de 1817, condenando as pretensões do enviado espanhol (Ferreira, 1822a, p. 100-100v). A mensagem procurava aproximar o governo de Lisboa ao gabinete britânico, buscando afastá-lo das tentações em prol do reconhecimento do governo do Rio de Janeiro. Para isso, manter posição a favor do cumprimento dos tratados e convenções contra o tráfico seria a base para a conquista do apoio político à união dos territórios da monarquia portuguesa.

Todavia, a utilização do debate sobre tráfico como instrumento político se mostrou mais claramente para o gabinete de D. João VI quando da chegada na Europa do Manifesto às Nações de 6 de agosto de 1822, elaborado pelo governo de D. Pedro. O conteúdo do documento, produzido no Rio, condenava as Cortes

de Lisboa por tornar “*cativo*” D. João, desviando-se das determinações do Rei. Mais que isso, o gabinete fluminense denunciava o ataque e a coação sobre a Regência do Rio de Janeiro e, por isso, apresentava às nações o príncipe regente como salvador do Brasil e de Portugal. O manifesto ainda solicitava às nações que continuassem a manter relações com o Reino do Brasil, enviando ou renovando a estada de ministros e agentes diplomáticos, enquanto durasse o *cativo* de *el-rei* pelas Cortes (Manifesto [...], 1972, p. 117-134).³

Diante da peça diplomática, o enviado de negócios britânico em Lisboa, Mr. Ward remeteu a Secretaria de Negócios Estrangeiros do Reino português um ofício avisando a Corte portuguesa da intenção inglesa de autorizar seus cruzadores no Atlântico a apresarem embarcações traficantes sob a bandeira portuguesa. O encarregado britânico em Lisboa, interpretava os artigos da Convenção de 1817 a partir da nova disposição política do império português. Se o diploma regulava a prática de patrulha, visita e apreensão sobre navios entre territórios lusitanos, a nova configuração política dos territórios da monarquia, marcada pela separação dos governos americano e europeu, autorizaria os cruzadores britânicos a apresarem embarcações portuguesas. Em sua argumentação, dado o “Ato de Independência”, assim chamava o Manifesto às Nações do governo do Rio, Ward ressaltava a alteração das relações até então acordadas para a questão do tráfico (Ward, 1822).

³ Para uma leitura específica da operação política do Manifesto consultar Santos, 2022, p. 123-125; Bittencourt, 2009, p. 197.

Diante da sondagem realizada por Ward, Silvestre Pinheiro Ferreira respondeu de maneira enérgica a posição do encarregado britânico. Para o Secretário de Negócios Estrangeiros, a proposta inglesa, além de se basear em um documento sem validade diplomática, se definia pela sua contradição. Entre outros argumentos, afirmava que se o estado político em que se encontravam as relações entre Brasil e Portugal levasse a uma alteração das interpretações da Convenção de 1817, Pinheiro Ferreira redarguia indicando a anulação dos demais Tratados e Convenções assinados por D. João durante seu período no Rio de Janeiro. Assim, enfatizava a inobservância, portanto do Tratado de Comércio de 1810. Mais uma vez, a abolição do tráfico em troca da anulação do Tratado de Comércio de 1810 pautava as relações diplomáticas (Ferreira, 1822b, p. 148v-157v). A resolução de questões internacionais das mais complexas também passaria, portanto, por vantagens a serem conquistadas no campo político interno lusitano.

Se por um lado, deputados das Cortes e o gabinete português se relacionavam com a questão da abolição do tráfico, ventilando posições públicas e criando espaços de debates entre enviados diplomáticos, por outro lado, Brant, em Londres, enxergava tais movimentações danosas para o governo do Rio de Janeiro, distante desses espaços e incapaz de atuar politicamente. Não à toa, Brant se ressentia de não haver recebido quaisquer instruções acerca da proposta da supressão do tráfico que havia enviado ao governo de D. Pedro.

Sua carta de nomeação como encarregado de negócios, escrita em agosto de 1822, no Rio, e entregue somente em outubro de 1822, em Londres, nada orientava sobre o assunto. Embora te-

na obtido encontros com secretários britânicos e sondasse suas respectivas recepções acerca da proposta, o Marechal de Campo titubeava em assinar qualquer documento nessa base negocial, uma vez que não possuía instrução do governo do Rio de Janeiro. O silêncio do gabinete fluminense levou a se queixar em carta a José Bonifácio, afirmando conceber que a abolição ocorreria “em curto espaço de tempo, queira ou não o Brasil”. Mais que isso, enfatizava sua preocupação considerando que o gabinete de Lisboa a concederia “diante da mais leve requisição inglesa” (Brant, 1822e *apud* Vasconcellos *et al.*, 2018, p. 203).

Ainda em novembro de 1822, mesmo sem autorização do governo do Rio de Janeiro para assentar qualquer compromisso em relação ao tráfico, Caldeira Brant, em audiência com Canning, reportou a José Bonifácio, no Rio de Janeiro, a indagação do ministro inglês acerca da garantia da determinação da abolição pelo governo do Rio de Janeiro em troca do reconhecimento inglês. Brant enfatizou a posição filantrópica de D. Pedro e sua posição contra o comércio de africanos escravizados, muito embora afirmasse que nem ele

[...] nem pessoa alguma podia na Europa garantir que o Príncipe Regente fizesse tal ou tal coisa. Para ele, a exaltação pública por um lado, das intrigas e hostilidades das Cortes por outro, e finalmente pela falta de reconhecimentos dos Soberanos Aliados, o Príncipe Regente seria obrigado a fazer não quanto quiser, [...] mas sim quanto for possível segundo as circunstâncias (Brant, 1822f *apud* Vasconcellos *et al.*, 2018, p. 206).

Brant enfatizava a importância do reconhecimento internacional para a consolidação do governo do Rio, pois enfraqueceria a exaltação pública e solaparia as intrigas políticas. Uma vez reconhecido pelos ingleses e por demais potências, o governo poderia ter força política mais efetiva para executar, em suas palavras, “o quanto quiser a partir da avaliação mais acertada” (Brant, 1822f *apud* Vasconcellos *et al.*, 2018, p. 206).

A resposta do governo de D. Pedro só foi enviada a Londres em fevereiro do ano seguinte, 1823, retirando do Marechal Caldeira Brant qualquer iniciativa em relação ao tráfico de escravos, bem como ponderando que a medida da abolição seria realizada mediante decisão de uma Assembleia Constitucional a ser eleita no Brasil. A partir daí, a discussão do tráfico e da abolição, uma vez disputada ao longo de 1822, passaria a ser realizada no Rio de Janeiro, obedecendo as oscilações das disputas políticas que se estabeleceriam entre os deputados eleitos para a Assembleia Constitucional.

Ao longo de 1823, os debates internacionais em torno do reconhecimento do Império do Brasil e da abolição do tráfico de escravos ocorreram entre as autoridades do governo de D. Pedro e os agentes ingleses instruídos para as tratativas. Henri Chamberlain, encarregado de negócios britânicos no Rio de Janeiro, tornava-se o responsável por desenvolver as tratativas com as figuras políticas brasileiras. Ainda no primeiro semestre de 1823, Lord Amherst, a caminho da Índia, também havia sido instruído a entabular colóquios com o gabinete fluminense a fim de, se possível, encaminhar o tema da abolição.⁴

⁴ Para o acompanhamento detalhado das tratativas que se desenrolaram no

No entanto, a discussão diplomática a partir de 1823 assumiria novos contornos políticos. A Assembleia Constituinte no Rio de Janeiro também se apresentaria como palco para debates e articulações políticas em torno das tratativas internacionais para o reconhecimento e para a abolição do tráfico (Relatório e Synopse [...], 1884).⁵ Nesse ponto, as discussões recairiam na configuração da monarquia constitucional, definidas pelas disputas entre o poder a ser exercido pelo legislativo e executivo na monarquia constitucional.

Do mesmo modo, os eventos ocorridos em Vilafrancada em abril de 1823 em Portugal, bem como a retomada do governo lusitano por D. João, promoveriam o reordenamento das discussões acerca do reconhecimento da independência e do Império do Brasil. Se a pretensão da extinção do tráfico angariava a simpatia britânica para a causa brasileira, as negociações, durante o biênio de 1824 e 1825, passaram a ser pautadas numa solução baseada na legitimidade dinástica e no cumprimento inglês das obrigações registradas em diversos tratados de aliança assinados com a monarquia lusitana. Assim, a negociação diplomática pelo reconhecimento se daria pelas argumentações de representantes dos governos fluminense e lusitano, relegando a participação inglesa a mediação e o encaminhamento da resolução entre as duas partes da monarquia portuguesa. Dessa maneira, as negociações realizadas entre autoridade do Rio de Janeiro e de Londres torna-

Rio de Janeiro (Santos, 2022, p. 166-193).

⁵ O volume, entretanto, engloba os trabalhos das sessões de 1885. As atas das sessões secretas da Assembleia de 1823 também podem ser consultadas em Congresso Nacional, 1980. A análise mais detida das negociações em 1823 e da Sessão Secreta está presente em Santos, 2022, p. 191-224. Para referências indiretas às sessões secretas (Monteiro, 1976, p. 234; Berbel; Marquese; Parron, 2010, p. 174).

ram-se secundárias, à espera do reconhecimento do Império por D. João – circunstância que só se realizou depois do Tratado de Reconhecimento de 1825 entre Portugal e Brasil. Não sem razão, a assinatura da Convenção para abolição do tráfico de escravos entre os governos do Rio de Janeiro e britânico só fora confeccionada novembro de 1826 e ratificada, em Londres, em 1827.

5. Considerações finais

Ao longo do texto, procurei enfatizar significado diverso acerca das negociações em torno da abolição do tráfico. Para tanto, em primeiro lugar, recusei, de antemão, o entendimento das negociações como posições irredutíveis de cada governo apresentadas por seus respectivos diplomatas. Nesse ponto, o acompanhamento dos colóquios diplomáticos desde 1815 sobre o tema apresentou a arena internacional como espaço de luta política de grupos em oposição no seio da monarquia portuguesa. Nas conferências junto ao governo britânico, o Conde de Palmela tentou tirar vantagem da pressão inglesa sobre o tráfico, buscando satisfazer anseios de setores do Reino europeu. A ação delinearía o peso político e a configuração econômica entre grupos distribuídos pelos territórios lusitanos no Atlântico através de debates diplomáticos.

Em segundo lugar, nos encontros de Caldeira Brant com Canning, o objetivo de capturar a simpatia do ministério britânico era primordial para promover a consolidação do governo constitucional e centralizado em D. Pedro no Rio de Janeiro. Para isso, ao acompanhar a conduta da Corte de Lisboa e os discursos acerca da abolição do tráfico de deputados portugueses, levava o Marechal Felisberto Brant a utilizar a proposta da abolição como

meio retórico para, com o reconhecimento da autoridade britânica ao governo fluminense, estabelecer a separação de Portugal, bem como, promover o enfraquecimento de projetos políticos antagônicos que questionavam a criação de uma monarquia constitucional sob a condução de D. Pedro. Nesse caso, recusar a ideia de um Estado já estabelecido e inquestionável, cuja ação diplomática era mera expressão de um governo centralizado, foi primordial para entender as disputas diplomáticas como cenários de delineamentos políticos internos da futura nação e estado brasileiros.

6. Referências

6.1 Bibliografia

ACCIOLY, Hildebrando. **O reconhecimento da Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do Império**: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português. Porto: Afrontamento, 1993.

BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael de B. A escravidão nas experiências constitucionais ibéricas (1810-1824). In: OLIVEIRA, Cecília H. de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia N.; COSTA, Wilma Peres (Orgs). **Soberania e conflito**: configurações do Estado nacional no Brasil do século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. p. 78-117.

BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. **Escravidão e política**: Brasil e Cuba, 1790-1850. São Paulo: Hucitec, 2010.

BIKER, Júlio Firmino Judice. **Suplementos à coleção de tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potências desde 1640**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1879. v. 18.

BITTENCOURT, Vera L. Nagib. **De sua alteza real o Imperador**: o governo do Príncipe Regente, de abril de 1821 a outubro de 1822. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

BONIFACIO, Maria de Fátima. **Memórias do Duque de Palmela**. Lisboa: D. Quixote, 2010.

CALÓGERAS, João Pandiá. **A política exterior do Império**. v. 2. O Primeiro Reinado. Separata do tomo especial parte 2 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1998. [1928]. p. 368-379. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/225368>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CAPELA, José. **As burguesias portuguesas e a abolição do tráfico da escravatura, 1810-1842**. Porto: Afrontamento, 1979.

CONRAD, Robert E. **Tumbeiros**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro - séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

FREITAS, Caio. **George Canning e o Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1958. 2 v.

GORENSTEIN, Riva. **O enraizamento de interesses mercantis portugueses na região centro-sul do Brasil: 1808-1822**: uma contribuição ao estudo do processo de estruturação da sociedade da independência. 1978. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1978.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. “Peças de um mosaico: apontamentos para o estudo da unidade nacional brasileira”. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)**. Formação: Histórias. São Paulo: Senac, 2000. p. 127-175.

LENHARO, Alcyr. **As tropas da moderação (O abastecimento da Corte na formação política no Brasil 1808-1842)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LIMA, Manuel de Oliveira. **História diplomática do Brasil: o reconhecimento do Império**, Rio de Janeiro: H. Garnier Livreiro Editor, [1901].

MANCHESTER, Allan. **Preeminência inglesa no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

MANCHESTER, Allan. **George Canning e o Brasil**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1958.

MARQUES, João Pedro. **Os sons do silêncio: o Portugal dos oitocentos e abolição do tráfico de escravos**. Lisboa: Imprensa Ciência Sociais, 1999.

MARQUESE, Rafael B. Capitalismo e escravidão e a historiografia sobre escravidão nas Américas. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 26, v. 75, ago. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000200023>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/YHF4LZFCCb7kKRMNp6Qsf8w/?lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2024.

MILLER, Joseph C. **Way of death**: merchant capitalism and the Angolan slave trade. 1730-1830. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

MONTEIRO, Tobias. **O primeiro reinado**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982. (1. ed. [1939]).

OLIVEIRA, Cecília H. de Salles. **A astúcia liberal**: relações de mercado e projeto político no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: EDUSF/ÍCONE, 1999.

OLIVEIRA, Cecília H. de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia N.; COSTA, Wilma Peres. Introdução. In: OLIVEIRA, Cecília H. de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia N.; COSTA, Wilma Peres (Orgs.). **Soberania e conflito**: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. p.17-24.

OLIVEIRA, Cecília Helena Salles; PIMENTA, João Paulo Garrido. "Historiografia da Independência: tendências atuais". In: OLIVEIRA, Cecília Helena Salles; PIMENTA, João Paulo Garrido (Orgs.). **Dicionário da Independência do Brasil**: história, memória e historiografia. São Paulo: Publicações BBM/EDUSP, 2022. p. 456-458.

PANTALEÃO, Olga. O reconhecimento do Império: a mediação inglesa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965. Tomo II, V. 1.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão no Império do Brasil (1826-1865)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)**. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2002.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África**: outro horizonte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

SANTOS, Guilherme de Paula Costa. Oliveira Lima e a História do Reconhecimento do Império do Brasil: imbricações sobre Política, Memória e Escrita da História. In: HERÁCLIO, André; NEVES, Lucia M. B.; GUIMARÃENS, Lúcia M. P. **Oliveira Lima e longa história da Independência**. São Paulo, Alameda, 2021. p. 189-214.

SANTOS, Guilherme de Paula Costa. **No calidoscópico da diplomacia: formação da monarquia constitucional e reconhecimento da Independência e do Império do Brasil (1822-1827)**. São Paulo: Publicações BBM, 2022.

SANTOS, Guilherme de Paula Costa. **A Convenção de 1817: debate político-diplomático sobre o tráfico de escravos durante o governo de D. João no Rio de Janeiro**. São Paulo: FFLCH/USP, 2009.

SERRÃO, Joel Veríssimo. **História de Portugal. A instauração do liberalismo – 1807-1832**. 3. ed. Lisboa: Editora Verbo, 1994. v. VII.

SLEMIAN, Andrea. **Sob o império das leis**. São Paulo: Hucitec, 2009.

STAPLETON, Augusto Granvilli. Capítulo undécimo da obra *A Vida Política de George Canning*. Trad. Miguel Maria Lisboa. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1º Sem., v. 23, p. 241-343, 1860. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=893676&pasta=ano%20186&pesq=&pagfis=13221>. Acesso em: 12 abr. 2024.

VARGUES, Isabel Nobre. O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820. In: MATTOSO, José (Org). **História de Portugal. O liberalismo**. Lisboa: Estampa, 1997. v. 5.

VASCONCELLOS, Mário de Barros *et al.* (Orgs.). **Arquivo diplomático da independência: Grã Bretanha**. Brasília: FUNAG/ Ministério das Relações Exteriores, 2018. [1922]. v. 1.

WEBSTER, Charles K. **Britain and the independence of Latin América (1812-1830)**. Londres; Nova York; Toronto: Oxford University Press, 1938. v. II.

6.2 Fontes impressas

AGUIAR, 1814a. Despacho do Marquês de Aguiar ao Conde de Palmela. Rio de Janeiro, 16 de junho de 1814. In: BIKER, Júlio Firmino Judice. **Suplementos à coleção de tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potências desde 1640**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1879. v. 18. p. 154-160.

AGUIAR, 1814b. Despacho do Marquês de Aguiar ao Conde de Funchal. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1814. In: BIKER, Júlio Firmino Judice. **Suplementos à coleção de tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potências desde 1640**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1879. v. 18. p. 190-195.

BRANT, 1822a. Carta de Felisberto Caldeira Brant a José Bonifácio de Andrada, Londres, 1 de maio de 1822. *In*: VASCONCELLOS, Mário de Barros *et al.* (Orgs.). **Arquivo diplomático da independência**: Grã Bretanha. Brasília: FUNAG/ Ministério das Relações Exteriores, 2018. [1922]. v. 1. p. 163.

BRANT, 1822b. Carta de Felisberto Caldeira Brant a José Bonifácio de Andrada. Londres, 1 de maio de 1822. *In*: VASCONCELLOS, Mário de Barros *et al.* (Orgs.). **Arquivo diplomático da independência**: Grã Bretanha. Brasília: FUNAG/ Ministério das Relações Exteriores, 2018. [1922]. v. 1. p. 165.

BRANT, 1822c. Carta de Felisberto Caldeira Brant a José Bonifácio de Andrada, Londres, 1 de maio de 1822. *In*: VASCONCELLOS, Mário de Barros *et al.* (Orgs.). **Arquivo diplomático da independência**: Grã Bretanha. Brasília: FUNAG/ Ministério das Relações Exteriores, 2018. [1922]. v. 1. p. 163-166.

BRANT, 1822d. Carta de Felisberto Caldeira Brant a José Bonifácio de Andrada, Londres, 6 de maio de 1822. *In*: VASCONCELLOS, Mário de Barros *et al.* (Orgs.). **Arquivo diplomático da independência**: Grã Bretanha. Brasília: FUNAG/ Ministério das Relações Exteriores, 2018. [1922]. v. 1. p. 166-167.

BRANT, 1822e. Carta de Felisberto Caldeira Brant a José Bonifácio. Londres, 9 de novembro de 1822. *In*: VASCONCELLOS, Mário de Barros *et al.* (Orgs.). **Arquivo diplomático da independência**: Grã Bretanha. Brasília: FUNAG/ Ministério das Relações Exteriores, 2018. [1922]. v. 1. p. 203.

BRANT, 1822f. Carta de Felisberto Caldeira Brant a José Bonifácio. Londres, 16 de novembro de 1822. *In*: VASCONCELLOS, Mário de Barros *et al.* (Orgs.). **Arquivo diplomático da independência**: Grã Bretanha. Brasília: FUNAG/ Ministério das Relações Exteriores, 2018. [1922]. v. 1. p. 206.

CONGRESSO NACIONAL. **Revista Textos & Documentos**, v. 2, n. 10. p. 51-62, out. 1980.

HOLSTEIN; GAMA; SILVEIRA, 1814. Anexo B ao Ofício de Pedro de Sousa Holstein (Conde de Palmela), Antônio Saldanha da Gama e Lobo da Silveira a Marquês de Aguiar. Viena, 12 de novembro de 1814. *In*: BIKER, Júlio Firmino Judice. **Suplementos à coleção de tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potências desde 1640**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1879. v. 18, p. 201.

MANIFESTO aos governos e nações amigas. **Proclamações, cartas e artigos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Sesquicentenário, 1972. p. 117-134.

MEMORANDUM anexo ao Ofício do Conde de Palmela, Antônio Saldanha da Gama e Lobo da Silveira a Marquês de Aguiar. Viena, 17 de novembro de 1814.

In: BIKER, Júlio Firmino Judice. **Suplementos à coleção de tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a coroa de Portugal e as mais potências desde 1640**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1879. v. 18. p. 225-227.

RELATÓRIO E SYNOPSE dos Trabalhos da Câmara dos Srs. Deputados na sessão de 1884. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1885. Anexo H.

6.3 Fontes manuscritas

6.3.1 Arquivo Nacional da Torre do Tombo

FERREIRA, 1821. Despacho s/nº de Silvestre Pinheiro Ferreira a D. José Luís de Souza, Queluz, 7 de setembro de 1821. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), Livro 570, p. 32-34v.

FERREIRA, 1822a. Despacho n. 14 de Silvestre Pinheiro Ferreira a Christovão Pedro de Moraes Sarmento, Queluz, 1 de junho de 1822. ANTT, MNE, Livro 570, p. 100-100v.

FERREIRA, 1822b. Despacho n. 39. Silvestre Pinheiro Ferreira a Christovão Pedro de Moraes Sarmento, 29 de novembro de 1822. ANTT, MNE, Livro 570, p. 148v-157v.

HOLSTEIN, 1820. Ofício reservado, n. 97. Carta de Pedro de Sousa Holstein (Conde de Palmela) a Rafael da Cruz Guerreiro. Londres, 3 de julho de 1820. ANTT, MNE, Livro 466, p. 285-292.

WARD, 1822. Mr. Ward a Silvestre Pinheiro Ferreira. Nota de 13 de novembro de 1822. ANTT, MNE, Embaixada Inglesa em Lisboa a Secretaria de Negócios Estrangeiros, Caixa 485 (1821-1823).

6.3.2 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

HENRIQUES, 1816. Parecer de José Anselmo Correa Henriques. Exposição a Sua Majestade sobre o Tratado de Comércio de 1810 entre Portugal e a Inglaterra e a abolição do tráfico de escravos de 31 de janeiro de 1816. Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos, Loc: I-33,28,018.

HOLSTEIN, 1814. Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos, Loc: I-29, 14, 54 n. 42. Carta de Pedro de Souza Holstein (Conde de Palmela) ao Conde de Funchal. 1814.

PORTUGAL, 1818. DESPACHO n. 58. De Tomás Antonio Vilanova Portugal a Conde de Palmela. Rio de Janeiro, 9 de maio de 1818. Biblioteca Nacional, Divisão de Manuscritos, Loc: I-29, 17, 4 n. 6.

REPERCUSSÃO DA REVOLUÇÃO DE 1817 NAS CORRESPONDÊNCIAS DIPLOMÁTICAS, MAÇÔNICAS E NA IMPrensa INTERNACIONAL¹

Flavio José Gomes Cabral

1. Introdução

Quando, em 1816, o capitão Hareng, da cidade normanda de Honfleur, partiu para o Brasil a bordo da *La Perle*, ao arribar na Vila do Recife percebeu, como de hábito, que a localidade se achava tranquila, contudo, notou que os negócios haviam amornado e paulatinamente viu que aqui e ali comentava-se sobre as revoluções hispano-americanas. Essas inquietações foram vistas pelo capitão como prenúncios de que Pernambuco não tardaria em seguir o exemplo das ex-colônias espanholas

¹ Esta pesquisa conta com o apoio do CNPq. O autor agradece a concessão de bolsa Pibic concedida ao discente Phillipe Joseph Christian de Almeida Lavergne integrante do projeto de pesquisa “Viver em uma sociedade colonial e imperial: poder, vida cotidiana e contestações políticas e sociais”.

(Lima, 1996, p. 509). Tais ajuizamentos foram comungados pelo coronel Jean-Batiste Maler, cônsul geral francês no Rio de Janeiro, que, no dizer de Marco Morel (2002, p. 42), era “um típico contrarrevolucionário daqueles tempos tão próximos da Revolução Francesa” e que, após tomar conhecimento de uma revolução estourada em Pernambuco, em 1817, disse ao duque de Richelieu (Armand Emmanuel du Plessis), presidente do conselho de ministros da França e ministro dos Assuntos exteriores, que faltou expertise e sinergia do governo local Caetano Pinto de Miranda Montenegro para abafar a revolução, além de criticar o conde da Barca (Antônio de Araújo e Azevedo), que se encontrava velho e cansado para conduzir o ministério dos Negócios Estrangeiros do reino. Quanto a este, disse que suas finanças se encontravam arruinadas, o crédito do país era nulo e que o exército custava caro e servia muito pouco (Carta [...], 1817).

Muitos culpavam o governador por ter conhecimento das articulações revolucionárias e não ter agido. Na realidade, a sedição vinha sendo exercitada, havia alguns anos, por grupos maçônicos que tinham conhecimento do que se passava na Europa e no continente americano, estimulando tomadas de atitudes, principalmente, porque, sendo Pernambuco uma das capitânicas mais ricas, era a mais requisitada principalmente após a chegada da corte no Brasil. Naquela ocasião, cobram-se dos pernambucanos vários impostos, dentre os quais sobre o açúcar, a aguardente, o tabaco, o algodão, a carne, além de pagamentos de vários donativos e subsídio, dentre eles o literário, para colaborar com a Universidade de Coimbra. A gritaria era grande. Todos esses aborrecimentos brotaram desejos rebeldes, uma vez que a capitania não era “isenta

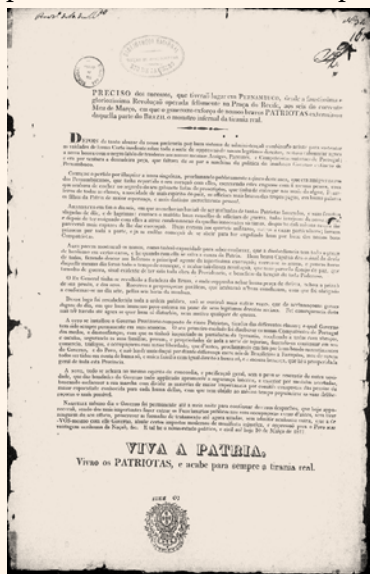
de conflitos, de problemas, de anteriores tentativas de ajustamento” como esclareceu Denis Bernardes (Bernardes, 1992, p. 73).

As observações do capitão Hareng não estavam erradas. Em 6 de março de 1817, uma revolução, que teve como epicentro a capitania de Pernambuco, rompeu com o rei D. João VI e instalou uma república que durou cerca de 74 dias. Se o movimento não triunfou, conforme disse Carlos Guilherme Mota (1972, p. 3), “em contrapartida os zeladores do regime não conseguiram o retorno pacífico ao *status quo ante*”. Após a vitória da revolução, suas principais lideranças se reuniram para ajustarem as pautas do programa do governo, o qual havia sido eleito às pressas, e estava com porto pelo padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, capitão Domingos Teotônio Jorge Martins Pessoa, José Luís Mendonça, coronel Manoel Correa de Araújo e Domingos José Martins. O advogado Mendonça, que era um dos adeptos do sistema de monarquia constitucional, era visto com reserva pelos partidários da república, por conta de seus posicionamentos políticos. Ele havia articulado com o ouvidor de Olinda, o maçom Antônio Carlos Ribeiro de Andrade (irmão de José Bonifácio e integrante da loja fluminense Grande Oriente Brasileiro), para convencer os republicanos sobre uma negociação com o monarca, que ia desde a redução de impostos à implantação de uma monarquia constitucional.

Os republicanos se irritaram com a proposta, principalmente o capitão Pedro da Silva Pedroso, afrodescendente bastante admirado pelas pessoas de sua cor por conta de sua ascensão social. Pedroso, ao tomar conhecimento das propostas do advogado, desembainhou sua espada e não concretizou seu intento porque fora contido pelos demais (Tavares, 1969, p. 60-61). Mendonça,

querendo ganhar a confiança perdida, escreveu um panfleto intitulado “Preciso”, com o intuito de explicar à população os motivos do rompimento com o rei bragantino. Por ocasião de sua impressão as armas reais figuraram de ponta cabeça, nítida visão de desprezo pelo soberano e tudo que lembrasse a monarquia conforme argumentou o cônsul inglês em Recife John Lempriere (Bourdon *apud* Tollenare, 1973, p. 853). O papel correu o mundo, sendo divulgado em Londres por Hipólito da Costa em seu *Correio Braziliense*, que circulou em junho de 1817, e espalhada na França pelo mencionado capitão Hareng.

Figura 1. Panfleto “Preciso” foi impresso aproveitando papéis existente, porém com o brasão real de ponta cabeça



Fonte: PRECISO dos sucessos, que tiveram lugar em Pernambuco, desde a faustíssima e gloriosíssima Revolução operada felizmente na Praça do Recife, aos seis do corrente mês de março, em que o generoso esforço de nossos bravos PATRIOTAS exterminou daquela parte do Brasil o monstro infernal da tirania real. Autor José Luís Mendonça. Biblioteca Nacional.

A Revolução de 1817 foi a única em todo o Império Português que saiu das teias conspiratórias e tomou o poder instituindo uma república que tinha em mente que a soberania emanava da população. Ademais, também foi a única que repercutiu no exterior, sendo alvo de assuntos das correspondências diplomáticas e de gazetas europeias e americanas. Para o entendimento das tramas sobre a repercussão dessa revolução no exterior, debruicei-me sobre várias correspondências diplomáticas espalhadas por arquivos europeus e norte-americanos reunidos pelo professor francês Léon Bourdon. Além dessa documentação, consultei alguns documentos produzidos pela missão comandada pelo comerciante Antônio Gonçalves da Cruz (Cabugá)² nos Estados Unidos e que estão à disposição dos pesquisadores no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, além dos Documentos Históricos da Biblioteca Nacional relativos à Revolução de 1817, impressos pela citada biblioteca e editados ao longo dos anos de 1950.

2. A revolução nas correspondências diplomáticas

Oliveira Lima ajuizou que fatores externos influenciaram a revolução em tela e que a influência da Revolução Francesa foi superior à Revolução Americana, contudo, esclarece Evaldo Cabral de Mello (2004, p. 47) que, por questões ideológicas, em 1817, “ten-

² Cabugá era também o apelido de seu pai que também se chamava Antônio Gonçalves da Cruz. Era filho de uma escravizada e, além do nome, herdou a fortuna paterna. O rapaz viajou pela Europa e se iniciou na maçonaria. Seu codinome vem da Rua do Cabugá, existente nas mediações do antigo edifício do Diário de Pernambuco e que desapareceu por conta dos projetos de modernização do Recife. Ele morava em uma casa no centro recifense, além de possuir belo imóvel no Manguinhos, onde se realizavam iniciações maçônicas.

deu-se a utilizar a cenografia e o gestuário da Grande Revolução, cuja dramaticidade era mais apta a empolgar imaginações brasileiras”. Por conseguinte, ilustra o autor que “a experiência norte-americana oferecia figurino mais adequado à tradição autonomista da província do que a Revolução Francesa” cuja concepção unitária buscou abolir as particulares regionais, com a instalação do sistema departamental, identificadas com o poder da aristocracia. Tal organização de Estado não estavam nas mentes das lideranças revolucionários de 1817. Era propósito deles que as províncias não se apartassem, isto é, deveriam se conservar unidas, conforme explicou o padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro à junta paraibana, e formar uma única república, cuja capital deveria ser fundada longe da costa, na Paraíba, onde deveria abrigar a sede do governo e do Congresso (Martins, [1853], p. 321).

As novidades pernambucanas chegaram no Rio de Janeiro no dia 25 de março de 1817 através de um brigue portando estranha bandeira branca vindo de Pernambuco, trazendo a bordo o governador deposto. O estopim da revolução, que havia algum tempo sendo orquestrada nas casas³, nos quartéis e nos conventos à sombra da maçonaria contra a Coroa, ocorreu após o governador Caetano Pinto ter sido informado dessas tramas e ordenado a prisão dos conspiradores.⁴ Quando a citada ordem foi cumprida

³ Durante as investigações contra os insurgentes ficou claro que eles se reuniam nas casas de Domingos José Martins, do padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, de Cabugá e do cirurgião Vicente Peixoto para planejarem a revolução e mudança de governo (Documentos Históricos, 1954, p. 117, v. CV).

⁴ Em 1817, encontravam-se em pleno funcionamento em Pernambuco cinco lojas maçônicas: Regeneração, fundada em 1809; Patriotismo, em 1814; a Restauração, em 1816; e Pernambuco do Oriente e Pernambuco do Ocidente, também instaladas em 1816 por Cabugá e Domingos José Martins (Barata, 2006, p. 76-77).

no Quartel do Paraíso, houve resistências e mortes, quando então, aproveitando-se desse incidente, teve início a revolução. As ruas foram tomadas por pessoas de vários estamentos sociais, inclusive escravizados, e o governador fugiu do Palácio do Colégio (antiga instituição jesuíta) para o Forte do Brum, contudo, diante da pressão, foi obrigado a capitular e deixar a capitania. Segundo escreveu João Lopes Cardoso Machado, testemunha ocular daquelas ocorrências, ele ordenou ao preto Félix que se deslocasse até as mediações do palácio para saber o que se passava, entretanto ele jamais retornou. Provavelmente se juntou a outros entusiastas da revolução a exemplo de um filho de D. Catarina que ameaçava de morte quem fosse contra ao movimento (Documentos Históricos, 1953b, p. 6, v. CII).

A chegada de Caetano Pinto no Rio de Janeiro causou surpresa na corte. Primeiro porque o navio que o conduzia portava estranha bandeira branca não reconhecida como sendo de algum país. Essa flâmula, segundo o cônsul inglês Lempriere,⁵ tratava-se de uma improvisada bandeira da jovem república sem as armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (Lempriere, 1817 *apud* Bourdon, 1973, p. 851-854).⁶ Ela foi vista pela primeira vez no dia 7 de março de 1817, quando foi hasteada na Casa do Erário em substituição à bandeira do citado Reino. Mais tarde ela seria

⁵ Carta de John Lempriere a Lord Castlereagh, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Britânico, datada de Recife, 17 de março de 1817 (Bourdon *apud* Tollenare, 1973, p. 851-854).

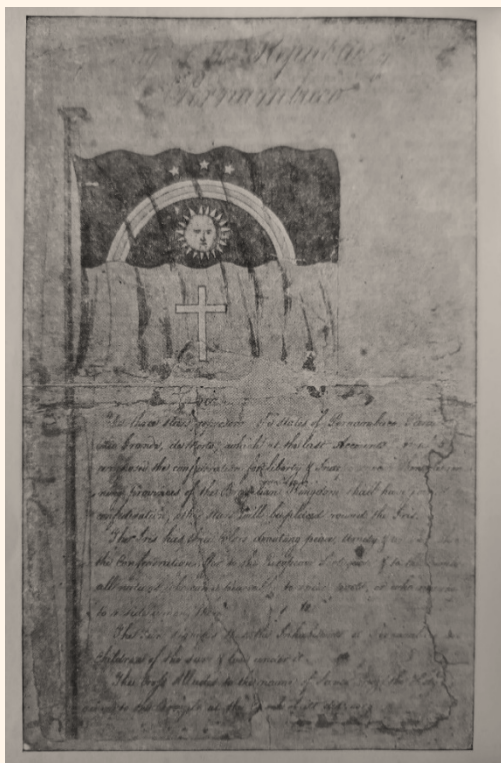
⁶ A bandeira do Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves foi instituída por D. João VI em 13 de maio de 1816. Em um campo branco destacavam-se a esfera armilar de ouro com fundo azul (representando o Reino do Brasil); sobre ela, em primeiro plano, foi colocado o escudo real português e, acima, a coroa portuguesa (Pimenta, 2024, p. 128).

substituída pela bicolor azul e branco provavelmente idealizada pelo padre João Ribeiro e executada pelo artista pardo Antônio Alves.⁷ Uma das mais interessantes descrições sobre essa bandeira foi realizada pelo jornal estadunidense *Boston Patriot*, de 16 de maio de 1817, que noticiou a chegada da delegação diplomática pernambucana liderada por Cabugá:

A Bandeira de Pernambuco, quando foi hasteada pela primeira vez, era representada como tendo um íris no centro, sobreposto por uma estrela, indicativo do Estado de Pernambuco, outras estrelas seriam adicionadas à medida que outras províncias aderissem à causa patriota. Outra província já tendo aderido, agora duas estrelas [representando a Paraíba e o Rio Grande do Norte] aparecem sobre ela em pleno brilho. Espera-se que se multipliquem rapidamente. Sob o íris há um sol, indicando figurativamente os cidadãos de Pernambuco como filhos do sol, e abaixo há uma cruz para designar o nome primitivo do Brasil quando descoberto pela primeira vez, sendo o de Santa Cruz, a “The Holy Cross”. O conjunto parece ser um desenho muito engenhoso e bonito (Bourdon, 1975, p. 272, tradução nossa).

⁷ Antônio Alves foi um dos últimos representantes da escola fluminense de pintura e segundo Paulo Knauss (2020, p. 250) ele é o autor de um quadro de D. João executado em 1814. Em 1817, ele se encontrava em Recife, onde produziu alguns retratos das lideranças da Revolução Pernambucana, como o de Domingos José Martins, que pertence ao Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Pereira da Costa (1983, p. 423, v. 7) escreveu que o pincel do pintor o condenou a pena de açoites, contudo esse mesmo instrumento o livrou dessa pena porque havia se apadrinhado do retrato do rei que possuía “e com o qual se abraçou quando foi preso”.

Figura 2. Bandeira da República Pernambucana de 1817 conduzida por Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, para os Estados Unidos da América. As três estrelas representam os Estados de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte



Fonte: Reprodução fac-similar do documento enviado pelo ministro plenipotenciário Antônio Gonçalves da Cruz, o Cabugá, para os Estados Unidos da América. A aquarela original se conserva no Arquivo da Secretaria dos Negócios estrangeiros de Washington. Cópia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e divulgada em Pedro Calmon (1971, p. 1576, v. 5).

A república procurou substituir tudo que lembrasse a realeza. “Raspam as coroas” dos bastões dos vereadores e dos frontispícios das repartições e “tiraram os quadros de Sua Majestade [da sala do Palácio do Governo]” (Documentos Históricos, 1953b,

p. 8, v. CII). No dia 6 de março de 1817, durante a tomada das ruas pelos insurgentes, os mais aguerridos e avessos a tudo que lembrasse a monarquia destruíram seus símbolos, até mesmo o brasão da Grã-Bretanha, ostentado no consulado britânico. Mais tarde, quando Lempriere esteve na Casa do Governo Provisório (antigo Palácio do Colégio) para tratar de assuntos bilaterais importantes, foi também afiançado aos negociantes ingleses “liberdade de comércio e reciprocidade mercantil” (Documentos Históricos, 1953a, p. 19-20, v. CI). Sobre o incidente ocorrido na casa do consulado, o governo pediu desculpas e prometeu que os danos seriam reparados. Pelos tons das tratativas, fica claro que os negócios dos comerciantes ingleses caminham bem, tanto que o cônsul procurou conservá-los, bem como o direito de eles cobrarem dívidas de seus credores.

As tratativas ajustadas entre o cônsul inglês e os revolucionários causá-lo-iam algumas dores de cabeça. As primeiras reações partiram de D. João VI, que se irritou com o comportamento do diplomata, tanto que ele acionou o embaixador português em Londres, o conde de Palmela (D. Pedro de Sousa Holstein), solicitando que levasse ao conhecimento do rei sua indignação. No dia 14 de junho de 1817, o conde endereçava a Castlereagh uma carta reprovando o procedimento do cônsul por ele ter apresentado suas credenciais “às autoridades ilegítimas do país, e de lhe pedir a sua confirmação” (Costa, 2002, p. 227). O governo britânico reconheceu o mal, não obstante acreditava que seu funcionário teria agido daquela forma por zelo, para proteger as pessoas, bens e comércio dos ingleses residentes em Pernambuco, e não por boa vontade para com os insurgentes.

O cônsul geral francês Maler, ao tomar ciência das novidades nortistas, escreveu para o agente consular francês recifense Étienne-Paul Germain demonstrando desapontamento por ter tomado conhecimento da revolução por terceiros, e não por ele. Disse que tinha “todos os motivos para estar surpreso” por ele não lhe ter “escrito e por não estar muito ansioso” para lhe “informar sobre um evento dessa natureza que estava acontecendo diante de seus olhos” e lembrou que um dos deveres dos diplomatas é o “respeito pela autoridade do soberano em cujos estados residem”. Assim, solicitou que ele não se envolvesse com os revolucionários e que procurasse desencorajar qualquer francês a se envolver com eles (Bourdon, 1973, p. 879-880). Germain no tempo da revolução ocupava o cargo de diretor do Horto de Olinda, vindo de Caiena a convite do governo régio com grande dispêndio. Segundo o viajante francês Tollenare ele se mostrou indiferente com a revolução, levantando suspeitas de que a reprovava, tanto que o Governo Provisório o destituiu do cargo sem indenização atitude, por sinal, reprovada pelo viajante que disse que Germain havia sido uma exceção, uma vez que muita gente foi conservada em seus cargos públicos, obrigando-o a partir para a corte, onde veio a falecer ao chegar.

Maler, que chegou ao Brasil em 1815 e ali permaneceu até 1824, tornou-se arguto observador dos acontecimentos brasileiros, contudo não procurou desviar o foco do que considerava importante: as vantagens que poderiam ter a vir para a França em termos políticos econômicos (Castro, 1973, p. 339). Ele manteve Richelieu a par de tudo que passava no Brasil. A França realista não apoiou os republicanos pernambucanos e acompanhou

com cautela e com certa apreensão as novidades vindas do Brasil, pondo-se em estreita vigilância a ponto de determinar que os navios do país evitassem atracar em Recife, além de ter procurado censurar os jornais com o intuito de evitar a propagação das notícias. E. Sthendal, pseudônimo de Henri Beyle, em plena sintonia com o pensamento de seu país, ao se reportar sobre as ocorrências pernambucanas, fez algumas ponderações sobre ela em suas *Oeuvres completes*, dizendo que “a liberdade é como a peste. Enquanto não se lançar ao mar o último pestífero, nada se fez” (Bernardes, 1992, p. 82).

As novidades pernambucanas chegaram a Lisboa através do navio português Camões vindo de Bengala com breve escala em Recife (Lesseps, 1817 *apud* Bourdon, 1973, p. 893). O capitão da embarcação relatou que a localidade havia sido palco de uma revolução contra a autoridade real e, “para não comprometer os interesses que lhe foram confiados”, resolveu partir. Imediatamente vozes correram pelas ruas lisboetas relatando que durante o levante alguns indivíduos fugiram de Pernambuco para locais seguros havendo aqueles que retornaram para a Europa (Bourdon, 1973, p. 893). No caso da Inglaterra, as novidades chegaram até o país via Barbados através do navio Rowena, que zarpou do porto de Recife em 13 de maio de 1817 levando a bordo o comerciante inglês Charles Bowen Esquire, o qual, desde princípios do século XIX, atuava em Pernambuco no ramo mercantil. Daquela ilha antilhana Bowen trocou de embarcação seguindo para os Estados Unidos no Brigue Herald, não sem antes espalhar as novidades brasileiras. Ao desembarcar em solo norte-americano, o inglês se dirigiu à redação do *Norfolk Herald Office* para relatar os citados

acontecimentos e anunciou a chegada de Cabugá, que na qualidade de ministro plenipotenciário deveria tratar em Washington assuntos de interesses bilaterais (Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 195, maço 4, pasta 4).

As matérias publicadas pela imprensa correram o país sendo replicadas no *National Intelligencer* de 29 de abril, no *Georgetown Messenger*, de 2 de maio, e no *Boston Patriot*, de 17 de maio (Cabral, 2015, p. 12). Essas notícias despertaram a atenção do embaixador português abade José Correa da Serra, homem de mente ilustrada que gozava de grande reputação, amigo de Thomaz Jefferson, e que, após a chegada de Cabugá, não conseguiu descansar, pondo no encalço do representante do governo pernambucano uma rede de espionagem para bloquear seus passos junto às autoridades estadunidenses.

3. A busca de apoio externo

Os desejos de salvaguardar os interesses locais fomentaram tomadas de atitudes por parte do Governo Provisório, tanto que ele procurou buscar apoio dos Estados Unidos e da Inglaterra para consolidar parcerias comerciais (Leite, 1988, p. 214). Este último era visto com desconfiança devido a sua velha amizade com Portugal e que dificilmente, como de fato aconteceu, firmaria alianças com os revolucionários. Quanto aos Estados Unidos, o país sonhava em estender seus negócios no continente americano, e a revolução pernambucana foi recebida com entusiasmo. No princípio do Oitocentos, era perceptível a presença de comerciantes americanos, mesmo que pequena, atuando no Brasil. Nos Estados Unidos, o embaixador Correa da Serra era constante

procurado por negociantes interessados em vender “engenhosas” máquinas para o Brasil (Serra, 1817 *apud* Bourdon, 1975, p. 260). Carlos Guilherme Mota (1972, p. 35) ilustra que muitos homens de negócios estadunidenses, como Henri Hill, procuravam modernizar as antigas estruturas legadas pela colonização ibérica, consistindo em ótima oportunidade para aumentar seus mercados. Os interesses norte-americanos se coadunaram com o da Coroa, tanto que no Rio de Janeiro existia uma representação diplomática daquele país e, diante dos interesses mútuos, foram criadas nos trópicos duas representações diplomáticas estadunidenses, uma em Recife e outra em São Pedro do Rio Grande do Sul.

As lideranças revolucionárias eram cômicas da necessidade de se buscar apoio externo para a consolidação do movimento decisão, que não se tratou apenas como estratégia de luta, mas táticas para garantir futuras relações diplomáticas e comerciais. Nota-se que a revolução não visava a alterar a natureza da produção, tanto que a comercialização externa, fator preponderante para manter os interesses locais, só poderia ser mantida se fossem assegurados os entendimentos diplomáticos e comerciais. Nesse sentido, houve preocupação dos revolucionários em buscarem apoio externo através da diplomacia com a Inglaterra, a grande potência mundial, e com os Estados Unidos da América, país em projeção principalmente nas Américas. Para o primeiro país, foi convidado o redator do *Correio Braziliense*, o jornalista Hipólito da Costa, que residia em Londres, contudo ele rejeitou o convite; e, para o segundo, a representação diplomática foi liderada, conforme explicado, por Cabugá. Mesmo desconfiando que dificilmente os ingleses apoiariam a revolução devido a sua

forte aliança com os portugueses, o Governo Provisório escreveu para Castlereagh pedindo-lhe a intercessão do rei Jorge III para que ele não tomasse partido e procurasse respeitar a liberdade conquistada pelos pernambucanos em 6 de março de 1817 (Documentos Históricos, 1953a, p. 19-21, v. CI).

Figura 3. Detalhe do bairro portuário do Recife e arredores



Fonte: Pernambuco (Recife) por John Harris Master (detalhe). Dessioux, J. Fosse. A new general chart of the coast of Brazil from Amazon to the River Plate, 1818. Biblioteca Nacional.

Saliento que no início do Oitocentos a Vila do Recife, também conhecida pelo nome de Pernambuco, era um grande centro

comercial e portuário por onde se escoavam produtos de grande parte da região que hoje chamamos de Nordeste, portanto era uma localidade que despertava atenção dos homens de negócios. Naquela vila existiam grandes lojas surtidas de produtos ingleses, por sinal, os mais procurados e, portanto, mais consumidos. Os artigos de outros países, a exemplo da França, eram raros devido ao favoritismo dado aos gêneros ingleses. Os franceses que habitavam Pernambuco viviam em dura competição ou na dependência dos senhores de engenho, daí o motivo de suas frequentes queixas por melhores tratamentos. Os Estados Unidos, como ficou demonstrado, tinham interesses em alargar seus negócios no Brasil, para tanto procuraram observar o movimento dos ingleses e sua influência política e econômica junto à corte joanina, tendo em mente a possibilidade da autonomização da economia do continente americano (Tammone, 2013, p. 178).

Destarte, tanto os brasileiros quanto os estadunidenses tinham interesses comuns de suprimir as linhas de dependências portuguesas, bem como com os núcleos de influência fluminenses. Os insurgentes, ao escreverem no dia 12 de março de 1817 para o presidente norte-americano James Madison, trataram-no como “irmão” e expuseram que a revolução em curso em Pernambuco se espelhava na revolução de seu país, oferecendo-lhes “liberdade absoluta de comércio” (Documentos Históricos, 1953a, p. 18-19, v. CI) e prazo de 20 anos para que os referidos negociantes obtivessem produtos pernambucos “livres de direito”.

Segundo Oliveira Lima (1996, p. 507), a repercussão da revolução nos Estados Unidos foi pífia, e quanto à missão de Cabugá, ela não logrou sucesso. Esta informação foi repetida pela

historiografia e, a partir de Pereira da Costa (1983, p. 391), foi acrescentado que a única conquista alcançada pela citada missão foi a nomeação de Joseph Ray como cônsul daquele país em Recife (Leite, 1988, p. 215). Essas informações são equivocadas. Primeiro, porque a nomeação de Ray não se deveu a Cabugá porque desde julho de 1816 ele foi nomeado para atuar em tal função em Pernambuco desembarcando em Recife no dia 6 de junho de 1817, portanto quando a revolução havia sido vencida (Bourdon, 1975, p. 94). Ray não era uma pessoa estranha aos pernambucanos porque, desde o princípio do século XIX, atuava em Recife no ramo mercantil, sendo parceiro de William Bryan, com quem fundou a firma Ray & Bryan. Esta casa possuía uma loja na Filadélfia e ajustou com Cabugá a ida para Pernambuco do navio mercante Sally Dana, capitaneado por Thomaz Ray, com suprimentos para os revolucionários (Wright, 1978, p. 172-173).

Figura 4. Panorama de Pernambuco (Recife). Vê-se, em primeiro plano, o bairro portuário do Recife, as torres da Alfândega e a Igreja da Madre de Deus. Ao fundo, ligado por uma ponte, vê-se o bairro de Santo Antônio



Fonte: Gravura de autoria de Friedrich Salarhé confeccionada nas primeiras décadas do século XIX. Biblioteca Nacional.

Ao desembarcar como diplomata em Recife, Ray se instalou no importante bairro portuário do Recife, a Freguesia de São Pedro Gonçalves, nas imediações da Igreja da Madre de Deus. Seu desembarque ocorreu em um momento tenso pontuado pela derrocada da revolução e pela perseguição sobre os implicados que atuaram nela. A mão do soberano foi muito pesada contra os insurgentes. Nenhum dos que permaneceram no Recife — dos integrantes do Governo Provisório aos cidadãos mais humildes — foi poupado das represálias. Ele chegou a esconder em sua casa, que também servia de escritório consular, vários perseguidos, grandeando a ira do governador Luís do Rego Barreto, general moldado nas guerras napoleônicas e que chegou a pedir ao rei que pedisse junto às autoridades estadunidenses a destituição do cônsul. D. João VI solicitou ao abade José Correa da Serra que apresentasse em Washington seu descontentamento por considerar a ação de Ray criminosa perante as leis portuguesas. Estas considerações foram apresentadas em 3 de outubro de 1818, por escrito, ao secretário de Estado John Quincy Adams; todavia, o cônsul se conservou no cargo por alguns anos (Bourdon, 1975, p. 183).

Quanto à busca de apoio na região do Rio da Prata, principalmente em Buenos Aires, é pouco conhecida.⁸ Uma historiografia de 1817 se equivocou quando registrou que, além dos Estados Unidos e da Inglaterra, os revolucionários teriam enviado Félix José Tavares de Lima para Buenos Aires a fim de assegurar,

⁸ As conflagrações no Rio da Prata, denominadas de revolução da independência, decorreram de um processo que se abriu em 25 de maio de 1810 com a formação do primeiro governo conhecido como Primeira Junta, que culminará em 1816 com a declaração da independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, hoje Argentina, por parte do Congresso Constituinte de Tucumán (Kopecek, 2010, p. 17).

conforme informou Oliveira Lima (1969, p. 285), acordos importantes “com os revoltosos do Prata”. Luiz Geraldo da Silva e João Paulo Pimenta (2010, p. 312-42), em instigante artigo sobre a temática, esclareceram o equívoco da citada missão que foi informada por Hipólito da Costa em seu *Correio Brasiliense* em junho de 1817. Afora esse informe, não se encontrou nenhum registro que comprovasse a existência de tal missão. No âmbito da historiografia coube a J. C. Fernandes Pinheiro, em artigo publicado em 1861 na *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, consagrar “a formulação historiográfica da notícia” que praticamente foi repetida em quase toda a historiografia sobre o assunto (Pimenta, 2015, p. 271). Na realidade, explica Pimenta, foi o próprio Hipólito quem retificou o engano por ele divulgado na edição de seu jornal que circulou em dezembro de 1817. Segundo um correspondente, Félix Tavares, que, aliás, chamava-se Lira,⁹ e não Lima, conforme divulgado, tratava-se de um senhor do engenho Buenos Aires e que não colaborou em nada com o governo revolucionário.

O início do século XIX foi o “século da república”, conforme sublinham as historiadoras argentinas Hilda Sabato e Marcela Ternavasio (2015, p. 237). Desde o Novo México até o Prata, os países que emergiram a partir da crise colonial optaram pela forma republicana de governo fundamentada na soberania popular,

⁹ Félix José Tavares Lira foi eleito deputado por Pernambuco às Cortes Constituintes de Lisboa. Sua eleição foi divulgada através do Edital de 8 de junho de 1821 (Cabral, 2013, p. 143). Posteriormente, em 1833, ele presidiaria a província. Alexandre Mansur Barata (2006, p. 76) em suas pesquisas o encontrou em 1808 sendo citado por José Felício para que o capitão José Carlos Paes Barreto, senhor do engenho Saltinho, o procurasse para ser iniciado na maçonaria.

ideia compactuada pelos revolucionários pernambucanos. Não resta dúvida de que a região platina se constituiu um importante bastião revolucionário e centro mercantil onde vários negociantes pernambucanos, entre eles o revolucionário Domingos José Martins e o sogro Bento José da Costa, mantinham contatos comerciais, e que, após a queda da revolução, seus navios foram apreendidos pela Coroa em São Pedro do Rio Grande do Sul.

Até o momento se desconhece se o Governo Provisório procurou efetivar algum contato diplomático com Buenos Aires, porém, a revolução não passou despercebida pelas lideranças políticas das Províncias Unidas do Rio da Prata. Corroborar com essa assertiva uma misteriosa carta escrita em 25 de abril de 1817 por um refugiado político e maçom de Buenos Aires, Carlos de Alvear¹⁰, residente no Rio de Janeiro, dirigida a Matías de Irigoyen, militar que tomou parte na Guerra da Independência da futura Argentina, que com habilidade deveria fazê-la chegar às mãos de Juan Martín Pueyrredón, que também participou na citada guerra. Os manejos para a condução da carta foram descobertos pelo cônsul geral da Grã-Bretanha na corte, Henry Chamberlain, que a conseguiu interceptar por meios desonestos e posteriormente relatou seu conteúdo a D. João VI, ocultando-lhe como conseguiu a informação.

¹⁰ Carlos Alvear, como muitos outros argentinos do século XIX proeminentes na vida pública, era maçom e viveu na Espanha do princípio daquele século quando fundou em Cádiz a Sociedade dos Cavaleiros Racionais, composta por sul-americanos; mais tarde se juntaria àquela sociedade maçônica José de San Martín. Foi líder da Assembleia Constituinte de 1813 quando estabeleceu no país uma forma de governo unitária (centralizadora). Em 1815 se tornou diretor supremo, vindo a renunciar devido a vários conflitos políticos, se exilando no Rio de Janeiro até 1818 (Eiris, 2013, p. 38, 45; Pigna, 2023).

A carta narra os acontecimentos pernambucanos com algum detalhe e, como tratava-se de uma correspondência sigilosa escrita por mãos maçônicas, continha estratégias para mudança política no Brasil. O missivista foi informado por um maçom que vivia no Rio de Janeiro, contudo, pelas suas prelações, deveria se tratar de um português que lhe confidenciou que naquela corte havia muitas lojas e que elas passavam despercebidas pelo rei. Sobre as ocorrências nortistas, ele explicou que revolução foi precipitada e deveria atingir outras localidades entre elas a Bahia, o Maranhão e o Pará. Ademais, a revolta fugiu dos planos iniciais, isto é, os maçons pernambucanos adeptos da república não a fizeram “conforme o combinado”, isto é, instituíram uma república ao invés de uma monarquia constitucional (Bourdon, 1973, p. 863). Para o informante de Alvear, apesar de todos os descumprimentos, poderiam os revolucionários contarem com o apoio da maçonaria do Rio de Janeiro.

Como demonstrado anteriormente, durante as reuniões das lideranças da revolução para tratarem sobre qual a forma de governo que seria adotada em Pernambuco, discordâncias existiam entre os partidários da república e da monarquia constitucional, sendo esta preterida. O advogado Mendonça e o ouvidor olindense Antônio Carlos de Andrade eram entusiastas desta última, porém foram vencidos. O cargo conquistado por Antônio Carlos foi resultante da interferência da maçonaria fluminense junto à corte para submeter a maçonaria pernambucana à tutela do Rio de Janeiro. Evaldo Cabral de Mello (2004, p. 20) observou com propriedade que, isolado no seu republicanismo, o Governo Provisório “não devia alimentar ilusões sobre o apoio do Sudeste,

o qual se, na melhor das hipóteses, também se revoltasse, fá-lo-ia sobre a forma da monarquia constitucional”, por isso não tinha como buscar apoio no eixo do centro-sul, o que poderia pôr em risco o regime republicano. Essas desconfianças levaram os insurgentes, logo após a vitória da revolução, a buscarem apoio da Paraíba, do Rio Grande Norte e de outras localidades nortistas que até então não haviam se pronunciado.

Pela argumentação da carta acima, fica clara a existência de uma sociabilidade epistolar no continente americano, onde se confidenciavam planos sediciosos à sobra da maçonaria. Para colaborar com essas intuitivas, recorri às pesquisas de Pereira da Costa (1982, p. 641-643), quando em suas investigações disse que, em 1810, quando o carmelita e maçom padre Manoel de Arruda Câmara se encontrava doente, confiou ao jovem carmelita e também maçom João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, que comporia em 1817 o Governo Provisório, uma carta que continha planos revolucionários para o Brasil. Temendo que ela caísse em mãos contrárias, pediu que ele a fizesse chegar com segurança a certo amigo “N” que morava nos Estados Unidos. Era hábito entre os arquitetos de planos sediciosos principalmente os maçons enviarem missivas e outros documentos comprometedores para serem guardadas em outros lugares, e para que essas correspondências chegassem ao seu destino, elas eram conduzidas por várias mãos aos seus destinos.

4. Os Estados Unidos e a missão Cabugá

O jornal norte-americano *Georgetown Menssenger*, de 2 maio de 1817, saudou a revolução dizendo que tudo estava a in-

dicar que ela tinha sido bem-sucedida, contudo, explicava que estando Pernambuco muito distante de Buenos Aires e de outras antigas colônias espanholas, provavelmente não poderia contar com elas em caso de solicitação de reforços, porém dependendo da disposição dos pernambucanos e dos demais brasileiros, a revolução poderia ser exitosa (Bourdon, 1975, p. 265).

A chegada de Cabugá e sua comitiva aos Estados Unidos foi bem recebida pela gazeta *The Philadelphia Aurora*, que circulou em 16 de maio de 1817. Além de noticiar alguns passos da revolução, como a adesão das províncias da Paraíba e do Rio Grande do Norte, destacou a atuante participação dos padres que, a exemplo do clero estadunidense durante a revolução americana, encorajou a população a “resistir à tirania e estabelecer a liberdade e independência”. Sobre o recém-chegado, destacou:

Consideramos a nomeação deste cavalheiro extremamente acertada por parte do governo provisório. Sua importância política e posição elevada em seu país, as vantagens que ele obtém de suas viagens anteriores à Inglaterra, França e outros países europeus, juntamente com seu comportamento gentil, afável, inteligente e digno, o qualificam de maneira especial para esta importante posição (Bourdon, 1975, p. 272, tradução nossa).

Apesar da euforia, alguns jornais temiam que Cabugá fosse recebido friamente em Washington. Esta frieza se devia ao fato da recente edição da Lei de Neutralidade, de 3 de março de 1817, na qual os Estados Unidos se comprometiam com a Europa a não apoiarem as revoltas libertárias irrompidas no continente

sul-americano. O *Boston Patriot*, que circulou em 20 de maio de 1817, mostrava-se contrário à assinatura daquela lei e esclareceu “que a Europa continue a gemer, se assim escolher, sob o peso da tirania real, mas que a Deusa da Liberdade estabeleça um império permanente nas regiões do Ocidente” (Bourdon, 1975, p. 279). Na realidade, grande maioria da imprensa estadunidense aplaudia as revoltas bem como a implantação do sistema republicano tido como o mais apropriado. O noticioso ajuizava que:

A causa da independência da América do Sul é tão cara ao governo dos Estados Unidos quanto ao povo. As leis das nações obrigam o governo, em seus atos públicos, a adotar uma postura neutra: mas todas as suas simpatias estão a favor dos patriotas. Confiamos que o momento está rapidamente se aproximando quando nenhum disfarce será necessário, quando o Novo Mundo será inteiramente libertado e triunfante, desde a extremidade da Baía de Hudson até as regiões mais remotas da Patagônia (Bourdon, 1975, p. 279, tradução nossa).

Cabugá tinha conhecimento que dificilmente os Estados Unidos reconheceriam a república pernambucana, contudo conseguiu ser recebido por figuras relevantes da política do país, entre elas John Adams (segundo presidente dos Estados Unidos) que o recebeu e ficou impressionado com seu entusiasmo, fazendo-o lembrar os tempos em que ele esteve em situação semelhante¹¹. O representante pernambucano procurou seguir à risca as orientações do Governo Provisório procurando figuras importantes

¹¹ Carta de John Adams a Jefferson datada de Quincy, 26 de maio de 1817 (Bourdon, 1975, p. 285).

para obter apoio para a revolução sem se indispor com o abade José Correia da Serra, tido como figura influente. O abade era um homem ilustrado, poliglota, membro da American Philosophical Society desde 1817 e muito conhecido nos círculos culturais do mundo ocidental (Wood *apud* Davis, 2013, p. 28). Jefferson, ao tomar conhecimento de sua nomeação, lhe escreveu dizendo: “quero lhe felicita-lo sinceramente, mas ainda mais os meus conterrâneos, para quem tal será ainda maior satisfação. Espero que isto o prenda a nós para o resto dos seus dias, e que continue a visitar os seus velhos amigos como antes” (Davis, 2013, p. 187).

O abade utilizou de seu prestígio para neutralizar o trabalho de Cabugá junto ao governo americano, inclusive chegou a suspender encontros culturais e viagens recreativas para acompanhar os passos do pernambucano, que foram vigiados por uma rede de espionagem comandada por ele¹². Toda a atuação do diplomata pernambucano foi relatada ao rei, desde encontros com personalidades importantes a compras em Baltimore, de materiais bélicos como pistolas, espingardas e sabres para suprirem as tropas revolucionárias (Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 195, maço 4, pasta 5). Por ocasião em que Cabugá foi recebido pelo secretário interino de Estado Richard Rush, uma vez que o titular John Quincy Adams se encontrava em Londres ocupando o cargo de embaixador, o abade protestou e rispidamente acusou os Estados Unidos de apoiarem as rebeliões sul-americanas, e, caso

¹² Em 21 de agosto de 1817, quando não se tinha conhecimento da derrocada da revolução, Correa da Serra escreveu para o jovem entusiasta Francis Walker Gilmer, que Jefferson considerava ser o mais educado daquele estado, relatou que o seu verão tinha sido ocupado e que desistiu de ver as cataratas do Kanhawa, atualmente localizada na Virgínia, por inspecionar um grupo de revolucionários pernambucanos que estavam nos Estados Unidos (Davis, 2013).

estivesse equivocado, sugeriu que o país comprovasse o contrário (Bourdon, 1975, p. 201).

A ação de Correa da Serra aborreceu Rush, que dizia que ele era o único diplomata instalado em seu país que não lhe despertava simpatia. O abade, na realidade, tinha ciência de que os Estados Unidos sorrateiramente apoiavam os sul-americanos e, por isso, protestou contra essa atitude. Naquela ocasião, ainda estava presente na memória dos estadunidenses a guerra de sua independência, e era natural que apoiassem aqueles movimentos. “A opinião pública americana era contrária às monarquias do Velho Mundo e facilmente permitiu que os corsários e aventureiros fugissem à legislação de neutralidade” (Wood *apud* Davis, 2013, p. 30). Apesar de toda expectativa, a missão de Cabugá não conseguiu ser recebida pelo governo norte-americano, uma vez que o país não havia reconhecido formalmente a república pernambucana. Destarte, ele foi recebido em audiência privada na Filadélfia pelo representante do governo Caesar Augustus Rodney, membro da comissão para assuntos sul-americanos¹³, e pelo presidente do Banco Central Willian Jones. Durante a reunião, foram explicados alguns problemas relativos à diplomacia, além de esclarecimentos de que não competia ao chefe de estado norte-americano reconhecer colônias como Estado, cuja tarefa era da competência do Congresso.

Durante o encontro foram assinados acordos importante que, após passarem pelo crivo do governo, quatro pontos ficaram

¹³ Esta comissão tinha a incumbência de observar o andamento e o comportamento das independências sul-americanas e o papel que a Inglaterra poderia conquistar, bem como estudar o papel que os Estados Unidos poderiam ali exercer (Pine, 1958, p. 43-47).

acertados: 1- Apesar de o governo de Washington não reconhecer a república pernambucana, nada implicaria que seus navios mercantes entrassem livremente no país; 2 – os Estados Unidos não tolerariam que os portos de Pernambuco fossem bloqueados; 3 – Os pernambucanos poderiam comprar livremente materiais bélicos nos Estados Unidos, no entanto, esse país não se responsabilizaria pelas embarcações que fossem tomadas por seus inimigos; 4 – Em face dos acordos existentes entre os Estados Unidos e alguns governos europeus, Washington, por enquanto, não reconhecia a missão diplomática capitaneada por Cabugá (Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 195, maço 4, pasta 5).

Enquanto Cabugá conseguia firmar os citados acordos a República de Pernambuco havia ruído. O padre Muniz Tavares, revolucionário de 1817 e autor de uma história daquela revolução, não perdeu os Estados Unidos por ter se negado reconhecer o citado movimento revolucionário nortista. Segundo o sacerdote, sua geração se iludiu em contar com o apoio de governos que “professam máximas liberais, principalmente”. Para ele, o espírito dos norte-americanos era mercantil e “os mercantes são avaros” (Tavares, 1969, p. 104). As operações para bloquear o porto recifense foram orquestradas na Bahia sob o comando do conde dos Arcos e no Rio de Janeiro pelo próprio rei. Com o desmoronamento da revolução, a autoridade real é restaurada, dando início a uma verdadeira caça às bruxas contra os insurgentes. As novidades logo correram o mundo e chegaram aos Estados Unidos, primeiramente na Filadélfia e em Nova Iorque, através de navios vindos da Bahia e do Rio de Janeiro, sendo posteriormente divulgadas na imprensa. O abade Correa da Serra, ao tomar ciência

das novas, permaneceu atento principalmente sobre a chegada de notícias e de fugitivos que escaparam dos esbirros do governador Luís do Rego Barreto¹⁴.

Os refugiados eram recepcionados por Cabugá, que imediatamente os conduzia para a Filadélfia, cidade que, segundo Bourdon (1975, p. 91), era vista como centro de “conciliábulo de todas as revoltas da América do Sul”. Ali, os recém-chegados se juntavam a figuras proeminentes das guerras de independência sul-americanas, entre elas: Manoel Hermenegildo de Aguirre, um dos proclamadores da independência das Províncias Unidas do Rio da Prata; Vicente Pazos, boliviano que apoiou a Revolução de Maio na Argentina; e Telésforo de Orea (Bourdon, 1975, p. 362, 366). Os emigrados reunidos naquela cidade formavam um grupo que, segundo Correa da Serra, constituía o “partido jacobino”, apoiado por jornalistas e por algumas figuras influentes da política norte-americana, entre elas Henry Clay, representante do Kentucky na Câmara dos Representantes.

Em 1818, ao citado grupo foram apresentados os filhos do padre Roma (José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima)¹⁵, José Inácio

¹⁴ Através de uma correspondência escrita em Washington no dia 5 de março de 1818 por Correa da Serra para João Paulo Bezerra, pessoa que não consegui identificar, mas que devia se tratar de algum funcionário que atuava no Rio de Janeiro, relatou que recentemente haviam chegado no país vindos de Pernambuco vários homens que escaparam da prisão, entre eles José da Cruz Gouvea (senhor de engenho em Goiana), Luís Fortes Bustamonte, Joaquim Pires Ferreira e José Carlos Mayrink da Silva Ferrão, secretário do Governo Provisório (Bourdon, 1975, p. 366).

¹⁵ Carta de Correa da Serra datada da Filadélfia em 13 de julho de 1818 para o ministro Tomás Antônio Vilanova Portugal (Bourdon, 1975, p. 399). O padre Roma, durante a revolução, foi convocado pelo Governo Provisório para sublevar a Bahia. Partiu de Recife com rápida passagem por Alagoas, que à

de Abreu e Lima (que não deve ser confundido com o pai, uma vez que não tinha o Ribeiro incorporado ao nome) e Luís de Abreu e Lima, que fugiram do Brasil para os Estados Unidos contando com o apoio de Cabugá. José Inácio de Abreu e Lima mais tarde aceitou convite de Juan Germán Roscio, diretor do *Correo del Orinoco* e seguiu para a Venezuela, se tornando general de Simón Bolívar. Em 1868, antes de sua morte, disse ao ex-presidente da Venezuela José Antonio Páez que em 1817 escapou “por milagre da cadeia da Bahia”. Para tanto, contou com o auxílio da maçonaria, que lhe desembolsou o valor de 100 pesos utilizado na evasão do Brasil (Chacon, 1983, p. 77). Abreu e Lima colaborou no *Correo* daí se entende o motivo deste noticioso ter dado atenção às questões brasileiras e ter travado batalha retórica contra o *Correo Braziliense* sobre a revolução de 1817, motivando réplica deste em dez edições (Pimenta, 2015, p. 311).

Cabugá não mediu esforços em denunciar o infortúnio abaido sobre Pernambuco após a queda da revolução, tanto que um ano depois em um jantar em que tomou parte pessoas importantes, como o jurista Charles Jared Ingersoll (procurador dos Estados Unidos na Pensilvânia) e vários emissários dos governos sul-americanos, foi solicitada justiça para os “mártires da liberdade em Pernambuco” e saudaram a liberdade de toda a América

época era integrada ao território pernambucano, onde divulgou a revolução em seguida fretou uma jangada e se dirigiu para Bahia portando cartas sem explícito destinatário, contudo assinada por Domingos José Martins e pelo Governo Provisório. Antes de desembarcar foi descoberto e teve que se livrar de vários papéis, entre os quais a proclamação “Denodados patriotas baianos” (Arquivo Histórico do Itamaraty, Lata 195, maço 4, pasta 14; Documentos Históricos, 1953b, p. 8, v. CII). Sem grandes delongas foi acusado de traição e executado a mando do conde dos Arcos.

do Sul, além da extinção de todos os tiranos (Bourdon, 1975, p. 396). As gazetas americanas, principalmente a *Aurora*, que, segundo Correa da Serra, havia se tornado arauto dos insurgentes, não poupou espaços para atacar D. João VI, o conde dos Arcos e o abade que, àquelas alturas, perdera o encanto pelo Novo Mundo. Nessas circunstâncias, ele pediu ao rei, em meados de abril de 1818, que o dispensasse do cargo de embaixador, porém só foi atendido dois anos depois quando desiludido em viver em “sociedade democrática”, partiu para a Europa (Serra, 1818 *apud* Bourdon, 1975, p. 384). Cabugá permaneceu alguns anos na América do Norte e, posteriormente, a convite do imperador D. Pedro I, passou a residir na Bolívia atuando como embaixador do Império do Brasil e ali faleceu.

5. Considerações finais

A revolução de 1817, que teve como epicentro a capitania de Pernambuco e se estendeu até a Paraíba e o Rio Grande do Norte, teve várias razões para promover o desligamento do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Na realidade, havia ali descontentamentos generalizados contra a maneira como a Coroa portuguesa tratava a região, afogando-a em pesados impostos, dificultando a vida dos ricos e dos pobres. A sedição, conforme é de conhecimento da historiografia, foi articulada pela maçonaria, contudo, a pesquisa demonstrou que os planos revolucionários vinham sendo idealizados havia muito tempo pela citada agremiação, cuja mão se estendia pelo continente americano e que foi também responsável pelos movimentos libertários sul-americanos. A revolução em pauta foi a única do Império português

que saiu das reuniões entre paredes, tomou as ruas e destituiu o governador régio, sendo alvo de notícia de jornais europeus e americanos, além de intenso assunto dos diplomatas. As cartas escritas por esses homens demonstram que eles estavam atentos a tudo que se passava no Brasil e interessados em manter os interesses dos seus países.

Destarte, países monárquicos como a Inglaterra e a França, que mantinham relações diplomáticas com o Brasil, permaneceram do lado do rei, enquanto os Estados Unidos, apesar de se dizerem neutros quanto aos movimentos libertários sul-americanos, se posicionaram ao lado dos insurgentes, demonstrando que sua neutralidade era aparente. À época era desejo do governo de Washington ampliar seus negócios por todo o continente americano e via na política joanina um entrave, já que ela favorecia a Inglaterra. A vitória da revolução pernambucana representava para eles a esperança de uma “América para os americanos”, isto é, para os Estados Unidos. Por outro lado, podemos perceber no tempo da Revolução Pernambucana existiam alternativas de projetos políticos para o Brasil: república ou monarquia constitucional. Contudo, em 1822 com a independência a monarquia abateu a república conservando muitas estruturas coloniais; e a centralização em sua forma unitária, subjugou o federalismo tão acalentado pelos insurgentes nortistas de 1817.

6. Referências

6.1 *Bibliografia*

ALMARZA, Ángel Rafael V. Diplomacia insurgente: contactos de la insurgencia venezolana con el mundo inglés (18101817). **Tzintzun**: Revista

de Estudios Históricos, Hidalgo, n. 63, 2016, p. 361370. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/898/89843593014.pdf>. Acesso em: 12 maio 2024.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada & Independência do Brasil**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

BERNARDES, Denis. Considerações em torno da repercussão da Revolução Francesa em Pernambuco. *In*: ANDRADE, Manuel Correia de (Org.). **O Nordeste brasileiro e a Revolução Francesa**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1992. p. 7185.

CABRAL, Flavio José Gomes. “Highly important! Revolution in Brazil”: a divulgação da República de Pernambuco de 1817 nos Estados Unidos. **Clio**, Recife, v. 33, n. 1, p. 122, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24685>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CABRAL, Flavio José Gomes. **Conversas reservadas: “vozes públicas”, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

CALMON, Pedro. **História do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1971. v. 5.

CASTRO, Jeanne Berrance de. A independência vista por um representante francês no Brasil: resumo. **Revista de História**, São Paulo, v. 46, n. 94, p. 439440, 1973. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132002>. Acesso em: 2 fev. 2024.

CESAR, Tiago da Silva. Violência, medo e práticas punitivas em Pernambuco (1817-1818). *In*: VENDRAME, Maíra Ines; MAUCH, Cláudia; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Crime e justiça: reflexões, fontes e possibilidades de pesquisa**. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 329351.

CHACON, Vamireh. **Abreu e Lima: General de Bolívar**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COSTA, Hipólito da. **Correio Braziliense, ou, Armazém Literário**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. v. 18; v. 19.

COSTA, Pereira da. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1982 [1882].

COSTA, Pereira da. **Anais pernambucanos**. 2. ed. Recife: FUNDARPE, 1983 [1958]. v. 7.

DAVIS, Richard Beale. **O abade Correia da Serra na América, 1812-1820**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013. v. 7.

EIRIS, Ariel Alberto. Guerra, política y diplomacia. *In*: DE MARCO, Miguel Angel. **Guerra de la independencia**: Una nueva visión. Buenos Aires: Emecé, 2013. p. 2954.

FERRAZ, Socorro. **Liberais & liberais**: guerras civis em Pernambuco no século XIX. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

KNAUSS, Paulo. O pintor redescoberto: Antônio Alves e a pintura de retrato no tempo de D. João. *In*: COLÓQUIO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 39., 2019, Pelotas. **Anais** [...]. Pelotas: UFPEL; CBHA, 2020. Disponível em: <http://cbha.art.br/coloquios/2019/anais/pdfs/Paulo%20Knauss.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2024.

KOPECEK, Julián. Revolución e Independencia. *In*: OCAMPO, Lourdes Martínez. **La innovación llamada Argentina**. México: Instituto Nacional de Estudios Históricos de las Revoluciones de México, 2010. p. 1526.

LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817**: estrutura e comportamentos sociais. Recife: Editora Massangana, 1988.

LIMA, Oliveira. **Dom João VI no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LIMA, Oliveira. Notas bibliográficas e documentais. *In*: TAVARES, Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. Recife: Governo do Estado, 1969.

MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções em 1710 e 1817**. 2. ed. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, [1853].

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência**: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MOREL, Marco. Papéis incendiários, gritos e gestos: a cena pública e a construção nacional nos anos de 1820-1830. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 3958, 2002. DOI: 10.1590/2237101X003004002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/9ZhV4ztkSM8C833xbyyDtSk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2024.

MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1917**: estruturas e argumentos. São Paulo: Perspectiva, 1972.

PIGNA, Felipe. Carlos María de Alear, o governante que jogou com Espanha e Inglaterra. **Clarín**, Buenos Aires, 13 out. 2023. Disponível em: https://www.clarin.com/viva/carlos-maria-alvear-gobernante-jugo-puntas-espana-inglesa_0_e8PK5FKfpC.html. Acesso em: 12 maio 2024.

PIMENTA, João Paulo. **A Independência do Brasil e a experiência Hispano-americana (1808-1822)**. São Paulo: Hucitec, 2015.

PIMENTA, João Paulo. **Formação da nação brasileira**. São Paulo: Contexto, 2024.

QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de (Org.). **Independencias ibero-americanas: nuevos problemas y aproximaciones**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015. p. 237272.

SABATO, Hilda; TERNAVASIO, Marcela. El voto en la República. Historia del sufragio en el siglo XIX. *In*: SABATO, H.; TERNAVASIO, M.; DE PRIVITELLIO, L; PERSELLO, A. V. **Historia de las elecciones en la Argentina**. Buenos Aires: Editorial el Ateneo, 2015. p. 17-134.

SILVA, Luiz Geraldo; PIMENTA, João Paulo. Pernambuco, Rio da Prata e a crise do Antigo Regime na América Ibérica – o “caso” de Felix Jose Tavares Lira. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 312342, 2010. DOI: 10.15448/1980864X.2010.2.8766. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/8766>. Acesso em: 5 abr. 2024.

TAMMONE, Natalia. **Estados Unidos, Portugal e Brasil em uma época de transição: continuidade e inovação (1783-1824)**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. DOI:10.11606/D.8.2013.tde-30042013-123910.

TAVARES, Muniz. **História da Revolução de Pernambuco de 1817**. 2. ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1969.

TOLLENARE, Louis-François de. **Notes dominicales: prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818**. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.

TOLLENARE, Louis-François de. **Notas dominicais**. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1978.

WOOD, Gordon S. Prefácio. *In*: DAVIS, Richard Beale. **O abade Correia da Serra na América, 1812-1820**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

WRIGHT, Antônia F. P. de Almeida. **Desafios à preponderância britânica no Brasil: 1808-1850**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. (Brasiliense, v. 367).

6.2 Fontes manuscritas

AHI (Arquivo Histórico do Itamaraty)

AHI. Lata 195, maço 4, pasta 14.

AHI. Lata 195, maço 4, pasta 4.

AHI. Lata 195, maço 4, pasta 5.

6.3 Fontes impressas

BOURDON, Léon (org.). Documents diplomatiques inédits relatifs à la Révolution de Pernambouc. *In*: TOLLENARE, Louis-François de. **Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818**. Paris: Presses Universitaires de France, 1973.

BOURDON, Léon. **José Corrêa da Serra**: ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil à Washington (1816-1820). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1975. p. 262-263. (Fontes documentais portuguesas, 6).

CARTA [...], 1817. Carta do coronel Maler ao Duque de Richelieu, 29 de março de 1817. *In*: BOURDON, Léon (org.). Documents diplomatiques inédits relatifs à la Révolution de Pernambouc. *In*: TOLLENARE, Louis-François de. **Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818**. Paris: Presses Universitaires de France, 1973. v. III, p. 882-884.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS (DH). Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953. v. CI.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS (DH). Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1953. v. CII.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS (DH). Revolução de 1817. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954. v. CV.

LEMPRIERE, John. Carta a Lord Castlereagh, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros Britânico, Recife, 17 de março de 1817. *In*: BOURDON, Léon. **José Corrêa da Serra**: ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil à Washington (1816-1820). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian;

Centro Cultural Português, 1975. (Fontes documentais portuguesas, 6). p. 851-854.

LESSEPS, Jean-Baptiste de. Carta ao Duque de Richelieu, Lisboa, 17 de maio de 1817. *In*: BOURDON, Léon (org.). Documents diplomatiques inédits relatifs à la Révolution de Pernambouc. *In*: TOLLENARE, Louis-François de. **Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818**. Paris: Presses Universitaires de France, 1973. v. III, p. 893.

SERRA, José Corrêa da. Carta ao Conde da Barca, Baltimore, 3 de abril de 1817. *In*: BOURDON, Léon. **José Corrêa da Serra**: ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil à Washington (1816-1820). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1975. (Fontes documentais portuguesas, 6). p. 260.

SERRA, José Corrêa da. Carta ao Conde de Palmela, Norfolk, meados de abril de 1818. *In*: BOURDON, Léon. **José Corrêa da Serra**: ambassadeur du Royaume-Uni de Portugal et Brésil à Washington (1816-1820). Paris: Fundação Calouste Gulbenkian; Centro Cultural Português, 1975. (Fontes documentais portuguesas, 6). p. 384.

ESCOLA PÚBLICA E POLÍTICAS DE RECONSTRUÇÃO: PARALELOS 1922-2022

André Luiz Paulilo

1. Introdução

Desde que encontraram seu lugar nas grandes comemorações nacionais, as efemérides também animam revisões historiográficas, novas interpretações e investimentos editoriais. Especialmente os centenários nos convidam a avaliar e fazer balanços. No Brasil, nos últimos quarenta anos, as celebrações do centenário da República, em 1989, dos 500 anos, em 2000, e do bicentenário da Independência, em 2022, além dos eventos oficiais e acadêmicos, motivaram a publicação de novos estudos que contribuiriam para adensar a crítica e a compreensão das mudanças, de então e de outrora, no poder.

A prática não é nova. Por ocasião do primeiro centenário da independência, Vicente Licínio Cardoso organizou o livro *Á Margem da História da República (ideias, crenças e afirmações)*,

publicado em 1924. Tratava-se de uma coletânea de escritos diversos, sem caráter de Antologia ou Poliantéa. Nas palavras do prefaciador, a obra era “um inquérito sem perguntas e sem respostas”, “um depoimento”, “uma afirmação coletiva de ideais, de crenças e de almejos” (Cardoso, 1924, p. 13). Ainda segundo o prefácio, reunia uma geração específica de homens:

A geração que nasceu com a República, pouco antes ou pouco depois: não viram o imperador, não conheceram os escravos, não herdaram títulos, nem cargos, nem comissões. Conquistaram posições e tomaram atitudes por seus próprios esforços: são pois republicanos e democratas na verdadeira acepção do termo: fizeram viver, em suma, as suas próprias ideias (Cardoso, 1924, p. 14).

Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jonathas Serrano, José Antonio Nogueira, Numo Pinheiro, Oliveira Vianna, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira, Tristão de Athayde e Vicente Licínio Cardoso integravam a coletânea. Ainda segundo o prefaciador, escreviam “porque não puderam fazer ainda outra coisa senão pensar” (Cardoso, 1924, p. 16). Foram então apresentados como aqueles a quem cabia “uma nova obra de construção, difícil, mas fecunda”. Foram, sobretudo, críticos do que o regime republicano havia realizado no Brasil, depois de 35 anos. Entre esses autores, Antônio Carneiro Leão foi aquele que tratou das questões de educação no livro de Vicente Licínio Cardoso.

Sob o título “Os deveres das novas gerações brasileiras”, Carneiro Leão reuniu o trecho de um livro homônimo, edita-

do no ano anterior, e a tradução para o português de um trabalho seu antes publicado, em Washington, no *The Journal of the National Education Association*. A composição conferiu perspectiva histórica aos quantitativos apresentados por Carneiro Leão ao público norte-americano acerca da instrução no Brasil e serve de base aqui para estabelecer um paralelo entre a situação do ensino público em 1922 e em 2022. Frente a atual dificuldade dos projetos de inovação educacional para lidar com o passado, procurei fazer um paralelo entre as preocupações do primeiro e do segundo centenário da independência. O imperativo da mudança, a urgência em promovê-la e a preeminência de celebrar as ruínas de um antigo regime com que se chegou em 2022 animou este exercício de reflexão. Longe de uma avaliação ou balanço, trata-se de uma comparação com o antigo regime da educação, então dominado por uma geração de educadores que, na feliz expressão de Nunes (1990, p. 41), veio a se tornar “paradigma simbólico da geração seguinte”. O propósito desse artifício é buscar um paralelo útil à compreensão da mudança de alcance da educação pública brasileira depois de um século das considerações de Carneiro Leão.

2. A educação no centenário da Independência

Recém passado o centenário da independência, Carneiro Leão (1924, p. 27) perguntava: “Quem nos assegurará, que, de agora a cinquenta anos, ou mesmo no segundo centenário da nossa independência a situação da educação popular brasileira não seja ainda parecida com a de hoje?” Tratava-se, segundo Carneiro Leão (1924, p. 27), de um país em que a capital federal

não tinha capacidade de alfabetizar mais que quarenta por cento da população infantil em idade escolar. E mais:

Há, atualmente, no Brasil 16.897 escolas primárias entre estaduais (10.449); municipais (2.351); e particulares (3.421). [...] Admitidas como precisas as informações oficiais pode-se, ainda assim, assinalar, nesses últimos 13 anos, um aumento considerável de escolas primárias no Brasil. Em 1907 (a última estatística anterior a atual) dava uma totalidade de 12.448 escolas, das quais eram estaduais 6.918; municipais 2.635; particulares subvencionadas 213 e particulares sem subvenção 2.682. Em 13 anos foram criadas 4.449 escolas primárias (Carneiro Leão, 1924, p. 32).

Carneiro Leão (1924, p. 27) atribuía o estado de coisas que as estatísticas mostravam à extravagante orientação política do Brasil:

A Monarquia nada realizou. Como explicar, porém, que a República criando um Ministério de Instrução entregando-o a um dos mais ilustres e convictos apóstolos desse regime – a Benjamin Constant – não só o fechasse em seguida, mas não cogitasse, nunca mais, da educação popular, meio único capaz de efetuar a democracia?

Quando publicou o capítulo “Os deveres das novas gerações brasileiras”, no livro organizado por Vicente Licínio Cardoso, Carneiro Leão era diretor geral da instrução pública da capital federal. Antes, havia compilado suas palestras sobre educação nos polpidos volumes intitulados *O Brazil e a Educação Popular*

e Problemas de Educação. Publicista reconhecido e autoridade do ensino, demonstrava, portanto, uma justificada preocupação com o legado da obra da geração de intelectuais a qual pertencia diante das “muitas décadas de anos que o Brasil levou para se convencer da necessidade de organizar a educação popular” (Carneiro Leão, 1924, p. 28).

Carneiro Leão (1924, p. 28) estava convencido, no entanto, que, mesmo sem quaisquer mudanças na situação da educação popular por ocasião do segundo centenário da independência, o esforço, as memórias e as campanhas de então seriam “lembradas e louvadas por outros teimosos sonhadores”. Conjeturava assim:

Provavelmente às gerações dessas épocas dirão eles: “Nas proximidades do primeiro centenário da nossa independência havia um Monteiro de Souza, um Vitor Viana, um Pinto Serva, um José Augusto, um A. Carneiro Leão, um Paulo Pestana, que escreviam artigos, conferências e livros, bramindo com energia e ruído em defesa da educação do povo brasileiro”.

E irão, como nós, agora, revolver na poeira dos arquivos, os livros, os folhetos e os jornais, nos quais escrevemos as nossas objurgatórias e os nossos conselhos.

E citarão, certamente, com aplausos e carinhos, palavras, trechos inteiros dos nossos trabalhos, para se valerem da história e da tradição em defesa da sua campanha, tenaz, e nessa época, provavelmente, quase vitoriosa (Carneiro Leão, 1924, p. 28).

Depois de um século, a despeito de ser bem outra a situação da educação pública no Brasil, os artigos, as conferências, os

livros e a atuação de Carneiro Leão e de muitos de seus pares, ainda nos interessam. Não diria que são louvados, conforme a vaidosa expectativa de Carneiro Leão, mas como mostra o *Guia de Fontes da Bibliografia de e sobre Carneiro Leão* organizado por Jonathas Chaguri e Maria Cristina Machado (2017) ainda revoltemos “na poeira dos arquivos, os livros, os folhetos e os jornais” nos quais escreveram.

Não mais à procura de conselhos ou de material para uma campanha tenaz, mas para repensar os sujeitos com os quais nos defrontamos na pesquisa, o estudo do que então se produziu como crítica e proposta entre os anos 1920 e 1930 serve-nos ainda à reflexão. No arrazoado que Carneiro Leão (1924, p. 26-27) faz em seu texto, mapeava como problemas da educação:

- (1) a presença de escolas “sem edifícios próprios, sem mobílias e utensílios e, pior que tudo, sem mestres idôneos”;
- (2) o baixo nível da educação e da instrução na sociedade brasileira;
- (3) a dificuldade em fazer decrescer o número de analfabetos no país;
- (4) o sistema geral de instrução pública: “um acervo de matérias amontoadas, [...] sem nexos ou lógica, e estranho completamente a qualquer concepção elevada de pátria” (Carneiro Leão, 1924, p. 26).

De fato, Carneiro Leão dispunha de copiosa bibliografia sobre as questões da educação. Às suas menções a Liberato Barroso, Tavares Bastos, Rui Barbosa e José Veríssimo poder-se-iam asso-

ciar outros críticos das condições da educação popular no país: João Kopke, Godofredo Furtado ou Silva Jardim. E, como reconhecia Carneiro Leão, do mesmo modo que esses críticos no passado, também a sua geração bramou com energia e ruído em favor da organização da educação popular. As reformas que ele próprio conduziu no Distrito Federal (1922-1926) e em Pernambuco (1928), mas também aquelas promovidas por Lourenço Filho no Ceará (1922) e em São Paulo (1930-1931), por Anísio Teixeira na Bahia (1924-1928) e no Distrito Federal (1931-1935), por Francisco Campos e Mário Casasanta em Minas Gerais (1926-1930), por Fernando de Azevedo no Distrito Federal (1927-1930) e em São Paulo (1933) e por Attilio Vivacqua no Espírito Santo (1928) são marcos conhecidos da época.

Trata-se de um período da administração educacional em que muitas escolas foram construídas, procurou-se medir o rendimento escolar para, assim, fazer decrescer o analfabetismo e apostou-se no nacionalismo como um elemento de regeneração social. Ao longo de toda a década de 1920, então, novas ideias sobre a educação animaram iniciativas para transformar as finalidades sociais da educação pública. Por um lado, experimentou-se desdobrar turnos e construir novos edifícios escolares para aumentar as vagas. Por outro, a organização da inspeção médico-escolar, da assistência alimentar e social na escola, a criação de colônia de férias ou a implantação da educação física visavam assegurar melhores condições de frequência e rendimento escolar. Assim, pensava-se fazer da escola a parte central das campanhas de regeneração nacional e das reformas educacionais uma contribuição ímpar para o progresso do país, prometendo a formação de novas gerações produtivas, inteligentes e saudáveis.

O advento reformista da instrução pública entre a velha república e o Estado Novo da qual Carneiro Leão foi um expoente é tópica consagrada da crítica histórica. Não só tem sua cronologia bem estabelecida, seus protagonistas nitidamente definidos e uma trama razoavelmente bem conhecida, também é fiador de certos cânones da nossa historiografia. Entretanto, as muitas questões de interpretação que o estudo daquelas reformas impõe também faz reconhecer diferenças relativas aos modelos explicativos dos quais partem as análises e cujas conclusões envolvem a nossa atual compreensão acerca do ardor da discussão e das disputas registradas na imprensa, nos livros e nas correspondências da época com variações de ênfase e atenção. De fato, as inventivas e estratégias de então para dar à educação outro alcance social não detiveram o avanço do autoritarismo ou reverteram práticas que faziam da escola uma instituição voltada para a interiorização de desigualdades por parte das novas gerações. Muitas vezes, foram, de fato, recursos do controle ideológico e de exclusão social. Entretanto, o advento reformista da década em que se celebrava o centenário da independência contribuiu para fazer do aumento da capacidade de atendimento do sistema educacional público por meio da gratuidade, da obrigatoriedade e da laicidade escolar um capítulo ímpar da história da educação no Brasil.

3. Qual educação no bicentenário da Independência?

Recentemente, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) publicou o censo escolar de 2023. Passado um século da publicação de “Os deveres das novas gerações”, o censo escolar totalizou 105.360 escolas dos anos

iniciais do ensino fundamental (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024, p. 51). Entre elas, predominam as escolas municipais, que reúnem 72.150 unidades. Outras 9.511 escolas dos anos iniciais do ensino fundamental são estaduais, 23.673, particulares e 26, federais. A expansão escolar foi extraordinária em um século. Apenas nesse segmento da escolarização, a rede de ensino cresceu quase seis vezes e meia. O censo escolar aponta ainda 61.785 escolas dos anos finais do ensino fundamental, além de 29.413 escolas de ensino médio.

Além da diferença quantitativa dos números, percebe-se outra orientação para a expansão do último século. Não só a predominância de escolas municipais atesta o resultado do processo de municipalização do ensino elementar no país. A abrangência do crescimento alcança os anos finais do ensino fundamental, o ensino médio e a educação infantil, estendendo-se por todos os segmentos da educação básica. Por um lado, o predomínio das escolas municipais na organização da educação elementar que se verifica no Censo Escolar de 2023 resulta das políticas bem-sucedidas de descentralização da década de 1990. Por outro, a universalização da educação, sua obrigatoriedade entre os 04 e 18 anos de idade e a diversificação da oferta ainda não asseguram níveis aceitos como de qualidade.

Quanto à estrutura, segundo o mesmo *Censo Escolar de 2023*, 2.585 das escolas de educação básica do país funcionam sem energia elétrica, 3.058 sem abastecimento de água e 6.356 sem esgoto sanitário. De acordo com o resumo técnico do *Censo Escolar da Educação Básica* do ano anterior, a taxa de distorção idade-série por etapas do ensino fundamental, que mensura o

rendimento do sistema, permitiu verificar uma redução na taxa de aprovados para todas as etapas de ensino entre 2020 e 2021. Nota-se ainda uma elevação da distorção entre idade e série a partir do 2º ano do ensino fundamental até a 1ª série do ensino médio. O documento aponta que “a distorção idade-série alcança 18,5% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental e 22,2% das matrículas do ensino médio” (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023, p. 16). No ano seguinte, o resumo técnico do *Censo Escolar da Educação Básica 2023*, aponta que a taxa de distorção idade-série do ensino fundamental da rede pública atingiu 8,2% nos anos iniciais e 19,3% nos anos finais (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024, p. 28). Entretanto, indica que atualmente “apenas 14,9% dos matriculados no ensino fundamental apresentaram tempo de permanência na escola ou em atividades escolares igual ou superior a 35 horas semanais” (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024, p. 30).

Sobre as licenciaturas, o *Censo da Educação Superior 2022 – notas estatísticas*, comparando o período de 2012 a 2022, afirma que enquanto os cursos tecnológicos cresceram 45,5%, seguidos dos bacharelados, com 18,4%, as licenciaturas cresceram 15%. Em 2022, os concluintes de bacharelado corresponderam a 58,6% do total de concluintes, enquanto a licenciatura teve uma participação de 20% e os tecnológicos, 21,4%.

Mesmo em situação bastante diferente atualmente, ainda bramamos por melhores estruturas de funcionamento escolar e de qualificação docente e por uma educação de qualidade e mais

equitativa. Como há um século, a educação pública apresenta problemas importantes de alcance e rendimento que pautam o debate público. As políticas de correção de fluxo e os programas de avaliação em larga escala somaram estudos e um esforço sistemático de aperfeiçoamento dos métodos de educação e ensino ao repertório desenvolvido pela geração de Carneiro Leão. De fato, a passagem do último século para este também foi de planos e reformas, de políticas de reconstrução que, atualmente, no entanto, em vez dos números brutais do analfabetismo dos anos 1920, volta-se para o enfrentamento das desigualdades.

Quando se observam as estatísticas que essas políticas e avaliações animam e fomentam não é difícil perceber que, ao se universalizar, a escola mudou o modo de produção das desigualdades. Conforme explica Dubet (2020, p. 43-44), tanto “a triagem não se faz mais a montante na escola, mas ao longo dos próprios estudos” quanto “a redução das desigualdades iniciais de acesso aos estudos foi ‘neutralizada’ pelo prolongamento dos estudos e pela multiplicação das provas de seleção”. Portanto, o problema de alcance e rendimento escolar mudou a sua natureza. Em vez da clivagem que opunha os escolarizados e os excluídos da escola, hoje o sistema educacional distingue segundo o itinerário escolar (Lahire, 2008), o estabelecimento de ensino (Chapoulieu; Briant, 1994), a sala de aula (Dussel; Caruso, 2003) e as opções curriculares (Goodson, 1999). A universalização do ensino deslocou as desigualdades para dentro da escola, contrapondo diferenças de qualidade e aproveitamento escolar.

Essa mudança não é própria do Brasil. Conforme atestam as análises de Dubet (2020), na França, de Goodson (2008), na

Inglaterra ou de Popkewitz (1997) nos Estados Unidos parece mesmo tratar-se de um fenômeno próprio da universalização da escola. Já as respostas políticas a essa mudança na produção das desigualdades de alcance e rendimento escolar, embora implicadas com eventos e contextos internacionais, resultam de perspectivas locais de compreensão do fenômeno. No Brasil, as políticas desenvolvidas nas cidades de São Paulo (1989 ou 2008), Belo Horizonte (1994) e Sobral (1997) ou no MEC (1995-2002 e 2005-2012) são expressões conhecidas de diferentes iniciativas.

Em que pese as diferenças de concepção e propósito educacional, e também de resultados, o período foi de políticas voltadas para a construção de programas, práticas de inclusão, coeficientes de avaliação, estratégias de financiamento e tudo mais com que se pudesse reduzir algum aspecto das desigualdades escolares. A redução das desigualdades de percurso escolar é a atual aposta política para reforçar a vida democrática. Nessas investidas, contudo, estudos comparativos vêm identificando tanto a presença cada vez maior de agências internacionais quanto o alinhamento da prestação de serviços e gestão da educação com o ideário econômico e a transformação da educação numa espécie de *comodities* negociada no mercado financeiro. Fundamentalmente, esses estudos apontam para uma mudança no discurso educacional em que a infiltração de agendas corporativas nas reformas educacionais deslegitima as políticas públicas como ineficientes no custeio e gestão e privilegiam soluções orientadas para a terceirização ou a privatização da prestação dos serviços escolares. De forma complementar, esse arranjo da compreensão sobre as desigualdades escolares predomina na imprensa que, conforme mostra Thais

Marin (2023) para o caso da *Folha de S. Paulo*, não faz circular outro modelo interpretativo.

4. Paralelos 1922-2022

Nos debates que o bicentenário da independência suscitou no país não repercutiram a “energia e ruído em defesa da educação do povo brasileiro” de 1922. E se a obra de um Carneiro Leão, um Monteiro de Souza, um Vitor Viana, um Pinto Serva, um José Augusto, ainda hoje nos interessa como fontes para o estudo e a compreensão do modo como então se deram as reformas e a expansão do ensino público no país, o alcance de suas propostas já não atinge mais que um grupo de especialistas.

Talvez porque nas nossas atuais projeções de fundação, o projeto de que se ocuparam desde a década de 1910 com o objetivo de gerar progresso e civilização aparece na origem de questões difíceis para a escola pública contemporânea, deixamos de celebrá-los. Vem do tempo em que Carneiro Leão atuou a ênfase na “ideia segundo a qual é melhor uma boa escola para poucos do que uma escola deficiente para todos”, contundentemente criticada por Saviani (1991, p. 22). Igualmente, Maria Helena de Souza Patto (2010, p. 90) não deixou de sublinhar que “a pedagogia nova e a psicologia científica nasceram imbuídas do espírito liberal e propuseram-se, desde o início, a identificar e promover os mais capazes, independentemente de origem étnica e social”. Não foi outra a compreensão de Marta Carvalho (1998, p. 44) que percebeu o movimento de renovação educacional no Brasil dos anos 1920 articulado “a projetos de homogeneização cultural e moral aos quais não foi estranho o arsenal autoritário”.

Talvez a tarefa de pôr em causa a herança legada por uma geração de educadores tornada paradigma simbólico da geração seguinte da qual nos falou Clarice Nunes (1990, p. 41) a propósito dos educadores da década de 1930, tenha mesmo sido bem-sucedida e já prescindimos de quaisquer legados das suas lutas. Entretanto, não convém nos voluntariarmos nas celebrações das ruínas de um antigo regime na educação. Mesmo porque, atualmente, como enfatiza Gouveia (2021, p. 250), para os projetos de futuro que se elaboram como expressão de um tempo novo já não é mais possível apaziguar o passado na promessa de um porvir glorioso. Ao longo da reestruturação epistemológica que toda uma geração de investigadoras e investigadores da história da educação conseguiu realizar e promover nas últimas décadas nessa disciplina mostrou-se que a escravização e o racismo são substratos de uma memória subterrânea que naturaliza desigualdades, impede perspectivas de diálogo ou emerge como discriminação na escola contemporânea. De acordo com Alves (2012, p. 210), esse é um exemplo entre outros das “formas do passado [que] se imiscuem, em geral de maneira sutil, enquanto se repete infinitamente o discurso da inovação”.

Em um século, as problemáticas da educação refinaram-se consideravelmente e os instrumentos de que dispomos hoje para um diálogo com a geração que foi a de Carneiro Leão exige um árduo trabalho interpretativo. De modo que pensar a educação pública no Brasil requer não só discutir sua qualidade e abrangência hoje e daqui em diante, mas também refletir sobre os sentidos das suas transformações. Em havendo alguma razão nesse raciocínio, é imprescindível identificar quais armadilhas ocultam

históricas restrições à cidadania no rastro das atuais reformas e mudanças da educação. Afinal, a cada nova política anunciada como de reconstrução educacional renovam-se mais as esperanças nos poderes efetivos da escola na sociedade que a capacidade de fazê-la legitimar uma comunidade política. Nos termos de Hannah Arendt (1979, p. 242-247), uma nova ordem não se inicia pela educação, mas é em benefício daquilo que é novo e revolucionário em cada criança que a educação deve prepará-la para renovar um mundo em comum.

Dessa perspectiva, ao paralelo aqui sugerido entre 1922 e 2022 importou mostrar que, a despeito das realizações operacionais, as políticas de reconstrução educacional no Brasil ficaram reduzidas à gestão das restrições de acesso, primeiro à escola e seus serviços e, depois, ao legado educacional advindo do aprendizado embutido nos modos de ler e escrever. Talvez, por isso, em um século, as estruturas de funcionamento político mudaram tão pouco no país.

5. Referências

ALVES, Cláudia. O educador e sua relação com o passado. **Educação em Revista**, Niterói, v. 28, n. 3, p. 205217, set. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/21035>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ARENDRT, Hannah. A crise da educação. In: ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 221247.

CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). **À margem da história da República**. Rio de Janeiro: Edição do Anuario do Brasil, 1924.

CARNEIRO LEÃO, Antonio. Os deveres das novas gerações. In: CARDOSO, Vicente Licínio (Org.). **À margem da história da República**. Rio de Janeiro: Edição do Anuario do Brasil, 1924. p. 1733.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CHAGURI, Jonathas de Paula; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Guia de fontes da bibliografia de e sobre Carneiro Leão**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.

CHAPOULIE, JeanMichel; BRIAND, JeanPierre. A instituição escolar e a escolarização: uma visão de conjunto. **Educação & Sociedade**, n. 47, p. 1160, abr. 1994.

DUBET, François. **O tempo das paixões tristes**. São Paulo: Vestígio, 2020.

DUSSEL, Inés; CARUSO, Marcelo. **A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar**. São Paulo: Moderna, 2003.

GOODSON, Ivor. **Currículo: teoria e história**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOODSON, Ivor. **As políticas de currículo e de escolarização**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOUVEIA, Inês. O ar do tempo: uso do passado e idealização de futuro nos paralelos 1922-2022. *In*: PAIXÃO, Fernando; TONI, Flávia Camargo (Orgs.). **Estudos brasileiros em 3 tempos: 1822-1922-2022**. Pensar o Brasil: desafios e reflexões. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021. p. 231-254.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 30 maio 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica 2023 – Resumo Técnico**. Brasília: INEP, 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica 2022 – Resumo Técnico**. Brasília: INEP, 2023.

LACERDA, Pedro. Apenas 38% dos alunos terminaram licenciatura presencialmente em 2021. **Agência Brasil**, Brasília, 28 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-03/apenas-38-dos-alunos-terminaram-licenciatura-presencialmente-em-2021>. Acesso em: 25 abr. 2024.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 2008.

MARIN, Thais Rodrigues. **As narrativas da privatização da educação básica na mídia brasileira**. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Campinas, Campinas, 2023.

NUNES, Clarice. História da educação: espaço do desejo. **Em Aberto**, Brasília, v. 9, n. 47, p. 3745, 1990. DOI: 10.24109/21766673.emaberto.9i47.p. Disponível em: <https://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2104>. Acesso em: 22 jun. 2024.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma educacional**: uma política sociológica: poder e conhecimento em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ABORDAGEM INICIAL

Adjovanes Thadeu Silva de Almeida

Leonardo Leônidas de Brito

Pablo Menezes e Oliveira

1. Uma breve síntese sobre o ensino de ofícios no Brasil do século XIX

Refletir sobre o ensino de ofícios no Brasil do século XIX pressupõe uma reflexão sobre a ordem social do país, seguindo direções opostas, mas complementares, tanto em direção ao seu passado, colonial e profundamente hierarquizado, e seu “futuro”, como país independente e interessado em um lugar entre os grandes Estados Nacionais de seu tempo. Significa dizer que vários projetos se entrecruzaram misturando debates sobre escravidão e liberdade, a noção de cidadão, o lugar do trabalho, da educação, do desenvolvimento nacional. Nestes termos,

é preciso considerar o peso do escravismo na organização social brasileira, que marcou o horizonte do trabalho livre na América, tendo os escravizados atuado majoritariamente em todas as lides possíveis, como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões, entre outros. Isso teria significado o afastamento dos homens livres dos ofícios manuais, como forma de afirmar sua condição social. A discussão precisa, portanto, considerar que a sociedade luso-brasileira se constitui como parte de uma sociedade de Antigo Regime, em que o desapego aos ofícios manuais é parte constituinte das hierarquias sociais (Cunha, 2005, p. 8). Mas também pressupõe partir do princípio que este tempo também conviveu com uma série de iniciativas que começavam a redimensionar o trabalho na sociedade brasileira, tornando-o inclusive objeto de aprendizagem por meio de práticas.

Nestes termos, o ensino de ofícios no Brasil, durante a monarquia, precisou ressignificar o lugar que o trabalho ocupava na sociedade, e toda a documentação que resta deste período histórico aponta que a educação para o trabalho foi destinada majoritariamente às camadas populares, e, em especial, àquelas crianças e adolescentes em situação, naquilo que qualificaríamos nos dias atuais, de vulnerabilidade social. Em uma sociedade profundamente hierarquizada e marcada pela escravização de trabalhadores, identificava-se o trabalho manual com a inferioridade social, destinado aos brancos excluídos, aos negros e indígenas (escravizados ou libertos). Assim, os ofícios mecânicos possuíam reduzido prestígio social e seu aprendizado voltava-se para os órfãos ou, de acordo com a terminologia da época, “desvalidos da fortuna”. Existiria, portanto, também uma hierarquização de competências,

cabendo àqueles grupos subalternos, o aprendizado de ofícios “de cunho manual, mecânico ou técnico” (Nascimento, 2020, p. 84), pois o ensino propedêutico reservava-se aos grupos dirigentes, identificados com o colonizador europeu.

A chegada da Corte Joanina à América Portuguesa, no início de 1808, produziu significativas mudanças em diversos aspectos da História brasileira; com a Educação Profissional não foi diferente. Assim, o Estado português impôs “a aprendizagem de ofícios de forma compulsória aos mais pobres e excluídos da sociedade” (Nascimento, 2020, p. 78), de modo a suprir mão de obra, por exemplo, no Arsenal da Marinha (cujas ações se iniciaram na cidade do Rio de Janeiro na década de 1760), com a crescente ampliação das atividades navais em função da Abertura dos Portos e a criação da “Companhia de Artífices” (Nascimento, 2020, p. 84). Além daquela instituição, o governo português no exílio criou ainda a “Real Impressão (1808), o Colégio de Fábrica (1809), a Fábrica de Lapidação de Diamantes (1812), a Fábrica de Tecidos (1814), a Missão Artística (1816) e o Seminário dos Órfãos (1819).” (Nascimento, 2020, p. 84). De fato, desde a revogação do alvará de 1785, em 1808, a Corte Joanina autorizara a presença de atividades fabris sem as restrições que vigoraram até aquele momento.¹

Assim, o governo de D. João estabeleceu a criação do Colégio de Fábrica, que, de acordo com Nascimento (2020) serviria de “modelo e inspiração” para diversas instituições criadas ao longo de toda a experiência monárquica brasileira. O chamado Colégio

¹ O alvará de 1785 havia proibido a existência de manufaturas na América Portuguesa, exceto aquelas que fabricavam tecidos rústicos de algodão e que se destinavam às sacarias e roupas de escravizados.

das Fábricas foi estabelecido na “Casa do Antigo Guindaste”, no Rio de Janeiro. Em 1809, a instituição já operava com dez unidades, oferecendo duas aulas e oito oficinas. Contava com dois professores, oito mestres de ofício e 57 aprendizes. No Colégio, eram ensinados os ofícios de tecelagem, carpintaria, serralheria e tornearia. Apesar do promissor início, a iniciativa teve pouco sucesso e sua administração foi transferida para a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, sendo desativada em 1812. No entanto, essa experiência foi significativa para delinear os objetivos emergentes em torno do ensino profissional. A esta empreitada se seguiram outras, tanto para crianças portadoras de necessidades especiais (Instituto de Meninos Cegos, fundado em 1854; Instituto dos Surdos-Mudos, criado em 1857), como para os pobres e órfãos (Casas de Educandos Artífices, que existiu entre 1840 e 1865; Liceu de Artes e Ofícios, fundado em 1858; e o Asilo de Meninos Desvalidos, criado em 1875), constituindo-se na instituição estatal pioneira para a EPT no Brasil (Fonseca, 1986, p. 102-105; Ciavatta; Silveira, 2010, p. 72). Referências ao ensino profissional nestas instituições podem ser verificadas no relatório destinado ao tema *instrução primária e secundária* do Ministério dos Negócios interiores publicado em março de 1875 (Brasil, 1832-1834).

Por outro lado, a vinda da “Missão artística francesa” (1816) possuía, para além de objetivos estéticos, erigir uma instituição educacional que possibilitasse o aprendizado de ofícios aos habitantes do Brasil (Fonseca, 1986, p. 110-111; Ciavatta; Silveira, 2010, p. 75); de fato, d. João determinou a criação de uma

Escola Real de Sciencias, Artes e Officios, em que se promova e diffunda a instrucção e conhecimentos indispensaveis aos homens destinados não só aos empregos publicos da administração do Estado, mas tambem ao progresso da agricultura, mineralogia, industria e commercio [...]; fazendo-se portanto necessario aos habitantes o estudo das Bellas Artes com applicação e referencia aos officios mecanicos, cuja pratica, perfeição e utilidade depende dos conhecimentos theoreticos daquellas artes e diffusivas luzes das sciencias naturaes, physicas e exactas (Brasil, 1816).

Os ensinamentos oriundos da Missão teriam, para além da finalidade estética, objetivos pragmáticos, pois deveriam auxiliar no desenvolvimento de atividades industriais. Os estudantes deveriam aprender “não só os conhecimentos com que as ciências auxiliam esse desenvolvimento como as belas-artes, que lhe dão um sentido de beleza, que é, também, condição de sucesso na indústria” (Fonseca, 1986, p. 110-111; Ciavatta; Silveira, 2010, p. 75). Interessante observar é que ali aparece uma discussão muito importante sobre as “artes aplicadas” e sua relação com os ofícios, e o desenvolvimento material da sociedade.² Um discurso

² Há um interessante documento denominado “Manuscrito de Joachim Lebreton”, um dos membros da dita Missão Francesa, que faz um meticuloso relatório quanto a necessidade de criação de uma escola que pudesse dar ordem ao ensino de artes e ofícios no Brasil. Seu texto é recheado de experiências europeias sobre a relação entre o ensino de ofícios e o desenvolvimento industrial, a qual ele próprio acompanhou de perto em instituições francesas. Segundo Bielinski, a partir de Lebreton e suas discussões e experiências, D. João VI criou por decreto de 12 de agosto de 1816 a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. O projeto, entretanto, acabou se perdendo, por conseguinte a morte do Conde da Barca, então entusiasta e “protetor” da Missão Francesa. Com sua morte os projetos foram se perdendo pela “inércia” do governo.

que, como iremos observar, aparecerá com bastante frequência nas questões suscitadas pelos intelectuais no curso do oitocentos. Eram tributários da ideia de que era urgente mudar a estrutura de ensino do país, passando a ofertar conteúdos que pudessem se correlacionar com o desenvolvimento industrial nacional.

Por outro lado, o próprio texto do decreto do príncipe regente D. João indica a manutenção de uma perspectiva dualista, historicamente presente na educação, em que a instrução se vincula à condição social do súdito, visto que existiria uma formação destinada aos futuros ocupantes da direção do Estado, e outra para as pessoas que se dedicariam à produção e ao comércio. Era o princípio de uma discussão que ainda atravessaria todo o século XIX, procurando habilitar o Brasil à condição de nação civilizada, procurando transitar entre sua condição histórica de sociedade hierarquizada tributária do escravismo, mesclando os valores dos países do norte que começavam a enxergar nas artes aplicadas e a indústria a força de sua economia.

O processo de independência possibilitou debates a respeito da criação de um sistema estatal de educação. Desta maneira, durante a Assembleia Nacional Constituinte, foram apresentadas propostas de facultar às províncias legislar sobre os assuntos educacionais (Chizzotti, 1996, p. 37), ao mesmo tempo em que a Comissão de Instrução Pública propôs a elaboração de um concurso para a intelectualidade da época formular um sistema de educação (Chizzotti, 1996, p. 37-44), e o imperador destacava, na sessão inaugural da Constituinte, a necessidade de se estabelecer uma legislação a respeito da educação (Chizzotti, 1996, p. 36).

Afinal, o próprio Lebreton acaba falecendo em 1819 (Bielinski, 2003, p. 45).

Ressalte-se, ainda em referência à Assembleia Constituinte, que seis parlamentares³ apresentaram, na sessão de 01 de setembro, a seguinte proposta:

Art. 250 – Haverá no Império escolas primárias em cada termo, ginásios em cada comarca e universidades nos mais apropriados locais;

Art. 251 – Leis e regulamentos marcarão o número e a constituição desses úteis estabelecimentos;

Art. 252 – É livre a cada cidadão abrir aulas para o ensino público, contando que responda pelos abusos (Sucupira, 1996, p. 55).

Todavia, tais formulações, não se efetivaram. Ademais, elas explicitaram a ausência de um projeto elaborado que desenvolvesse a educação nacional, limitando-se à proposição de princípios bastante genéricos. É evidente neste esforço político primaz de construção do Estado Brasileiro, uma profusão de projetos e possibilidades políticas que, logicamente, não se traduziam num projeto nacional coeso. Deveras, sequer um projeto amplo de nação e de educação. Entretanto, “a Constituinte de 1823, com todos os arrazoados patrióticos e exultantes, em seis meses de trabalho produziu mais discursos veementes e oradores esfuziantes sobre a instrução, que diretrizes fundamentais para uma educação nacional. A educação básica ficou absolutamente relegada à iniciativa privada até o Ato Adicional de 1834” (Chizzotti, 1996, p. 50). Com efeito, as proposições não se materializaram, no mínimo em função da dissolução da Assembleia Constituinte e da

³ Antônio Carlos, Pereira da Cunha, Bittencourt e Sá, Araújo Lima, Aguiar de Andrade e Muniz Tavares.

substituição de seu projeto por outro texto constitucional, agora formulado pelo Conselho de Estado e chancelado pelo imperador.

De todo modo, em que pese a afirmação de D. Pedro I, a Carta outorgada de 1824 praticamente não abordou a temática educacional, exceto nos incisos XXXII e XXXIII do artigo 179:

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte.

[...]

XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.

XXXIII. Collegios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes (Brasil, 1824).

Assim, a Constituição estabeleceu, como princípio fundamental, a gratuidade do ensino primário, restrito apenas aos cidadãos brasileiros, e, desta maneira, excluindo os escravizados da educação formal. Ao mesmo tempo, informava que as instituições educacionais deveriam ministrar conteúdos programáticos científicos, mas sem descuidar da “cultura erudita” (expressa pelas “Belas Letras e Artes”). Nestes termos, a constituinte desconsiderou as experiências pregressas de educação para o trabalho, como as citadas para o período joanino. O documento, mais uma vez, não se aprofundou na questão educacional, estabelecendo apenas estes aspectos genéricos, situados no último artigo do texto cons-

titucional imposto ao país em março de 1824. Igualmente, não estabeleceu qualquer obrigatoriedade aos governantes em relação à difusão do conhecimento sistematizado ou da organização de um sistema que transformasse a instrução pública em realidade.

Ora, se a educação em geral obteve espaço tão restrito, a Educação Profissional figurou no rol dos ausentes neste primeiro contexto de Brasil independente. Desta maneira, as discussões travadas na Assembleia Constituinte praticamente ignoraram o que hoje se denomina Educação Profissional, Técnica e Tecnológica. Com efeito, o projeto de constituição de 1823, preconizava, em seu artigo 254, que o parlamento “terá igualmente cuidado de criar estabelecimentos para a catequese e civilização dos índios, emancipação dos índios, emancipação dos negros e sua educação religiosa e industrial” (Fonseca, 1986, p. 135-137; Ciavatta; Silveira, 2010, p. 79). Ou seja, o ensino de ofícios destinar-se-ia aos indígenas e negros, em instituições de cunho religioso. À propósito, há uma percepção consolidada ao longo do Império - em que pese à crítica tardia - de que a instrução pública primária deve ser objeto do esforço não estatal, privado, e contrário a qualquer gratuidade. No que tange à educação profissional, pelo seu público-alvo, caberia sobretudo à *caritas*. Neste sentido, Pires de Almeida destacava:

A gratuidade traz consigo a indiferença do público e atenua muito a vigilância dos pais. O coração humano tem essas singularidades. O interesse que se tem pelas coisas está muitas vezes na razão direta do sacrifício que elas custam; nas coisas que parecem mais necessitadas, esforça-se com mais calor e envolve-se menos quando se acredita que são menos

necessárias. O governo fez esforços para criar escolas; as subscrições públicas vieram em ajuda do Estado; a municipalidade vem, direta ou indiretamente, imposito doações em favor da instrução pública aos que fazem com ela negócios ou que lhe solicitam alguma concessão. [...] A gratuidade pode apenas ser considerada para as classes desprovidas (Pires de Almeida, 1989, p. 93).

A ausência acerca de qualquer preocupação a respeito do ensino profissional prossegue na ordem constitucional construída a partir da dissolução da Assembleia de 1823. A Carta outorgada de 1824 tampouco mencionou o ensino de ofícios, limitando-se à extinção das corporações de ofício (inciso XXV do supracitado artigo 179), sem, todavia, formular a substituição do ensino que ocorria nesses espaços por algum outro mecanismo. Para Cunha, os motivos do fim desta “secular” forma de organização seriam os seguintes: “a estreiteza do mercado interno, as limitações da economia colonial, os desincentivos resultantes do trabalho escravo e as restrições da ideologia liberal” (Cunha, 2005, p. 52).

Ainda no curto Primeiro Reinado, a monarquia aprovou a “Lei de 15 de outubro de 1827”. O texto legal determinava a criação de “escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império” (Brasil, 1827). Esta lei ordenava a criação, nas principais localidades do império, de escolas de nível elementar; também definia o método de ensino a ser utilizado (o sistema de ensino mútuo, nas capitais provinciais e nos locais em que tal metodologia fosse factível de ser implementada); a lei, proposta pelo Parlamento e sancionada por D. Pedro I fixava, ainda, o que deveria ser ensinado:

Art. 6º Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (Brasil, 1827).

Ressalte-se, ainda, que poderiam existir instituições destinadas à educação feminina (art. 11), a critério dos presidentes de Província. Nestas escolas, todavia, o conteúdo programático não seria idêntico àquele ensinado ao gênero masculino: “Art. 12. As Mestras, além do declarado no Art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitado a instrução de aritmética só as suas quatro operações, ensinarão também as prendas que servem à economia doméstica” (Brasil, 1827). Homens e mulheres vivendo em uma sociedade profundamente hierarquizada, como a existente no Brasil monárquico, não possuíam igualdade nem mesmo diante do acesso ao conhecimento.

A lei de 1827 apresenta, ainda, alguns aspectos bastante interessantes: além da igualdade salarial entre homens e mulheres (art. 13), ela também assegurava algum nível de estabilidade no emprego (o artigo 14 fixava que apenas por sentença os professores poderiam ser demitidos; a presidência da província poderia suspendê-los administrativamente, pois competia àquela autoridade a fiscalização das instituições escolares); ademais, ela determinava, ainda, a extinção daquelas unidades de ensino porventura subutilizadas (art. 2º).

De todo modo, ao longo do Império, esta lei não obteve a eficácia esperada, entre outros motivos pela ausência de profissionais habilitados e pelos baixos salários (Sucupira, 1996, p. 59). Outro fator que ajuda a entender o fracasso da lei de 1827 refere-se à precária estrutura material da maior parte das instituições escolares existentes (Sucupira, 1996, p. 59).

No que diz respeito ao ensino técnico, este tempo histórico também experimentou projetos de estímulo a esta modalidade educativa. Recuando ao ano de 1826, segundo Fonseca (1986), um projeto de lei foi remetido à Comissão de Instrução Pública da Assembleia Geral e previa, entre outros aspectos, a criação da disciplina de desenho com foco nas “artes e ofícios” – todavia, esta proposição não obteve o apoio necessário e, por conseguinte, não logrou aprovação na referida comissão (Ciavatta; Silveira, 2010, p. 80). Embora não tenha êxito, esta proposição mostra uma questão que está profundamente relacionada com o ensino técnico: a necessidade da inserção do desenho no processo de aprendizagem, como forma de preparação para o conhecimento técnico.

Novamente, não se encontram menções à Educação Profissional nos documentos oficiais do período, explicitando a ausência de uma política oficial para o ensino de ofícios, que se limitaram, nesta época, no máximo, à preservação das ações isoladas criadas na época do governo joanino.

O final do Primeiro Reinado trouxe importantes modificações na organização político-administrativa imperial, com a adoção da Regência (inicialmente trina e, após 1834, una) e a suspensão do Poder Moderador e do funcionamento do Conselho de Estado; no que se relaciona com os assuntos educacionais, tam-

bém aconteceram expressivas mudanças a partir da promulgação do Ato Adicional de 1834⁴, com a descentralização do ensino. Assim, no contexto de uma repactuação política entre os grupos dominantes, os parlamentares transferiram para as assembleias legislativas provinciais diversas prerrogativas, entre as quais a de legislar a respeito da instrução pública:

Art. 10. Compete às mesmas Assembleias legislar:

[...]

2º) Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que, para o futuro, forem criados por lei geral (Brasil, 1834).

Desta maneira, os assuntos educacionais (com exceção dos cursos de nível superior) ficariam sob a responsabilidade dos parlamentos de cada uma das províncias brasileiras, o que produziria duradouros impactos na estrutura nacional de ensino. Com efeito, a partir de 1834 e durante todo o Império e Primeira República, deu-se a descentralização da Educação, ou seja, as províncias (e, a partir de 1891, os estados) ficaram responsáveis pelos níveis

⁴ A lei n. 16, de 12 de agosto de 1834, também conhecida como Ato Adicional, alterou a Constituição de 1824 e ampliou a dimensão das reformas liberais empreendidas no Brasil após a abdicação do Imperador D. Pedro I. Sua elaboração foi permitida pela lei de 12 de outubro de 1832, que conferiu aos deputados da legislatura seguinte, 1834-1837, a faculdade de realizar alterações na Carta Magna, definindo os artigos a serem revistos (Memória [...], 1834). Em grande medida, o Ato Adicional de 1834 expressou as disputas de poder entre frações das elites provinciais contrárias ao centralismo das elites políticas da Corte e de partes da região Sudeste.

primário e secundário. O governo central manteve a responsabilidade sobre o ensino superior em todo o país; no que se refere à Capital, o governo central atuava em todos os níveis de ensino.

Por outro lado, durante o Segundo Reinado ocorreram debates em que se propunham alterações legais no panorama educacional, com o aumento das responsabilidades do governo central e a consequente redução das prerrogativas provinciais. Contudo, tais iniciativas fracassaram: “Nada foi feito de concreto no sentido de tornar real e efetiva a participação do Governo Central no esforço de universalização da educação primária em todo país, ainda que fosse a título de ação supletiva.” (Sucupira, 1996, p. 65). Com isto, o crescimento das matrículas escolares no ensino primário não acompanhou o aumento demográfico, atendendo um quantitativo diminuto da população brasileira.

A criação do Colégio Pedro II, em dezembro de 1837, constituiu-se em um aspecto importante da Educação brasileira do século XIX. Com efeito, inspirado em instituições de ensino francesas, o educandário localizado na Corte formou gerações de futuros líderes do Império e, após 1889, da República. O Colégio Pedro II assumiu a função de modelo para a instrução em todo o país (Santos, 2018, p. 22, 25), tornando-se “um celeiro de formação de grupos de elites culturais condutoras do país” (Santos, 2018, p. 28). Sua criação relaciona-se tanto com os debates educacionais da década de 1830 a respeito da substituição do sistema de aulas avulsas como ao Ato Adicional de 1834 (Santos, 2018, p. 24-25). Ao mesmo tempo, a criação de uma instituição como o Colégio Pedro II, evidenciava a preocupação primaz das frações dominantes do país com uma instrução estritamente propedêu-

tica e “bacharelesca” de meninos oriundos das elites provinciais do império, como pode ser observado no conjunto de disciplinas ofertadas por esta instituição de ensino secundário.

Parece-nos sintomático da mentalidade da época o fato de o Colégio Pedro II, no momento sua criação, ter substituído o Seminário de São Joaquim, instituição que, mesmo quando secularizada em fins da década de 1830, recebia meninos órfãos e fornecia-lhes preparação para o mundo do trabalho (Santos, 2018, p. 23). Tal situação não passou despercebida à época, fazendo com que a nova instituição recebesse a mesma quantidade de alunos isentos do pagamento das taxas e emolumentos cobrados às famílias dos estudantes regularmente matriculados no Colégio de Pedro II (Brasil, 1837, artigos 8, 9 e 11), que aprenderiam as seguintes disciplinas: “linguas latina, grega, franceza e ingleza; rhetorica e os princípios elementares de geographia, historia, philosophia, zoologia, mineralogia, botanica, chimica, physica, arithmetica, algebra, geometria e astronomia (sic)” (Brasil, 1837, art. 3). Nota-se, traço comum da visão de educação das frações dirigentes do país: a separação visceral entre educação e trabalho, este último entendido como sinônimo de ofícios manuais, socialmente desvalorizados.

Desta maneira, podemos inferir que o modelo educacional simbolizado pelo Colégio de Pedro II (nome oficial da instituição, de acordo com o decreto fundacional) deveria ser replicado nas diversas províncias do Império e, também, na cidade do Rio de Janeiro; ou seja, no limite a monarquia priorizaria a formação de quadros para dirigir o país, em detrimento da oferta de instituições que ensinassem ofícios às camadas populares. No programa

de ensino da instituição, uma forma centrada em disciplinas ditas clássicas, que se afastava da formação dos ofícios da instituição que lhe antecederam, o Seminário São Joaquim. Com isto, o império brasileiro se apartava das ideias de educação e trabalho que ainda vicejaram pelo império luso-brasileiro no início do oitocentos, em alguma medida entusiasmadas por Dom João VI.

Por outro lado, o Império brasileiro manteve a prática, iniciada no Período Joanino (1808-1821) de promover o recrutamento compulsório de crianças e jovens pobres, que seriam destinados ao aprendizado de uma profissão (leia-se um ofício manual). Não raramente, “os desvalidos eram direcionados para os ofícios considerados menos nobres nos cais, em hospitais e nos arsenais do Exército e da Marinha.” (Nascimento, 2020, p. 78). Nesse contexto, a Marinha tornou-se uma importante instituição no contexto da criação da Educação Profissional no Brasil imperial: “os órfãos eram encaminhados às Companhias de Aprendizes Artífices e às Companhias de Aprendizes de Marinheiro, escolas profissionais que se dedicavam a formar um contingente profissional para atuar nas forças armadas e nos postos de trabalho subalternos” (Nascimento, 2020, p. 84). Além do aprendizado das técnicas inerentes a qualquer ofício, os aprendizes estariam sujeitos ainda à disciplina militar; nessas instituições, a instrução profissional e a hierarquia militar seguiam em paralelo, de modo a fortalecer a preservação da lógica de controle e ordem social no Brasil monárquico.

Durante o Segundo Reinado, algumas províncias (Pará, Maranhão, São Paulo, Piauí, Alagoas, Ceará, Sergipe, Amazonas, Rio Grande do Norte e Paraíba), entre 1840 e 1865, criaram Casas de Educandos Artífices. Essas instituições ensinavam os ofícios e

mantinham disciplina militar; seu currículo possuía os seguintes componentes: “primeiras letras, escultura, desenho, aritmética, noções gerais de álgebra, geometria e mecânica aplicada às artes” (Nascimento, 2020, p. 86), além do aprendizado de algum ofício específico. Curioso observar que a capital do império ficaria “de fora” desta iniciativa, que acabou se tornando um marco na relação entre instrução, trabalho e infância. Mas o Rio de Janeiro veria nesta altura do tempo uma outra experiência de práticas educativas para o trabalho que teria um enorme impacto na sociedade imperial: a criação dos Liceus de Artes e Ofícios.

O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro foi instituído no ano de 1858 por meio de iniciativa de particulares, agrupados em torno da Sociedade Propagadora das Belas Artes, instituída em janeiro de 1857, e segundo Bielinski, “foi a primeira escola noturna e profissionalizante do Brasil” (Bielinski, 2003, p. 59). É importante notar que o entusiasmo de particulares em criar uma instituição para o ensino profissional alcançava, sob a batuta da Sociedade Propagadora das Belas Artes, em cujo quadro figuraram muitos influentes pensadores do império, um outro patamar: a busca pelo desenvolvimento da indústria por meio da educação. Assim se depreende do documento fundador da Sociedade:

Estou certo que não deixareis de conhecer comigo que o atraso de nossa indústria é filho dessa única falta de educação dos nossos artífices, e que portanto devemos cuidar seriamente da criação de uma Sociedade Propagadora das Belas-Artes, que, entre outros meios necessários ao seu desenvolvimento e útil fim, estabeleça um liceu de artes e ofícios, em que artesãos, operários e mais concidadãos estudem

em lições noturnas o desenho geométrico, industrial artístico e arquitetônico os princípios das ciências aplicadas às artes livres, podendo em breve tempo apresentarmos, como a França, a Inglaterra, a Itália e mesmo Portugal, as nossas produções a par das obras primas do seu povo” (Bielinski, 2003, p. 63-64).

No curso do século XIX, sua estruturação e manutenção, embora organizada por meio de sua Sociedade Propagadora, teve estreita relação com o estado imperial, trazendo para o rol de associados estadistas, através dos quais tentavam obter subvenções imperiais, que se somavam aos recursos obtidos entre os associados da empreitada. A instituição teria um papel considerável na história da educação para o trabalho na corte: se em 1858 constavam 542 alunos matriculados, por volta de 1871 eles já eram 1233, um número superlativo para a realidade educacional do império. De tal modo que neste mesmo ano de 1871 o Liceu recebeu do imperador o título de “Imperial”, e os alunos mais destacados passaram a receber uma medalha de mérito (Bielinski, 2003, p. 106). Por óbvio, é preciso considerar que a dimensão que o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro assumiu é uma singularidade em meio a um mar de inércia quanto à instrução nacional.⁵ Mas mostra também que havia no interior da sociedade setores que entendiam que a educação era ao mesmo tempo uma forma de ordenar

⁵ Seu impacto não foi apenas dentro da corte, na cidade do Rio de Janeiro. Seu modelo foi copiado em várias partes do império, tendo nos anos seguintes à fundação do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro aparecido congêneres em várias partes do país: Salvador, 1871; São Paulo, 1873; Pernambuco, 1880; Florianópolis, 1883; Manaus, 1884; Maceió, 1884; Serro, 1879; Uberaba, 1880; Juiz de Fora, 1884; Ouro Preto 1886; Diamantina, 1896; Fortaleza, 1894; Pará, s/d; Paraná s/d; Petrópolis, 1899 e Campos do Goytacazes, s/d (Bielinski, 2003, p. 60).

corpos e mentes em nome da ordem social, e também para suprir o mercado de braços, mas também ganhavam espaço no espaço dos debates as ideias sobre a necessidade de qualificar os trabalhadores para promover o desenvolvimento nacional. E isso tudo em meio a uma monarquia que persistia tributária da escravidão.

Segundo detalhada análise de Pires de Almeida (1989, p. 194), “prestou serviços consideráveis; livrou as classes trabalhadora do exclusivismo clássico (sic)”. O mesmo autor, em seu amplo relatório sobre a questão da Instrução no Brasil, reitera a percepção hegemônica que se tem, à época, acerca da Educação Profissional ao homem comum, sujeito ao “desvalor”, submetido deveras às ideologias “exóticas” e “perigosas” aos subalternizados:

O ensino profissional é, para o povo, o sucedâneo do ensino universitário; e, como ajuda deste (sic) ensino, o operário e o industrial usufruem seus direitos, encontram melhor seu caminho na sociedade. [...] A instrução e a educação profissional devem, no futuro, ter mais escolas que o ensino chamado universitário, fazendo penetrar em todas as classes da sociedade uma instrução prática séria, em harmonia com as necessidades de cada classe. Assim estarão lançadas as bases para uma organização regular do trabalho, que não se apoiará em teorias ou perigosas utopias. [...] Pela sua imensa influência sobre a moralização e emancipação das massas, o ensino profissional é uma necessidade pública. Fecha às portas à ideia de revolução e de mudança de governo, dirige as ideias do povo para as fontes do trabalho agrícola, industrial e comercial, que melhor bem estar podem propiciar, e pelos conhecimentos especiais que difunde, este ensino tende a aumentar a riqueza do país, desen-

volvendo a produção, tanto quanto a qualidade e o preço (Pires de Almeida, 1989, p. 195).

Também em meados do século XIX, o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte⁶, (decreto 1331-A, de 17/02/1854) normatizou a instrução pública na cidade do Rio de Janeiro, nos níveis primário e secundário e, entre outras medidas, estabeleceu, em relação às crianças pobres:

Art. 62. Se em qualquer dos districtos vagarem menores de 12 annos em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa decente para frequentarem as escolas, vivem em mendicidade, o Governo os fará recolher a huma das casas de asylo que devem ser creadas para este fim com hum Regulamento especial.

[...]

Art. 63. Os meninos, que estiverem nas circumstancias dos Artigos antecedentes, depois de receberem a instrução do primeiro grão, serão enviados para as companhias de aprendizes dos arsenaes, ou de Imperiaes Marinheiros, ou para as officinas publicas ou particulares, mediante hum contracto, neste ultimo caso, com os respectivos proprietarios, e sempre debaixo da fiscalisação do Juiz de Orphãos (Brasil, 1854).

A partir de então, ocorreu uma ampliação do “público-alvo” da Educação Profissional durante a Monarquia: além dos órfãos,

⁶ Também chamada de Reforma Couto Ferraz em alusão ao Ministro de Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz, o Visconde do Bom Retiro (1818-1886).

também as crianças muito pobres poderiam ser retiradas do convívio familiar e matriculadas compulsoriamente em instituições de ensino, onde receberiam a aprendizagem de um ofício. Simultaneamente à “Reforma Couto Ferraz”, o Estado imperial abria instituições destinadas aos cegos e surdos-mudos.⁷ Em uma sociedade hierarquizada como a que existia no Império, o ensino de ofícios tornava-se invariavelmente associado a órfãos, mendigos, deficientes físicos, indígenas e ex-escravizados.

2. A criação do Asilo dos Meninos Desvalidos

A década de 1870 foi marcada, na educação brasileira, pela Reforma Leôncio de Carvalho (1879), pelo “Parecer Rui Barbosa”⁸, pela criação das Escolas do Imperador e pela criação do Asilo de Meninos Desvalidos (1874).⁹ Tais asilos possuíam um

⁷ No mesmo relatório da “Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária” há diversas referências ao ensino profissional oferecido pela Imperial Instituto de Meninos Cegos e pelo Instituto dos Surdos Mudos (Relatório [...], 1875).

⁸ O Decreto de 19 de abril de 1879 também conhecido como “Reforma Carlos Leôncio de Carvalho” promoveu mudanças significativas na instrução pública primária e secundária no Município da Corte e o ensino superior em todo o Império. Dando origem, posteriormente, aos Pareceres/Projetos de Rui Barbosa intitulados Reforma do Ensino Secundário e Superior (1882) e Reforma do Ensino Primário e várias Instituições Complementares da Instrução Pública (1883). Nesse Decreto autorizava o governo a criar ou auxiliar, nas províncias, cursos para o ensino primário, permitindo que os escravos frequentassem as escolas (Machado, 2016).

⁹ Naquele mesmo contexto fora reorganizado pelo Ministério do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira o Asilo de Mendicância (1871) com o objetivo de garantir “ocupações úteis” à população em situação de rua. O relatório de Pires de Almeida não alude, no entanto, que ocupações foram essas. Sabe-se, no entanto, que o primeiro esforço para a criação de um Asilo para

caráter assistencialista e profissionalizante, com um “público-alvo” bastante definido: órfãos do sexo masculino, entre 6 e 12 anos, brancos ou libertos e saudáveis (isto é, sem doenças incapacitantes ou deficiências físicas ou mentais); os internos receberiam o seguinte conteúdo programático:

Instrução primária de 1º e 2º graus; álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes; escultura e desenho; música vocal e instrumental; artes tipográficas e litográficas; e ofícios de encadernador, alfaiate, carpinteiro, torneiro, entalhador, funileiro, ferreiro e serralheiro, surrador, correiro e sapateiro (Fonseca, 1986, p. 153; Ciavatta; Silveira, 2010, p. 85).

Buscava-se solucionar um problema social e, ao mesmo tempo, inserir esta futura geração em um mercado de trabalho que se modificava a partir da perspectiva da extinção da escravidão, pois, a partir da promulgação da Lei do Ventre Livre, promulgada em 28 de setembro de 1871, os filhos de escravizados obteriam a liberdade, ou ainda na infância, ou no início da idade adulta. Isto significava que, em algum momento futuro, não existiriam mais trabalhadores escravizados. Com base nesta realidade (presente e futura), a inserção do “ingênuo” (termo utilizado pela Lei do Ventre Livre ao se referir ao filho de escravizado que seria libertado a partir de então) obrigava o Império a pensar em possibilidades para que este indivíduo, futuramente livre, ganhasse a vida de modo honesto e ordeiro. Assim:

a Mendicidade na Corte data de 1850, em instituição localizada na Praia de Santa Luzia, sob responsabilidade da Intendência Geral de Polícia (Pessoa, 2014).

A prática dos ofícios mecânicos era destinada aos jovens ex-escravos, filhos de escravos, crianças pobres que necessitavam de uma ocupação para garantirem a sobrevivência de si e de seus familiares. Eram considerados trabalhadores subalternos, necessários aos serviços diversos na área de edificações e serviços. Esses trabalhadores eram interligados pelas câmaras examinadoras, confrarias, irmandades e corporações, que estabeleciam regimentos para a aprendizagem dos ofícios e as atividades de formação dos aprendizes (Nascimento, 2020, p. 80).

Ao mesmo tempo, a criação do Asilo de Meninos Desvalidos procurava atender, ainda que tardiamente, ao disposto na Reforma Couto Ferraz (Fonseca, 1986, p. 148-153; Ciavatta; Silveira, 2010, p. 84) e seu caráter assistencialista mesclava as funções de escola profissionalizante e moradia para meninos socialmente excluídos, reforçando a perspectiva de quais grupos sociais seriam atendidos pela Educação Profissional em uma sociedade hierarquizada como o Império do Brasil.

A Reforma Leôncio de Carvalho (1879) foi aprovada durante a gestão do 1º ministro do Visconde de Sinimbu (1878-1880), materializando-se sob a forma do decreto n. 7247 (19 de abril de 1879). De acordo com Nascimento (2020, p. 92), tivemos “a oficialização por lei da criação de escolas profissionais para o ensino técnico para indústria e escolas de aprendizado de artes e ofícios no município da corte e nas províncias.” Ao contrário da Reforma Couto Ferraz (1854), esta última não restringia o acesso à Educação Profissional apenas às crianças em situação de pobreza extrema, mas não sem abdicar do caráter assistencialista: a Educação Profissional, ou melhor o “ensino de ofícios”

existiria para garantir a futura sobrevivência daquele estudante. A Reforma Leôncio de Carvalho trouxe, de fato, para a estrutura curricular das escolas conteúdos identificados com o ensino técnico. Ademais, os pareceres produzidos por Rui Barbosa sobre a reforma evidenciam o lugar ocupado pelo debate sobre esta modalidade de ensino para o país. A este respeito, estudos apontam que embora a participação de Rui Barbosa na comissão da Reforma Leôncio de Carvalho, ele construiu uma cuidadosa análise que pudesse sustentar seu argumento quanto ao papel que o ensino para os ofícios industriais ganhava no horizonte do desenvolvimento dos países. Segundo Silva, Carlos e Medeiros Neta (2020), Barbosa acumulou um vasto material obtido especialmente no exterior para sustentar seus argumentos quanto a importância do ensino para o trabalho (2020). Chegou mesmo a traduzir a obra de Norman Allison Calkins, *Primeira Lição de Coisas*, uma importante referência para o ensino de desenho, considerado a base para o ensino técnico (Silva; Carlos; Medeiros Neta, 2020, p. 13). Como bem observa Barbosa no relatório:

Apoiados nestes fatos, a que daremos o devido desenvolvimento no parecer relativo ao ensino primário, estamos inabalavelmente convencidos de que o ponto de partida para promover a expansão da indústria nacional, ainda até hoje entre nós em estado embrionário, é introduzir o ensino de desenho em todas as camadas da educação popular, desde a escola até os liceus, e dar aos liceus nova capacidade, adaptando-os à formação de profissionais nas artes de aplicação comum (Barbosa, 1942, p. 172).

Por outro lado, o governo monárquico também criou no meio rural as “Escolas Agrícolas”, a partir da década de 1870. O intuito era fornecer mão de obra mais qualificada e apta a auxiliar no desenvolvimento da agricultura (Nascimento, 2020, p. 93-94). Tais instituições funcionaram em regime de internato, atendendo crianças órfãs e, também, filhos de escravizados nascidos após a Lei do Ventre Livre; “nos estados brasileiros, as escolas agrícolas inauguram uma fase de profissionalização das práticas de agricultura e pecuária, pela disseminação de técnicas e conhecimentos científicos de agrônomos em diálogo com os saberes da tradição de trabalhadores do campo” (Nascimento, 2020, p. 94). Procurava-se, desta forma, atender ao principal setor da economia imperial (a agricultura) e onde se localizava a esmagadora maioria da população (na zona rural).

A criação de instituições de ensino profissional, em várias partes do Império, reforçava a histórica lógica do ensino dualista, pelo qual os grupos populares ficariam restritos ao aprendizado de ofícios técnicos e/ou mecânicos, ao passo que as camadas dominantes receberiam um ensino propedêutico - como o ofertado pelo Colégio Pedro II- que lhes abriria as portas do ensino superior, ao mesmo tempo em que entidades filantrópicas criavam instituições destinadas a atender e profissionalizar órfãos e crianças pobres - muitas vezes, como já mencionamos, substituindo a omissão estatal, fundamentada na organização legal e na ideologia liberal vigente no Império.

As propostas de reforma do sistema educacional brasileiro marcaram os estertores do Império. O Parecer Rui Barbosa, apresentado em 1882, por exemplo, não logrou êxito em ser aprova-

do pelo Parlamento. Sobre o citado Parecer, cabe destacar que a Comissão de Instrução Pública da Assembleia Geral - formada pelos deputados Rui Barbosa, Tomaz do Bonito Espínola e Ulysses Machado Pereira Viana - apresentou um projeto e parecer referente não apenas à Reforma do Ensino Primário, mas que abrangia também outros setores vinculados à Instrução Pública, durante a sessão legislativa de 1883. Então deputado, Rui Barbosa iniciou seu Parecer apresentando um conjunto de dados estatísticos referentes à situação educacional brasileira naquele momento, afirmando que:

O ensino público está à orla do limite possível a uma nação que se presume livre e civilizada ; é que há decadência, em vez de progresso ; é que somos um povo de analfabetos, e que a massa deles, se decresce, é numa proporção desesperadamente (sic) lenta ; é que a instrução acadêmica está infinitamente longe do nível científico desta idade; é que a instrução secundária oferece ao ensino superior uma mocidade cada vez menos preparada para o receber ; é que a instrução popular, na Corte como nas províncias, não passa de um desideratum ; é que há sobeja matéria para nos enchermos de vergonha (Brasil, 1947, p. 8).

O panorama da educação brasileira, portanto, apresentava dificuldades substanciais - porém, e sintomaticamente, o parlamentar baiano não fazia referência, no trecho citado, ao ensino profissional (o que não significa a inexistência de problemas, e sim a ignorância a seu respeito). Ao longo de seu relatório, o autor destacava, por um lado, o amplo contingente de pessoas em idade escolar que não frequentavam as instituições educacionais

e, por outro, o crescimento da quantidade de escolas em ritmo menor do que o necessário para estancar o déficit, além de comparar com a situação escolar de outros países (Estados Unidos, Argentina, Reino Unido, França, Alemanha, Rússia, Suécia, Grécia, entre outros) (Brasil, 1947, p. 9-83). De todo modo, não há qualquer referência ao ensino profissional no documento produzido sob a lavra do parlamentar baiano.

Naquela mesma década, posteriormente, a Assembleia Geral do Império discutiria e aprovaria o parecer de Cunha Leitão.¹⁰ Redigido por este deputado, apresentado e debatido entre os anos de 1886 e 1887, não possuiu a mesma erudição e abrangência daquele realizado, alguns anos antes, pela mesma Comissão de Instrução Pública sob a égide de Rui Barbosa. Entretanto, de todo modo, o parecer e o projeto de lei apresentados partiam de um diagnóstico similar ao do parlamentar baiano, qual seja: a necessidade de se modificar a educação escolar ofertada em terras brasileiras. Assim, o projeto, que havia iniciado sua tramitação em agosto de 1885 (Instrução Pública, 1887, p. 5), e avançado a partir da publicação do parecer em 1887, pugnava pela reforma do ensino primário e secundário.

Ressalte-se, outrossim, que o parecer de Cunha Leitão abrangia também o ensino de ofícios, facultando ao governo central:

[...] crear escolas profissionaes e asylos industriaes, e subsidiar estabelecimentos de igual natureza, lycéus de artes e officios, escolas do adultos e escolas normaes fundadas por lei provincial ou

¹⁰ O Parecer Cunha Leitão deu origem ao “projeto de reforma de Instrução Pública” de autoria do deputado Antônio Cândido da Cunha Leitão, de 1886.

por iniciativa particular na conformidade de um typo prestabelecido [...] como poderosos auxiliares do desenvolvimento da instrucção popular, escolas profissionais, asylos industriaes, pequenas bibliothecas, lyceus de artes e officios e outros estabelecimentos que, visando interesses práticos, elevem o nível intellectual da nossa população (Instrução Pública, 1887, p. 15, 28).

O documento, aprovado pela Comissão de Instrução Pública, não eclipsou a educação profissional, relegando-a ao ostracismo, mas enfatizou o pragmatismo de se investir nessa modalidade de ensino, ainda que esta ficasse submetida a uma condição subalterna diante dos outros ramos da educação formal.

O projeto, aprovado pela Assembleia Geral do Império, estabelecia, em seu artigo 2º, entre outras orientações, que as escolas primárias deveriam ministrar conhecimentos referentes aos “Princípios elementares das sciencias phisicas e naturaes em suas applicações aos usos da vida, à agricultura, à hygiene e às artes industriaes” (Instrução Pública, 1887, p. 35); as escolas ministrariam conteúdos que favoreceriam o ensino de ofícios a partir do ensino primário; por fim, o projeto estabelecia:

Art. 6.º Fica o governo autorizado para crear escolas profissionaes e asylos industrias no municipio neutro e nas províncias e a subsidiar estabelecimentos do igual natureza, lyceus de artes e officios, escolas de adultos e escolas normaes fundadas por lei provincial ou por iniciativa particular, na conformidade do um typo preestabelecido, e bem assim para auxiliar a fundação de bibliothecas populares e museus

pedagogicos nas localidades que lhe parecerem mais convenientes (Instrução Pública, 1887, p. 84).

Todavia, o projeto supracitado, embora aprovado, não teve efetivação no que tange à implementação de uma política de Educação Profissional naquele contexto. A monarquia não efetivou tais mudanças, mantendo inalterado o cenário educacional na capital e nas províncias do Império.

3. As escolas do Imperador (1870-1889)

Ao mesmo tempo, ainda na década de 1870, foram criadas um conjunto de 8 (oito) escolas, no município da Corte, que ficariam conhecidas posteriormente como “Escolas do Imperador”. Estas instituições de ensino se localizavam nas seguintes freguesias: Santana (duas unidades: Escola São Sebastião; Escola Rivadávia Corrêa – atual Centro de Referência da Educação Pública da Cidade do Rio de Janeiro), Nossa Senhora da Glória (Escola José de Alencar), Santa Rita (Escola José Bonifácio), São Cristóvão (Escola Gonçalves Dias), São Francisco Xavier do Engenho Velho (Escola Orsina da Fonseca), São José (Escola São José) e Nossa Senhora da Conceição da Gávea (Escola Luiz Delfino), abrangendo a área central da cidade do Rio de Janeiro (Santana, Santa Rita e São José) e suas adjacências (Nossa Senhora da Glória, São Cristóvão, Engenho Velho e Gávea), nas zonas norte e sul.

Figura 1. Mapa da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: SME, 2005, p. 19.

Figura 2. Escola São Sebastião (uma das localizadas na Praça Onze de Junho - Freguesia de Santana - Centro do Rio de Janeiro



Fonte: SME, 2005, p. 27. Obs.: A Escola foi demolida em 1938 nas obras para a abertura da Avenida Presidente Vargas. Foto de origem desconhecida.

Figura 3. Escola da Freguesia de Nossa Senhora da Glória - hoje denominada Colégio Estadual Amaro Cavalcanti. Localizado no Largo do Machado



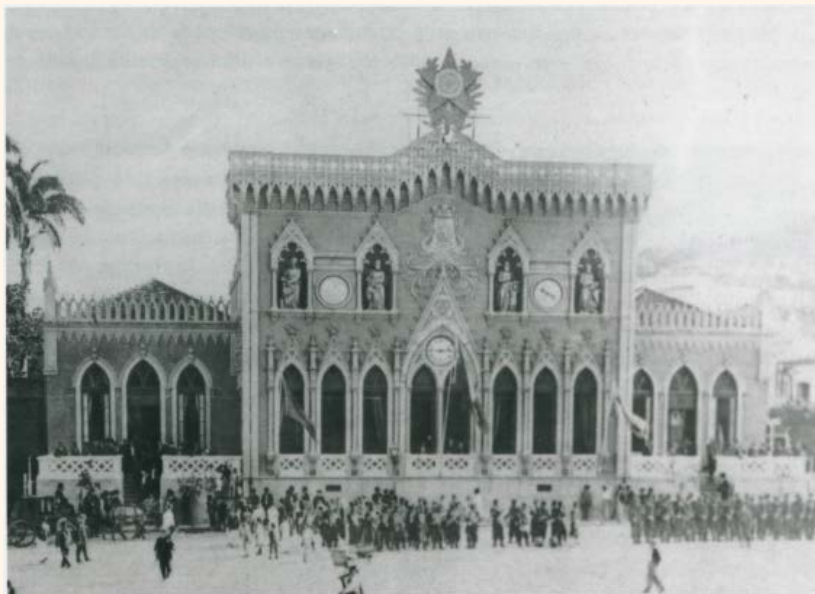
Fonte: J. F. Velho Sobrinho *apud* SME, 2005, p. 29.

Figura 4. Escola de São Francisco Xavier do Engenho Velho (atual bairro da Tijuca) - Registro da Fachada na década de 1910



Fonte: SME, 2005, p. 38.

Figura 5. Escola da Freguesia de São José. Foi demolida em 1920 para construção do Palácio Pedro Ernesto (atual Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro)



Fonte: Augusto Malta - reprodução de Marco Antonio Belandi *apud* SME, 2005, p. 41.

Erigidas após a vitória da Tríplice Aliança (aliança militar formada por Brasil, Argentina e Uruguai) na guerra contra o Paraguai (1864-1870), as “Escolas do Imperador” foram financiadas, em parte, com recursos originalmente destinados à construção de uma estátua de D. Pedro II:

O Imperador recusou a oferta sugerindo, a exemplo do que já fizera seu avô D. João VI, que os recursos arrecadados fossem utilizados na educação pública. Reforçava-se assim a imagem de um governante preocupado com o povo. Este fato foi utilizado na época e, posteriormente, por alguns estudiosos para

caracterizar o início de uma política governamental, imperial e municipal, voltada para a educação pública que deveria ser realizada em prédios próprios (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, 2005, p. 16).

Falar em educação pública no período monárquico nos parece, contudo, excessivo. Afinal de contas, a Escola pública se instituiu como uma significação imaginária fundamental no Brasil somente a partir do advento da República, visto que se revelava incompatível com a organização monárquica (baseada na hierarquização entre livres e não-livres e na qual o monopólio do poder político de fato, expresso pelo Poder Moderador, residia na pessoa do imperador). Assim, ao longo do período imperial, as elites que controlavam o Estado promoveram ações educacionais que se caracterizavam, principalmente, pelo forte aspecto assistencialista (Valle, 1997); os próprios imperadores utilizaram-se da filantropia para financiar experiências educacionais específicas (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, 2005, p. 11, 16).

De todo modo, estas escolas se constituíram em experiências educacionais estatais dotadas, sem dúvida, de alguns propósitos originais para o Império e que poderiam indicar uma proposta pedagógica de maior amplitude, pois englobariam, potencialmente, estudantes das camadas populares e de ambos os sexos (segmentados em espaços específicos) nas regiões mais populosas da capital imperial, em edificações construídas especificamente para finalidades educacionais, com as seguintes características:

1ª - distribuíam-se por freguesias (Freguesia- menor circunscrição do poder eclesiástico, é unidade territorial que se define pela referência, comum a todos os seus pontos, à igreja matriz); 2ª - a conjugação entre uma localização nobre e uma arquitetura investida de um certo grau de imponência e erudição, feição compatível com a sua condição de homenagem substituta ao Imperador, o qual, aliás, esteve presente em diversas solenidades para o assentamento das respectivas pedras fundamentais; 3ª - Qualidade construtiva e de materiais e acabamentos, bem como pela presença, nos frontões, das armas imperiais ou da cidade; 4ª - nas fachadas, presença constante da simetria e a subdivisão em três corpos, mesmo que, em certos casos, com acessos independentes e demarcados por diferenças no número de pavimentos e/ou por um avanço dos laterais relativamente ao central ou vice-versa; 5ª - compromisso com os princípios clássicos de composição; 6ª - separação de compartimentos para meninos e para meninas (Sisson, 1990, v. 8, p. 10, *apud* SME, 2005, p. 20).¹¹

¹¹ Contudo, pode-se indagar até que ponto Rui Barbosa não estaria se referindo a tais obras, ao tecer a seguinte crítica em seu Parecer sobre o Ensino Primário: “Não queremos falar no emprego improdutivo do cabedal público, indevidamente consumido na execução de planos, que absorvem na criação de uma casa de escola, tão faustosa quanto inadequada ao seu fim, capitais que custeariam a edificação de muitas, ordenadas segundo as modernas leis de construção escolar. [...] Internamente a superioridade que distingue essas escolas, em pouco mais consiste do que num certo grau de asseio, que de ordinário falta às outras, nas dimensões menos acanhadas dos compartimentos destinados ao ensino, na mobília, menos antiga, mais aproximada aos modelos de nosso tempo. Bem limitada, porém, é essa mesma vantagem. Os bancos e carteiras não se conformam ao requisito capital da mobília escolar [...]. Mais espaçosos são os aposentos; mas não se proporcionam rigorosamente, com o cumpria, ao número de alunos” (Brasil, 1947, p. 78, 80).

Percebe-se, portanto, um investimento (não apenas financeiro, mas também simbólico) significativo por parte do governo imperial na construção destas instituições que, em alguma medida, difundiam a presença de D. Pedro II em várias áreas da capital, auxiliando na construção de uma memória favorável ao monarca: o intelectual, defensor das artes, da cultura e da instrução.¹²

Todavia, a própria gênese da construção desses prédios explicita a ausência de um projeto educacional mais amplo, pois, ao diminuto número de construções (apenas oito), associa-se a localização exclusiva na capital imperial (em que pese a manutenção, no que tange à educação, do Ato Adicional de 1834) e, ainda, o insuficiente financiamento estatal.¹³

Ao mesmo tempo, algumas “escolas do imperador” (escola São Sebastião e escola José Bonifácio, situadas, respectivamente, nas freguesias de Santana e Santa Rita) possuíram, ainda durante o Segundo Reinado, ensino noturno destinado aos adultos. Não existe, entretanto, na documentação consultada, qualquer referência expressa ao ensino de ofícios nessas instituições educacionais.

¹² Infere-se da leitura da publicação da Secretaria Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro (Escolas do Imperador. Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, 2005) que o propósito do ensino de ofícios na instrução primária aos discentes destas instituições já se desenhava em seu contexto de fundação. No entanto, materializadas somente já no período republicano, no qual as escolas também mudaram de denominação.

¹³ Assim, em relação às referidas escolas do imperador: das oito escolas, “somente uma foi construída exclusivamente com verbas do governo central: duas outras foram construídas com verbas do governo central associado com particulares e as demais escolas foram erguidas com verbas de subscrições públicas” (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, 2005, p. 25).

Por fim, na sessão de abertura do Parlamento de maio de 1889, o imperador D. Pedro II solicitaria “a criação de escolas técnicas, adaptadas às condições e conveniências locais” (Fonseca, 1986, p. 159-161; Ciavatta; Silveira, 2010, p. 86) ao Parlamento; alguns meses depois, com a instauração da República, tal solicitação deixava de possuir qualquer eficácia, pois uma nova ordem política passara a vigorar.

O Império findava, mas mantinha-se o dualismo escolar que perduraria ainda por grande parte da experiência republicana, pautada na manutenção de um sistema escolar, que, pautado pela “escola tradicional [...] sempre pretendeu preparar as classes populares para o trabalho, separando os futuros dirigentes dos produtores, os que estavam destinados ao conhecimento da natureza e da produção, daqueles a quem eram entregues as tarefas de execução” (Ciavatta; Silveira, 2010, p. 44). Ao longo da Monarquia, alguns aprenderiam a dirigir, enquanto a maioria deveria aprender a executar as tarefas a si atribuídas; não parecia existir espaço, no Brasil sob a égide da dinastia Orleans e Bragança, para a ideia de uma educação a mais próxima possível para todos, talvez como resultado da manutenção de padrões hierárquicos – ainda que formalmente, a escravização acabara com a “Lei Áurea”.

Um exemplo desta importância subalterna (no máximo) do ensino de ofícios pode ser observada na tabela abaixo, referente ao orçamento do período 1881-1882 (Brasil, 1947, p. 163-164). Assim, para uma despesa total de 114.280:623\$000, temos:

Tabela 1. Despesas com a Instrução Pública de 1881-1882

DESPESAS COM A INSTRUÇÃO PÚBLICA	
Instrução primária e secundária no município da corte	962:367\$000
Escola Politécnica	302:989\$500
Faculdades de Medicina	381:450\$000
Faculdades de Direito	252:650\$000
Escola de Minas	73:800\$000
Liceu de Artes e Ofícios	45:000\$000
Asilo dos Meninos Desvalidos	60:672\$000
Instituto dos Meninos Cegos	60:493\$000
Instituto dos Surdos-Mudos	55:370\$000
Instituto Comercial	8:200\$000
Instituto Histórico	7:000\$000
Educandos no Pará	2:000\$000
Imperial Academia de Medicina	2:000\$000
Biblioteca Pública	68:800\$000
TOTAL	2.282:792\$900
Despesas do Ministério da Guerra	13.627:378\$294
Despesas do Ministério da Marinha	10.216:539\$726
TOTAL	23.843:918\$020

Fonte: Brasil, 1947, p. 164.

O orçamento destinado às instituições que lidavam com o Ensino Profissional era consideravelmente menor do que aquele utilizado pelas instituições de ensino superior; ressalte-se, ainda, a inexistência da especificação das despesas contidas na rubrica “Instrução primária e secundária no município da Corte”, que abrange, além das escolas elementares, também o Colégio de Pedro II.

De todo modo, a partir da transição para a República (especialmente após a Abolição), lentamente as instituições de ensino voltadas para o Ensino Profissional passaram a se dedicar aos ofícios identificados com a modernidade capitalista: “O Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, em 1858, depois disseminado na República, por todos os estados, em 1909, apesar de ainda estar preso às antigas fórmulas assistenciais, teria aberto caminho para um novo modo de encarar esta forma de ensino, como necessário à indústria” (Fonseca, 1986, p. 187-91; Ciavatta; Silveira, 2010, p. 56).

Mesmo as “escolas do Imperador” careceram de um projeto que abrangesse também o ensino de ofícios: elas se destinavam às camadas populares, mas não necessariamente aos “excluídos da fortuna”; em alguma medida, esta iniciativa acabaria corroborando a ideia de que “o país nunca teve um projeto de formação manual e intelectual para a população. Houve iniciativas isoladas que não progrediram ou foram abortadas no âmbito da política e da economia” (Ciavatta; Silveira, 2010, p. 46), e isto, no período monárquico, explicitou-se, por um lado, com a ênfase concedida ao Colégio de Pedro II e às faculdades (Direito, Medicina e, em menor grau, Escola Politécnica) e, por outro, ao menosprezo do ensino de ofícios (e à educação para as camadas populares em geral).

4. Considerações finais

No curso do texto procuramos apresentar as linhas gerais do funcionamento das instituições educativas destinadas à aprendizagem de ofícios no período imperial, com especial atenção para as instituições situadas na cidade do Rio de Janeiro, então

município neutro. Esta leitura pressupunha analisar as expectativas que a sociedade oitocentista nutria quanto a educação, em especial na sua correlação com a aprendizagem de ofícios. Em relação à educação, em sua perspectiva mais ampla, nota-se que o estado imperial não foi capaz de constituir uma vasta estrutura educativa que pudesse prover o conjunto da população, salvo as pontuais ações para que, cumprindo o disposto pela Constituição, os “cidadãos” brasileiros pudessem ter acesso à instrução primária, observando que a cidadania expressa na constituição excluía os povos escravizados do acesso aos estudos, mesmo que em suas etapas iniciais. Interessante observar, a constituição acabava por encerrar experiências e discussões que tiveram lugar na corte carioca de D. João VI, que havia entusiasmado a criação de espaços de aprendizagem de ofícios, com o colégio das fábricas, e chegou mesmo a instituir uma Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que daria lugar a Academia Imperial de Belas Artes, devidamente apartada do ensino técnico. A política de ensino do nascente império brasileiro seria ainda prejudicada pela descentralização das políticas de educação por meio das alterações legislativas procedidas em 1834, quando os governos provinciais passaram a protagonizar a oferta de ensino em detrimento do governo imperial, o que em alguma medida enfraqueceu a estruturação de uma política educativa uniforme para todo o país. Embora o cenário nos pareça grave, é preciso observar que mesmo diante desta modesta obrigação do estado expressa na constituição, parlamentares procuraram, no curso do oitocentos, ampliar a estrutura educativa do país, por meio de alteração da legislação.

Em meio a este quadro aparece a educação profissional. Observamos que ao longo do século XIX ela se constrói entre duas questões: a primeira tratava de conformar corpos e mentes em prol da civilidade dos brasileiros, com especial atenção para a menoridade desvalida, os órfãos, os pobres, os que viviam à margem da sociedade. O trabalho, historicamente relegado aos escravizados, agora é também remédio para os males sociais. E muitas instituições serão instaladas na corte e pelo país, procurando ser o remédio para os perigos do “ócio ignorante”. A mesma educação para o trabalho também era vista como o meio de superar o atraso da economia nacional, ainda profundamente relacionada com as estruturas agrário exportadoras. Era hora de avançar na estruturação de uma indústria nacional, como os países do norte, conforme as recomendações de Rui Barbosa. Projetos de lei que entusiasmavam o ensino de desenho, instituições que pudessem promover o ensino dos ofícios para atender as indústrias transitaram entre o papel e a ação. Experiências como a do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro se tornaram referência para a educação profissional.

Assim, é possível observar que no século XIX, o Brasil imperial experimentou algumas ações de educação para o trabalho, ainda que algumas delas tivessem como marca o efêmero e a descontinuidade. Ao final, acaba por se constituir uma imagem de que a educação para o trabalho deve atender às classes menos favorecidas, secundando o discurso de que era preciso desenvolver a nação por meio de um ensino que estimulasse as “artes aplicadas”. Basta observar que em 1909, já sob a égide do governo republicano, quando são criados pela União as Escolas

de Aprendizes Artífices uma vez mais seu público-alvo são os menores desvalidos.

5. Referências

5.1 Bibliografia

BARBOSA, Rui. **Obras completas de Rui Barbosa**. Brasília: Ministério da Educação e Saúde, 1942. v. 9.

BIELINSKI, Alba Carneiro. **Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro: dos pressupostos aos reflexos de sua criação – de 1856 a 1900**. 2003. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CHIZZOTTI, Antônio. A Constituinte de 1823 e a educação. *In*: FÁVERO, Osmar (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823–1988)**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

CIAVATTA, Maria; SILVEIRA, Zuleide Simas da. **Celso Suckow da Fonseca**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. 164 p. (Coleção Educadores).

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: FLACSO, 2005.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI, Departamento Nacional, Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação, 1986. 5 v.

LIMEIRA, Aline Moraes; SCHUELER, Alessandra Frota. Ensino particular e controle estatal: reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na Corte Imperial. **Revista Histed-br**, Campinas, n. 32, p. 48-64, dez. 2008.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Carlos Leôncio de Carvalho. **Histedbr: Navegando pela História da Educação Brasileira**, 2016. Glossário. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/carlos-leoncio-de-carvalho>. Acesso em: 22 abr. 2024.

NAGAMATSU, Meire; GOMES, Marco Antônio de Oliveira. **Rui Barbosa e os pareceres de 1882 sobre a Reforma do Ensino Primário**. [S. l.]: [s. n.], [s. d.]. Disponível em: https://dfe.uem.br/meire_keiko.pdf. Acesso em: 22 abr. 2024.

NASCIMENTO, José Mateus do. Ensino profissional brasileiro no século XIX: ações assistencialistas e de reeducação pela aprendizagem de ofícios. **História Revista**, Goiânia, v. 25, n. 2, p. 76-98, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5216/hr.v25i2.63681>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/63681>. Acesso em: 18 maio 2024.

OLIVEIRA, Pablo Menezes. Tão antiga, tão nova: breves notas para uma história da educação profissional no Brasil. In: OLIVEIRA, Adilson Ribeiro de *et al.* (Orgs.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil: da história à teoria, da teoria à práxis**. Curitiba: CRV, 2020. v. 1. (Coleção Educação Profissional e Tecnológica no Brasil).

PESSOA, Gláucia Thomaz. **Asilo da Mendicidade**. Memória da Administração Pública Brasileira – MAPA, Arquivo Nacional, 15 set. 2014. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/255-asilo-de-mendicidade>. Acesso em: 18 maio 2024.

PIRES DE ALMEIDA, José Ricardo. **Instrução pública no Brasil (1500–1889)**: história e legislação. São Paulo: EDUC; Brasília: INEP/MEC, 1989.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos; SILVA, Elisabeth Monteiro da; ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz; RODRIGUES, Vera Maria Ferreira. **Memória histórica do Colégio Pedro II: 180 anos de história na educação do Brasil**. Rio de Janeiro: Triunfal Gráfica e Editora, 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SME). **Escolas do Imperador**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, Juan Carlo da Cruz da; CARLOS, Nara Lidiana Silva Dias; MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. Rui Barbosa's ideas for professional education in Brazil (1879–1909): between the industrial, the popular and the nation. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, p. 1-25, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i10.8204>. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/8204>. Acesso em: 18 maio 2024.

SUCUPIRA, Newton. O Ato Adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823–1988)**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

VALLE, Lílian do. **A escola e a nação: as origens do projeto pedagógico brasileiro**. São Paulo: Letras & Letras, 1997.

ZICHIA, Andrea de Carvalho. **O direito à educação no Império**: um estudo de suas origens no Brasil. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

5.2 Fontes

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1824**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto n. S/N de 12 de agosto de 1816**. Rio de Janeiro, 1816. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/antioresa1824/decreto-39494-12-agosto-1816-569795-publicacaooriginal-93002-pe.html>. Acesso em: 2 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto n. S/N de 2 de dezembro de 1837**. Rio de Janeiro, 1837. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-36979-2-dezembro-1837-562344-publicacaooriginal-86295-pe.html>. Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854**. Rio de Janeiro, 1854. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 3 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879**. Rio de Janeiro, 1879. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em: 3 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n. S/N de 15 de Outubro de 1827**. Rio de Janeiro, 1827. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM..-15-10-1827.1.htm#:~:text=LEI%20DE%2015%20DE%20OUTUBRO,logares%20mais%20populosos%20do%20Imperio. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. **Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. **Obras completas de Rui Barbosa**. v. X (1883), tomo I: Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.

INSTRUÇÃO PÚBLICA (Periódico). Rio de Janeiro, 1887. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/instrucao/233048>. Acesso em: 27 abr. 2024.

MEMÓRIA [...], 1834. **Memória da Administração Pública Brasileira**. Arquivo Nacional, 1834. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/258-ato-adicional>. Acesso em: 18 maio 2024.

RELATÓRIO da Inspectoria Geral de Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. 1875. *In*: BRASIL. Ministério do Império. **Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ) – 1832 a 1888**. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/720968/13886>. Acesso em: 18 maio 2024.

Capítulo 7

DO GRITO DO IPIRANGA ÀS OBRAS CONTRA AS SECAS: A EDIÇÃO COMEMORATIVA DA REVISTA *ERA NOVA* NA OCASIÃO DO CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NA PARAÍBA

Alômia Abrantes

Luiz Mário Dantas Burity

A “Era Nova” comemorará a data do Centenário da Independência com uma edição de luxo, em que encerre, no seu texto ilustrações abundantes, a vida da Paraíba em todos os seus súbitos de progresso político, administrativo, comercial, industrial, agrícola, literário, artístico e desportivo.

[...] A premência do tempo, para empresa de tamanho vulto, nos levará a dispender esforços superiores à nossa capacidade de trabalho, mas, animados pela confiança de que não nos faltará o apoio patriótico dos nossos conterrâneos, tudo faremos para melhor corresponder à sua expectativa (*Era Nova*, n. 30, 15 jul. 1922, p. 10).

1. Introdução

Os editores da revista *Era Nova* prometiam para breve o lançamento de um número especial comemorativo do Centenário da Independência do Brasil. Essa seria, diziam eles, uma edição de luxo, com muito mais páginas que o habitual, um projeto gráfico arrojado, ilustrações e fotografias em abundância. Um trabalho grandioso que certamente dispenderia “esforços superiores à nossa capacidade de trabalho”, mas que ainda assim haveria de se realizar, dado o patriotismo com que eles o fariam e, principalmente, com que os seus conterrâneos os apoiariam na realização da tarefa.

Fazia pouco mais de um ano que a *Era Nova* levava a público seu primeiro número, em 27 de março de 1921, e na medida do possível, mantinha a regularidade quinzenal de suas publicações. Desde o primeiro momento, a revista já despontava como um artefato relevante na vida cultural do estado, reunindo um grupo bastante ativo de intelectuais que com certa dose de criatividade e ousadia propuseram novidades para as sociabilidades urbanas da década de 1920 – do conteúdo dos textos a seu discurso visual – tudo atento ao que havia de mais moderno na imprensa da época (Abrantes; Burity, 2024).

O empreendimento era de ordem privada. Tinha como seus proprietários um grupo de jovens escritores, dentre os quais o seu diretor Severino Lucena e o secretário Sinésio Guimarães Sobrinho, aos quais se somaram outros acionistas, entre redatores, entusiastas e comerciantes da cidade. Mas a impressão da revista ficava a cargo do poder público, acontecia na maquinaria da Imprensa Oficial, que certamente custeava o papel e as tintas.

Esse subsídio estatal, portanto, se apresentava como indispensável para o sucesso do periódico, qualificando-se como um incentivo do governo à modernização do estado conforme aquilo que os seus intelectuais julgavam relevante em termos de cultura.

Impressa em papel *couché*, com letras coloridas, várias fotografias e ilustrações, *Era Nova* se apresentava desde o início como uma revista luxuosa, atraente e moderna – qualidades já bastante reconhecidas do público. No entanto, a edição especial do Centenário da Independência prometia surpreender os leitores e as leitoras. A festividade, afinal de contas, era da maior relevância – não é todo dia de que a nação faz cem anos. Coube aos paraibanos contar sua versão dessa história. Ainda mais diante da circunstância muito singular que então se apresentava – o presidente da República, Epitácio Pessoa, era um paraibano, e requiriria seu protagonismo na efeméride (Burity, 2022).

De acordo com Eric Hobsbawm (1990), as nações surgiram no mundo ocidental entre os séculos XVIII e XIX, com o advento das revoluções burguesas, em particular da Revolução Francesa. A partir desse momento, as pessoas comuns passaram a se entender como pertencentes a uma pátria, porque identificados desde o nascimento com a sua terra, sua cultura e sua história, e como tal, reivindicam o direito de participar das decisões políticas que os contornavam. Nesse sentido, como nos ensina Benedict Anderson (2008), as nações são “comunidades imaginadas”, que se ancoram em narrativas que legitimam a existência de uma unidade nacional e estimulam o sentimento de pertencimento.

Essas narrativas foram, e continuam sendo, inventadas e difundidas através das instituições culturais que se ocupavam em

revisitar o passado dos grupos humanos, constituindo mitos de origem que justificariam a sua unidade e a sua diferença em relação a outros povos, construindo fronteiras sociais, políticas e culturais entre seus territórios. Falamos dos institutos históricos e geográficos, museus, faculdades e universidades, como falava Lilia Schwarcz (1993), mas também da imprensa periódica, que também se apresentava como um agente fundamental dessas articulações.

As comemorações, portanto, são momentos bastante propícios para a reafirmação e/ou revisão desses enredos. Nas palavras de Angela de Castro Gomes (2017, p. 55), “comemorar significa convocar o passado [...] para encená-lo e transformá-lo em ‘lições vivas’ de história, capazes de produzir coesão social e enquadrar memórias coletivas”. Essa data redonda – os cem anos da Independência do Brasil – portanto, seriam uma oportunidade para revolver as narrativas construídas desde muito tempo sobre o Brasil e sua gente e dar a elas um novo sentido.

A revista *Era Nova* se empenhou em participar desse momento de comemorações do Centenário da Independência. E para isso, mobilizou um trabalho que, dadas as suas próprias palavras, parecia demasiadamente hercúleo. E tanto o fora que os seus editores, decerto a contragosto, tiveram de adiar a sua publicação para além do que eles gostariam. O propalado número especial não saiu no dia 7 de setembro e nem nos meses seguintes. O número 38 da revista, publicado em 24 de dezembro, ainda dizia: “Aguardem a edição da revista *Era Nova* comemorativa do centenário” (*Era Nova*, n.38, 24 dez. 1922, p. 56).

Foi só em julho de 1923, passado quase um ano da efeméride, que finalmente o número especial da revista *Era Nova* comemorativa do Centenário da Independência chegou às mãos do público. Um volume com mais de 300 páginas. E se em parte o periódico retomava a narrativa hegemônica da história nacional, com os episódios e personagens já consolidados, por outro, tratou de inserir seus próprios enquadramentos, elevando a presença de Epitácio Pessoa, de outros paraibanos, seus feitos e seus anseios, nesse momento de reelaboração do passado e do futuro. Assim, busca-se aqui enfatizar os elementos narrativos mais presentes nessa reelaboração, observando o modo como o passado reiteradamente celebrado constituía-se num lastro de significados que passam a representar “a vida da Paraíba em todos os seus súbitos de progresso”.

Ainda, este texto anuncia alguns dos resultados da pesquisa “Os modernismos na Paraíba e o circuito de comunicação da revista *Era Nova*”, que está sendo desenvolvida na Fundação Casa de José Américo (FCJA), em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior do Estado da Paraíba, e com financiamento da FAPESQ-PB. Nesse esforço, realizamos a digitalização da coleção da revista, com uma recomposição da sua coleção original a partir de diferentes acervos: Fundação Casa de José Américo, Arquivo Privado Maurílio de Almeida e Biblioteca Átila Almeida.

2. A edição especial da revista *Era Nova* e as comemorações do Centenário da Independência na Paraíba

O passado a que temos acesso no tempo presente é produto das narrativas que se perpetuam no tempo por meio da memória e da história. Essas narrativas, sobretudo no que tange ao passado de uma nação, tão determinante para a construção dos sentimentos de pertencimento a uma pátria, são produtos de constante disputa. Hendrik Kraay (2010) conta que, entre 1822 e 1831, nas batalhas políticas que marcaram o Primeiro Reinado, algumas datas concorreram pelo protagonismo como o marco da Independência do Brasil – dentre as quais sobressaíam o 7 de setembro e o 12 de outubro de 1822, representando, respectivamente, a Proclamação da Independência e a Coroação de D. Pedro I.

A escolha entre uma data e outra, ou a opção por celebrá-las ambas, acompanhadas de outras tantas datas possíveis que permearam o processo de emancipação política, traziam em seu bojo projetos de nação. Conforme Maria de Lourdes Viana Lyra (1995), a escolha do 7 de setembro foi uma vitória conservadora, que exaltava o futuro imperador D. Pedro I como grande protagonista e herói da Independência, aspecto que evidenciava o protagonismo da família real portuguesa, dando ares quase que de uma continuidade entre a Colônia e o Império, ainda que sob outros parâmetros, agora com uma maioria para o Brasil. Esse enquadramento, aliás, conta a autora, implicou em uma releitura do episódio que elevava D. Pedro I e reduzia o papel de outras figuras como José Bonifácio.

A outra opção que se ventilava – pelo dia 12 de outubro – trazia consigo outros significados. Ainda que o momento tivesse como grande centro o imperador D. Pedro I, no momento em que era agraciado com esse título, nesse caso seria a nação, o povo brasileiro, que estaria conferindo a ele essa honraria. No jogo político do momento, essa escolha era barganhada pelos grupos políticos liberais, que queriam remarcar uma ruptura mais destacada entre a Colônia e o Império (Lyra, 1995). Essa disputa – entre os marcos do 7 de setembro e do 12 de outubro e as outras datas cogitadas – porém, vale lembrar, concorreu pela narrativa que seria adotada como oficial do governo, de modo que não podemos esquecer as muitas outras memórias e histórias sobre a independência que se perpetuaram nas diversas províncias e entre os variados grupos sociais brasileiros.

As narrativas da independência nas províncias/estados enfrentaram/confluíram com a experiência histórica dos grupos sociais que habitavam aquelas localidades – exemplos disso são as comemorações do 2 de julho na Bahia e a importância que os nortistas dariam para a Revolução de 1817 nas narrativas sobre a emancipação política. Essas histórias outras sobre a independência de certa forma dialogaram/reagiram com as narrativas hegemônicas transmitidas nos livros didáticos e em tantos outros artefatos da cultura histórica nacional. Vale lembrar que essa própria narrativa hegemônica passou por várias mudanças ao longo do tempo e que nesse processo ela dialogou com essas muitas outras versões da história que existem no território. Segundo Hendrik Kraay (2010), inclusive, a escolha do 7 de setembro em grande

medida se deveu à sua capacidade de angariar maior uma popularidade – elemento fundamental a uma recém-criada nação.

Na Paraíba, as comemorações do Centenário da Independência do Brasil foram minuciosamente planejadas pelas elites locais. O presidente de estado, em sua mensagem à Assembleia Legislativa da Paraíba, proferida no dia 1º de setembro de 1922, contava que foram destinados 100:000\$000 (cem contos de réis) do orçamento estadual para a montagem de um *stand* que representasse a Paraíba, as suas belezas e os seus produtos, na Exposição Internacional do Centenário que então se montava no Rio de Janeiro – especificamente no Palácio das Indústrias – onde seriam expostos mais de mil produtos “sobressaindo alguns minérios, fibras e óleos vegetais, bem assim tecidos, peles, instrumentos de ferro, trabalhos de arte doméstica, que podem oferecer uma nota decente das nossas poses naturais e da nossa promissora cultura industrial” (Lucena, 1922, p. 8). Os preparativos dos festejos que se dariam no estado – nas cidades do interior e na capital – também estavam bastante adiantados em princípios do segundo semestre. Numa região limítrofe da área urbana da cidade da Paraíba, um terreno amplo foi desapropriado para a construção de uma grande praça – a Praça da Independência – cuja pedra fundamental seria lançada na ocasião das festividades. Os preparos dos espaços também envolveram a decoração dos parques Arruda Câmara e Comendador Felizardo, onde haveria apresentações musicais e passeios. Os militares organizaram desfiles, apresentações da banda, hasteamento da bandeira. No mais, foram planejadas corridas, partidas de futebol, disputas de remo e esgrima entre outros eventos desportivos.

Fabrizio de Sousa Morais (2007) conta que os jornais, em especial *A União*, regularmente publicavam notas sobre as festividades que se dariam brevemente, no intento de preparar o espírito do público leitor, criando expectativas na população e conclamando a sua participação. Somado a isso, teve início uma campanha com vistas a angariar fundos para cobrir os custos da efeméride. Nessas notas, o nome dos contribuintes aparecia nas notícias, ressaltando o sentido patriótico de seus esforços e conferindo prestígio. As escolas também estavam se preparando, explicando a importância da data a estudantes, organizando os grupos que desfilariam, convocando professores e professoras que deveriam proferir palestras (Ribeiro, 2017).

Várias instituições culturais se empenharam em participar dos festejos; houve palestras no Liceu Paraibano e no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), os periódicos publicaram notícias, crônicas, artigos de opinião em alusão à data. A revista *Era Nova* almejou fazer parte do conjunto dos festejos, mas não o quis fazer dedicando partes dos números de setembro às efemérides, como os demais impressos. Os seus editores acharam por bem lançar um número especial, com mais páginas que os seus demais volumes – mesmo aqueles que saíam nas datas aniversárias e na ocasião do Natal, que já costumavam ser maiores. Era de seu interesse publicar um número extraordinário, excepcional quanto ao tamanho e à qualidade, artefato fundamental para explicar e documentar esse momento histórico.

As propagandas da revista *Era Nova* prometiam a edição especial do Centenário, vendida antecipadamente por 10\$000 (dez mil réis), em um valor superior aos demais números – que

costumavam custar algo em torno de \$600 e \$700 (seiscentos e setecentos réis), respectivamente para a capital e para o interior – e até mesmo pelo valor da assinatura semestral, cujo preço era 7\$000 e 10\$000 (sete e dez mil réis), para a capital e o interior. Os interessados poderiam sinalizar o interesse por correspondência dirigida à redação do periódico, junto com o valor correspondente acrescido dos gastos com o envio, e o receberia tão logo fosse publicado (Era Nova, n. 47, 1 jul. 1923, p. 39; Era Nova, n. 1, 27 mar. 1921, p. 2).

A notícia também foi bem acolhida pelo comércio local, que apoiou a iniciativa com a publicação de anúncios de seus empreendimentos. Os industriais e comerciantes da capital eram, desde muito tempo, parceiros importantes dos editores do periódico. Embora a maior parte do financiamento desse impresso adviesse da subvenção estatal, era os recursos angariados com os anúncios e com a venda de exemplares que sustentava o trabalho da redação e a montagem do projeto gráfico – na qual pesava a montagem das *clichés*. No número especial, os anunciantes se multiplicaram, com propagandas que ocupavam páginas inteiras, impressas com duas ou mais cores e cheias de ilustrações. Elas também faziam parte do discurso visual da revista, apresentando uma modernidade que poderia ser adquirida por meio de artefatos de luxo que ocupavam a moda dos vestuários, do mobiliário e até de automóveis. Prometida para breve, a edição comemorativa saiu com bastante atraso, somente em julho de 1923.

Figura 1. Capa e sumário da edição especial da revista *Era Nova*



Fonte: *Era Nova*, ed. especial, 1923, p. 1, 23.

O número especial da revista *Era Nova*, em suas quase 300 páginas, constituiu uma narrativa própria sobre o Centenário da Independência do Brasil apresentada ao longo de suas páginas por meio do conjunto dos textos e das imagens que o compunham. José Américo de Almeida, no texto de abertura do periódico, informava das intenções da revista ao lançar um número como este:

A Era Nova, como órgão propulsor de nossas letras, abrange, no seu programa de renascimento, a cultura dos princípios que colaboraram nesse ideal de engrandecimento espiritual da Parahyba. E, superior, talvez, à nossa mentalidade, acha por bem documentar nesta edição especial as impressões das festas com que comemoramos o primeiro centenário da independência pátria (*Era Nova*, ed. especial, 1923, p. 24).

Vejamos como isso se deu. A primeira seção de textos, espalhados no primeiro terço da revista, traziam narrativas históricas a respeito do objeto central daquelas festividades – a Independência do Brasil. O próprio texto de José Américo de Almeida, do qual tratamos, se intitulava “A Independência na Paraíba”, e se propunha a registrar como a Paraíba e os paraibanos participaram dos eventos que envolveram o processo da emancipação política do país:

Eu deveria, conseqüentemente, restringir minhas considerações à Paraíba. Mas a nossa influência para esse resultado não foi das mais ponderáveis. Não fomos indiferentes à ideia emancipadora, mas não tivemos, no momento, uma atuação notável na marcha dessa aspiração geral, como outros centros que estavam ao contato da propaganda (Era Nova, ed. especial, 1923, p. 24).

O registro então se ocupou de uma sequência de episódios: o Areópago de Itambé, organização de intelectuais e políticos paraibanos e pernambucanos, sob a chefia de Arruda Câmara, que discutiam ideais emancipatórios e republicanos em princípios do século XIX; também houvera grupos de civis organizados que deram início a uma revolta nos arredores de Alagoa Grande e um proclama em defesa da emancipação enviado na Vila Nova da Rainha para José Bonifácio em apoio ao Imperador em 1822. Mas teria sido o Levante de 1817 – e é assim que o autor se refere ao episódio, como Levante de 1817, não como “Revolução Pernambucana”, como se tornou hegemônico – o evento mais importante de que tivera parte a Paraíba naquele momento da história da pátria.

O Levante de 1817, contava José Américo de Almeida, fora “a demonstração mais vigorosa de nossa capacidade de resistência às ambições absorventes da metrópole. Foi o nosso único movimento revolucionário digno desse nome”. E se as capitâneas de Alagoas, Rio Grande do Norte e Ceará não estavam preparados para tamanho empreendimento, a Paraíba “não satisfeita em aderir aos pernambucanos, ainda procurou atrair outros elementos com a expedição de José Peregrino de Carvalho”. Desse movimento teria brotado o espírito, a que se somaram outros, ainda que sem a mesma “virilidade, orientação liberal, segurança democrática e força de estoicismo de nossos heróis” (Era Nova, ed. especial, 1923, p. 25).

Outros artigos também se ocuparam em contar suas histórias da Independência, fossem elas mais ou menos relacionadas com a narrativa hegemônica difundida pelo Estado brasileiro à época. Carlos Dias Fernandes, em “A Promessa” fez um relato biográfico muito marcado por marcas literárias do chamado “Patriarca da Independência” José Bonifácio de Andrada e Silva; Enquanto isso, “O Brasil de 1822 e o Brasil Atual”, escrito por Rocha Pombo, certamente transcrito de outro periódico que não é indicado, apontava as mudanças na economia do país, com o crescimento da produção agrícola e o desenvolvimento da indústria, mas também da cultura geral, com o aperfeiçoamento da instrução pública, e finalmente, da vida civil nesses cem anos que separavam os dois momentos da história pátria (Era Nova, ed. especial, 1923).

A certa altura dessa narrativa, os editores da revista dedicaram uma página à homenagem de D. Maria Madalena. Aos 104

anos, e em pleno gozo de suas faculdades físicas e mentais, como destacam, essa senhora teria vivido o processo de independência, a escravidão e a abolição da escravatura. Era ali representada em duas fotografias e uma poema de Américo Falcão. Fotografada na frente de sua casa, também ela era uma testemunha da história dessa nação que ora se contava. Também interessa registrar que é um dos poucos momentos em que esse volume se dedica a abordar o tema da escravidão e representar a população escravizada.

Figura 2. Homenagem a D. Maria Madalena aos 104 anos



Fonte: Era Nova, ed. especial, 1923, p. 32.

Ainda nessa esteira, foram publicadas algumas conferências realizadas durante as efemérides no país, como a palestra do professor Francisco Falcão, que teve vez quando do hasteamento da bandeira pelos estudantes de um grupo escolar em Minas Gerais; também a conferência de Manuel Tavares Cavalcanti em meio às

festividades da Paraíba. O mais interessante de se perceber, no entanto, era como esses textos estavam ladeados por uma outra narrativa mais próxima do então tempo presente, preocupada em ressaltar uma continuidade entre esse passado glorioso e o momento que então se vivia, como se aquele fosse só o começo de uma história que continuava e para o qual aqueles festejos teriam um papel importante – o papel de lembrar o caminho, realçar as conquistas e construir novos projetos de futuro.

O presente então se impunha na revista, e de variadas formas. As terras ainda por colonizar, conquistar, ocupar eram tema constante na imprensa, e apareceram logo de princípio na reportagem “O Amazonas” de Danilo Armond. O autor contava a história dos nordestinos fugidos da seca que migraram para a Floresta Amazônica em busca de melhores condições de vida e que lá encontraram péssimas condições de sobrevivência: moradia precária, moléstias e ausência do poder público. Mas teria sido essa mesma gente quem cuidara da extração da borracha, que ora se apresentava com um valor inestimável para a economia nacional, e que tamanho bem fizera à própria região, proporcionando o crescimento de cidades como Manaus.

É interessante ver como esse texto se inseria em meio àqueles que tratavam da Independência do Brasil. Ao considerá-lo em relação aos demais, o que podemos notar é o esforço de considerar uma continuidade entre o passado e o presente. A emancipação, dessa forma, não seria um evento do passado que se encerrava com o Grito do Ipiranga, mas um *continuum*, que englobaria os esforços mais recentes para construir a pátria, dominar os espaços que fariam parte de seu território, levar a dita “civilização”

– leia-se progresso econômico e, na sua esteira, também um pretenso progresso social e cultural, entendidos à época, na esteira das teorias eugenistas da virada do século, como critérios de um melhoramento da gente e de seus hábitos.

Entre essas demandas que o presente impunha às narrativas do passado, contudo, nenhuma parecia tão importante quanto as obras contra as secas, empreendimento político e econômico que marcara o governo de Epitácio Pessoa. As políticas de assistência às populações afetadas pelas estiagens – por meio da entrega de donativos e obras públicas – de acordo com Lúcia Guerra Ferreira (1993), tinham sido empreendidas pelo Estado brasileiro pela primeira vez ainda no século XIX, durante a seca de 1877. Em tempos de Primeira República, Nilo Peçanha criou o Instituto de Obras Contra as Secas (IOCS), que logo passaria a contar com a palavra Federal enquanto aditivo (IFOCS).

Apesar de todas essas iniciativas, foi o governo de Epitácio Pessoa, conta a autora, o primeiro a efetivamente “investir em larga escala e iniciar simultaneamente um grande número de obras na região” (Ferreira, 1993, p. 96). As obras contra as secas, assim, despontavam – e eram entendidas pela intelectualidade local – como um grande esforço para dinamizar a economia da região, na medida em que, para além da grande açudagem, elas também proporcionavam a construção de estradas de ferro, carroçáveis e de rodagem, e portos, no intuito de facilitar o transporte de mercadorias e dinamizar o acesso dos produtos sertanejos ao mercado externo e das populações sertanejas aos recursos materiais e culturais que pululavam nesse mundo cada vez mais globalizado.

O investimento nas obras contra as secas, no entanto, gerou bastante polêmica. Lúcia Guerra Ferreira (1993), ao perscrutar os anais da câmara e os jornais da época, notou como a elite política e econômica das regiões cafeeiras de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro se opuseram a tamanho deslocamento de gastos para a região Nordeste. Isso, a despeito do subsídio estatal ao café, entendido por eles como o produto de fato mais relevante na sustentação da economia brasileira da época. Havia uma batalha de narrativas em jogo e seu epicentro eram os recursos do orçamento e as prioridades de investimento da União. Intelectuais e políticos nordestinos se engajaram nessa disputa, sendo o número especial da revista *Era Nova* um de seus instrumentos de luta.

Ainda nas primeiras páginas do periódico, em sequência ao texto de abertura de José Américo de Almeida, a revista publicou um editorial intitulado “Parahyba do Norte”, em que descrevia o estado, dava notícia do crescimento de seu comércio e da economia agrícola e industrial dos últimos cinco anos e apontava o que importava para que as coisas caminhassem dessa forma: “O nosso comércio do interior tende a intensificar-se sempre mais em vista da facilidade de comunicações de transporte que nos trouxe a construção das estradas de rodagens e de ferro com que nos beneficiaram as obras contra as secas do nordeste – na providencial administração do sr. dr. Epitácio Pessoa como presidente da República” (*Era Nova*, ed. especial, 1923, p. 26).

A seguir, uma litogravura produzida sobre a fotografia do presidente Epitácio Pessoa remarcava, de um modo ainda mais enfático, ao que o periódico estava se referindo.

Figura 3. Litogravura de Jhosé em composição com fotografia retratando Epitácio Pessoa



Fonte: Era Nova, ed. especial, 1923, p. 27.

Na composição, uma figura angelical faz um gesto de quem põe uma coroa de louros sob a cabeça do presidente da República, disposto imediatamente acima do trem e navio a vapor que representavam as obras contra as secas, e logo atrás, as fábricas, apontando o crescimento industrial da cidade, na esteira da modernização que o investimento do poder estatal trouxera consigo. A imagem montava, assim, a ideia de uma Paraíba nova, moderna. Um estado da nação cuja independência ora completava o seu primeiro século, e para o qual o progresso econômico, social e cultural, que acontecia – ao menos segundo os editores do periódico – na esteira do governo Epitácio Pessoa, seria parte indispensável.

Passados os primeiros artigos mais diretamente voltados à importância do evento, a revista se dedicou à cobertura dos festejos na capital e nas cidades do interior. Nesse contexto, multiplicam-se as fotos em grupo, registros de reuniões e atividades públicas que demonstravam a dinâmica dessas sociabilidades em torno das comemorações da Independência, em especial das festas propriamente. Chamadas de “festas centenárias” da capital, os editores as descreveram como “sete dias surpreendentes de comunicatividade entre os nossos homens públicos e o povo, que numa eclosão de júbilo apoteosava a excelsa pátria, em surtos de patriotismo, à passagem da grande data”. Diante do esplendor das festividades promovidas pelo governo Solon de Lucena, advertem não ser possível descrever nas páginas da revista o deslumbrante programa e, diante de tal, enaltecem a importância da fotografia, dizendo que “a objetiva, porém, substituiu-nos a pena com maior fidelidade e brilho”, ao que seguem à publicação de várias fotos,

muitas das quais de pessoas reunidas nos diferentes espaços das festividades (Era Nova, ed. especial, 1923, p. 59).

Em meio às representações, as fotografias de mulheres tinham maior recorrência, em grupos que representavam as *garçonnières* dos pavilhões que compunham as “festas centenárias” na capital. Vestidas de branco ou com roupas iguais para ganharem uniformidade, as jovens, muitas vezes lideradas por alguma de mais idade, trabalhavam servindo nos pavilhões que compunham as festas e que correspondiam a conhecidas instituições de assistência pública, compondo uma espécie de cartografia da festa – Pavilhão da Policlínica Infantil, Pavilhão da Santa Casa de Misericórdia, Pavilhão da Independência, Pavilhão do Orfanato Dom Ulrico, Pavilhão do Asylo de Mendicidade. Nestas fotos, as legendas nomeiam as moças que então se dedicavam à causa social e da caridade, aparecendo entre os nomes algumas que, em outros momentos, se encontram retratadas como faces da “sociedade parahybana”. Os homens aparecem em grupo, por sua vez, na foto que se refere às “festas desportivas”, como a que registra o encontro da delegação do Rio Grande do Norte com o “1º team” do Cabo Branco (Era Nova, ed. especial, 1923, p. 61).

Através do itinerário fotográfico dos eventos, a cartografia das festividades seguia avançando no traçado da revista. Nas páginas seguintes, apareciam imagens do povo assistindo os eventos desportivos, desfiles escolares e conferências na capital e interior, além da representação dos espaços, devidamente decorados para receber os ensejos. Foi também nesse ínterim que a revista se empenhou em apresentar algumas figuras importantes naquele universo das sociabilidades da Paraíba dos anos 1920. Figuravam

entre eles personalidades políticas, que tiveram seus retratos expostos nas páginas do periódico: o então presidente da República, Epitácio Pessoa, e seu sucessor, naquele momento já eleito, Arthur Bernardes; o presidente de estado Solon de Lucena; os ministros de Epitácio Pessoa; o futuro ministério de Arthur Bernardes; os secretários de Solon de Lucena; senadores e deputados que representantes da Paraíba. É interessante porque, além de funcionar como uma propaganda dessas figuras, também tinha o papel de tornar os seus rostos e cargos mais familiares à população leitora do periódico, e como extensão a ela, à população civil do estado.

Ainda com esse sentido, foram apresentados comerciantes da capital, que também alguns dos mais constantes patrocinadores da revista; cirurgiões dentistas; e, finalmente, os próprios editores da revista *Era Nova*. Em meio a eles, uma página se dedicou a mapear os jornais em circulação no estado à época, e outra as revistas. De uma certa maneira, nessa narrativa pensada para a revista, esses universos – a vida política, as sociabilidades modernas e a emancipação política do país – faziam parte de uma mesma cronologia, mesma sequência de eventos. Era como se a modernidade que então se inventava nas regiões outrora menos consideradas pelo poder público, mas que ora alçava uma posição digna com o governo de Epitácio Pessoa, fosse o enlace necessário para que se pudesse viver de uma forma mais plena a prometida, e há um século iniciada, Independência.

O ponto mais destacado das sociabilidades que compuseram essa segunda parte daquele volume, no entanto, certamente foi o concurso de beleza feminina. Organizado pelo próprio corpo editorial da revista no ano de 1922 e finalizado em setembro daquele

mesmo ano, o certame voltava a ocupar as páginas da *Era Nova*, em sua edição especial, dessa vez com mais detalhes e com as fotografias das vencedoras. Não o era só mais um concurso de “a mais bela”, mas o “Concurso da Beleza do Centenário”, inspirado nos moldes daqueles realizados pela *Revista da Semana* e *A Noite*, no Rio de Janeiro, com vistas a eleger aquela que representasse a beleza nacional e que, na opinião dos editores, servira para que dessem “um esplendido atestado da nossa cultura estética, concorrendo com o nosso melhor entusiasmo para a efetuação desse grande certame nacional, comemorativo do Centenário” (*Era Nova*, ed. especial, 1923, p. 80).

Ao comentar sobre o certame, os editores reiteram o sentido de entusiasmo e interesse “do povo”, na capital e no interior do estado, em participar ou acompanhar o pleito da mais bela. E, mais uma vez, fazem publicar as fotos das vencedoras, só que nesta edição com maior destaque e cuidado gráfico. As primeiras colocadas têm seus retratos impressos em página inteira, adornadas de elementos gráficos, que chamam atenção pelo requinte de detalhes na montagem das *clichéries*.

Figura 4. A eleita da Paraíba no concurso da mais bela do Brasil



Fonte: Era Nova, ed. especial, 1923, p. 85-87.

O caso mais exemplar, ilustrado acima, é justo o da primeira colocada, Stella Caçador Stahel, jovem senhora da alta sociedade paraibana, cuja imagem é apresentada em recurso de dupla página, criando um efeito de porta-retrato e ao mesmo tempo de foto em álbum de família. Flores e grifos emolduram a face daquela que, segundo Sinésio Guimarães Sobrinho, um dos editores, representava não só o triunfo pessoal da eleita, mas o triunfo “que é nosso, bem da nossa gente, da nossa raça, e como justos motivos de orgulho da nossa pequenina, mas linda e grande Parahyba” (Era Nova, ed. especial, 1923, p. 80).

Interessante o jogo construtivo de palavras que também elegem a Paraíba “linda”, ao mesmo tempo que “pequenina” em território, “grande” em seus feitos, como estes que procuram

inscrever nas narrativas sobre a história da Independência. Dar destaque à beleza das mulheres está, portanto, longe de ser assunto menor naquele contexto, não apenas pela recepção calorosa dos(as) leitores(as), mas pelo protagonismo que as mulheres passam a ocupar nos discursos sobre o moderno e suas implicações nas ideias de mudança e progresso, representando, neste caso, o que seria a “cultura estética” do estado.

A vencedora é, pois, jovem, branca, pertencente à elite comercial da capital. Também, na composição de sua imagem, usa cabelos curtos, roupa decotada, que deixa o colo à mostra, como signos de adepta à última moda, ditada sobretudo pelas influências internacionais. Olha de forma mais direta para a câmera ou, no caso, para quem a olha, numa postura que só então começava a tornar-se mais comum nos retratos femininos, que até bem pouco prezavam pelos rostos lateralizados e pelos olhos fechados ou olhando para direção oposta às lentes fotográficas (Abrantes, 2015). Mas, um outro dado importante chama atenção: trata-se de uma jovem esposa, uma mulher casada. A jovem senhora Stahel é assim enaltecida pela revista não apenas por sua aparência física, mas pelas “vossas prendas, pelo vosso encanto, pela sedução do vosso espírito e pela nobreza das vossas virtudes [...]”, pelo conjunto de qualidades que, nas palavras de Sinésio Guimarães Sobrinho, a elegeram a “rainha altíssima” da Paraíba.

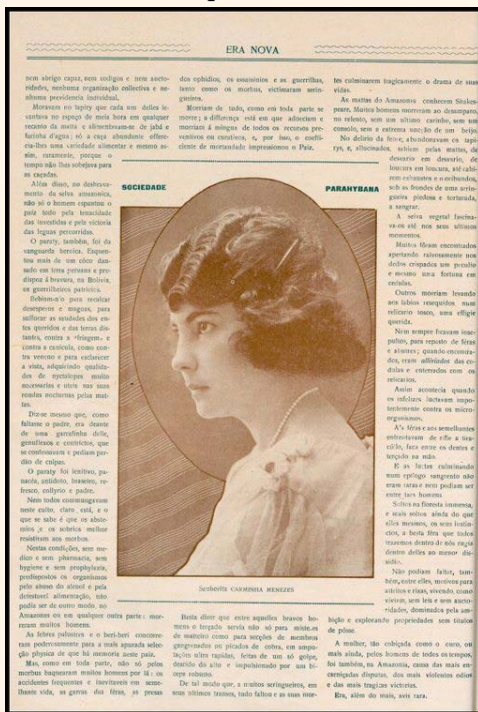
Mônica Raisa Schpun (1999, p. 124-125) demonstra como na década de 1920 generalizaram-se os concursos de beleza no país, como parte de um movimento mais geral de visibilidade dos corpos femininos em espaço público. Sem ainda a realização de desfiles, eram organizados pela imprensa e os(as) leitores(as)

chamados a votar naquelas que seriam indicadas candidatas, para depois formar-se um júri composto por homens. Nesse processo, diz a autora, “a beleza é um elemento nada insignificante”. Primeiro, porque as escolhidas devem representar a modernidade do país, “assemelhar-se o máximo possível aos modelos internacionais, que são, nesse momento difundidos pelos cânones da moda francesa e, sobretudo, pelas estrelas americanas”, segundo porque “os concursos permitem ao país se afirmar como civilizado. Todos os países desenvolvidos realizam concursos e elege suas rainhas de beleza”.

Vê-se assim no concurso da bela paraibana uma composição entre o que seduzia no moderno sem, entretanto, ferir os ideais preconizados pela tradição para a conduta das mulheres e, podemos dizer, para o próprio projeto de Paraíba. A cultura estética apresenta-se, como se espera, impregnada dos valores morais e sociais com os quais se pretende representar o estado nacionalmente. Compreende-se assim a importância dada ao triunfo não só da vencedora, mas da imagem da Paraíba que os idealizadores da revista pretendem dar visibilidade naquele contexto de comemorações. A civilidade e a modernidade são assim também corporificadas nas imagens de mulheres continuamente retratadas na revista e, que, na realização do concurso, alcançam maior notoriedade. Nisto, opera também um papel pedagógico, uma vez que normatiza padrões do que é considerado belo (Schpun, 1999) e, pelas palavras ditas por Sinésio Guimarães Sobrinho, pelo que é esperado da conduta de mulheres, belas em aparência, e belas em suas virtudes. Também, pedagógico no sentido de afirmar como quer sua gente, “sua raça” representada, aonde os signos de distinção de classe e branquitude são então ressaltados.

Os valores dessa cultura estética, que se pretende moderna e civilizada, e que mobiliza os sentidos de sociabilidade, percorrem muitas das páginas da Edição do Centenário. Como já presentes na rotina de publicações da *Era Nova*, fotografias de mulheres ilustram páginas, em composição com textos diversos, na maioria das vezes não guardando correspondência com estes. Geralmente emoldurados por grafismos, com interferência de cores, edições as mais variadas, estes retratos trazem junto o enunciado “Sociedade Parahybana”, sendo as imagens ancoradas neste sentido de pertencimento e que, o mais das vezes, reiteram os padrões que mobilizaram o concurso de beleza.

Figura 5. Face em destaque da “Sociedade Parahybana”



Fonte: Era Nova, ed. especial, 1923, p. 34.

Embora as mulheres sejam maioria nessa representação da sociedade paraibana, como vimos, os homens também são retratados e, podemos dizer, suas imagens têm maior recorrência e destaque nesta edição do que nos exemplares regulares. Contudo, como comum naquele momento, as mulheres são referenciadas apenas pelo nome, somado às vezes a algum adjetivo, enquanto os homens têm suas imagens também acrescidas pelo enunciado de sua função: política, comercial, intelectual, etc. Se as imagens femininas recebem mais interferências gráficas e ornamentos, as masculinas são comumente mais sóbrias, encontrando também nesta edição algumas exceções importantes, dentre as quais as imagens do presidente Epitácio Pessoa se apresentam superlativas – pelo destaque da composição, centralidade, cores e adornos, encena-se o seu lugar de parte fundamental da sociedade paraibana.

Mas, em que pese os distintivos de gênero e os lugares de poder, este jogo de composição de imagens de pessoas que compõem um quadro da sociedade paraibana naquele contexto de reverências ao passado e anseios pelo futuro, consolida o papel da *Era Nova* como o de uma espécie de álbum social. Retratos pessoais, provavelmente oriundos de álbuns de família, restritos a uma circulação mais privada, passam a ocupar, naquelas páginas impressas, lugares públicos e constituem uma narrativa sobre as faces, os corpos, que se pretendem como vitrines da sociedade paraibana. Um álbum, que sem perder os vínculos com aqueles que eram repositórios de registros e memórias da vida familiar, amplia a noção de pertencimento a uma rede de sociabilidades (Abrantes, 2015).

A derradeira parte do volume da edição especial do Centenário da Independência trazia algumas reportagens. Os dados estatísticos de exportação e rendas do estado da Paraíba entre 1890 e 1921 davam notícias do progresso econômico daquela circunscrição territorial em tempos republicanos. Segundo os jornalistas “pelos resumos [...] temos uma demonstração segura de que são de inspirar profunda tranquilidade as novas condições econômicas e de despertar grande confiança no futuro, se não faltar às diversas fontes de rendas o cuidado pelas mesmas requerido” (Era Nova, ed. especial, 1923, p. 162).

A reportagem seguinte, na linha do que tinha sido apontado ainda nas primeiras páginas do periódico, cobria as obras contra as secas:

O advento do governo de Epitácio Pessoa trouxe para a região nordestina, esquecida e assolada pelos fenômenos climáticos, a certeza de que uma nova fase ia começar para a sorte dessa gente, sucumbida a esse martirológio de muitos anos.

Efetivamente, essa esperança se objetivou na mais consoladora das realidades, porque a redenção do nordeste, com a extinção definitiva do flagelo aniquilador, é hoje um fato.

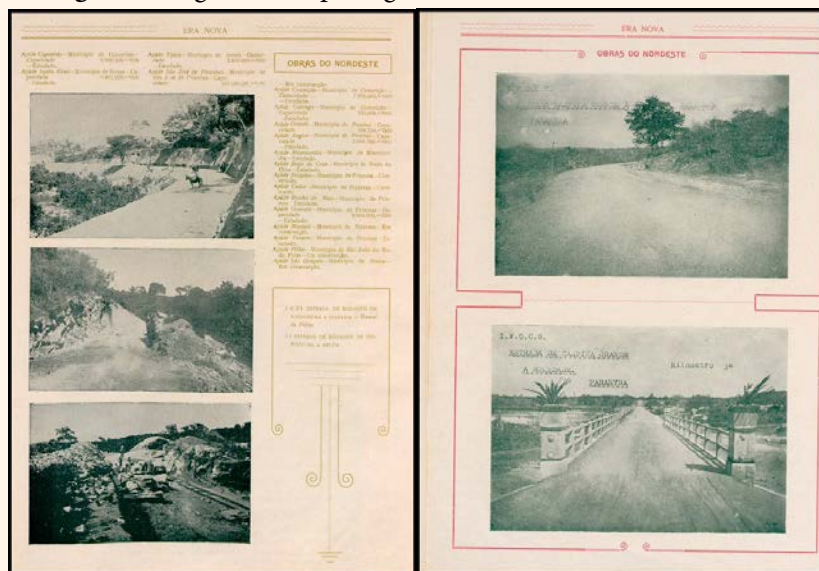
E no momento de comemarmos o centenário de nossa independência política para as populações atingidas por esse mal nada podia ser mais grato do que ver tornado uma coisa positiva esse problema, cuja solução implicava simultaneamente uma obra de patriotismo e abnegação.

Foi sem dúvida o mais nobre e o mais gigantesco empreendimento da fecundíssima administração do sr.

Epitácio Pessoa, que só por isso fez jus ao maior preito de gratidão de quantos sofriam os efeitos das desgraças dos fenômenos periódicos das secas, e aos aplausos de toda a nação, pois que se impunha já de há muito o encontrar-se o remédio para essa necessidade vital do país (Era Nova, ed. especial, 1923, p. 220).

A reportagem contabilizou mais de 40 páginas, tomadas de notícias do andamento das obras, mas sobretudo de fotografias – com páginas inteiras dedicadas a imagens com a execução da construção dos açudes, estradas e do porto. Construía-se um país, era essa a tônica, um país revisitado a partir do Nordeste, tomado de uma nova dinâmica econômica e, na sua esteira, de novas sociabilidades. Um mundo moderno, com um país integrado, lançando-se ao progresso material, social e cultural.

Figura 6. Páginas da reportagem sobre as obras contra as secas



Fonte: Era Nova, ed. especial, 1923, p. 231, 238.

A última reportagem, talvez como ponto mais sagaz de toda essa história que, apresentando-se de forma mais ou menos contínua constituía uma narrativa, trazia justamente uma história da própria revista – a revista *Era Nova*, que ora completava seu segundo ano em circulação. O periódico, como podíamos perceber na aspiração de seus pretensos jovens editores, era o símbolo dessa modernidade emergente que tinha tudo a ver com esse novo século de história da nação. Por isso era tão importante que ela se fizesse presente nas comemorações do Centenário da Independência, era por isso que ela se comprometia a “documentar as efemérides” com tamanho empenho.

3. Considerações finais

No texto de abertura da edição especial da revista *Era Nova* em referência ao Centenário da Independência do Brasil, José Américo de Almeida dizia ser intenção do periódico “documentar os festejos”, no esforço de construir uma memória perene, duradoura da efeméride. O número seria, dessa forma, um empreendimento que prometia dar vida longa a uma narrativa que, a princípio, poderia ser efêmera. Era preciso levar adiante essa outra versão da história pátria que os intelectuais e políticos paraibanos ensinaram durante as celebrações dos cem anos da nação, e com a qual aquele impresso se comprometera com todos os esforços.

A narrativa impressa nas páginas da revista *Era Nova* apresentava uma versão da História da Independência do Brasil tomada pelos marcos tradicionais – o episódio do Grito do Ipiranga – mas também atravessada por outros eventos em que a então

capitania da Paraíba teve participação fundamental, em especial o Levante de 1817, entendido como um evento inaugural enquanto experiência republicana na então colônia. O mais interessante, contudo, é o modo como essa história é contada, apresentando um *continuum* entre passado e presente, como se a emancipação política não tivesse se encerrado no contexto do 7 de setembro de 1822, mas permanecesse em voga no momento em que então se vivia, e para o qual havia um novo protagonista, o presidente Epitácio Pessoa.

Epitácio Pessoa, com as suas obras contra as secas, que redimensionaram a organização econômica do país, refletindo também sobre sua formação social e cultural, seria o continuador da independência iniciada em tempos de D. Pedro I. Nesse repertório, a construção de uma economia moderna, bem distribuída em toda a pátria, promovendo um estilo de vida mais moderno, seria fundamental. Isso implicava em repensar as políticas de investimento em regiões antes pouco valorizadas, como o sertão nordestino, mas também a Amazônia. Esse projeto de desenvolvimento e integração nacional estava no centro desse novo tempo da nação brasileira.

Na composição dessa narrativa, também havia espaço para as sociabilidades. Nutrir as sociabilidades que garantiriam a dinâmica de uma sociedade moderna, inspirada pela memória da Independência, mas sedenta da autonomia e do progresso anunciados pela República, dava a tônica de boa parte das narrativas presentes na edição do Centenário. Há que se mostrar nas páginas da revista o desenvolvimento do estado, o envolvimento e a satisfação de sua gente com os rumos políticos e sociais da

Paraíba. A “comunicatividade entre os nossos homens públicos e o povo” fazia-se representar ainda nas várias fotografias em que a “sociedade paraibana” não tem uma face reconhecida e nomeada nas legendas. Era o aglomerado popular, curioso ou festivo, presentes nos eventos que assinalavam os espaços de urbanidade da capital e das cidades interioranas.

As reportagens ao final da revista, sobretudo a cobertura das obras contra as secas, com os planejamentos, registro dos gastos, andamento das obras e cheio de fotografias, concluíam essa história. Nessa longa matéria, a maior publicada no referido volume, estampava-se um país em transformação, que todos poderiam observar nas páginas da revista, plenamente documentado. Era essa a Independência que os intelectuais e políticos da Paraíba estavam empenhados em escrever, e que continuariam a elaborar nos anos seguintes em seus discursos e debates, alavancando as pautas que passariam a ocupar a opinião pública. Essa circulação de ideias – das ideias documentadas na revista – faziam parte desse amplo esforço de mobilização que inscrevia suas garras no futuro.

4. Referências

4.1 Bibliografia

ABRANTES, Alômia. Do álbum de retratos à vitrine impressa: trajetos de retratos (Paraíba, 1920). **Temas em Educação**, João Pessoa, v. 24, n. especial, p. 45-57, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/26297>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ABRANTES, Alômia; BURITY, Luiz Mário Dantas. A revista *Era Nova* na Paraíba: notas de um modernismo de Estado. **Revista Pós**, Belo Horizonte, v. 14, n. 31, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistapos/article/view/48780>. DOI: <https://doi.org/10.35699/2238-2046.2024.48780>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BURITY, Luiz Mário Dantas. “A vocação das grandes velocidades”: um modernismo na Paraíba dos anos 1920 através das crônicas e da novela de José Américo de Almeida. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 42, n. 90, p. 223-258, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/CDvqR9qGbPMTLkVgJpQNCzg/abstract/?lang=pt>. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n90-13>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1993.

GOMES, Angela de Castro. Saia justa, salto sete: o Estado Novo comemora os 50 anos da República. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 49-70, 2017. Disponível em: <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/822/952>. Acesso em: 12 mar. 2024.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780**. Tradução de Maria Celi Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KRAAY, Hendrik. A invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 11, p. 52-61, 2010. Disponível em: <https://revistas.usp.br/alb/article/view/11738>. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-8139.v0i11p52-61>. Acesso em: 12 mar. 2024.

LUCENA, Solon de. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa da Paraíba**. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1922.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n. 29, p. 177-189, 1995. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/download/1245526538_ARQUIVO_mariadelourdes.pdf. Acesso em: 12 mar. 2024.

MORAIS, Fabrício de Sousa. **As festas da nação: civilização e estratégias de poder nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

RIBEIRO, Genes Duarte. **A professora da nação: as festas cívicas e as escolas na Paraíba**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SCHPUN, Mônica Raisa. **Beleza em jogo**: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: Boitempo; Senac, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870–1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

4.2 Fontes

ERA NOVA. Parahyba: Imprensa Oficial, 1921–1926. Acervo digital da Fundação Casa de José Américo.

O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL E OS MUITOS BRASIS¹

Gregg Bocketti

1. Introdução

Para muitos brasileiros, a celebração do centenário do país em 1922 foi uma oportunidade de promover a visão de uma nação cosmopolita e em rápido desenvolvimento, pronta para ocupar seu devido lugar no cenário mundial. Assim, a peça central das atividades organizadas pelo Estado brasileiro para marcar a ocasião foi uma exposição internacional no Rio de Janeiro. Além disso, para as autoridades governamentais e seus apoiadores, era muito importante usar a exposição e outros eventos comemorativos, como a inauguração de novos edifícios, congressos dedicados à educação, religião e direito, competições

¹ Traduzido do inglês por Rane Souza. Partes deste ensaio foram publicadas em inglês (Bocketti, 2022).

esportivas nacionais e internacionais, monumentos de grande escala e desenvolvimentos de infraestrutura, para retratar o Brasil como cosmopolita, moderno e ordeiro porque as celebrações ocorreram em meio a uma atmosfera de crise.² Em 1922, além das comemorações do centenário da independência, houve a Revolta do Forte de Copacabana, a ocupação do Recife pelas forças federais e as controvérsias sobre a eleição presidencial. Por fim, o governo federal declarou estado de sítio como resposta. Ou seja, os brasileiros viviam com as contradições de serem chamados a celebrar a liberdade de seu país enquanto seus direitos como cidadãos eram suspensos.

Ao contemplarem o centenário, as autoridades nacionais e os organizadores que nomearam para planejar as comemorações oficiais também foram muito desafiados pelas profundas e, aparentemente, intratáveis diferenças regionalistas do país. Eles reconheceram a persistência da lealdade local e regional dos brasileiros de várias maneiras, por exemplo, concedendo a cada estado um espaço para mostrar suas contribuições ao desenvolvimento e ao patrimônio do país como parte da exposição e ajudando a organizar competições atléticas entre equipes estaduais. Assim, eles reconheceram as identidades regionais e também tentaram usar o centenário para negociar a relação entre as regiões e o país como um todo, na esperança de que, além da celebração da independência, o centenário pudesse ser uma ferramenta para transformar o Brasil em uma nação.

² Motta (1992) continua sendo a melhor obra de volume único sobre os eventos comemorativos oficiais e nacionais do centenário.

As tensões entre a identidade regional e nacional desafiaram os organizadores do centenário em todos os lugares, mas foram mais evidentes no Rio Grande do Sul. Como seus pares em outras partes do Brasil, os gaúchos marcaram o centenário participando da exposição internacional, realizando desfiles e outras celebrações públicas, erguendo novos edifícios e compartilhando suas ideias sobre o significado da ocasião. No entanto, muitos expressaram sentimentos realmente ambivalentes quanto à ocasião e alguns até a usaram para desafiar o próprio caráter e a ideia do Estado-nação. Os gaúchos mostraram pouco entusiasmo pelos eventos oficiais organizados pelo governo nacional no Rio de Janeiro e mostraram pouco mais de disposição em celebrar a ocasião em seu próprio estado. Alguns chegaram a afirmar que o Rio Grande do Sul era sua própria nação e que o Brasil e sua independência eram ficções que os gaúchos não precisam reconhecer tampouco comemorar. Em resumo, nas formas como os gaúchos interagiram com autoridades e planejadores nacionais e nas formas como celebraram, ou deixaram de celebrar, a ocasião em seu próprio estado, eles usaram o centenário para debater e expressar seu sentimento quanto à relação adequada entre sua região e a nação brasileira. De fato, as comemorações do centenário tanto contribuíram para a definição e articulação de uma identidade gaúcha distinta quanto ajudaram a exacerbar as tensões políticas que assolaram o Rio Grande no início da década de 1920. Por fim, essas tensões eclodiram na Revolução Gaúcha.³

³ Weinstein (2015) mostra que, em grande parte do país no início do século XX, a expressão do regionalismo era um meio de reivindicar a nação, não de rejeitá-la. Em comparação aos estudos de Weinstein, em São Paulo e nas regiões do nordeste, parece haver mais do sentimento regionalista separatista gaúcho em 1922 que outras demonstrações típicas do regionalismo brasileiro

2. O Rio Grande do Sul na exposição do centenário

Em muitos aspectos, a Exposição do centenário representou o culminar de gerações de esforços de líderes cívicos para usar feiras nacionais e internacionais para realizar o objetivo de tornar o Brasil uma nação moderna nos moldes ocidentais. Os organizadores das grandes exposições e feiras mundiais do final do século XIX e início do século XX prometeram que seus eventos trariam benefícios concretos, por exemplo, ajudando os produtores a alcançar futuros clientes e potenciais investidores. Mas Robert W. Rydell e outros estudiosos mostraram que o que distinguiu esses eventos dos esforços anteriores para organizar feiras comerciais e industriais foi que inovadores europeus e norte-americanos os transformaram em locais para a exibição de seus compromissos intelectuais e valores culturais. Os frequentadores da feira encontraram exposições de produtos agrícolas e industriais, além de exposições artísticas, programas educacionais e entretenimentos populares, esses dois últimos esforços exemplificados nas exposições populares que exibem culturas não ocidentais para induzir os visitantes ao bem e às virtudes e entretê-los. As exposições foram experiências totalizantes, tentativas de tornar o mundo legível em meio às mudanças vertiginosas da modernidade, a experiência cuidadosamente planejada para produzir uma demonstração da exata expansão capitalista, da hegemonia ocidental e da hierarquia social.⁴

durante a Primeira República. Sobre a Revolução Gaúcha, consultar, principalmente, Antonacci (1981).

⁴ Consulte Rydell (1999), Plum (1977) e Greenhalgh (1988).

Em grande medida, por causa de seu caráter ideológico, os brasileiros estavam ansiosos para participar desses eventos. Jens Andermann (2009, p. 333-334) os chamou de “uma espécie de rito de passagem transatlântico durante o qual pessoas e coisas entraram no novo espaço-tempo global do capital” e os organizadores da participação do Brasil em exposições internacionais os entenderam exatamente dessa maneira. Esperavam usar as feiras para chamar a atenção para o que viam como o potencial econômico ilimitado do país e provar aos europeus e norte-americanos que seus líderes cívicos e econômicos se dedicavam ao significado da modernidade definida pelos povos mais avançados do mundo, mostrando-lhes que o Brasil estava pronto para participar de seus projetos “civilizatórios”.

A Exposição do centenário foi a contribuição mais ambiciosa do Brasil para a cultura ocidental de feiras e exposições e, em alguns aspectos, teve êxito com edifícios novos e completamente reformados, uma moderna rede de luz elétrica, pavilhões industriais e educacionais e um parque de diversões oferecendo aos visitantes uma experiência multifacetada e envolvente do Brasil, como os organizadores preferiam imaginar. Muitos brasileiros ficaram entusiasmados em participar da experiência, seja exibindo seus produtos nos vários pavilhões da feira ou visitando-os.⁵ Mas, os organizadores não mediram esforços para garantir que os visitantes encontrassem representações de todas as partes do Brasil. A comissão organizadora convidou todos os brasileiros a participarem da feira como expositores ou visitantes e enfatizou

⁵ O Distrito Federal contribuiu com 642 expositores, Minas Gerais, 878; e São Paulo, 577. Somente o Ceará, com 1000 expositores, superou as contribuições desses três estados (Alves, 1923).

as distinções geográficas ao organizar as seções nacionais da exposição por região.

Também alcançou diretamente as comunidades locais ao nomear representantes para cada estado brasileiro, o Distrito Federal e o território do Acre. Esses representantes trabalharam para incentivar a participação de várias maneiras. Eles concederam entrevistas e realizaram campanhas publicitárias para divulgar a feira em jornais e revistas locais; trabalharam com governos regionais para ajudar a planejar sua participação; e viajaram, em alguns casos (muito) para se reunir com possíveis expositores e autoridades locais. Jayme Castello Branco Coimbra, representante de Pernambuco, por exemplo, morava em Recife e fazia grande parte de seu trabalho lá. Contudo, visitava regularmente cidades ao longo da costa e do interior entre 1921 e 1922. Às vezes, ele alugava um carro ou viajava de trem. As despesas de viagem para lugares como Iguarassú, Goyanna, Itambé, Barreiros, Escada e Palmares estavam entre seus maiores itens orçamentários (Comissão Organizadora [...], 1921-1925). Enquanto isso, o deputado do Rio Grande do Sul, Julio Azambuja, notificou os comissários de que viajar pelo estado estava ocupando tanto tempo que se sentiu compelido a “obrigar meus filhos a trabalhos que lhe não pertencem” e, portanto, solicitou fundos para contratar dois ou mais assistentes além daquele que a comissão já havia aprovado; após sua segunda solicitação, a comissão concordou em deixá-lo contratar mais um assistente (Azambuja, 1922a, 1922b, 1922d).

No entanto, em todas as suas viagens, Azambuja não conseguiu convencer a maioria dos gaúchos a aproveitar a chance de

participar da exposição. Os líderes políticos e industriais gaúchos estavam bem cientes dos possíveis benefícios dos eventos de exibição. Na verdade, como ressalta Sandra Jatahy Pesavento (1997, p. 226-230), nas décadas anteriores, eles eram alguns dos participantes mais ávidos desses eventos. Ainda assim, os contemporâneos consideraram a participação do estado na Exposição do centenário decepcionante e até embaraçosa. Esse resultado foi predito pelas dificuldades enfrentadas por Azambuja ao tentar incentivar a participação e organizar as contribuições do estado, pois o governo do Rio Grande do Sul era um parceiro problemático e, muitas vezes, truculento.

O governador Borges de Medeiros se interessou pela exposição. Ele demonstrou isso de várias maneiras, inclusive nomeando uma comissão para supervisionar a participação do estado e se interessando pessoalmente pela produção de filmes sobre a economia e a infraestrutura do Rio Grande para serem exibidos na feira.⁶ No entanto, como muitos contemporâneos observaram, o interesse de Borges de Medeiros e seu governo não se traduziu em uma contribuição bem-sucedida para a exposição em si apesar das afirmações do governador em contrário.⁷ De fato, longe de cooperar com a comissão nacional e com Azambuja, Borges de Medeiros e os membros da comissão estadual tentaram impedir o representante de fazer o trabalho para o qual foi nomeado.

⁶ Sobre esse tema, consulte o arquivo denominado “Serviço de Films: Operador Comelli”, abr./jun. 1922. CEC-ANB, caixa 2293.

⁷ Em sua mensagem anual à assembleia estadual, Medeiros não reconheceu seus críticos, mas destacou os traços quantitativos superficialmente impressionantes da contribuição gaúcha, que incluiu 739 itens pesando quase 90.000 quilos e com valor superior a 442 contos de réis (Mensagem Apresentada [...], 1922).

Quando Azambuja começou a fazer planos para percorrer o estado a fim de promover a exposição e recrutar participantes, o presidente da comissão estadual o informou da “desnecessidade de meu entendimento pessoal com os Srs. Chefes do Executivo Municipal do Estado”, porque Borges de Medeiros preferia que sua própria comissão interagisse com as autoridades locais. Funcionalmente, essa sugestão equivalia a uma afirmação de que Azambuja não deveria fazer mais que anunciar os benefícios da exposição e talvez coletar informações estatísticas sobre a economia do estado, deixando o trabalho de organizar a contribuição do estado para a feira nas mãos do governo estadual e de sua comissão (Azambuja, 1921a).⁸ Como Azambuja explicou a seus superiores no Rio de Janeiro, ele se sentiu obrigado a aceitar essa situação porque estava enraizada no sentimento e na política profundamente regionalistas que caracterizaram o Rio Grande do Sul durante o período.

Assim, Azambuja escreveu à comissão nacional que percebeu que as autoridades locais se opuseram a “uma função interventora” implícita em seu cargo. Ele recomendou que a comissão estadual interagisse com as autoridades locais e expositores individuais, selecionasse, coletasse e classificasse os produtos e organizasse sua exibição na exposição na capital federal. Como ele disse, “outro procedimento não poderia ter para manter a harmonia entre a minha atuação e a dos poderes estatais” (Azambuja, 1921a; 1921c). Por sua vez, os comissários da capital federal ficaram felizes em permitir que o estado e sua comissão se encarregassem desses trabalhos tanto porque esperavam que os órgãos

⁸ Antonio Pinto atuou como presidente da comissão estadual.

locais produzissem uma contribuição bem-sucedida quanto porque o acordo diminuiria o compromisso financeiro da comissão nacional (Olyntho, 1921).

Enquanto a comissão estadual assumiu a maior parte das responsabilidades de organizar a participação do Rio Grande, Azambuja continuou a promover a exposição e o lugar do estado nela, por exemplo, reunindo várias publicações e mapas do estado para envio à biblioteca da exposição. À medida que o prazo para contribuições se aproximava, no entanto, ficou evidente que esse arranjo não estava funcionando. Em várias ocasiões, entre o final de 1921 e meados de 1922, Azambuja deu a entender que nem tudo estava bem, lembrando aos comissários estaduais, seus superiores na comissão nacional e à imprensa local que ele não era responsável pela organização da contribuição do estado para a exposição, seja na coleta de produtos, na exibição na capital do estado ou no envio para o Rio de Janeiro (Azambuja, 1921c; 1922c; Exposição [...], 1922). Por exemplo, em abril de 1922, expositores da cidade de Bento Gonçalves enviaram uma carta ao *Correio do Povo* culpando Azambuja por não prestar assistência para que seus produtos fossem enviados para Porto Alegre. Em resposta, Azambuja emitiu uma declaração lembrando aos expositores que eles devem recorrer aos governos locais e estaduais para obter ajuda e que nem a ele tampouco a seus assistentes “cabem as responsabilidades na falta”, das quais se queixaram (Exposição [...], 1922).

Com o passar dos meses, essas falhas só aumentaram. Primeiro, apesar de seu histórico de interesse e experiência com exposições e feiras, no final, relativamente poucos gaúchos op-

taram por exibir seus produtos na exposição. Havia menos expositores do Rio Grande do Sul, não só menos que os da capital federal, Minas Gerais, do estado do Rio de Janeiro e de São Paulo; havia menos expositores até que aqueles oriundos de estados muito menos prósperos, como Bahia, Ceará e Paraíba (Alves, 1923). Em segundo lugar, seja por falta de interesse ou falta de tempo, a comissão estadual abandonou seu plano original de realizar uma exposição prévia para exibir a contribuição do estado perante o público local (Varias, 1922). Em vez disso, enviava muitos produtos para o Rio de Janeiro diretamente das vilas e cidades onde eram produzidos (Azambuja, 1922c). E quando a exposição foi inaugurada e os brasileiros em muitas partes do país comemoraram o esforço e as contribuições de seus estados de origem, o evento recebeu pouquíssima atenção no Rio Grande. Por exemplo, o *Correio do Povo*, que foi um jornal anti-Borges de Medeiros, publicou algumas reportagens descrevendo a feira e aproveitou a oportunidade para comentar desfavoravelmente sobre a participação do estado na exposição. Presume-se que esse comentário tinha o intuito de criticar o governo estadual. Por sua vez, o outro grande jornal do estado, *A Federação*, produzido pelo próprio Partido Republicano do governador, tinha pouco a dizer sobre o evento, limitando sua cobertura, principalmente, à publicação de reportagens escritas no Rio de Janeiro e, em vez de focar nas exibições do Brasil, reportando sobre a participação e os pavilhões de estrangeiros que participaram da exposição.⁹

⁹ Consultar, por exemplo, A Exposição do Centenário. *Correio do Povo*, 22 jul.1922.

3. O centenário no Rio Grande do Sul

Aparentemente, os produtores gaúchos não se opunham à ideia da exposição do centenário tampouco ao fato de que o governo do estado tenha procurado impedir as contribuições de seus cidadãos para a feira.¹⁰ Ao mesmo tempo, nenhum dos grupos aproveitou as supostas oportunidades da exposição, o que ficou evidente nas dificuldades enfrentadas por Azambuja e na relativa escassez da exposição com a qual o estado contribuiu. O fato do resultado dos esforços no Rio Grande do Sul decepcionar tanto os organizadores nacionais quanto alguns comentaristas locais pode ser explicado por uma organização ineficiente e ineficaz ou por desafios financeiros cotidianos. Mas também não parece coincidência que, na amarga eleição presidencial de março de 1922, líderes políticos gaúchos tenham apoiado Nilo Peçanha e o movimento Reação Republicana contra Artur Bernardes e seus apoiadores em São Paulo e Minas Gerais. A vitória de Bernardes garantiu o domínio contínuo da política nacional por paulistas e mineiros, bem como, a contínua frustração e a crescente alienação em lugares como o Rio Grande do Sul. Talvez ainda mais importante, no Rio Grande, as comemorações do centenário ocorreram em meio a uma séria turbulência política que se baseou em um profundo poço de identidade e ressentimento regionalistas.

¹⁰ Antonacci (1981, p. 39) descreve Borges de Medeiros como um positivista comprometido que não quer usar recursos estatais em nome de interesses privados, como demonstrou quando recusou o apoio aos fazendeiros gaúchos durante a crise econômica de 1921. Isso pode explicar sua falta de vontade de fazer mais em apoio à participação do estado na exposição em 1922, embora sua política mais ampla de promover o desenvolvimento econômico e a diversificação pareça ter sido bem adaptada ao envolvimento no evento.

Neste texto não se pretende apresentar um relato detalhado do conflito político que levou à chamada “revolução” do Rio Grande do Sul em 1923. Esse evento teve tanto a ver com a luta pelo poder do estado — entre o governador Borges de Medeiros e seus apoiadores, por um lado, e seus críticos e inimigos, liderados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, por outro — quanto com uma disputa que colocou os habitantes locais contra o Estado-nação.¹¹ No entanto, também é verdade que, como muitas disputas políticas estaduais durante a Primeira República, a crise política gaúcha que se desenrolou em 1922 e 1923 foi marcada por sentimentos regionalistas, ressentimentos sobre a função do sistema político nacional e divergências sobre o significado e a prática da identidade e cidadania brasileiras.

O que também é evidente é que os partidários de ambos os lados da disputa usaram o centenário como pedra de toque para articular suas queixas. Alguns o usaram para articular seu sentimento de pertença à comunidade nacional e para duvidar do patriotismo de seus oponentes. Outros usaram as comemorações para criticar não apenas os rivais locais, mas também a influência do governo federal sobre os assuntos estaduais. É provável que a disputa tenha complicado os esforços para organizar a participação na exposição centenária, como se vê na preocupação de Julio Azambuja de não dar aos críticos a sensação de que estava assumindo “uma função interventora” nos assuntos locais. Certamente parece ter afetado a forma como o centenário foi marcado no próprio Rio Grande.

¹¹ Consulte Love (1971, p. 201-207) e Antonacci (1981).

Em meados de 1922, um novo jornal apareceu na pequena cidade de Santa Maria, chamado *O Separatista*. Fiel ao seu nome, a missão do jornal era defender a secessão do estado do Brasil porque, de acordo com o administrador e editor, Julio Raphael de Aragão Bozano e os outros escritores do jornal, a estrutura nominalmente federativa da Primeira República era uma ficção. A realidade, disseram em um editorial publicado às vésperas do centenário, era que o Rio Grande do Sul sofreu exploração sob “o jugo infame e ignominioso de S. Paulo e Minas”.¹² Ecoando os argumentos apresentados durante a recente campanha presidencial, eles reclamaram da falta de respeito dos paulistas e mineiros pelos interesses e necessidades de outras regiões e do que descreveram como demandas incessantes e injustas do Rio Grande de contribuir com muito mais que sua parcela justa de impostos para apoiar o governo nacional, bem como, com muito mais soldados que o necessário para sua defesa.

Fracassando na secessão, Bozano e seus parceiros estariam dispostos a aceitar uma versão maximalista da ordem federal que permitia ao Rio Grande uma liberdade de ação quase irrestrita dentro do sistema republicano. Essa posição, lembravam com frequência aos leitores, era a demanda e a postura fundamentais do “Patriarca” do Rio Grande do Sul, o querido jornalista e político Júlio de Castilhos, que também foi mentor de Borges de Medeiros.¹³ Mas, eles simplesmente nunca aceitaram a ideia fundamental de que os gaúchos eram membros da nação brasileira; eles não falavam de um Brasil, mas de “Brasis”, um Brasil

¹² Consultar *Commentarios*, 1922.

¹³ Consultar *O Separatismo* [...], 1922.

que celebrou sua independência política em 1922 e outro — Rio Grande, o Brasil gaúcho — que nunca teve a oportunidade de conhecer ou desfrutar da liberdade (Irapuá, 1922).

Por si só, nem a aparição de *O Separatista* tampouco sua plataforma política parece particularmente significativa. O jornal foi publicado em uma pequena cidade, em um estado com uma longa história de sentimento regionalista. Ademais, a expressão de visões regionalistas e até separatistas não foi uma ocorrência incomum no Rio Grande ou em muitas outras partes do Brasil durante o período. No entanto, a publicação ajudou a trazer à tona os debates contínuos sobre o caráter do estado e sua relação com o resto do Brasil. Portanto, a reação ao seu surgimento foi imediata e abrangente. Jornais de todo o Rio Grande do Sul notaram seu novo rival, alguns expressando apoio e muitos outros se opondo à própria existência do jornal. Essa foi a posição assumida pelo *Correio do Povo*, que publicou uma série de cartazes contra o separatismo e *O Separatista* ao longo da segunda metade de 1922 e durante o ano de 1923.¹⁴ O *Correio* também chamou a atenção para as reações de gaúchos com ideias semelhantes, como os membros da Federação Acadêmica de Porto Alegre, que convocaram uma reunião especial para enfrentar a ameaça que o jornal parecia representar e emitiram um longo manifesto atacando “a triste campanha separatista” e insistindo no patriotismo brasileiro da grande maioria dos gaúchos que o *Correio* teve o prazer de publicar (Costa, 1922). Por sua vez, a Liga Rio-Grandense Nacionalista pediu às autoridades que suprimissem a expressão de “tão indignas e nocivas ideias” em uma sessão extraordinária convocada especificamente

¹⁴ Consultar, por exemplo, Villanova 1922, 1923.

para condenar Bozano e o jornal (Sá, 1922). A polêmica também atraiu atenção além das fronteiras do estado, inclusive na capital nacional, onde a *Revista da Semana* chegou a dizer que, por ser filho de imigrantes, Bozano não era um patriota brasileiro tampouco um “gaúcho genuíno” (Semana Militar, 1922).

Parte do motivo da intensidade da reação ao jornal foi que muitos suspeitavam que Bozano e seus apoiadores articulavam opiniões compartilhadas por Borges de Medeiros. O próprio Bozano disse isso, afirmando em um editorial em setembro de 1922 que o governador “no íntimo, é separatista” (R. J., 1922). E embora alguns críticos de Bozano tenham rejeitado a sugestão, os inimigos do governador acreditaram que sua avaliação estava correta (Villanova, 1922). Eles argumentaram que *O Separatista* poderia ser um pequeno jornal local, mas era significativo porque afirmava em material impresso o que Borges de Medeiros acreditava e o que suas políticas, muitas vezes, pareciam promover. Logo, isso significava que a eleição para governador de 1922 era mais que poder político. De acordo com o Comitê Pró-Assis Brasil, a organização formada para defender a candidatura do rival do governador, foi “pela própria unidade da Pátria, ou contra ella que ides votar” (Pró-Assis [...], 1922). À medida que o conflito entre borgistas e assisistas se desenrolava e se tornava violento, tais acusações fizeram com que as divergências políticas entre os lados parecessem existenciais — para o Rio Grande do Sul e para o Brasil.

O centenário da independência proporcionou a todos esses grupos — *O Separatista* e seus críticos, borgistas e assisistas — um léxico de debate, identidade e ação. De fato, Bozano e outros separatistas atacaram a própria ideia de comemorar o centenário.

A natureza de seu ataque começou a parecer muito preocupante em julho e agosto de 1922. Ou seja, os separatistas procuraram usar o centenário para minar a legitimidade do Estado-nação ao desafiar o princípio da disciplina militar de dentro das fileiras das forças armadas brasileiras. No início de julho, o editor de *A Evolução*, de São Sebastião do Cahy, pediu aos reservistas do Rio Grande que se recusassem a cumprir a ordem de participar das paradas militares organizadas para o centenário. *O Separatista* atendeu a esse chamado e o transmitiu em uma proclamação impressa primeiro no início de agosto e depois novamente no mês seguinte com regularidade:

O rio grandense que tomar parte na parada de 7 de Setembro, renega todo passado do Riogrande, festeja a escravização do Riogrande pelo Brasil.

De 1835 a 1845, os riograndenses lutaram por sua independência política. Os milhares de patriotas que morreram nessa luta gloriosa, regando com seu sangue cado palmo do território do Continente, de seus tumulos, amaldiçoarão aqueles dos seus descendentes que confraternisar com seus algozes e que abrigar em seu peito outro sentimento que o de vingança (Anúncio [...], 1922).

Aqui, Julio Bozano usou o centenário para mostrar sua noção das diferenças essenciais entre o Brasil e o Rio Grande do Sul, usando a Revolução Farroupilha para lembrar os leitores da longa história do patriotismo gaúcho e atacar o patriotismo de qualquer gaúcho que também se considerasse brasileiro. Para complicar a situação ainda mais, assim como muitos cidadãos ativos na vida pública na Primeira República, Bozano era reservista do exército

brasileiro, embora rejeitasse o Brasil. O comandante regional das forças brasileiras, portanto, reagiu a essa demonstração de desobediência ao ordenar a prisão de Bozano e Eduardo Pacheco de Andrade, outro reservista que encorajou seus colegas a se recusarem a apresentar-se e que, em boa medida, aproveitou a oportunidade de sua celebridade momentânea para acusar o comandante de ser um traidor do Rio Grande e um partidário anti-borgista (Andrade, 1922; Separatismo, 1922a, 1922b).

Como fizeram logo após a revolta dos soldados estacionados no Forte de Copacabana, na capital, não surpreende que o comandante regional e seus superiores tenham levado a sério os apelos dos separatistas aos reservistas para que rejeitassem suas ordens, embora pareça provável que apenas alguns o tenham feito, e tanto Bozano quanto Andrade tenham sido libertados logo após suas prisões. No entanto, esse pequeno episódio ilustra a capacidade do centenário de destilar debates e ideias maiores. Essa foi apenas uma das maneiras pelas quais as controvérsias sobre separatismo e regionalismo no Rio Grande do Sul em 1922 se conectaram ao centenário e suas comemorações.

Por sua vez, *O Separatista* usou o centenário para lançar um amplo ataque tanto contra a união nacional quanto contra a autoridade do governo federal. O Dia da Independência do Brasil, de acordo com o jornal, não era um momento para o Rio Grande comemorar, pois carregava “a odiosa significação de uma passagem de benigna e fraca opressão” do sistema colonial “para a sujeição mais completa e aviltante” que caracterizou o novo Estado brasileiro (Commentarios, 1922). Além disso, o jornal afirmava que as falhas do odiado governo da federação se refletiam em

celebrações que, em si mesmas, eram impopulares; elas eram, nas palavras do colunista Antonius, “galante, fina, aristocrática”, o que só era previsível porque havia poucos motivos para os gaúchos e muitos outros celebrarem “o primeiro centenário da emancipação política de S. Paulo e Minas” (Antonius, 1922; Commentarios, 1922). Portanto, Bozano e seus colegas certamente ficaram felizes em informar que, pelo menos em Santa Maria, os eventos de 7 de setembro de 1922 foram pequenos e com público limitado. De acordo com o jornal, em Santa Maria “ninguém queria ser o festeiro da independência porque todo mundo achava que isso era um canudo”. No final, “foi um desastre a festa”. Segundo o relatório, a maioria dos moradores esperava o feriado mais importante do estado, a celebração da Revolução Farroupilha, duas semanas depois (Ponta Grossa, 1922; O Fim [...], 1922).

Pelo menos em termos de eventos oficiais e públicos, as celebrações na capital do estado não parecem ter sido muito mais ambiciosas ou bem-sucedidas que as de Santa Maria. Borges de Medeiros nomeou uma comissão para organizar eventos em Porto Alegre, que incluía algumas das mesmas figuras que supervisionaram a participação do estado na exposição do centenário, tal como foi, mas isso aconteceu apenas um mês antes da data do centenário. Além dos tipos de atividades realizadas todos os anos e em quase todos os feriados, como partidas de futebol, palestras e um desfile militar, havia apenas alguns eventos especiais. Isso incluiu a inauguração de uma nova biblioteca pública, eventos para inaugurar uma nova ferrovia e duas novas instalações educacionais e um desfile para estudantes matriculados em escolas locais. Parece especialmente digno de nota que o programa oficial

também incluiu uma “solenidade evangélica” no Monumento a Júlio de Castilhos (As Commemorações [...], 1922a).

Em comparação à maioria dos outros estados e capitais estaduais, esse era um programa muito limitado e só foi finalizado e anunciado em 2 de setembro. Um gaúcho resumiu o quão monótono foi o centenário em Porto Alegre em uma carta ao *Correio do Povo*. “Um patriota” escreveu que era vergonhoso abrir o jornal todos os dias para ler sobre os ambiciosos eventos planejados em outras partes do país e por organizações privadas, enquanto se perguntava o que o governo estadual faria para unir a comunidade. Ele temia que o centenário acontecesse com poucas provas de que os porto-alegrenses haviam se lembrado da data nem mesmo na forma da dedicação de uma placa modesta (Carta de [...], 1922).

4. Brasil, Brasis e o significado do centenário

No final, os gaúchos se lembraram da data. Além dos poucos eventos organizados pelas autoridades, vários grupos privados, incluindo a Igreja Católica, clubes sociais e esportivos e organizações políticas, organizaram eventos para comemorar o centenário. Parece significativo que, como escrevi em outro lugar, entre as mais ativas e ambiciosas delas estivessem as organizações de imigrantes: Grupos de italianos, alemães e até poloneses usaram o centenário para afirmar seu sentimento de pertença à cidade, ao estado e ao país. Mas, em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul de forma mais ampla, o centenário parece ter sido um evento em grande parte banal.

De fato, até mesmo críticos de separatistas como Julio Bozano se juntaram a ele para usar o centenário não como uma oportunidade para celebrar o Brasil, mas como um meio de enfatizar o que eles viam como as deficiências da nação e do governo republicano que a governou. Por exemplo, o jornal *Imprensa*, publicado pela organização estadual de defesa da imprensa, comemorou o centenário e os heróis mais conhecidos do movimento de independência, de Pedro I a José Bonifácio. Mas, também marcou a ocasião ao lembrar aos leitores que o povo brasileiro “não tenha fundados motivos” para amar a república. Na verdade, afirmou que “o povo, que julga as cousas pelo que ellas lhe affecta particularmente — e não pelo brilho da forma que ostentam — quasi detesta a República [...]” Por fim, observou a “contingencia miseranda”, que significava que as celebrações se desenrolavam sob o estado de sítio e outras medidas tomadas pelo governo Epitácio Pessoa em resposta à revolta de Copacabana e outras ameaças que surgiram em 1922.¹⁵

O jornal não estava sozinho. É muito significativo que esse sentimento crítico, mesmo que insatisfeito, tenha sido particularmente prevalente entre os jovens gaúchos, uma demonstração de que no Rio Grande (e em todo o Brasil) o centenário ajudou a consolidar as diferenças geracionais entre os brasileiros ativos na vida cívica. Dois exemplos das comemorações do centenário em Porto Alegre ajudam a ilustrar a questão. Primeiro, quando José Pereira Coelho de Souza fez o discurso principal na celebração organizada pela Federação Acadêmica, ele se dirigiu a um grupo

¹⁵ Com bons motivos, o jornal foi muito criticado pela “lei da imprensa” aprovada em meados de 1922, que limitava as liberdades de expressão e de imprensa (Um Seculo [...], 1922).

que havia sido franco ao condenar Julio Bozano e os separatistas. Portanto, não foi surpreendente que ele tenha começado seu discurso celebrando o Brasil e celebrando sua independência política. Contudo, então, ele voltou sua atenção para as falhas e fracassos do país e para o que chamou de “esse paradoxo cruelmente ridículo”, de que o Brasil era “uma terra gigante habitada por pigmeus”. O que ele viu quando pesquisou cem anos de vida independente, disse ele, foi um século de “esforços desperdicados” e “energias perdidas e malbaratadas”, principalmente na Amazônia, no Nordeste e, evidentemente, no Sul.¹⁶

Por sua vez, quando subiu ao palco do evento centenário do Grêmio dos Estudantes de Agronomia e Veterinaria, Gastão Dias disse a seus colegas que, por mais que os brasileiros tenham conquistado como povo independente, “muito resta fazer”. Em particular, Dias enfatizou o subdesenvolvimento do país e sua posição periférica e dependente no mercado mundial, o que significava que os brasileiros eram “politicamente emancipados e economicamente escravizados”. Ele também chamou a atenção para as graves desigualdades que caracterizavam o povo brasileiro, o que deixou a maioria analfabeta e fez com que “entre o sertanejo ignorante e rude e o letrado das cidades não ha transição nem intermediarios”. Se os brasileiros não enfrentassem esses “factos concretos”, essa “realidade dos fatos”, disse Dias, o país nunca se desenvolveria, nunca se tornaria verdadeiramente independente.¹⁷

¹⁶ José Pereira Coelho de Souza, citado em *As Commemorações [...]*, 1922b.

¹⁷ Gastão Dias, citado em *As Comemorações [...]*, 1922c.

Esses estudantes rejeitaram o separatismo de Bozano e seus aliados, suas crenças de que não havia um Brasil, mas sim vários “Brasis” e que o Rio Grande era uma nação separada que não tinha motivos para comemorar o centenário. Mas, mesmo quando Coelho de Souza e Dias proclamaram seu patriotismo brasileiro, eles rejeitaram o sentimento de satisfação e realização que os líderes nacionais pareciam esperar que o centenário evocasse. Em vez disso, usaram as comemorações do centenário para criticar a nação que estavam herdando e, em particular, para atacar seus líderes. Coelho de Souza falou do “abandono dos poderes políticos” e convocou seus colegas estudantes a “salvarem” o país do desgoverno: “Imponhamos á República homens que realizem as nossas aspirações, que sejam expressões da nossa vontade e do nosso querer.” Dias ampliou a crítica para incluir não apenas os políticos, mas também todos aqueles que se entregaram a fantasias sobre a realidade brasileira, todos aqueles que ignoraram os problemas do país enquanto liam e escreviam “uma literatice envolvente e dominadora”. Os jovens tinham percepção mais sensata; trabalhariam para a nação, “em pról da pátria nova!”

Vale a pena notar que os textos desses discursos não foram impressos nem em *O Separatista* tampouco no jornal borgista *A Federação*. Eles foram impressos no *Correio do Povo*, o jornal mais importante do estado, que seguiu uma linha amplamente pró-Brasil e sindicalista e se interessou muito mais pela exposição e pelo centenário que outras publicações. Ao publicar esses discursos — na íntegra e com aparente aprovação editorial — o *Correio* mostrou que muitos gaúchos, dos separatistas de Santa Maria aos orgulhosos patriotas de Porto Alegre, compartilhavam

a convicção de que nem o Brasil tampouco sua república eram o que deveriam ser. Muitos gaúchos, não apenas Julio Bozano e seus amigos, estavam usando o centenário para fazer perguntas difíceis sobre o Brasil, sobre se os brasileiros eram realmente um povo e, em caso afirmativo, se eram um povo livre e verdadeiramente independente. Para muitos gaúchos, o centenário foi mais que um motivo de comemoração. Mais que qualquer desfile ou exibição de produtos, o centenário no Rio Grande do Sul se tornou um espaço raro e significativo para a prática da cidadania, um lugar para debater e apresentar o que significava ser gaúcho e brasileiro e para demonstrar qual deveria ser a relação entre a região e a nação.

5. Referências

5.1 Bibliografia

ALVES, João Luís. Encerramento oficial da Exposição Internacional de 1922. **A Exposição de 1922**, n. 17-18, 1923.

ANDERMANN, Jens. Tournaments of value: Argentina and Brazil in the age of exhibitions. **Journal of Material Culture**. Londres, v. 14, n. 3, p. 333–334, 2009. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1359183509106424>. DOI: <https://doi.org/10.1177/1359183509106424>. Acesso em: 14 mar. 2024.

ANTONACCI, Maria Antonieta. **RS: as oposições & a revolução de 1923**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

BOCKETTI, Gregg. **Claiming Brazil: performances of citizenship in the centenary of Independence**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2022.

GREENHALGH, Paul. **Ephemeral vistas: a history of the exhibitions universelles, Great Exhibitions and World's Fairs, 1851–1939**. Manchester: Manchester University Press, 1988.

LOVE, Joseph L. **Rio Grande do Sul and Brazilian regionalism, 1882–1930**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1971.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos**: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais**: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

PLUM, Werner. **World exhibitions in the nineteenth century**: pageants of social and cultural change. Bonn-Bad Godesberg: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1977.

RYDELL, Robert W. **All the world's a fair**: visions of empire at American international expositions, 1876–1916. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

WEINSTEIN, Barbara. **The color of modernity**: São Paulo and the making of race and nation in Brazil. Durham, NC: Duke University Press, 2015.

5.2 Fontes

A EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO. **Correio do Povo**, 22 jul. 1922.

ANDRADE, Eduardo Pacheco de. De cócoras, não! **O Separatista**, 14 ago. 1922.

ANTONIUS. Chronica: as festas do centenário. **O Separatista**, 6 ago. 1922.

ANÚNCIO sem título. **O Separatista**, 6 ago. 1922.

AS COMEMORAÇÕES do Centenário. **Correio do Povo**, 2 set. 1922a.

AS COMEMORAÇÕES do Centenário. **Correio do Povo**, 14 set. 1922b.

AS COMEMORAÇÕES do Centenário. **Correio do Povo**, 20 set. 1922c.

AZAMBUJA, Júlio. Carta a Exmos. Drs. Vice-presidente e mais ilustres membros da Comissão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na Exposição do Centenário, 8 out. 1921. Comissão Executiva da Comemoração do Centenário da Independência, 1921–1925. Arquivo Nacional do Brasil (CEC-ANB), Fundo II, SDE, cx. 2417.

AZAMBUJA, Júlio. Carta a Ildefonso Soares Pinto, 30 set. 1921. CEC-ANB, cx. 2417.

AZAMBUJA, Júlio. Carta a Ildefonso Soares Pinto, 3 nov. 1921. CEC-ANB, cx. 2417.

AZAMBUJA, Júlio. Carta a Exmos. Drs. Vice-presidente e mais ilustres membros da Comissão do Ministério da Agricultura na Exposição do Centenário, 14 jan. 1922. CEC-ANB, cx. 2417.

AZAMBUJA, Júlio. Resposta por telegrama, 28 jan. 1922. CEC-ANB, cx. 2417.

AZAMBUJA, Júlio. Telegrama a Exposição Rio de Janeiro, 9 jul. 1922. CEC-ANB, cx. 2417.

AZAMBUJA, Júlio. Carta a Exmos. Drs. Vice-presidente e mais ilustres membros da Comissão do Ministério da Agricultura na Exposição do Centenário, 22 set. 1921. CEC-ANB, cx. 2417.

CARTA de “um patriota” ao editor. **Correio do Povo**, 1º set. 1922.

COMISSÃO ORGANIZADORA da Exposição – Delegacia no Estado de Pernambuco. Prestação de contas do Dr. Jayme Castello Branco Coimbra dos suprimentos de Rs. 17:500\$000, remetidos pela Tesouraria da Comissão Organizadora. Comissão Executiva da Comemoração do Centenário da Independência, 1921–1925. Arquivo Nacional do Brasil (CEC-ANB), Fundo II, SDE 045, cx. 2417.

COMMENTÁRIOS. **O Separatista**, 6 set. 1922.

COSTA, José Luiz de Almeida Martins. Separatismo. **Correio do Povo**, 20 ago. 1922.

EXPOSIÇÃO do Centenário. **A Federação**, 27 abr. 1922.

IRAPUÁ, Juca. Má-fé. **O Separatista**, 26 ago. 1922.

MENSAGEM apresentada pelo Presidente do Estado, Dr. A. A. Borges de Medeiros. **A Federação**, 17 out. 1922.

O FIM da festa. **O Separatista**, 14 set. 1922.

O SEPARATISMO em face da sucessão presidencial. **O Separatista**, 14 nov. 1922.

OLYNTHO, Antônio. Carta a Júlio Azambuja, 10 nov. 1921. CEC-ANB, cx. 2417.

PONTA GROSSA. Eis a festa. **O Separatista**, 10 set. 1922.

PRÓ-ASSIS Brasil. **Correio do Povo**, 21 nov. 1922.

R. J. Commentários [...]. **O Separatista**, 10 set. 1922.

SÁ, Mem de. Liga Rio-Grandense Nacionalista. **O Nacionalista**, ago. 1922.

SEMANA MILITAR. **Revista da Semana**, 19 ago. 1922.

SEPARATISMO. **A Manhã**, 4 ago. 1922a.

SEPARATISMO. **A Manhã**, 12 ago. 1922b.

SERVIÇO DE FILMS: Operador Comelli. abr./jun. 1922. CEC-ANB, cx. 2293.

UM SÉCULO de independência política. **Imprensa**, ago./set. 1922.

VARIAS. **A Federação**, 8 jul. 1922.

VILLANOVA, Amaro de Azambuja. Ideologia separatista e o personagem rio-grandense. **Correio do Povo**, 1º jul. 1923.

VILLANOVA, Amaro de Azambuja. Separatismo? **Correio do Povo**, 7 set. 1922.

O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL E O *ÁLBUM DE PELOTAS* DE 1922: FOTOGRAFIAS DE PRESENÇAS ANÔNIMAS

Aristeu Elisandro Machado Lopes

1. Introdução

Em 1922, o Brasil completava o centenário de sua independência, celebrado por diversos atores políticos e setores produtivos com a realização de eventos públicos e de diferentes tipos de comemorações em diversas cidades do país. Provavelmente, um dos mais significativos tenha sido a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, entre setembro de 1922 e julho de 1923, sediada na então Capital Federal, no município do Rio de Janeiro. Os festejos também ocorriam em outros espaços, com celebrações e organização de publicações de livros, álbuns, revistas e textos em periódicos. Entre os álbuns fotográficos, destacam-se aqueles publicados em

1922, mas certamente pensados e organizados, pelo menos, desde 1920: *Obras Públicas: Primeiro Centenário da Independência — 7 de Setembro de 1922*, de Porto Alegre (Possamai, 2005), *Álbum de Sergipe (1820-1920)*, de Sergipe, *Álbum da cidade do Rio de Janeiro: comemorativo do 1º Centenário da Independência do Brasil, 1822-1922*, Rio de Janeiro, e *Álbum de Campinas: Comemorativo do Centenário da Independência do Brasil: 1822-1922*, de Campinas. No ano de 1923, outros dois álbuns foram publicados: *O Município e a Cidade de Ribeirão Preto na Comemoração do Primeiro Centenário da Independência. 1822-1922*, de Ribeirão Preto (Marques, 2015), e o *Álbum do Estado do Maranhão*, Maranhão.

Em Pelotas, no sul do Rio Grande do Sul, também houve a publicação de um álbum, a partir de uma iniciativa privada, que inseriu a cidade no circuito das comemorações. Trata-se do *Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil*,¹ lançado em 1922. O município foi um grande produtor de charque no século XIX, razão pela qual prosperou economicamente e possibilitou o surgimento de uma arquitetura marcada por casarões localizados nas principais ruas do centro da cidade, além de teatros, instituições de caridade, hospitalares e educacionais, grupos culturais, como clubes sociais e carnavalescos, sociedades teatrais e literárias e entidades esportivas. Em grande parte, esse desenvolvimento ocorreu a partir da exploração de trabalhadores negros escravizados, que, forçados a trabalhar nas charqueadas e demais propriedades de seus senhores, forjaram a identidade e a cultura pelotense. A população negra pelotense foi silenciada na efemé-

¹ Doravante, citado no texto somente como *Álbum de Pelotas*.

ride do centenário, como exemplifica a publicação do *Álbum de Pelotas*, em cujas páginas as pessoas negras aparecem apenas ao serem enfatizados outros assuntos (Ávila; Al-Alam, 2022).

A população negra foi esquecida no centenário, da mesma forma que outros grupos avaliados como não importantes e que compunham a população de Pelotas no começo dos anos 1920.² Contudo, é possível visualizá-los em determinadas fotografias dos estabelecimentos comerciais ou fabris, uma presença velada, já que homens e mulheres apareciam compondo o cenário, às vezes, posando para o fotógrafo na frente das fachadas ou no interior dos estabelecimentos, mas quase todos de forma anônima, sem terem seus nomes identificados — a exceção ocorria quando o proprietário também compunha a fotografia, embora a sua identificação não seja fácil somente a partir do registro fotográfico.

A proposta deste capítulo é analisar as fotografias do *Álbum de Pelotas* que permitem observar as pessoas anônimas que compõem os cenários e enquadramentos dos registros fotográficos. As fotografias foram produzidas com outro propósito, mas, conscientemente ou não, acabaram captando transeuntes ou, talvez, trabalhadores dos locais fotografados, tornando as suas presenças evidentes, embora no anonimato, nas páginas do *Álbum de Pelotas*. Boris Kossoy (2012, p. 47) aponta que sempre há uma

² Os grupos de imigrantes também não constam nas páginas do *Álbum de Pelotas*, apesar de sua importância para a formação do município desde o século XIX. As referências indiretas constam somente em determinadas propagandas, quando remetem aos estabelecimentos comerciais da zona rural e, então, a indicação de sua localização como colônia. Sobre a imigração em Pelotas, ver: Anjos, 2000; Betemps, 2010.

intenção para que as fotografias existam: “esta pode ter partido do próprio fotógrafo que se viu motivado a registrar determinado tema do real ou de um terceiro que o incumbiu para a tarefa”. Nas fotografias do *Álbum de Pelotas*, a intenção é mostrar Pelotas como uma cidade moderna, que, além da sua arquitetura, de suas ruas planejadas e de suas variadas instituições, possuía uma diversidade de fábricas, lojas e outras atividades econômicas, localizando-a no cenário das comemorações do centenário da Independência do Brasil. No entanto, intencionalmente ou não, os fotógrafos registraram pessoas simples.

As fotografias não devem ser consideradas apenas a partir do que consta registrado em sua superfície, elas necessitam ser analisadas como um recurso para compreender determinados aspectos da sociedade que representam. Para Ulpiano de Meneses, as fotografias “não devem constituir objetos de investigação em si, mas vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação de uma sociedade” (Meneses, 2003, p. 28). Em outras palavras, as fotografias do *Álbum de Pelotas* podem ser ressignificadas para além de seu objetivo inicial, permitindo observar outros atores sociais que compunham a Pelotas nos 100 anos da independência.

Essa proposta será desenvolvida a partir da observação das pessoas anônimas e, nesse sentido, os registros fotográficos podem ser considerados como fotografias públicas. De acordo com Ana Maria Mauad: “A fotografia pública está estreitamente relacionada às configurações da memória social ao longo do século XX” (Mauad, 2018, p. 128). Em uma de suas definições para essa categoria de fotografia, a autora conceitua:

Sua função de arquivo de uma prática (fotográfica) e de ação (política) que revela a experiência dos sujeitos históricos no e em relação ao espaço público, compreendido como o espaço comum e compartilhado, onde se desenrolam as vivências coletivas e acontecimentos históricos, arena de conflitos e de participação nas sociedades modernas e complexas (Mauad, 2018, p. 129).

As fotografias do *Álbum de Pelotas* constituem a memória social da repercussão da efeméride do centenário na cidade. A publicação, não obstante, pode ser classificada como um arcabouço da prática fotográfica daquele momento, a qual não estava distante da ação política dos responsáveis pelo projeto. Contudo, as fotografias apresentam uma memória social seletiva, ao escolher e definir o que necessitava ser ressaltado e tornado como legado para o futuro e o que não deveria ser revelado.

2. O *Álbum de Pelotas* de 1922

Clodomiro Clydes Carriconde foi o idealizador do *Álbum de Pelotas* e seu trabalho foi iniciado em 1921. Conforme destacava em uma parte do pequeno texto de apresentação: “Foi uma batalha de seis meses de atividades, de cansaças e de lutas, que, afinal, conseguimos transpor com a boa vontade e patriotismo de todos quantos nos regatearam a sua solidariedade e colaboração” (*Álbum de Pelotas*, 1922). Nesse período, o organizador contou com a colaboração de muitos autores, entre os quais nomes de relevância nas letras pelotenses, além do apoio do comércio e da indústria local que patrocinaram a publicação e figuraram nas propagandas veiculadas nas páginas.

Em relação ao mote da publicação, a Independência do Brasil, foram veiculados três textos, intitulados: “Figuras da Independência”, “Tiradentes” e “Na véspera da Independência Nacional”. Ainda, outro sobre a bandeira nacional: “Histórico sobre a bandeira nacional”. No primeiro, de autoria de Barros Coelho, apresentado como “Ilustre médico pelotense”, as atuações de José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes, Claudio Manuel da Costa, José Bonifácio e outros foram destacadas, enquanto Dom Pedro I “parece ter agido em todo esse movimento mais por vingar-se das humilhações que lhe infligiam as cortes e arrastado, animado, pelo entusiasmo popular do que verdadeiramente por espírito nativista” (*Álbum de Pelotas*, 1922).

O texto, da mesma forma que os demais, não aborda a figura de Dom Pedro I no processo da Independência. Sua participação torna-se explícita somente na terceira página, na reprodução de uma de suas pinturas, mas, ainda assim, seu protagonismo é dividido com a fotografia do então presidente da República, Epitácio Pessoa. Em outras palavras, o Brasil havia se tornado uma República, em 1889, acabando com o regime monárquico implementado por Dom Pedro I e continuado por seu filho, Dom Pedro II. Assim, as comemorações deveriam ser contidas ao comentar determinadas abordagens do processo histórico e ressaltar os feitos republicanos, exemplificados, sobretudo, na figura de Tiradentes. Ainda, em 1922, o Partido Republicano Riograndense era a agremiação que dominava o governo do estado do Rio Grande do Sul e, também, em Pelotas. Os textos veiculados no *Álbum de Pelotas* deveriam ser cuidadosos: exaltar a Independência, mas não gerar atrito com as lideranças políticas locais.

Seguindo a mesma proposta, outros textos narravam momentos históricos relevantes dos 100 anos de Independência. Um deles tratava da Proclamação da República (“Quinze de novembro”) e outros, das duas guerras civis ocorridas no Rio Grande do Sul: “Um episódio trágico da Revolução de 1835” e “A revolução Rio-Grandense”, referentes à Revolução Farroupilha (1835-1845), e “A ata de pacificação do Estado do Rio Grande do Sul”, sobre a finalização da Revolução Federalista (1893-1895).

O propósito à publicação do *Álbum de Pelotas* era a celebração do centenário, mas seu intento foi apresentar Pelotas como uma cidade moderna, por isso a presença quase insignificante de assuntos referentes à Independência:

[...] o centenário da Independência do Brasil tornava-se apenas um pretexto e justificativa viável, pois enfatizava um fato de caráter histórico e político de amplitude nacional capaz de sensibilizar os ânimos nacionalistas da elite política local e de contemplar as referências ao passado heroico da nação (Lopes; Dillmann, 2022, p. 28).

Dessa forma, em suas páginas se enfatizava uma cidade que almejava alcançar a proposta civilizatória buscada desde o final do século XIX e, sobretudo, nos primeiros anos do século XX, iniciada com as transformações urbanas no Rio de Janeiro, a capital federal da República. Como destaca Sandra Pesavento, “a cultura da modernidade é eminentemente urbana” (Pesavento, 2002, p. 158) e, ao se referir ao Rio de Janeiro, “a cidade moderna passa a valer pela nação e, com isso, atinge-se o padrão identitário idealizado, que atrelaria o Brasil ao ‘trem da história’,

no caminho da ‘civilização’” (Pesavento, 2002, p. 159). Essa percepção estava presente na condução política de Pelotas e entre as suas elites nas primeiras décadas do século XX. É deste período a elaboração de novos projetos urbanísticos que previam a higienização e o embelezamento da cidade, com sistema de esgotos, calçamento de ruas, abastecimento de água, iluminação pública (Michelon, 2001; Soares, 2002; Gonçalves, 2018). Dessa forma, “ao abandonar as características que a prendiam ao século passado, surgia uma Pelotas moderna, uma cidade em sintonia com a *Belle Époque*” (Gonçalves, 2018, p. 63), ou seja, atualizada com as transformações promovidas pelo ideal de *Belle Époque* europeia que atravessou o século XIX e, no caso brasileiro, presente no começo dos anos 1900. O surgimento dessa “nova” cidade se materializava nas fotografias do *Álbum de Pelotas*, ao narrar em imagens as transformações urbanas, que miravam o moderno, embora uma parte do conjunto de seu casario ainda fosse remanescente do século XIX (Moura; Schlee, 2002).

Nesse sentido, destacam-se as três fotografias panorâmicas de paisagens urbanas, que ocupavam, cada uma, uma página inteira do *Álbum de Pelotas* e estavam dispostas em uma posição que as distinguiu das demais, inclinadas e na vertical. Uma delas evidencia um dos vieses do centro da cidade (Figura 1). Conforme a descrição que acompanha a fotografia, tratava-se do “Panorama do centro da cidade de Pelotas, apanhado do alto da Igreja do Redentor”. O enquadramento captou o Mercado Central de Pelotas com a sua torre com relógio localizada no pátio interno e na área central. Ainda, percebe-se a lateral da prefeitura

e, ao seu lado, a Escola de Agronomia e Veterinária.³ É possível ver uma parte do prédio do Banco Pelotense — acima da escola, mas localizado a uma quadra de distância. Na quadra em frente à prefeitura está a Praça da República (atual Praça Coronel Pedro Osório) e a fotografia capta uma parte de seu jardim e, em uma das laterais, defronte a ela, alguns dos casarões e o Theatro Sete de Abril.

Nota-se muitos telhados de casas comerciais e residenciais localizadas na Rua XV de Novembro, que se destaca ao centro da fotografia, e que era uma das principais artérias da cidade (Devantier, 2013). É possível ver uma grande chaminé expe-lindo fumaça, certamente de uma empresa localizada na Rua Tiradentes, que cruza a Rua XV de Novembro. O fotógrafo, ao que tudo indica, optou por produzir o registro pela manhã, já que há poucas pessoas caminhando na rua. No entanto, parece que ele esperou o instante certo quando um dos bondes elétricos trafegava e dois carros passavam. O panorama igualmente registra o calçamento da Rua XV de Novembro e daquela do seu cruzamento, a Rua Tiradentes, percebe-se também os postes de iluminação. É possível ver a continuação das casas no segundo plano, o que dá impressão de uma cidade que se estende para além do horizonte captado.

³ A Escola de Agronomia e Veterinária foi fundada em 1883 por uma das famílias mais proeminentes de Pelotas, os Antunes Maciel (Paula, 2019). O prédio que abrigou a Escola foi incorporado à Universidade Federal de Pelotas no ano de sua fundação, 1969, e atualmente é a sede do Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo.

Figura 1. Fotografia panorâmica do centro de Pelotas



Fonte: *Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil*. Acervo: Núcleo de Documentação Histórica Prof.^a Beatriz Loner/Universidade Federal de Pelotas.

Outro ponto pertinente dessa fotografia é a constatação de que a maioria das casas possuía um ou dois pavimentos, ou seja, a cidade ainda não se verticalizava, o que aconteceria somente a partir dos anos 1950 (Moura; Schlee, 2002). A fotografia é uma referência para a compreensão da proposta pretendida com a publicação do *Álbum de Pelotas*: demonstrar que, no momento em que o país celebrava os cem anos da sua independência política, a cidade era moderna ou dessa forma era almejada por parte de seus habitantes.

A maior parte das páginas do *Álbum de Pelotas* foi preenchida com fotografias. Carricone, igualmente, contou com o suporte de mais de um fotógrafo, uma vez que algumas das fotografias publicadas já haviam sido produzidas antes do surgimento da proposta da publicação.⁴ Em sua estrutura, o *Álbum de Pelotas* é

⁴ Algumas das fotografias são encontradas, por exemplo, em edições do *Almanach de Pelotas*.

uma publicação em grande formato, medindo 31 cm de largura por 45 cm de altura. Conforme Mariana Gonçalves:

Ao longo de 252 páginas, o editor perpassa a história de Pelotas, os seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, dividindo a obra em artigos referentes à urbe, apontamentos sobre instituições — públicas e privadas — poesias, notícias, fotografias, propagandas comerciais, entre outros. Em números, o álbum oferece ao leitor 70 textos, 119 poesias, 159 anúncios comerciais e 472 imagens (Gonçalves, 2018, p. 20).

A autora ainda enfatiza que a publicação “possui um caráter nitidamente fotográfico” (Gonçalves, 2018, p. 20), o qual é verificado a partir de um conjunto variado de fotografias de espaços públicos, ambientes privados, pessoas e fachadas. As ruas, avenidas e praças compõem parte significativa, com destaque para as ruas centrais, todas calçadas e com a maior concentração dos casarões e estabelecimentos que enfatizam parte da cultura da cidade, como as livrarias, as confeitarias, lojas de roupas elegantes, a Bibliotheca Pública Pelotense e os teatros. As fotografias das instituições apresentavam as fachadas ou o interior, demonstrando o trabalho que realizavam. Exemplo dessa proposta são as fotografias do Instituto de Higiene de Pelotas, que registram as salas com os equipamentos utilizados nas pesquisas, seus diretores e a produção de vacinas. Da mesma forma, as fotografias da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas destacavam seus benfeitores, os corredores largos, o salão de honra, a farmácia, os quartos, enfermarias, o jardim interno, sala de aparelhos de raio X e sala de operações (Álbum de Pelotas, 1922).⁵

⁵ Sobre as instituições hospitalares e de caridade, ver: (Chaves, 2022).

Outra parte do conjunto de fotografias compunha as propagandas. Alguns estabelecimentos maiores ocupavam uma página inteira, por exemplo, a Companhia Buxton, Guilayn & Cia., empresa do ramo elétrico que atuava na Argentina, Uruguai, Paraguai e Brasil. Em Pelotas, a empresa foi responsável pela construção de uma usina elétrica e instalação da rede de bondes. As instituições bancárias também tiveram suas propagandas veiculadas em página única, sendo elas: Banco do Brasil, Banco Pelotense, Banco Nacional do Comércio, *The London & River Plate Bank Ltd.*, Banco da Província do Rio Grande do Sul e *London & Brazilian Bank, Ltd.*

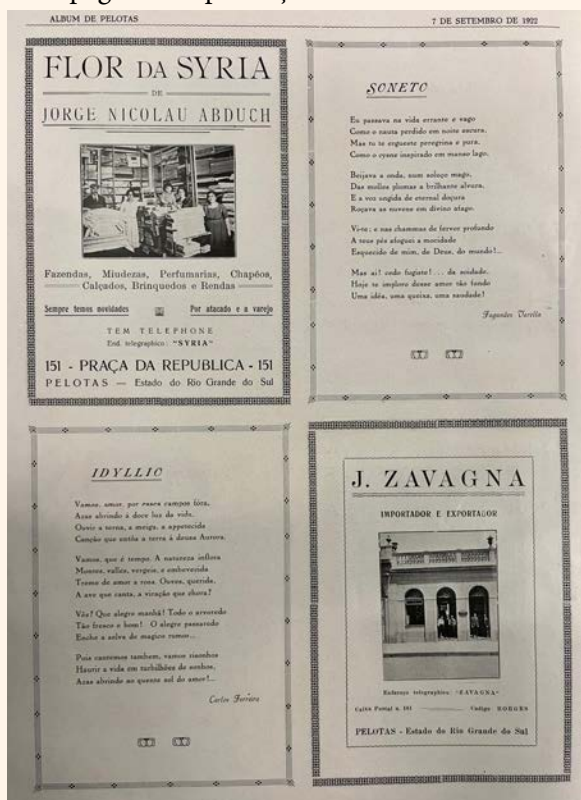
A maioria dos estabelecimentos possuía apenas um registro fotográfico em suas propagandas, com a fachada ou o interior, e dividiam a página com mais uma propaganda, ou com produções literárias ou fachadas de casas particulares. Esse formato ocupou 49 páginas do *Álbum de Pelotas*, sendo a maioria, 33, localizadas ao final. A Figura 1 apresenta uma dessas páginas, com duas propagandas e duas produções literárias, sendo estas um “Soneto”, de Fagundes Varela, e “Idyllio”, de Carlos Ferreira.⁶

A primeira propaganda é da loja de fazendas, miudezas, perfumarias, chapéus, calçados, brinquedos e rendas Flor da Syria, de propriedade de Jorge Nicolau Abduch, localizada na Praça da República, 151. A propaganda ressalta que o estabelecimento “sempre tem novidades” e comercializa seus produtos “por ata-

⁶ Luiz Nicolau Fagundes Varela (1841-1875) foi um poeta brasileiro da última fase do romantismo, que abordou em suas produções literárias os problemas sociais, como a escravidão. Cf.: <https://www.academia.org.br/academicos/fagundes-varela/biografia>. Acesso em: 10 jun. 2024. Carlos Augusto Ferreira (1844-1913), Poeta, teatrólogo e contista, também atuou como jornalista em São Paulo e no Rio de Janeiro. Cf.: <https://www.arl.org.br/academicos/quadro-academico/carlos-augusto-ferreira>. Acesso em: 10 jun. 2024.

cado e varejo”, além de informar que “tem telefone”. A fotografia apresenta a grande quantidade de produtos, notadamente as fazendas — que eram vendidas por metro —, e cinco pessoas. É muito provável que o homem fosse o próprio Jorge Nicolau Abduch e a mulher, posicionada próxima à criança sentada nos rolos de fazendas, sua esposa. As demais poderiam ser filhas do casal ou, então, suas empregadas.

Figura 2. Propagandas e produções literárias do *Álbum de Pelotas*



Fonte: *Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil*. Acervo: Núcleo de Documentação Histórica Prof.^a Beatriz Loner/Universidade Federal de Pelotas.

Confirmar essas hipóteses é inviável, tendo em vista a inexistência de outras informações sobre o proprietário na fonte, apenas a observação da fotografia que permite apontá-las. O que se sabe é que Pelotas recebeu imigrantes do Oriente Médio, sobretudo sírios e libaneses, especialmente no começo do século XX. Conforme Júlio Francisco:

O período que corresponde ao da I Guerra Mundial (1914-1918), havia um importante contingente de libaneses, palestinos e sírios circulando entre Argentina, Uruguai e Brasil, na mascateação e com suas lojas e bolichos. Circulavam pelo interior desses países e entre Pelotas, Rio Grande e Bagé, até Montevideo e Buenos Aires. Impedidos de retornar ao Oriente Médio por via marítima por causa da guerra, esses árabes, com ajuda dos representantes da República Francesa, fundaram em Pelotas, em 1917, uma agremiação que, de certa forma, guarda até hoje a memória daquele período (Francisco, 2017, p. 75-76).

É provável que o proprietário da Loja Flor da Syria fosse um dos imigrantes que se enquadravam nessa constatação do autor. No entanto, ele já estava instalado em Pelotas, possivelmente casado e com filhos, e seu estabelecimento funcionava, pelo menos, desde 1921 quando o *Álbum de Pelotas* foi preparado. Suas origens étnicas estavam presentes no nome de seu estabelecimento, uma referência ao seu país de nascimento.

A outra propaganda é da J. Zavagna, um empreendimento “importador e exportador”. As informações que constam com a fotografia são sucintas, apenas com o endereço telegráfico e a

caixa postal sem informar em qual rua estava localizado. Não é possível saber qual o ramo de importação e exportação, ou seja, quais produtos eram comercializados. A fotografia, ao contrário da anterior, apresenta a fachada e cinco homens posados nas duas portas. Diferentemente da loja Flor da Syria, as pessoas da J. Zavagna são mais difíceis de serem identificadas, talvez fossem os proprietários e seus empregados ou, algumas delas, poderiam ser clientes. É improvável, contudo, que fossem transeuntes, já que todos estão posicionados no beiral das portas. O fotógrafo optou por se posicionar a uma certa distância da fachada, certamente na calçada do outro lado da rua. Dessa forma, o registro enquadrava toda a dimensão do estabelecimento revelando, também, a platibanda com os seus adornos posicionados nas extremidades. Outra parte das fotografias registraram figuras proeminentes, as quais tiveram seus nomes destacados nas páginas e registros fotográficos, mas outros residentes de Pelotas, da mesma forma que estes da figura 2, podem ser visualizados em determinadas fotografias, como será constatado no próximo tópico.

3. Uma presença velada no *Álbum de Pelotas*: as pessoas anônimas nas fotografias

Em um provável dia de verão e ensolarado, vários moradores estavam nos arredores do Mercado Central de Pelotas. Alguns apenas caminhando pelo cruzamento das Ruas XV de Novembro com Lobo da Costa ou nas calçadas ao redor do Mercado, uns levando itens para comercializar nos estabelecimentos ali instalados, enquanto outros, muito provável, comprando mercadorias. Essa é uma constatação notável ao observar um dos registros fo-

tográficos publicados no *Álbum de Pelotas* (Figura 3). A fotografia, no entanto, possui somente uma legenda: “Mercado Central de Pelotas”, o que conduz o observador a olhar apenas para a edificação, com seus torreões e a torre com o relógio ao centro. O fotógrafo se posicionou em um dos cantos da Praça da República, possivelmente em uma estrutura que o elevava do chão, permitindo enquadrar o Mercado de uma forma que registrasse três dos quatro torreões, os quais ficavam — e ainda permanecem — nos cantos do edifício.

Figura 3. Mercado Central de Pelotas



Fonte: *Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil.* Acervo: Núcleo de Documentação Histórica Prof.^a Beatriz Loner/Universidade Federal de Pelotas.

Ao contrário da fotografia do panorama (Figura 1), que também registrou o Mercado e quase nenhum transeunte perto dele,

esta mostra uma região da cidade com movimento de pessoas. Elas caminham em várias direções: uma mulher carregando uma cesta, um homem de casaco e chapéu caminha no sentido oposto a ela, outro segue para a calçada do outro lado da Rua XV de novembro, três crianças estão atravessando a Rua Lobo da Costa, um deles com uma cesta, e uma menina está perto de um poste de iluminação instalado na calçada da prefeitura. Ainda há outras pessoas paradas próximas às portas das lojas. Em ambas as ruas que ladeiam o Mercado, carros com tração animal estão estacionados, enquanto um deles, o que está mais ao centro da fotografia, está em movimento, chegando próximo à calçada. Na ponta do canteiro instalado entre o Mercado e a Rua XV de novembro — que está visível na Figura 1 —, há outro poste de iluminação, maior e com mais detalhes, e possui uma placa, provavelmente alguma propaganda.

Não restam dúvidas sobre a intenção do registro fotográfico: destacar o edifício do Mercado Público. Contudo, a fotografia permite observar várias pessoas que, por um acaso, estavam passando por ali, entregando ou comprando produtos e foram captadas pelo fotógrafo. Possivelmente o propósito também tenha sido realizar a fotografia com movimento de pessoas e carros de tração animal, demonstrando o intenso fluxo comercial operado pelos lojistas estabelecidos nas dependências do Mercado, ou seja, uma cidade movimentada com circulação de pessoas e serviços. Embora seja impossível saber quem foram essas pessoas, o que as torna anônimas, suas presenças revelam uma outra característica de Pelotas: uma cidade de trabalhadores.

Conforme levantamento realizado por Beatriz Loner, entre os anos de 1890 e 1925, estavam instaladas no município fábricas de balas e caramelos, biscoitos, banha, calçados, conservas, carroças, chapéus, cerveja, café, elixir, escovas e vassouras, fumos, louças, malas e baús, móveis, roupas, refinação de graxa, sabão e velas, vidros, massas, destilação de álcool, tijolos e ladrilhos, refinamento de açúcar e curtumes (Loner, 2016, p. 335-337). Da mesma forma que é impossível identificar os e as transeuntes, também é inviável saber suas ocupações, mas certamente os adultos eram trabalhadores e as crianças, talvez, aprendizes de alguma profissão ou, simplesmente, aproveitando o dia para brincar pelas ruas próximas ao Mercado.

No outro lado do Mercado Público, na parte do primeiro torreão à esquerda dessa fotografia, ficava o *Water-closet*, um banheiro público que também foi fotografado e publicado no *Álbum de Pelotas* (Figura 4). No registro, é possível ver seis homens e duas crianças parados junto à escada e à porta de acesso ao banheiro. Eles estão observando o fotógrafo — talvez, a pedido dele, estavam posando — e o ato de ficarem parados permitiu que seus corpos ficassem registrados de forma nítida, sobretudo quando se compara com as outras pessoas que estão caminhando. Também são nítidos os três homens que conversam próximo à porta de uma das lojas. Apesar da fotografia ser em preto e branco, é possível apontar que entre aqueles que estão parados há homens negros, o que é um diferencial desse registro já que, como comentado anteriormente, pessoas negras quase não aparecem nas páginas do *Álbum de Pelotas*.

Entretanto, a intenção do fotógrafo não foi destacar as pessoas, mas sim o banheiro público, o que reforça a pretensão da cidade que se quer moderna, asseada. Em outras palavras, se oferecia aos transeuntes e frequentadores do Mercado, como exemplificam os homens e os meninos da fotografia, um local apropriado para ser utilizado, evitando que a população masculina urinasse na rua, nos canteiros, nas esquinas, nos postes, nas árvores e nos arredores. Talvez indiretamente, a fotografia também permite perceber aquele lugar como um espaço de sociabilidade, ao mostrar os homens conversando. Assim sendo, seria possível considerar que as pessoas também faziam parte dessa pretensão de mostrar o moderno.

Figura 4. *Water-closet*



Fonte: *Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil.* Acervo: Núcleo de Documentação Histórica Prof.^a Beatriz Loner/Universidade Federal de Pelotas.

O enquadramento da fotografia, no entanto, apresenta um silenciamento sobre uma realidade da cidade que estava ao lado do banheiro. A legenda destaca que o pequeno edifício ficava na Praça 7 de junho, o que era tão somente o espaço onde ele foi construído. A rua lateral, Tiradentes, ficou fora do enquadramento e é provável que tenha sido feito assim propositadamente. A Rua Tiradentes, incluindo a quadra entre as Ruas XV de Novembro e General Victorino (atual Rua Andrade Neves), era conhecida na Pelotas dos anos 1910 e 1920 por possuir vários “antros”:

Ontem às 11 horas o conhecido arruaceiro Gastão Soares promoveu grossa baderna em um dos inúmeros antros de jogatina e libidinagem sitos as ruas Tiradentes entre 15 de novembro e general Victorino. Perseguido pela polícia Gastão tomou rumo à cidade baixa e aí encontrou o capineiro Alfredo Simões e agrediu-o a bofetadas; [...] O fato passou-se a Rua Aquidaban entre as ruas general Telles e Tiradentes. O ferido foi recolhido na Santa Casa e o autor do ferimento apresentou-se a prisão (O Rebate, 21 de setembro de 1914 *apud* Gouvêa, 2015, p. 96-97).

O *Álbum de Pelotas*, comemorativo aos 100 anos da Independência do Brasil, como visto acima, dedicava um texto elogioso à trajetória de Tiradentes, mas optava em silenciar sobre a existência de uma rua que o homenageava na cidade ao desconsiderá-la no enquadramento dessa fotografia. Nenhuma quadra dessa rua aparece no conjunto fotográfico, no qual constam várias de outras ruas centrais — a única exceção está na fotografia panorâmica (Figura 1), que registra o cruzamento das Ruas Tiradentes e XV de novembro, mas ela surge apenas por ser parte da vista

da cidade que foi captada. Incluir entre os registros fotográficos imagens da Tiradentes, que permitissem dar a ver um dos seus “antros” ou, até mesmo uma das mulheres que ali trabalhavam, poderia levar o organizador a perder apoiadores do projeto do *Álbum de Pelotas*. Ainda, não identificando a rua e sem fotografias dela, evitava constrangimentos com parte da população de Pelotas. Mesmo tendo ficado de fora do conjunto de fotografias, a localização da Rua Tiradentes já indicava certa tentativa de “higienizar” a cidade, o que se constata com a instalação do banheiro na esquina dela com a Rua XV de novembro. Instalar o banheiro exatamente naquele local era o mais acertado, pois ali era mais necessário e seria mais acessado por parte dessa população que frequentava as jogatinas, os botecos e as casas de prostituição.

De acordo com o levantamento realizado por Melissa Gouvea, no jornal *O Rebate*, não eram raras as brigas entre mulheres seminuas na Tiradentes: “Novas cenas ontem à tarde, a Rua Tiradentes, a meretriz Maria da Gloria meteu-se em tremendo pifão e, em trajes menores, quase nua entrou a passear na calçada, para refrescar-se” (*O Rebate*, 04 de janeiro de 1915 *apud* Gouvêa, 2015, p. 61). A cidade moderna narrada pelas páginas do *Álbum de Pelotas* não poderia deixar margem para que os leitores pudessem identificar uma outra cidade: “Uma cidade dentro da outra, sobre a outra, a impor, pela geografia da contravenção, uma outra realidade que desafia a cidade ordenada dos cidadãos”, era necessário evitar essa outra versão de Pelotas surgisse na publicação, se esquivando de problemas com os contemporâneos e desenhando uma cidade perfeita para a posteridade (Pesavento, 2004, p. 32).

As pessoas anônimas, os coadjuvantes do *Álbum de Pelotas*, surgem em maior número nas fotografias das propagandas. Em uma delas, da Fábrica de camas de ferro Rocco e Comp., foram registrados os proprietários, suas famílias e os trabalhadores posando com os produtos feitos na fábrica e com seus instrumentos de trabalho.⁷ Outra fotografia, da Fábrica de Fiação e Tecidos Pelotense, apresenta o maquinário e o grupo de trabalhadores, sobretudo mulheres e meninas operárias.⁸ Já o registro fotográfico da Marcenaria “Ao Novo Mundo” — originalmente com aspas — contou com a presença de muitas pessoas, entre as quais, possivelmente, seu proprietário e trabalhadores (Figura 5).

A propaganda da marcenaria trazia o nome de seu proprietário, Pierino Mariani, e informava ser “a mais antiga desta cidade”. Também destacavam sua “especialidade em móveis de estilo moderno” e “arte decorativa moderna”, além de ressaltar, em letras maiúsculas, a palavra “exportação”. Percebe-se que a intenção de mostrar o moderno não se restringiu somente às paisagens urbanas e aos melhoramentos públicos, ele igualmente se apresentava em outros segmentos. A marcenaria, ao anunciar ser a mais antiga, enfatizava ser um estabelecimento, possivelmente tradicional, embora não fosse antiquada, pois produzia móveis e artes decorativas modernas, conforme sua propaganda enfatizava.

⁷ Sobre essa fotografia, ver: (Lopes, 2022).

⁸ Sobre essa fotografia, ver: (Taborda, 2022).

Figura 5. Marcenaria “Ao Novo Mundo”



Fonte: *Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil*. Acervo: Núcleo de Documentação Histórica Prof.^a Beatriz Loner/Universidade Federal de Pelotas.

A fotografia foi captada em um enquadramento que permitia visualizar a dimensão do prédio, com cinco portas frontais. O fotógrafo se posicionou com distância, na calçada do outro lado da rua, o que é notado pela presença de uma planta, guarnecida com uma estrutura de madeira, que ficou na frente do poste de iluminação, localizado na calçada da marcenaria, ambos no centro da fotografia, com o poste em um segundo plano. Na frente das portas estavam 19 homens e cinco meninos, sendo que entre eles alguns são negros. Não é possível identificar no grupo se o proprietário estava entre eles e quem seria, no entanto, é provável que ele seja o primeiro homem à esquerda e um pouco à fren-

te dos demais, uma vez que sua posição na fotografia mantinha certo distanciamento, talvez justamente para assim diferenciá-lo. Já o único homem de casaco, na extremidade direita, não deveria ser Pierino Mariani, visto que ele é quase imperceptível. Da mesma forma, não é possível confirmar se todos os demais eram trabalhadores da marcenaria, talvez alguns fossem clientes convidados para permanecer no momento da captação da fotografia, enquanto os meninos poderiam ser aprendizes. Contudo, o que se mostra evidente é a produção de uma fotografia com as pessoas posando para o fotógrafo: todos, inclusive as crianças, estão olhando para a câmera.

A fotografia da Marcenaria “Ao Novo Mundo” é semelhante a várias outras que estampam as propagandas veiculadas no *Álbum de Pelotas*, ressaltando fachadas e pessoas posando para o fotógrafo. Entretanto, em outras é nítido que se tratava de pessoas que estavam passando e acabaram sendo captadas com o edifício que era o mote da fotografia. Nesse sentido, os registros fotográficos da Livraria Universal (Figura 6) e da Casa Ramos (Figura 7) exemplificam. Em ambas as fotografias, assim como visto anteriormente, o recurso do fotógrafo foi posicionar sua câmera em frente aos prédios, mas nestas, o enquadramento almejado se deu a partir da rua e não da calçada, já que os dois estabelecimentos ficavam em esquinas.

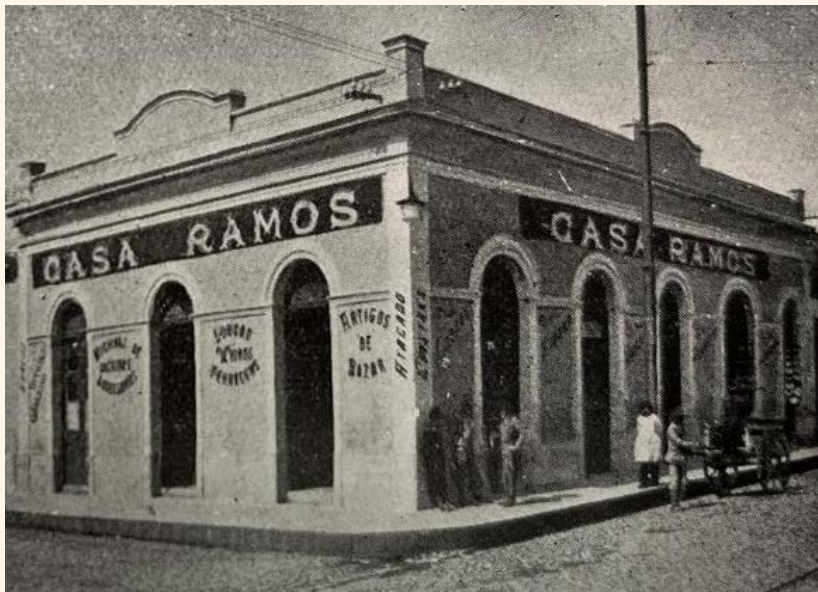
A Livraria Universal ficava localizada na Rua XV de novembro esquina com a Rua Sete de Setembro, na área central da cidade e circunscrita à região que agrupava os principais estabelecimentos comerciais: “O trecho central e comercial da rua ficava compreendido entre a praça central e a Rua Voluntários da

Pátria (ou seja, três quadras da artéria), em que esteve concentrado o principal comércio da cidade: casas de modas elegantes, relojarias, alfaiatarias, bazares, cafés, restaurantes e livrarias” (Devantier, 2013, p. 16). Já a Casa Ramos estava localizada na Rua Marechal Floriano esquina com a Rua Marechal Deodoro, também no centro da cidade, não tão distante da região onde estava a Livraria Universal, mas fora do trecho comercial mais relevante da cidade.

Figura 6. Livraria Universal



Fonte: *Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil*. Acervo: Núcleo de Documentação Histórica Prof.^a Beatriz Loner/Universidade Federal de Pelotas.

Figura 7. Casa Ramos

Fonte: *Álbum de Pelotas. Centenário da Independência do Brasil*. Acervo: Núcleo de Documentação Histórica Prof.^a Beatriz Loner/Universidade Federal de Pelotas.

As duas propagandas destacavam as fachadas dos prédios. O da livraria foi classificado como “majestoso edifício” na legenda da fotografia, enquanto o da Casa Ramos revela uma construção mais simples. As atividades da livraria eram variadas. Para além do comércio de livros, havia editoração e impressão de livros em suas oficinas, serviços de tipografia, impressão, douração, pautação e encadernação e, também, setor de papelaria (*Álbum de Pelotas*, 1922). Já a Casa Ramos atuava no setor de bazar, comercializando louças, vidros, ferragens, máquinas de costura, acessórios em geral, louça esmaltada, miudezas, entre outros produtos (*Álbum de Pelotas*, 1922).⁹

⁹ Até hoje a região da esquina das Ruas Marechal Deodoro com Marechal

Apesar das diferenças entre os dois estabelecimentos, tanto no que se refere às suas áreas de comércio como em suas edificações, um aspecto é convergente nos dois registros fotográficos. Em ambos, são percebidas pessoas nas calçadas das fachadas, algumas paradas e outras caminhando. É possível considerar que nestas fotografias, da mesma forma que aquela do Mercado Central (Figura 3) e ao contrário daquelas do *Water-closet* (Figura 4) e da Marcenaria (Figura 5), os transeuntes não necessariamente posaram para o fotógrafo. Na fotografia da Livraria Universal, eles estavam caminhando (as duas pessoas em frente à vitrine), parados observando os produtos expostos (os homens do lado esquerdo da fotografia), conversando (aqueles que estão junto às duas portas ao lado da vitrine) e, também, observando o que se passava do outro lado da rua — talvez o trabalho do fotógrafo (as mulheres na parte direita). Já na fotografia da Casa Ramos, homens estão encostados em uma das paredes, outro caminha, uma mulher igualmente anda um pouco atrás dele, enquanto um homem está próximo a uma carroça. Os registros tinham um objetivo propagandístico dos estabelecimentos, no entanto, registraram pessoas aleatórias. Como já apontado, especialmente na análise da fotografia do Mercado Central, trata-se de homens e, também mulheres, anônimos, que compuseram a paisagem de forma aleatória, porque estavam passando no momento em que o fotógrafo se posicionou e captou o registro dos estabelecimentos.

Florianópolis é conhecida por reunir lojas de utilidades domésticas, miudezas, roupas, armarinhos etc. Uma certa tradição que se mantém na cidade desde, pelo menos, o começo do século XX. Uma área com grande movimento de pessoas, com paradas de ônibus e que recebe grande parte da população que utiliza o transporte público para se locomover para os diferentes segmentos dos bairros da cidade, especialmente Fragata e Simões Lopes.

4. Considerações finais

O *Álbum de Pelotas* foi um projeto que surgiu com um propósito claro: comemorar o Centenário da Independência do Brasil celebrado em 1922 e integrar Pelotas nos festejos nacionais. Ao abordar os mais variados assuntos, como as pessoas notáveis, os literatos, as diversas instituições, as ruas, as praças e uma variedade de prédios públicos e privados, a publicação construiu um roteiro ao longo de suas 252 páginas que justificava o moderno presente na Pelotas do início do século XX. Os registros fotográficos compõem a escolha de uma narrativa proposital, e política, a qual apresenta uma cidade moderna, higienizada, urbanisticamente planejada, com moradores ilustres, entre outras exaltações.

No entanto, ao averiguar os detalhes dos enquadramentos, o conjunto fotográfico possibilita outras abordagens desviando a análise do destaque original da fotografia e do próprio roteiro do *Álbum de Pelotas* e a posicionando em outros elementos presentes nos registros. Ao observar as pessoas anônimas, posando para o fotógrafo ou transitando nas ruas no momento da captação da fotografia, foi possível direcionar a análise para o sentido da fotografia pública, conforme sugerido na definição proposta por Ana Maria Mauad (2018), citada nas considerações iniciais deste texto. Assim, as fotografias formam a memória social daquele momento — demarcado pelas celebrações do centenário — permitindo categorizá-las como fotografias públicas porque, a partir delas, é possível direcionar a análise com outro viés. Dessa forma, os registros fotográficos possibilitam perceber outros cidadãos pelotenses, os quais, ao contrário daqueles que foram identificados e homenageados, eram pessoas anônimas, que ainda assim permanecem,

mas presentes nessas fotografias. Os e as pelotenses compartilhavam o mesmo espaço público registrado nas fotografias e, ao sair de suas residências com propósitos variados, acabaram fotografados — intencionalmente ou não — e formam, mesmo que não fosse esse o objetivo, a narrativa do *Álbum de Pelotas*.

5. Referências

ALBUM DE PELOTAS comemorativo do Centenário da Independência do Brasil: 7 de setembro 1822–1922. Editado por Clodomiro C. Carriconde. [S. l.: s. n.], 1922.

ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e modernização**: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Pelotas: Editora Universitária da UFPel, 2000.

ÁVILA, Carla; AL-ALAM, Caiuá Cardoso. O protagonismo negro silenciado: qual o lugar dos negros e negras no Álbum de Pelotas em 1922? *In*: LOPES, Aristeu; DILLMANN, Mauro; ALMEIDA, Guilherme de (orgs.). **Centenário do Álbum de Pelotas de 1922**: fotografias, memória e história. Tomo I. Porto Alegre: Casaletas, 2022. p. 105-114.

BETEMPS, Leandro. **A presença francesa no Sul do Brasil**: o caso de Pelotas/RS. Porto Alegre: EST Edições, 2010.

CHAVES, Larissa. As instituições hospitalares e de caridade no Álbum de Pelotas. *In*: LOPES, Aristeu; DILLMANN, Mauro; ALMEIDA, Guilherme de (Orgs.). **Centenário do Álbum de Pelotas de 1922**: fotografias, memória e história. Tomo I. Porto Alegre: Casaletas, 2022. p. 115-121.

DEVANTIER, Vanessa. **Visões do urbano**: a Rua XV de Novembro, Pelotas/RS. 2013. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

FRANCISCO, Júlio César Bittencourt. Do Oriente Médio ao sul do Brasil: a imigração de sírios e libaneses no Rio Grande do Sul (1890–1949). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 152, p. 69–96, jul. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/revistaihg/article/view/73525/42701>. Acesso em: 15 abr. 2024.

GONÇALVES, Mariana Couto. **“Andei, sempre tendo o que ver e ainda não fora visto”**: a modernização urbana pelotense a partir de crônicas e fotografias

(1912–1930). 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

GOUVÊA, Melissa Xavier. **Misera princesa destronada**: crime e ordem pública em Pelotas (1902–1928). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande. 2. ed. Pelotas: Editora da UFPel, 2016.

LOPES, Aristeu. As fábricas no Álbum de Pelotas. In: LOPES, Aristeu; DILLMANN, Mauro; ALMEIDA, Guilherme de (Orgs.). **Centenário do Álbum de Pelotas de 1922**: fotografias, memória e história. Tomo I. Porto Alegre: Casaletas, 2022. p. 203–211.

LOPES, Aristeu; DILLMANN, Mauro. Considerações sobre o Álbum de Pelotas de 1922: modernidade, urbanidade, ruralidade. In: LOPES, Aristeu; DILLMANN, Mauro; ALMEIDA, Guilherme de (Orgs.). **Centenário do Álbum de Pelotas de 1922**: fotografias, memória e história. Tomo I. Porto Alegre: Casaletas, 2022. p. 25-34.

MARQUES, Higina Teixeira. **Da fotografia na cidade à cidade na fotografia**: Ribeirão Preto 1891–1923. 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2015.

MAUAD, Ana Maria. Como as fotografias visualizam a história pública? In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 121-129.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/JL4F7CRWKwXXgMWvNKDfCDc/?lang=pt>. Acesso em: 2 mar. 2024.

MICHELON, Francisca. **Cidade de papel**: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913–1930). 2001. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

MOURA, Rosa Maria Rolim; SCHLEE, Andrei Rosenthal. **100 imagens da arquitetura pelotense**. 2. ed. Pelotas: Pallotti, 2002.

PAULA, Débora Clasen de. **Família, guerra, política, negócios e fronteira:** os Antunes Maciel desde o século XVIII aos inícios do século XX. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade:** visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Crime, violência e sociabilidades urbanas: as fronteiras da ordem e da desordem no sul brasileiro no final do século XIX. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 30, n. 2, p. 27–37, dez. 2004. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2004.2.1314>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1314>. Acesso em: 25 abr. 2024.

POSSAMAI, Zita. **Cidade fotografada:** memória e esquecimento nos álbuns fotográficos — Porto Alegre décadas de 1920 e 1930. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Del proyecto urbano a la producción del espacio:** morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil, 1812–2000. 2002. Tese (Doutorado em Pensamento Geográfico e Organização do Território) – Universitat de Barcelona, Barcelona, 2002.

TABORDA, Taine Mendes. As mulheres e a fotografia no Álbum de Pelotas. *In:* LOPES, Aristeu; DILLMANN, Mauro; ALMEIDA, Guilherme de (Orgs.). **Centenário do Álbum de Pelotas de 1922:** fotografias, memória e história. Tomo I. Porto Alegre: Casalettras, 2022. p. 95–104.

ESPORTE, POLÍTICA E SOCIEDADE NO SESQUICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1972): NOTAS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE PESQUISAS

Bruno Duarte Rei

1. Introdução

Este capítulo objetiva apresentar uma síntese e o atual desdobramento acadêmico do projeto de pesquisa intitulado *Celebrando a pátria amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)*,¹ desenvolvido, entre 2015 e 2019, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, em nível de doutorado, com o apoio da Coordenação de

¹ Para mais informações, ver a tese propriamente dita (Rei, 2019) ou a sua versão publicada em formato de livro (Rei, 2020a).

Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES).² Através do desenvolvimento do referido projeto, analisei, grosso modo, as relações estabelecidas entre esporte e política no contexto do sesquicentenário. Procurei compreender, mais especificamente, como, no âmbito das comemorações, o esporte estabeleceu pontos de contato com o projeto de propaganda política em voga no Governo Médici, de modo a se constituir, especialmente dessa maneira, como um mecanismo de reafirmação do consenso social instituído ao redor da ditadura militar.

As celebrações do sesquicentenário, ocorridas entre 21 de abril e 7 de setembro de 1972, são, a despeito de suas potencialidades, objetos de estudo ainda pouco explorados no âmbito acadêmico. Após realizar revisão bibliográfica no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, assim como no Portal de Periódicos da CAPES,³ no Google Scholar, na Scielo, na Scopus, na Web of Science e na Oasisbr, não consegui detectar muitas referências específicas sobre o assunto. Afora trabalhos de minha autoria,⁴ pude verificar, mais precisamente, apenas três teses de doutorado,⁵ nove disser-

² Bolsa de estudos concedida no âmbito do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX) da CAPES.

³ Tive acesso irrestrito ao conteúdo assinado pelo Portal, que está disponível na íntegra, via login na Comunidade Acadêmica Federada (CAFE), aos servidores do Colégio Pedro II.

⁴ Além das referências citadas na nota de rodapé de número um, ver Rei (2013, 2014, 2016, 2020b).

⁵ Almeida (2009), Cordeiro (2012) e Morais (2015). Cumpre mencionar que as teses de Almeida, Cordeiro e Morais foram publicadas no formato de livro. Para mais informações, ver Almeida (2011), Cordeiro (2015) e Morais (2022).

tações de mestrado,⁶ doze artigos científicos⁷ e uma resenha de livro.⁸ Também observei alguns poucos trabalhos que tratam de eventos pontuais relativos aos festejos, mas que não os definem como aspectos centrais das suas análises. Entre outros exemplos, posso citar o já bastante conhecido livro publicado por Fico (1997), que, ao analisar a propaganda política produzida pela ditadura (1969-1977), se debruçou sobre um episódio particular das comemorações: uma missa solene realizada na Catedral da Sé, em 7 de setembro.⁹

Entre outros objetos, o que escapou aos poucos estudiosos do sesquicentenário foi os seus eventos de caráter esportivo: uma série de competições e exposições nacionais e internacionais de pequena, média e grande amplitude, que ocorreram em todo o país no decorrer da vigência das festividades. Através de consulta ao Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, disponível ao público no Arquivo Nacional,¹⁰ fiz um levantamento dos eventos esportivos atrela-

⁶ Lopez (2005), Moraes (2006), Cosmelli (2013), Sosnoski (2013), Vilasboas (2014), Araújo (2017), Tenório (2019), Dysarz (2020) e Souza (2022).

⁷ Cerri (1999), Guazzelli (2010), Serpa, Fedrigo e Sandes (2009), Piccino (2012), Ferreira e Silva (2014), Cordeiro (2022a, 2022b), Galves (2022), Oliveira (2022), Pimenta; Cordeiro (2023) e Seliprandy (2024a; 2024b).

⁸ Coutinho (2021).

⁹ Outro exemplo digno de nota é a dissertação de mestrado defendida por Chirio (2001), onde a brasilianista, ao analisar as comemorações do Dia da Independência do Brasil ao longo de toda a ditadura (1964-1985), se debruçou sobre o estudo daquelas ocorridas em 07 de setembro de 1972, como parte da programação oficial das festividades do sesquicentenário.

¹⁰ Produzido pela comissão que esteve à frente da programação e execução das comemorações do sesquicentenário, o fundo congrega farta documentação: todo o material distribuído pela referida comissão (filmes, discos, livros, pôs-

dos à programação das celebrações. Foram detectados mais de 50 eventos, entre os quais somente três receberam olhares mais detidos por parte de historiadores: a *Olimpíada do Exército*, que ocorreu entre 26 de abril a 07 de maio na cidade de Porto Alegre, sob a organização da Comissão de Desportos do Exército; a *Taça Independência*, torneio internacional de futebol promovido pela Confederação Brasileira de Desportos de 11 de junho a 09 de julho, com sedes espalhadas por todas as regiões do Brasil; e a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, evento cívico/esportivo realizado anualmente desde 1938 pela Liga de Defesa Nacional, que, entre os dias 1º de maio e 1º de setembro de 1972, contou com edição comemorativa de abrangência nacional.¹¹

Dos três eventos esportivos citados anteriormente, a *Taça Independência* foi o que recebeu maior quantitativo de análises a seu respeito. A propósito, Agostino (2002) me parece ter sido o primeiro historiador a lançar luzes sobre o torneio. Notadamente, em livro onde discute, em recorte temporal que vai desde a segunda metade do século XIX até a contemporaneidade, a histó-

teres, cartazes etc.); aproximadamente 6.350 correspondências (cartas, ofícios, rádios, telegramas e telexes) trocadas com autoridades públicas, dirigentes de entidades civis e militares, empresários e, até mesmo, cidadãos comuns; além de um grande volume de recortes de matérias publicadas em jornais e revistas organizados em 67 pastas colecionadoras (tamanho grande) que parecem contemplar a cobertura que boa parcela da imprensa escrita nacional deu aos eventos que fizeram parte da programação oficial das comemorações, incluindo os de caráter esportivo. Para uma análise pormenorizada do fundo documental em questão e de suas potencialidades para a investigação das celebrações esportivas do sesquicentenário, ver Rei (2014).

¹¹ Tratarei de um modo mais detalhados da *Olimpíada do Exército*, da *Taça Independência* e da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* mais adiante, nas seções intituladas *Delimitação da pesquisa* e *Foco e escopo de análise*.

ria do futebol no Brasil e no mundo, atribuindo ênfase aos seus aspectos políticos e sociais. Dentro dessa perspectiva, o autor aborda, mais especificamente, temas atualmente tidos como clássicos no campo da História do Futebol, como por exemplo: o fenômeno da violência entre torcidas organizadas; as relações estabelecidas entre a constituição de selecionados nacionais e a projeção de imaginários sobre nações; e os usos políticos do esporte por parte de regimes autoritários de distintas colorações – comunistas, socialistas, nazifascistas, as ditaduras militares latino-americanas, entre outros.

Quando se refere ao regime militar no Brasil, Agostino debate, entre outras coisas, a exploração propagandística do futebol. Em linhas gerais, o autor procura demonstrar como é que a ditadura militar tentou galvanizar em proveito próprio – assim como fez na ocasião da Copa de 1970 – a conquista da *Taça Independência* pela seleção brasileira, tendo como principal objetivo promover o Governo Médici e, conseqüentemente, reafirmar, perante à nação, o clima de otimismo que pairava sobre o país nos anos do “milagre econômico”. É preciso reconhecer, todavia, que, embora as considerações feitas por Agostino sejam em certa medida pertinentes, o autor não desenvolveu uma apreciação detalhada do torneio, dedicando apenas alguns poucos parágrafos de seu livro à abordagem desse objeto. Acredito que isso se deu por conta do próprio escopo por ele estabelecido, que, ao invés privilegiar análises mais específicas, optou por traçar um panorama mundial das relações instituídas entre futebol e política em recorte temporal que atravessa nada mais nada menos que dois séculos.

Almeida (2009) foi outro historiador que apreciou a *Taça Independência*. Tal esforço é parte de sua tese de doutorado, desenvolvida, entre 2005 e 2009, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o objetivo de compreender, em termos gerais, o uso propagandístico do sesquicentenário pela ditadura. No terceiro capítulo da tese, o autor realiza análise que busca estabelecer relações entre o torneio e a conjuntura mais ampla dos festejos. Almeida defende que a principal função da *Taça* foi a de contribuir, em momento de forte clima de euforia provocado pelas comemorações, para a criação de uma atmosfera favorável à formação de um sentimento de patriotismo. Sentimento esse tido pelo autor como um elemento capaz de influenciar um contingente maior de pessoas a participarem de outros eventos que fizeram parte da programação das festividades, reafirmando, por meio de tais participações, as suas crenças no futuro promissor do país que vivia uma situação de “milagre”, tendo o seu Produto Interno Bruto batendo na casa dos 12%.

Afora o exposto, Almeida analisa o uso propagandístico da *Taça Independência*, chamando a atenção para um aspecto que não foi explorado por Agostino. O Autor demonstra que, para além da sociedade brasileira, outros países costumavam receber, através de meios de comunicação social diversos, mensagens que visavam projetar, em escala internacional, determinadas ideias circunscritas em um imaginário social otimista sobre o Brasil, que, resumidamente, o identificavam como uma pátria formidável e, inequivocamente, predestinada ao sucesso. De acordo com Almeida, por conta disso, alguns países europeus chegaram

a acusar publicamente o Brasil de instrumentalizar politicamente o torneio. Aliás, também devido a questões de ordem política, Alemanha Ocidental, Áustria, Bélgica, Espanha, Holanda, Itália e Inglaterra se recusaram a participar da *Taça*. Segundo o autor, dois fatores teriam impulsionado tais recusas: o desejo de se afastar do Brasil, em função das violações aos direitos humanos cometidas pelo regime militar; e as articulações realizadas por João Havelange, presidente da Confederação Brasileira de Desportos, com vistas ao alcance da presidência da Federação Internacional de Futebol, então ocupada pelo inglês Stanley Rous. Como afirma o Almeida, acreditava-se, na ocasião, que Havelange faria uso do torneio para divulgar positivamente a sua gestão à frente do futebol brasileiro e, assim, conquistar votos.

Cordeiro (2012a) é outra historiadora que se debruçou sobre a *Taça Independência*. Especialmente, em sua tese de doutorado, desenvolvida, entre 2008 e 2012, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, com o objetivo de investigar, em linhas gerais, as relações estabelecidas entre o sesquicentenário e o processo de construção de um consenso social ao redor da ditadura militar. No quarto capítulo da tese,¹² Cordeiro se detém na apreciação do torneio. A principal contribuição da autora é, de fato, a defesa da hipótese de que a *Taça* se constituiu como um dos elementos conformadores de um pacto social – ou, se preferimos, de um consenso social – instituído entre regime militar e sociedade brasileira durante o

¹² Cumpre mencionar que o quarto capítulo da tese defendida por Cordeiro foi publicado no formato de artigo. Para mais informações, ver Cordeiro (2012b). Ainda sobre a *Taça Independência*, também merece destaque capítulo de livro assinado por Cordeiro e Magalhães (2020).

Governo Médici, o que se caracterizou, se tomarmos por base os trabalhos elaborados por Agostino e Almeida, como uma abordagem até então inédita. Dentro dessa perspectiva, Cordeiro procura demonstrar, mais precisamente, como o torneio sintetizou não apenas o espírito festivo que permeou o sesquicentenário, mas também, de uma maneira geral, o próprio clima de otimismo em relação ao futuro da pátria que contagiou o país no transcorrer do período de vigência do “milagre econômico” (1969-1973).

Em que pesem as suas contribuições, Agostino, Almeida e Cordeiro tratam de apenas um dos mais de 50 eventos esportivos vinculados à programação do sesquicentenário. Como já adiantei, procurei, em minha tese de doutorado, cooperar para o preenchimento da referida lacuna. Notadamente, por meio da investigação das relações estabelecidas entre esporte e política no âmbito das celebrações. Minha proposta foi analisar os pontos de contato estabelecidos entre as celebrações esportivas do sesquicentenário e o projeto de propaganda política em voga no Governo Médici. Simultaneamente, busquei, também, tratar essas celebrações como objetos privilegiados para a compreensão das relações instituídas entre ditadura e sociedade brasileira em sua complexidade. Dentro dessa perspectiva, procurei verificar, mais precisamente, a pertinência da hipótese delas terem se constituído como mecanismos de reafirmação do consenso social firmado ao redor do regime naquela ocasião.¹³

¹³ De acordo com Riorda (2006), compreendo a noção de consenso como um acordo entre membros de uma mesma unidade social, que diz respeito às normas, aos princípios, valores e objetivos almejados por uma comunidade, assim como aos meios utilizados para alcançá-los. Cabe destacar que tal entendimento não toma o consenso como sinônimo de uma simples unanimidade entre membros de uma determinada unidade social. Mais do que isso, se reporta a

2. Estrutura e delimitação da pesquisa

Com vistas ao alcance de meus objetivos, estruturei a minha tese de doutorado em quatro capítulos. No primeiro, abordei as cerimônias de abertura das comemorações do sesquicentenário. Dessa forma, procurei traçar uma visão panorâmica das comemorações, que me pareceu ser útil, entre outras coisas, aos leitores com elas pouco familiarizados. Iniciei o capítulo tratando das primeiras iniciativas oficiais voltadas para a organização do sesquicentenário, que foram tomadas ainda no Governo Costa e Silva, com o intuito de realizar as comemorações em um formato próximo ao das ocorridas na ocasião das comemorações do Centenário da Independência. Formato esse que, por sua vez, era inspirado nas suntuosas – e já bastante conhecidas – exposições internacionais europeias e norte-americanas que marcaram o século XIX: eventos de grande escala que, grosso modo, buscavam reunir nações de todo o mundo para expor seus avanços e conquistas, sobretudo nas áreas tecnológicas e no âmbito civilizacional, buscando, assim, promover as culturas nacionais de seus países partícipes, o estreitamento de laços internacionais entre os mesmos, além do estímulo à inovação industrial ao desenvolvimento do comércio a nível global.¹⁴

fenômenos complexos, marcados por comportamentos sociais variados e, até mesmo, ambivalentes, que, como chama a atenção Reis Filho (2010), concorrem para a sustentação de um determinado regime político, democrático ou não, bem como para o enfraquecimento de uma eventual luta contra o mesmo.

¹⁴ Discorrer de forma pormenorizada sobre esse tema me distanciaria, demasiadamente, dos objetivos estipulados para este capítulo. Para mais informações, ver, entre outras referências básicas, Pesavento (1997).

Em seguida, discuti, ainda no primeiro capítulo, as reformulações feitas pelo Governo do Médici, que defendia que as comemorações deveriam ser desprendidas da ideia de suntuosidade, assim como pulverizados e marcados pela participação efetiva do povo brasileiro. Na esteira desse debate, tratei dos desdobramentos dos dois atos oficiais implementados por Médici, com o objetivo de redimensionar o sesquicentenário: a instituição de uma comissão nacional, de caráter “civil-militar”, responsável por programar, coordenar e propor os meios necessários à realização das comemorações; e as negociações para que fossem confiados ao Brasil a guarda dos restos mortais de dom Pedro I, escolhido como o grande herói nacional a ser homenageado nas festividades. Posteriormente, abordei o *Encontro Cívico Nacional*, evento que selou, em 21 de abril, a abertura oficial das comemorações, bem como a mobilização em torno de outro herói nacional: Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. Finalmente, busquei lançar luzes sobre as competições esportivas que foram incorporadas à programação do referido encontro cívico e, ainda, sobre a presença do esporte na programação oficial e extraoficial do sesquicentenário, em termos gerais.

No segundo, terceiro e quarto capítulo, apreciei, em consonância com os objetivos apresentados na introdução deste texto, três eventos esportivos específicos, selecionados diante do imperativo de delimitar a minha análise. Tal seleção foi fundamentada, basicamente, em dois critérios: proeminência e disponibilidade de fontes. Se, por um lado, a carência de trabalhos específicos e os limites naturais dos escassos estudos históricos até então desenvolvidos iluminavam, entre outros motivos, a necessidade de

melhor compreendermos os eventos esportivos que fizeram parte da programação oficial e extraoficial do sesquicentenário; por outro, o alto quantitativo de eventos dessa natureza – como já vimos, mais de 50 no total – me colocou diante da necessidade de fazer escolhas. Afinal, como se pode presumir, seria, de fato, impossível apreciar, diante dos limites de tempo e formato estipulados para a redação de uma tese de doutorado, a totalidade dos eventos esportivos vinculados, seja oficialmente ou extraoficialmente, à programação das comemorações.

O primeiro evento examinado foi a terceira edição da *Olimpíada do Exército*, que ocorreu entre 26 de abril e 7 de maio, na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), sob a organização da Comissão de Desportos do Exército. Ao longo desse período, o público interessado no evento pôde acompanhar, presencialmente ou, então, através da cobertura televisiva, um conjunto de competições e apresentações gratuitas – nacionais e internacionais, civis e militares – relacionadas a 17 modalidades esportivas: atletismo, basquete, ciclismo, esgrima, futebol, ginástica, hipismo, judô, natação, pentatlo militar, rally, remo, tênis, tiro, turfe, vela e vôlei. Em 1972, um total de 1.400 atletas participaram da *Olimpíada*: 900 militares, representando o I, II, III e IV Exército e o Comando Militar da Amazônia e do Planalto; e 500 civis, representando alguns dos mais tradicionais clubes brasileiros (Clube de Regatas do Flamengo, Minas Tênis Clube, Sport Club Corinthians Paulista, entre outros).

Além das competições e apresentações esportivas, a programação da *Olimpíada* foi composta por outros eventos gratuitos de diversas naturezas, que também foram por mim analisados.

Falo, mais especificamente, da *Mostra de Artes – Olimpíada do Exército*, que ocorreu, de 27 de abril a 7 de maio, no Palácio Farroupilha; da *Exposição Comemorativa do Sesquicentenário da Independência*, que aconteceu, também de 27 de abril a 7 de maio, no Teatro São Pedro; da *Feira da Criança*, uma grande festa voltada para o público infantil, realizada, nos dias 29 e 30 de abril, no Jardim Zoológico de Sapucaia; do desfile de tradicionais escolas de samba cariocas (Em Cima da Hora, Imperatriz Leopoldinense, Acadêmicos do Salgueiro, entre outras), que ocorreu, no dia 30 de abril, no Estádio Olímpico Monumental; do show aéreo da Força Aérea Brasileira, que aconteceu, no dia 6 de maio, em frente ao Parque Náutico Alberto Bins; do desfile náutico de aproximadamente 500 embarcações civis e militares, realizado, nesse mesmo dia 6 de maio, no rio Guaíba; e dos shows de músicos, artistas e humoristas (Roberto Carlos, Jorge Ben Jor, Elis Regina, Os Mutantes, Jô Soares, Moacyr Franco, entre outros), que ocorreram, nas noites de 27, 28 e 29 de abril e 1º, 2, 3, 4, 5 e 7 de maio, no ginásio do Grêmio Football Porto-Alegrense.

O segundo evento esportivo analisado foi a já citada *Taça Independência*, torneio internacional de futebol realizado pela Confederação Brasileira de Desportos, entre 11 de junho e 9 de julho, em 12 cidades-sedes: Aracaju (Sergipe), Belo Horizonte (Minas Gerais), Campo Grande (Mato Grosso do Sul), Curitiba (Paraná), Maceió (Alagoas), Manaus (Amazonas), Natal (Rio Grande do Norte), Porto Alegre, Recife (Pernambuco), Rio de Janeiro (Guanabara), Salvador (Bahia) e São Paulo (Capital). Também conhecida como *Minicopa*, a *Taça* foi um dos eventos mais populares das comemorações e contou com a participação de 20 seleções, quatro a mais que as 16 que disputa-

ram, por exemplo, a célebre Copa de 1970: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Escócia, França, Irã, Irlanda, Iugoslávia, Paraguai, Peru, Portugal, Seleção da África, Seleção da Confederação de Futebol da América do Norte, Central e Caribe, Tchecoslováquia União Soviética, Uruguai e Venezuela. O Brasil foi o campeão do torneio, com final disputada contra Portugal, em 9 de julho, no Rio de Janeiro – mais precisamente, no Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã.

A despeito da qualidade dos estudos até então desenvolvidos sobre a *Taça*, todos eles já abordados nas considerações iniciais deste capítulo, acredito que existem algumas polêmicas, lacunas e imprecisões nas narrativas historiográficas que a abordam, relacionadas, especialmente, a temas como, por exemplo, as relações estabelecidas entre a conquista da Copa de 1970 e a organização do torneio; as conexões instituídas entre a ocorrência do campeonato e a questão da integração nacional; a importância do certame para o êxito da campanha de Havelange para alcançar a presidência da Federação Internacional de Futebol (FIFA), entre outros. As ditas polêmicas, lacunas e imprecisões lacunas justificam, ainda hoje, a necessidade de se lançar novos olhares sobre a *Taça*. Foi isso que procurei fazer ao tomá-la como objeto de estudo.

Por fim, analisei a 35ª edição da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, evento cívico/esportivo realizado anualmente, desde 1938, pela Liga de Defesa Nacional: associação cívico-cultural fundada, em 1916, por um grupo de intelectuais liderados por Olavo Bilac, tendo como principal objetivo promover o patriotismo e o civismo entre os brasileiros, em um contexto de preocupações com a defesa nacional, especialmente devido à Primeira Guerra

Mundial, e à necessidade de fortalecer a identidade nacional e a coesão social.¹⁵ Em 1972, a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* também recebeu o nome de *Corrida da Integração Nacional*. Na ocasião, quatro tochas, acesas com o *Fogo Simbólico da Pátria*, foram transportadas, por meio de revezamento, por atletas em quatro rotas, que partiram de quatro pontos extremos do Brasil: Cabo Branco (Paraíba), Oiapoque (Amapá), Javari (Amazonas) e Chuí (Rio Grande do Sul), nos dias 1º, 9, 17 e 27 de maio, respectivamente. O destino final das quatro rotas era o Monumento do Ipiranga (São Paulo), onde, em 1º de setembro, quatro atletas que conduziam o *Fogo Simbólico* se encontraram, para realização de cerimônia que selava o final da *Corrida* e, simultaneamente, dava início à Semana da Pátria em todo o país.

Cabe destacar que os atletas envolvidos com o evento cívico/esportivo percorreram, em homenagem ao sesquicentenário, um total de 21.000 quilômetros, entre cidades do interior e capitais de todos os estados e territórios nacionais. Por onde passavam, tais atletas distribuía, à população local, inúmeras mensagens patrióticas de fé e esperança e, também, bandeiras do Brasil, folhetos com símbolos e bandeiras históricas da nação e livretos em quadrinhos com versão resumida da história da Independência brasileira. Em grande parte dessas cidades, as autoridades locais realizavam pronunciamentos no momento da passagem do *Fogo*, em solenidades realizadas especialmente para a ocasião, que costumavam ser sucedidas por outros eventos, tais como: missas, shows e, especialmente, certames esportivos.

¹⁵ Os mesmos comentários feitos na nota de rodapé anterior também se aplicam a esta nota. Para mais informações sobre a Liga de Defesa Nacional, ver, entre outras referências básicas, Oliveira (2012; 2016).

3. Foco e escopo de análise

As análises desenvolvidas em minha tese de doutorado me ajudaram a compreender que os eventos esportivos por mim investigados – cumpre frisar, a *Olimpíada do Exército*, a *Taça Independência* e a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* – como um produto e, simultaneamente, como um agente do “milagre econômico”. Ou seja, de um período em que ditadura militar e segmentos expressivos da sociedade se empenhavam, munidos de uma forte expectativa otimista em relação ao futuro, na construção de um “Brasil grande”, que se pressupunha integrado e que parecia galopar, na esteira dos 12 por cento anuais de crescimento econômico gerados pelo “milagre”, rumo a um inevitável devir promissor. Devir esse que costumava ser concebido como fruto de um projeto bem-sucedido – e, portanto, inquestionável – de desenvolvimento nacional promovido pela ditadura, que buscava, entre outras estratégias de propaganda política, demonstrar a força de tal projeto por meio da realização de feitos que simbolizavam grandeza e/ou unidade, como por exemplo: a construção da Ponte Rio-Niterói, da Rodovia Transamazônica e da Usina Hidrelétrica de Itaipu; a expansão da rede de telecomunicações e do sistema de ensino superior nacional; o combate implacável aos “inimigos da pátria” (especialmente, aos “comunistas”); e, como eu não poderia deixar de ressaltar, a promoção de eventos esportivos de grandes proporções.

A “onda” de otimismo gerada pelas altas taxas de crescimento provocadas pelo “milagre” estava associada, portanto, a múltiplos fatores – que, aliás, já são um tanto quanto conhecidos: a construção de obras faraônicas, o desenvolvimento dos meios

de comunicação, a expansão do ensino superior, o controle da “subversão” etc. No entanto, tenho acordo com Cordeiro (2012) ao afirmar que em nenhuma outra dimensão da realidade social a potência e a capacidade de realização do país se mostravam com tamanha magnitude e de uma maneira tão tipicamente nacional como no campo esportivo. Não casualmente, a *Taça Independência*, além de ser mobilizada como uma oportunidade de demonstração da supremacia do Brasil nos gramados, também se constituiu como um espaço privilegiado para reafirmar, simbolicamente, aos brasileiros e ao mundo a potência – não apenas econômica, mas, também, civilizacional – em que o país, em tese, havia se transformado. Dentro dessa perspectiva, um balanço da *Taça* publicado pelo jornal *Gazeta Esportiva* afirmava: “1.322 credenciais foram fornecidas para jornalistas do Brasil e do exterior, possibilitando [a cobertura de] uma realidade autêntica. Não só da competição, mas visando também mostrar o que é hoje o Brasil”. Assim: “seus costumes, sua gente, suas etnias e acima de tudo o seu progresso, foram destacados em todo o mundo, que viu mais uma vez o futebol brasileiro provar sua liderança e mostrar que também fora das quatro linhas sua potência é inegável” (Cobertura Jornalística [...], 1972).

Como demonstrou Fico (1997), a conquista da Copa de 1970 foi, de fato, um fator superveniente relevante para o projeto de propaganda política desenvolvido pela ditadura, pois constituiu-se como um elemento facilitador da deflagração do processo de “reinvenção do otimismo” em relação aos rumos do Brasil ocorrido durante o “milagre”. Entretanto, a mobilização do esporte nesse processo não pode ser reduzida à conquista do tri-

campeonato mundial no México pela seleção brasileira de futebol. Afinal, como pude verificar por meio das análises desenvolvidas em minha tese, a *Olimpíada do Exército*, a *Taça Independência* e a *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* também contribuíram, entre outros tantos eventos esportivos pouco lembrados, para reiterar perspectivas otimistas sobre o futuro. Faço tal afirmação pelo fato de ter observado que – sobretudo através do uso de símbolos comuns, associados às múltiplas facetas de tais eventos – o regime estabeleceu – tendo em vista, especialmente, reforçar o consenso social estabelecido ao redor dele próprio – associações diretas entre esporte, Estado e nação. Dessa forma, os sucessos alcançados no campo esportivo costumavam ser representados – sendo, inclusive, capaz de convencer parcelas expressivas da sociedade –¹⁶ como um êxito do povo brasileiro e, simultaneamente, como um reflexo do extraordinário desenvolvimento econômico e civilizacional do país, que vinha sendo impulsionado graças às realizações do regime capitaneado pelo presidente Médici.

Cabe mencionar que o referido fenômeno extrapolou o universo dos eventos por mim analisados, podendo ser igualmente observado em outros eventos esportivos ainda pouco explorados. É o caso, por exemplo, das campanhas vitoriosas do piloto de automobilismo Emerson Fittipaldi, que, em 1972, tonou-se o primeiro brasileiro a conquistar o *Campeonato Mundial de Fórmula 1*; do boxeador Éder Jofre, que, em 1973, foi campeão mundial, na categoria peso-pena, pelo Conselho Mundial de Boxe; assim como do jogador Henrique Mecking, vulgo “Mequinho”, que ganhou destaque na grande mídia ao sagrar-se, em 1972, campeão sul-americano de

¹⁶ Entre essas parcelas, destaca-se grande parte da imprensa escrita, *vide*, por exemplo, o excerto do jornal *Gazeta Esportiva* citado no parágrafo anterior.

xadrez e que, em 1973, conquistou, ainda, o *Torneio Interzonal de Petrópolis/RJ*, classificando-se para o *Torneio dos Candidatos*: última etapa eliminatória para a disputa do prestigiado *Campeonato Mundial da Federação Internacional de Xadrez*.

De forma articulada com a propaganda política, outro aspecto por mim explorado em minha tese de doutorado foram os pontos de contato estabelecidos entre as competições esportivas analisadas e o consenso social formado ao redor da ditadura. Creio que a tomada da *Olimpíada do Exército*, da *Taça Independência* e da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* como objetos de estudo foi uma estratégia útil para um melhor entendimento das relações firmadas entre ditadura e sociedade brasileira em sua complexidade. Acredito que tal empreendimento me auxiliou a pensar tais relações a partir de um ângulo de visão que vai além das conhecidas interpretações simplistas, binárias e maniqueístas criadas a partir do contexto da redemocratização e que ainda hoje são bastante reiteradas em alguns espaços de sociabilidade – incluindo o meio acadêmico. Como já é amplamente conhecido, essas versões costumam conceber as relações mencionadas de forma um tanto quanto redentora, especialmente através do estabelecimento de polos antagônicos, tais como: Estado repressor *versus* sociedade vitimizada, colaboradores *versus* resistentes, bem *versus* mal, entre outros. Com minha tese, procurei demonstrar que, mais do que isso, existiu uma zona cinzenta – eivada, tal como a compreende Laborie (2003), de diversidades e ambivalências – situada entre os polos citados, em que se pode observar variadas formas de se comportar face à ditadura. Como chama a atenção Rollemberg (2010), é na referida zona cinzenta que, ao

fim e ao cabo, estava grande parte da sociedade durante os anos do “milagre” (1969-1973). Entendo que é nesse mesmo *locus* que também estava, por exemplo, Elis Regina em 1972: intérprete que, como se pôde verificar por intermédio da análise da *Olimpíada do Exército*, sofreu duras críticas por se apresentar na grande mídia como uma intérprete engajada politicamente e com um claro viés de esquerda e, ao mesmo tempo, realizar um show na *Olimpíada*, além de propagandas e de um programa especial de televisão relacionado ao sesquicentenário.¹⁷

Em suma, o que estou querendo enfatizar é que, quando analisadas de forma complexa, as relações estabelecidas entre ditadura e sociedade colocam em xeque a memória dos “anos de chumbo”. Forjada no contexto da promulgação da Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979), episódio chave do fortalecimento do movi-

¹⁷ Entre os eventos da programação cultural da *Olimpíada*, o show realizado por Elis Regina, no ginásio do Grêmio, em 2 de maio, de fato causou grande polêmica. O show se somou a outras ações da intérprete que também geraram bastante controvérsia. É o caso da gravação de mensagem convocando a nação para participar do Encontro Cívico Nacional, que deu início às comemorações oficiais do sesquicentenário em 21 de abril; da aparição em propaganda televisiva no dia do encontro, regendo um coral de artistas que cantava o Hino Nacional; além da participação no programa especial de televisão denominado *O Sesquicentenário Especial*, que foi ao ar pela Rede Globo, em 7 de setembro de 1972. Tais ações ressoaram negativamente para Elis, que, mesmo não sendo a única artista a se envolver com os festejos, passou a ser alvo de alguns segmentos das esquerdas. Críticas diretas à intérprete foram publicadas, por exemplo, em diversas edições do semanário *O Pasquim*. As mais contundentes foram assinadas por Henfil, que chegou a enterrá-la no *Cemitério dos Mortos-Vivos do Cabôco Mamadô*, personagem a partir do qual o cartunista “sepultava” figuras públicas que estabeleciam relações de proximidade com a ditadura. Cabe destacar que trato da referida polêmica de um modo mais pormenorizado no segundo capítulo de minha tese de doutorado. Para mais informações, ver Rei (2019).

mento oposicionista ao regime, e estruturada principalmente nos mitos da sociedade “resistente” e/ou “vitimizada”, essa memória silencia sobre o fato de que os princípios e práticas autoritárias da ditadura não eram estranhos à grande parte da sociedade e que, para parcelas expressivas dessa mesma sociedade, os “anos de chumbo” foram, na realidade, “anos de ouro”. Isso nos ajuda a entender, entre outras coisas, que a memória coletiva segundo a qual a sociedade teria sido vítima de um Estado todo-poderoso e que a resistência teria sido a tônica dos “anos de chumbo” é uma construção *a posteriori*, que oculta, como explica Rollemberg (2010), os apoios engajados e as ambivalências da zona cinzenta. Não por acaso, Elis Regina ocupa, na dita memória, a confortável posição de intérprete do “Hino da Anistia” – vale lembrar, a conhecida canção *O bêbado e a equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc (1979). Mesmo atualmente, pouco se fala do fato dela ter participado de um show, de propagandas e de um programa especial de televisão relacionado ao sesquicentenário. Tampouco, dos elogios e das defesas do envolvimento da intérprete com as comemorações feitas, em abril de 1972, por seu então marido, Ronaldo Bôscoli, na coluna que escrevia para o jornal Última Hora;¹⁸ ou, então, da entrevista do ex-empresário de Elis, Marcos Lázaro, concedida a Penteadó (1993), em que assegurou que a intérprete o disse que aceitou fazer show na *Olimpíada do Exército* em razão do generoso cachê que lhe foi pago e que não via nenhum tipo de problema nisso.

Como demonstra Cordeiro (2012), nas raras vezes em que a participação de Elis Regina em ações orquestradas pela ditadura

¹⁸ Veja-se, por exemplo, Bôscoli, 1972a, p. 1, 1972b, p. 1.

militar vem à tona, costuma-se reafirmar, ao passo em que se silencia sobre as colunas de Bôscoli (1972a; 1972b) e a entrevista de Marcos Lázaro, a versão dada pela intérprete em entrevista concedida à revista *Veja* (Lázaro, 1978). Nessa versão, Elis estabeleceu o “medo” como o motivo que fez com que não só ela, mas toda a sociedade brasileira, cedesse à ditadura. Cordeiro me parece estar correta ao afirmar que a prevalência da versão dada pela intérprete à *Veja*, bem como os silenciamentos sobre as colunas de Bôscoli (1972a; 1972b) e a entrevista de Marcos Lázaro (1978), não são frutos do acaso. Afinal, destaca a autora, a versão de Elis ia ao encontro das aspirações de grande parte da sociedade brasileira do final da década de 1970, que, naquele momento, buscava “os caminhos da reconciliação nacional, os quais Elis Regina soube expressar cantando *O bêbado e a equilibrista* ou declarando o ‘medo’ como o motivo maior que fez com que ela e toda a sociedade cedesse” (Cordeiro, 2012, p. 187). Assim como Cordeiro, entendo que tanto a versão dada pela intérprete à *Veja* quanto o “Hino da Anistia” por ela interpretado serviam, portanto, para reafirmar, para nação que começava a pensar o seu processo de redemocratização, a ideia de que a democracia sempre foi um valor inestimável e que a ditadura foi uma imposição implacável. Como afirma a autora, muito por isso: “poucos se lembram da Elis Regina que cantou para os militares. E quando esses poucos retomam essa história, fazem-no como de resto é feito quando a sociedade se propõe a olhar para o passado ditatorial: de forma conciliadora” (Cordeiro, 2012, p. 187).

Pelo exposto, entendo ser necessário, inclusive no âmbito acadêmico, superarmos os limites da memória dos “anos de

chumbo”, ao qual fiz alusão anteriormente. Notadamente, através do desenvolvimento de análises que abordem de uma maneira menos simplista as relações estabelecidas entre ditadura e sociedade. Para tanto, creio ser essencial reconhecermos, em consonância com Rollemberg e Quadrat (2010), que não são apenas os tradicionais pilares básicos da repressão (ou seja, a espionagem, a polícia política, a censura e a propaganda) que sustentam as sociedades que experimentam o autoritarismo, mas sim uma complexa articulação de aspectos diversos relativos à coerção, à manipulação, ao consenso social e às múltiplas formas a partir das quais ele se expressa socialmente. Além disso, também não podemos deixar de levar em conta que, em 1972, havia, mais precisamente no Brasil, um consenso formado ao redor da ditadura, que se constituiu tanto pelos atos mais claros de adesão engajada ao regime quanto por outras práticas mais sutis de consentimento levadas a cabo por parte da sociedade, tais como: a simpatia acolhedora, a neutralidade benévola, a indiferença, a sensação de absoluta impotência, entre outras. Assim como Reis Filho (2010), acredito que todas essas formas benevolentes de se comportar face ao autoritarismo contribuíram, em diferentes momentos e situações, para a sustentação da ditadura e, conseqüentemente, para a execução bem-sucedida de muitos de seus projetos – entre eles, a realização das comemorações do sesquicentenário, bem como, evidentemente, dos diversos eventos a elas associados (inclusive, aqueles que possuíam natureza esportiva).

4. Considerações finais

Acredito que as explanações feitas até o momento nos auxiliam a compreender a ditadura militar como um produto social, ou seja, como algo que foi gestado no interior da sociedade brasileira e que, muito por isso, não era tido como estranho e, tampouco, problemático por parcelas expressivas dos seus mais distintos segmentos sociais – que, aliás, costumavam interagir com o regime em seu cotidiano pelos mais diversos motivos: jogos de interesses, compartilhamento de valores e tradições, crença em uma concepção de história, percepção do presente e perspectiva de futuro em comum etc. Devo salientar, entretanto, que, a despeito do exposto, não compartilho da visão de que o Brasil vivia, em 1972, sob a égide de uma ditadura “civil-militar”, tal como sustenta Reis Filho (2014, p. 62), alegando que o apoio da sociedade constituiria “a dimensão civil do regime ditatorial, mesmo que o topo da pirâmide do poder fosse ocupado por chefes militares”. No que tange a esse aspecto, tenho acordo com Fico (2017, p. 52) ao afirmar que “virtualmente tudo em política pode ser analisado segundo a rede de apoios e adversidades em que se insere, de modo que dizer que algo recebeu o apoio de outrem não retira a essencialidade de algo, sua configuração imanente”. Como explica o autor, o Estado Novo, por exemplo, pode ser caracterizado como uma ditadura civil tutelada pelos militares, pois o golpe de 1937 teria sido efetivamente militar, ainda que possuísse uma roupagem civil. Por sua vez, ao ascender ao “poder”, Vargas teria conseguido usar e conter os militares. Mas, como destacou Fico (2017, p. 52), “o apoio dos militares – nesse caso absolutamente decisivo – não retira a natureza civil daquele regime”.

Entendo, portanto, de acordo com Fico (2017, p. 53), que o golpe foi efetivamente dado e não apenas apoiado por civis – governadores, parlamentares, embaixadores, entre outros – e militares. Especialmente por essa razão, é possível chamá-lo de “civil-militar”. Todavia, como salienta o autor, alguns passos subsequentes ao golpe “civil-militar” foram marcando o caráter “militar” do novo regime, principalmente “a decisão do Comando Supremo da Revolução de abortar, com o primeiro ato institucional, a discussão que havia no Congresso Nacional sobre conceder ou não aos vitoriosos poderes de cassação de parlamentares”; e, depois, “a prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967 (decisão tomada em julho de 1964)”. Em síntese, compartilho do mesmo entendimento de Fico ao sustentar que o regime que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985 “foi inteiramente controlado pelos militares, de modo que adjetivá-lo em ressalva (foi militar, mas também civil ou empresarial ou o que seja) é supérfluo e impreciso”; além de ter “como tudo mais em História do Tempo Presente, imediata implicação política: nesse caso, justamente por causa dessa adversatividade, a conotação é de redução da responsabilidade dos militares” (Fico, 2017, p. 53).

De toda maneira, esse é um assunto para ser discutido mais detalhadamente em outras oportunidades. Faço tal afirmação ao levar em consideração tanto os limites e objetivos destas considerações finais quanto a própria complexidade da questão levantada – que, apesar de toda a discussão já desenvolvida a seu respeito, certamente ainda merece ser alvo de estudos mais específicos no campo da História. Neste momento, o que eu gostaria de enfatizar, à guisa de conclusão, é que os eventos por mim analisados

extrapolaram, em termos gerais, os limites do campo esportivo. Notadamente, por terem sido uma das formas através das quais a ditadura, em um momento que ficou conhecido como “anos de chumbo”, apresentou-se como legítima à sociedade – sendo, inclusive, capaz de convencer parcelas expressivas do povo brasileiro. Isso é o que se pode perceber, por exemplo, em ações como o feito realizado pelo aposentado e ex-escoteiro potiguar José Alves Pessoa, que ficou conhecido no país como “Andarilho do Sesquicentenário”. Em 1º de março, Pessoa, que na ocasião já estava na casa de seus 69 anos e morava há algum tempo no Amapá, partiu a pé – inspirado na *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* – do Oiapoque com destino ao Chuí, percorrendo uma distância de 6.170 quilômetros, em 8 meses e 16 dias. O objetivo do “Andarilho” era chegar ao extremo sul do país no Dia da Bandeira (como se sabe, 19 de novembro), levando uma garrafa que continha água retirada do rio Oiapoque, a ser despejada no rio Chuí, enquanto o vidro seria oferecido como um presente a Médici (Andarilho [...], 1972). Em entrevista concedida ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o aposentado e ex-escoteiro potiguar afirmou que todo seu esforço nada mais era que uma maneira por ele encontrada de expressar o seu patriotismo. Já o despejo da água retirada do rio Oiapoque no rio Chuí simbolizava, nas suas palavras, “a integração da nação” (Oiapoque-Chuí [...], 1972).

Pelo exposto, não me parece ser equivocado afirmar que a ditadura fez uso da *Olimpíada do Exército*, da *Taça Independência* e da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria* como estratégia de propaganda política, tendo como objetivo legitimar a si mesma e, conseqüentemente, reforçar o consenso social estabelecido ao

seu redor. Devo sublinhar, no entanto, que fazer tal afirmação não significa dizer que os eventos esportivos mencionados faziam parte do projeto de propaganda desenvolvido pelo regime. Como alerta Fico (1997, p. 146), ao tomarmos o referido projeto como objeto de estudo, precisamos ter sempre em horizonte que nem tudo foi planejado, como numa conspiração ardilosa. Conforme o autor, “elementos supervenientes ora facilitaram, ora prejudicaram, os projetos da AERP.¹⁹ O chamado ‘milagre econômico’ e a conquista da Copa do Mundo de futebol são do primeiro tipo; a inflação e a crise do petróleo, do segundo”. Em suma, acredito que os ditos eventos podem ser caracterizados como um desses ainda pouco estudados elementos supervenientes do primeiro tipo. Elementos esses que, se por um lado, devem ser reconhecidos como importantes para a trajetória do projeto de propaganda em destaque; por outro, não podem ser superestimados, pois, como lembra Fico (1997, p. 146), “havia um projeto que, muito mais do que esses episódios, orientava a ação da AERP”. Não poderia deixar de mencionar, ainda em concordância com o autor, que o próprio projeto de propaganda realizado pela ditadura, da mesma forma que a *Olimpíada*, a *Taça* e a *Corrida*, também não pode ser supervalorizado. Afinal, conforme o autor, a força do ideal de “Brasil grande” não decorre essencialmente de um projeto sofisticado de propaganda política. Mais do que isso, ela advém de uma poderosa rede de representações que se constituiu ao longo de séculos e que, “dormitando nos períodos de crise e insegurança, desperta e despertará vigorosa sempre que existir alguma estabilidade” (Fico, 1997, p. 86).

¹⁹ Leia-se Assessoria Especial de Relações Públicas, órgão responsável pela propaganda política produzida pela ditadura.

Em recente projeto de pesquisa formulado para fins de estágio de pós-doutorado, que desenvolvo, desde outubro de 2023, junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, busco ampliar os esforços realizados na ocasião da realização de minha tese de doutorado. Com o referido projeto, pretendo, mais especificamente, abordar um evento esportivo que se destaca entre os mais proeminentes do sesquicentenário, mas que não tive a oportunidade de analisar em função da necessidade de delimitar a minha tese. Refiro-me ao *Festival Nacional de Desportos*, que, entre 19 e 25 de maio, reuniu, em Recife, cerca de 1.200 jovens atletas de todo o país, com um duplo objetivo: garimpar talentos e promover a união da nação na ocasião em que se celebrava os 150 anos de sua emancipação política. Organizado pelo Departamento de Educação Física da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, o *Festival* contou com campeonatos nacionais de 12 modalidades esportivas: atletismo, basquete, esgrima, futebol de salão, ginástica olímpica, hóquei sobre patins, judô, natação, polo aquático, tênis, tiro ao alvo e vôlei. Ademais, o evento contou, também, com um sarau internacional de ginástica moderna, que reuniu atletas alemães, brasileiros, canadenses e húngaros, além de outros tantos eventos não esportivos: queima de fogos, show aéreo, exposição histórica, mostra de artes, feira de brinquedos, desfile da escola de samba campeã do carnaval carioca (Império Serrano) e shows de renomados artistas (Antônio Carlos e Jocáfi, Antônio Marcos, Chacrinha, Elza Soares, Jair Rodrigues, Jerry Adriani, Luiz Gonzaga, Martinho da Vila, Originais do Samba, Pery Ribeiro, Roberto Carlos, Rony Von, Rosemary, Taiguara, Tony Tornado, Vanusa, Wanderléa e Wanderley Cardoso).

Com o referido projeto, objetivo analisar os pontos de contato estabelecidos entre o *Festival Nacional de Desportos* e o projeto de propaganda política em voga no Governo Médiçi. Ao mesmo tempo, busco tratá-lo como um objeto privilegiado para a compreensão das relações instituídas entre ditadura e sociedade em sua complexidade. Assim, pretendo verificar se o evento se constituiu, tal como se pôde verificar com a análise da *Olimpíada do Exército*, da *Taça Independência* e da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*, como um mecanismo de reafirmação do consenso social firmado, na ocasião, ao redor do regime.

Apesar do grande volume de eventos esportivos presentes na programação do sesquicentenário, há, como já sinalizei, uma lacuna de referências bibliográficas direcionadas a esses objetos. Lacuna essa que, cabe destacar, também se estende ao universo dos estudos desenvolvidos sobre as relações estabelecidas entre esporte e política no âmbito da ditadura, ainda muito centrados na abordagem dos usos propagandísticos da conquista da Copa de 1970 pelo regime. A carência de trabalhos específicos e os limites naturais dos estudos até então desenvolvidos seguem iluminando a necessidade de melhor compreensão dos eventos esportivos que se sucederam na ditadura. No que se refere mais especificamente ao sesquicentenário, tais eventos foram os que obtiveram maior popularidade durante as comemorações. Como chama a atenção Almeida (2009), nenhum dos eventos vinculados aos festejos pôde mobilizar, seja presencialmente ou através da cobertura de meios de comunicação social, um contingente maior de pessoas do que os de natureza esportiva. Por sua vez, as publicações que abordam as relações estabelecidas entre esporte

e política no âmbito do sesquicentenário se limitam, como já vimos, à análise da *Taça Independência*, da *Olimpíada do Exército* e da *Corrida do Fogo Simbólico da Pátria*. Não existem, portanto, referências que tratem de um modo pormenorizado de outros eventos esportivos ligados às festividades, como é o caso, por exemplo, do *Festival Nacional de Desportos*. Espero que com o desenvolvimento do meu atual projeto de pesquisa eu consiga lançar novas luzes sobre a configuração do sesquicentenário. Notadamente, por meio da abordagem de um evento que, embora figure entre os seus mais proeminentes, ainda não foi alvo de investigações.

Além da relevância acadêmica, é igualmente digna de nota a relevância social do projeto de pesquisa citado. Em tempos de recrudescimento da extrema direita no Brasil e no exterior, a abordagem das comemorações do sesquicentenário – em suas múltiplas facetas, incluindo a esportiva – parece ser, de fato, algo dotado de importância. Não apenas por se tratar de um objeto chave para uma melhor compreensão do consenso social estabelecido durante o Governo Médici, mas, também, por suas potencialidades para a busca de respostas para uma questão do tempo presente que, particularmente no contexto brasileiro, tem me instigado profundamente. A saber, como é possível um governo democraticamente eleito obter uma expressiva base de sustentação social complacente com a defesa de um brutal regime autoritário, assim como das abomináveis violações aos Direitos Humanos por ele perpetradas – censura, perseguições políticas, tortura, execuções sumárias, entre outras?

5. Referências

5.1 Bibliografia

AGOSTINO, Gilberto. **Vencer ou morrer**: futebol, geopolítica e identidade nacional. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O regime militar em festa**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O regime militar em festa**: a comemoração do sesquicentenário da Independência brasileira (1972). 2009. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ARAÚJO, Roberta Gerciane Viana de. **Dormia a nossa pátria mãe tão distraída**: comemorações ao sesquicentenário da Independência do Brasil em Campina Grande/PB. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2017.

CERRI, Luís Fernando. “1972: sete bandeiras do setecentenário por mil cruzeiros velhos”. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 193-208, 1999. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980864X.1999.1.25569>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/iberoamericana/article/view/25569>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CHIRIO, Maud. **Une nouvelle écriture du destin national**: la commémoration de l'Indépendance du Brésil sous la dictature militaire (1964-1985). Mémoire de maîtrise – Université Paris I PanthéonSorbonne, 2001.

CORDEIRO, Janaína Martins. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2015.

CORDEIRO, Janaína Martins. From the sesquicentennial to the bicentennial: commemorating Brazil's Independence in authoritarian contexts (1972 and 2022). **IdeAs**, Vanves, n. 20, p. 18, 2022a. DOI: <https://doi.org/10.4000/ideas.14294>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/ideas/14294>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CORDEIRO, Janaína Martins. O avesso da história: intelectuais e revolução em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade (1972). **História: Questões e Debates**, Curitiba, v. 70, n. 1, p. 70-91, 2022b. DOI: <https://doi.org/10.5380/>

his.v70i1.82735. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/82735>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CORDEIRO, Janaína Martins. **Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)**. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012a.

CORDEIRO, Janaína Martins. Futebol, comemorações e ditadura: o consenso durante os anos Médici. **Revista Perspectiva Histórica**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 97-124, 2012b. Disponível em: <https://www.perspectivahistorica.com.br/revistas/1434420486.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

CORDEIRO, Janaína Martins; MAGALHÃES, Livia Gonçalves. Futebol, memória e ditadura: a minicopa do sesquicentenário no Brasil (1972) e o Mundialito no Uruguai (1980/1981). *In*: AMORIM, Helder; CABRAL, Flavio José; CESAR, Tiago da Silva; CUNHA, Diogo (Orgs.). **História em debate: cultura, intelectuais e poder**. Curitiba: Appris, 2020. p. 45-56.

COSMELLI, Lidiane Macedo. **A história na tela: cinema, história e memória em filmes ficcionais**. 2013. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COUTINHO, Renato Soares. Pátria amada, verde e cinzenta: os festejos do sesquicentenário da Independência e o consenso autoritário na ditadura militar brasileira. **Locus**, Juiz de Fora, v. 27, n. 2, p. 420-424, 2021. DOI: <https://doi.org/10.34019/25948296.2021.v27.34623>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/34623>. Acesso em: 22 jun. 2024.

DYSARZ, Carmen Virginia Pereira. **As comemorações do sesquicentenário da Independência em 1972 e suas possibilidades pedagógicas**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

FERREIRA, Cristina; SILVA, Evander Ruthieri da. O retorno do imortal: D. Pedro I mitificado pelos militares nas representações imagéticas das Revistas O Cruzeiro e Manchete no sesquicentenário da Independência (1972). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 355-385, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180306112014355>. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306112014355>. Acesso em: 22 jun. 2024.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74,

2017. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180309202017005>. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>. Acesso em: 22 jun. 2024.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo**: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GALVES, Marcelo Cheche. Nos bastidores do sesquicentenário: a reedição do livro História da Independência da Província do Maranhão (18221828). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 3, p. 1-21, 2022. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1833>. Acesso em: 22 jun. 2024.

GUZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Futebol em tempos de ditadura: o Rio Grande contra o Brasil. **Aurora**, São Paulo, n. 9, p. 84-103, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/3756>. Acesso em: 22 jun. 2024.

LABORIE, Pierre. L'idée de résistance, entre définition et sens: retour sur un questionnement. In: LABORIE, Pierre (org.). **Les Français des années troubles**. De la guerre d'Espagne à la libération. Paris: Seuil, 2003. p. 15-17.

LOPEZ, Débora Cristina. **Independência ou morte**: silenciamentos e reiteraões no discurso de O Estado de São Paulo em 1972 e 2003 sobre a Independência brasileira. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras – Linguagem e Sociedade) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2005.

MORAES, Cleodir da Conceição. **O Pará em festa**: política e cultura nas comemorações do sesquicentenário da “Adesão” (1973). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MORAIS, Fabrício de Sousa. **Pátria nossa a cada dia**: o sesquicentenário da Independência e a construção da nação. São Paulo: Dialética, 2022.

MORAIS, Fabrício de Sousa. **Pátria nossa a cada dia**: o capitalismo editorial e a invenção da nação no auge da ditadura militar (150º aniversário da Independência do Brasil). 2015. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

OLIVEIRA, Sarah Luna de. A concessão e o traslado dos restos mortais de D. Pedro I para o Brasil sob a lógica das relações lusobrasileiras (19711974). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 29, p. 1-18, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22456/1983201X.112128>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/112128>. Acesso em: 22 jun. 2024.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. **A Liga da Defesa Nacional entre um projeto de nação a uma agenda de combate ao comunismo**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2016.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. **A Liga da Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2012.

PENTEADO, Léa. **Um instante, maestro!**: a história de um apresentador que fez história na TV. Rio de Janeiro: Record, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais**: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

PICCINO, Evaldo. “Pra Frente Brasil”, “Independência ou Morte” e o uso de música e cinema como propaganda oficial. **Novos Olhares**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 74-83, 2012. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.22387714.no.2012.55402>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/55402>. Acesso em: 22 jun. 2024.

PIMENTA, João Paulo; CORDEIRO, Janaína Martins. Projetos políticos, autoritarismo e exclusão nas comemorações da Independência do Brasil: centenário (1922), sesquicentenário (1972) e bicentenário (2022). **Cahiers des Amériques Latines**, Paris, n. 102, p. 1-17, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4000/cal.17111>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cal/17111>. Acesso em: 11 fev. 2025.

REI, Bruno Duarte. Comemorações, ditadura e sociedade: o sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). **Tempo**, Niterói, v. 22, p. 420-424, 2016. DOI: <https://doi.org/10.20509/TEM-1980-542X2016v224010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/qnmkZMR9HsFMrNGpywBkTxR/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

REI, Bruno Duarte. Esporte e propaganda política nos festejos do sesquicentenário da Independência do Brasil (1972): notas preliminares de um estudo. **Lecturas**: Educación Física y Deportes, Buenos Aires, v. 187, p. 1-9, 2013. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd187/esporte-e-propaganda-politica-do-brasil.htm>. Acesso em: 11 fev. 2025.

REI, Bruno Duarte. Arquivos e esporte: o Fundo da Comissão Executiva Central do sesquicentenário da Independência do Brasil (1972). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 62-69, 2014. Disponível em: <https://revista>.

arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/439. Acesso em: 22 jun. 2024.

REI, Bruno Duarte. **Celebrando a pátria amada**: esporte, propaganda e consenso nos festejos do sesquicentenário da Independência do Brasil. Rio de Janeiro: 7Letras, 2020a.

REI, Bruno Duarte. Taça Independência (1972): o futebol no Brasil em tempos de milagre. **Locus**, Juiz de Fora, v. 26, p. 337-363, 2020b. DOI: <https://doi.org/10.34019/25948296.2020.v26.28279>. Disponível em: <https://periodicos.uuff.br/index.php/locus/article/view/28279>. Acesso em: 22 jun. 2024.

REI, Bruno Duarte. **Celebrando a pátria amada**: esporte, propaganda e consenso nos festejos do sesquicentenário da Independência do Brasil. 2019. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Revolução e socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 363-392.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIORDA, Mario. Hacia un modelo de comunicación gubernamental para el consenso. In: ELIZANDE, Luciano; FERNÁNDEZ, Damián; RIORDA, Mario (Orgs.). **La construcción del consenso**. Gestión de la comunicación gubernamental. Buenos Aires: La Crujía, 2006. p. 17-144.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória: A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964/1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 97-144.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. v. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SELIPRANDY, Fernando. Circuitos da propaganda oficiosa: Amaral Netto comemora os 150 anos da Independência (1972). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 1-24, 2024a. DOI: <http://doi.org/10.1590/S2178149420240208>.

Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/90567>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SELIPRANDY, Fernando. Publicidade oficial, patriotismo alusivo: filmetes da Aerp nos 150 anos da Independência do Brasil (1972). **Projeto História**, São Paulo, v. 79, p. 203-232, 2024b. DOI: <https://doi.org/10.23925/21762767.2024v79p203232>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/65029>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SERPA, Élio Cantalício; FREDRIGO, Fabiana de Souza; SANDES, Noé Freire. Revista O Cruzeiro de 1972: comemorando el sesquicentenario de la Independencia y exaltando el Brasil moderno. **Studia Historica: Historia Contemporânea**, Salamanca, v. 27, p. 375-398, 2009. Disponível em: <https://revistas.usal.es/uno/index.php/0213-2087/article/view/7945>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SOSNOSKI, Thaisy. **Historiografia e memória**: biblioteca do sesquicentário da Independência do Brasil (1972). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2013.

SOUZA, Olivia Baldissera de. **O imperador galã que nos deu a Independência**: a representação de D. Pedro I no filme Independência ou Morte (1972). 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

TENÓRIO, Thaís da Silva. **Esquadrinhando a nação**: a formação da identidade nacional em A Independência do Brasil em Quadrinhos (1972). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

VILASBOAS, Ilma Silva. **A Bahia oitocentista em pano**: representações em uma exposição. 2014. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

5.2 Fontes

ANDARILHO, em Campinas, diz que saiu do Oiapoque e irá até o Chuí. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 ago. 1972. *In*: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentário da Independência do Brasil, pasta 56.

BÔSCOLI, Ronaldo. Lobo bobo. O lobo gostou. **UhRevista, Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 1, 10 abr. 1972a.

BÔSCOLI, Ronaldo. Lobo bobo. O lobo gostou. **UhRevista, Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 1, 13 abr. 1972b.

COBERTURA jornalística na Taça Independência. **Gazeta Esportiva**, 14 ago. 1972. *In*: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 58a.

LÁZARO, Marcos. O sinal está vermelho. **Revista Veja**, p. 6, 25 out. 1978.

OIAPOQUECHUÍ a pé, aos 60 anos. **Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27 ago. 1972. *In*: Arquivo Nacional, Fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil, pasta 56.

AGENCIAMENTOS DE AFETOS NO PRESENTISMO: PÂNICO MORAL COMO POLÍTICA DO MEDO NO AMBIENTE DIGITAL

Tássio Acosta

Neste texto, analiso como os afetos são agenciados no presentismo — ou seja, no Brasil de hoje — e discuto como o pânico moral foi manipulado para se tornar uma prática política voltada a instaurar o medo em nossas vidas. Seja nas praças públicas, escolas, famílias, igrejas, câmaras de vereadores, de deputados estaduais, deputados federais, no senado, na presidência ou nos ambientes virtuais das redes sociais, o pânico moral vem sendo sistematicamente pautado de maneira a produzir formas de controle sobre a população. Para tal, abordo, num primeiro momento, o pânico moral em si, buscando defini-lo historicamente e atualizá-lo para direcionar à análise aqui pretendida. A seguir, abordo como o pânico moral ocupou o imaginário popular de forma a produzir medos e inseguranças, sobretudo

nas escolas, ao ponto de associá-las a espaços de inseguranças. Por fim, no terceiro e último momento, discorrerei sobre como esta política do medo se utiliza das redes sociais como mola propulsora para agenciar e controlar a produção de narrativas por meio da desqualificação do conhecimento científico.

1. Localização e atualização histórica do pânico moral

Parto do entendimento de Michel Foucault sobre governamentalidade (2008a) e biopolítica (2008b) - ou seja: o autor define a “governamentalidade” como os modos de melhor governo dos corpos na sociedade para buscar padronizar comportamentos e identificar os desviantes. Com relação à biopolítica, o filósofo francês a compreende enquanto maneiras de melhor extração do poder produtivo das pessoas. Estes dois conceitos são bastante importantes nesta fala, por se tratar do chão teórico em que pisaremos nestes 30 minutos.

Uma analogia bastante conhecida de Michel Foucault diz respeito aos navios: para ele, o objetivo da governamentalidade é o de governar a população como um todo e de maneira única. Logo, o comandante do navio é quem definirá o trajeto que será percorrido pelos corpos dentro daquele barco. Ao alargar sua própria análise sobre governamentalidade, Foucault discorre sobre o poder pastoral, a forma como o pastor direciona seu rebanho: assim, governam-se conjuntos de pessoas, não territórios.

Será, então, justamente a partir da atenção aos conjuntos de pessoas que se institui a ideia de biopolítica. A atenção à saúde perpassa pela natalidade, reprodução e mortandade das popula-

ções – os corpos são esmiuçados para que suas intimidades possam ser conhecidas. O Estado, então, passa a desenvolver técnicas para melhor administrar a vida da população, resultando no fortalecimento das ciências médicas e jurídicas. Os exames de sangue com suas métricas dizem como estão nossos colesteróis, glicemia e os níveis de vitamina. Os manuais de psiquiatria dizem ao jurídico quem tem condições de responder por seus atos ou quem é inimputável perante a lei.

Mais recentemente, adentra ao discurso social o cuidado de si. A questão da saúde mental orientada pelos manuais de psiquiatria e os acompanhamentos psicoterapêuticos tornam-se conceitos-chave no contexto pós-pandêmico. Estar com a terapia “em dia” virou um novo mantra na contemporaneidade.

Conforme podemos perceber, o governo concentrará suas forças no controle dos corpos existentes na sociedade. Quando falo sobre corpos, penso também em suas objetividades, subjetividades, potências e nas máquinas desejantes que de fato são.

A melhor forma de governar estes corpos será a partir da política do medo, o que aqui entendo como pânico moral. A temática foi inaugurada em 1968, quando Jock Young realizou uma conferência na Universidade de York, no Reino Unido, e a publicou em livro organizado por Stanley Cohen (1971b). No mesmo ano, Young publicou um livro seminal (1971a) onde analisava a relação entre as mídias de massa, a opinião pública, grupos específicos da sociedade e um determinado grupo de políticos sobre a questão do consumo de drogas na sociedade sessentista.

No ano seguinte, Cohen (1972) se atentou às questões das drogas na Inglaterra e em como elas se tornaram um problema não apenas de saúde, mas também de educação e de segurança pública. Ao associar a drogadição à perversão e riscos diversos à sociedade, Cohen analisa como as políticas públicas de controle populacional foram gestadas sob a justificativa de melhor proteger a sociedade. Vale mencionar que esses estudos se localizam no contexto histórico de pós-Segunda Guerra Mundial.

Erich Goode e Nachman Ben-Yehuda (1994) destacam como a volatilidade do problema em questão evidencia ainda mais a desproporcionalidade da reação social – sempre reatualizada de acordo com o contexto do momento. Para os autores, quando um problema é marcado como pânico moral, as ações para o seu combate são, invariavelmente, muito mais incisivas do que o problema em si.

Trazendo a temática do pânico moral à realidade brasileira, destaco sua associação às questões que remontam ao mesmo período histórico analisado pelos autores, embora com pautas diferentes em virtude da especificidade local, e que ainda nos dias de hoje continuam sendo reatualizadas - conseqüentemente, incidindo na concretização de pânicos morais diferentes. Elenco três:

1. O fantasma do comunismo de hoje remonta ao passado de influência cubana e soviética no mundo Ocidental;
2. A associação negativa aos movimentos sociais na atualidade advém do combate às organizações grevistas, sobretudo do grande ABC.

3. A defesa da família de moral cristã e heteronormativa de hoje remete ao mesmo movimento favorável à ditadura civil-empresarial-militar no Brasil, em manifestação conhecida como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Enquanto definição,

[...] entende-se, por pânico moral, a criação de um inimigo comum, sempre inatingível, para que o medo da sociedade o retroalimente e, ao mesmo tempo, forje a criação de outros inimigos em um sistemático processo de atualização da situação vigente. Este jogo de atualização para outros medos, produzindo outros pânicos morais, é de fundamental importância para a manutenção do controle social (Acosta, 2022, p. 24).

Assim, conseguimos identificar no Brasil como alguns pânico morais foram atualizados para o maior controle da população e cerceamento dos dissonantes. Desde a perseguição aos subversivos e comunistas da ditadura militar até os programas de auxílios sociais, sistemas de cotas, foro de São Paulo, Paulo Freire, questões LGBTQIPNA+, desqualificação da pandemia, mentiras sobre a vacina, bem como negação das mudanças oriundas do aquecimento global, o pânico moral sempre se faz presente na produção discursiva.

Chamo a atenção para uma questão muito importante: costumemente, estas temáticas são agenciadas em períodos pré-eleitorais, tanto em nível municipal e estadual como em nível federal. De forma a evidenciar pessoas até então desconhecidas no cenário

político que pleiteiam vaga eleitoral, ou políticos já conhecidos e que querem se manter em seus cargos eletivos, o pânico moral precisa ser potente o suficiente para gerar medo na sociedade e destacar pessoas interessadas em supostamente defendê-la.

Assuntos que não traziam preocupações à sociedade passam a ser problematizados, cerceados e censurados quando associados a pânicos morais. Determinados temas são relacionados a comportamentos vexatórios, pecaminosos e perigosos, restando a proibição de suas existências.

Conforme analisado por Richard Miskolci (2012), interditar o direito à vida de determinadas parcelas populacionais alimenta, conseqüentemente, um desejo de nação pautado na branquitude e na masculinidade hegemônica.

A própria questão do sistema econômico ultraneoliberal, tal qual o existente contemporaneamente, também merece ser analisado quando da produção do pânico moral pois, pensando em uma perspectiva econômica ‘da coisa’, o capitalismo busca lucrar sobre a vida das pessoas - sejam aquelas que merecem ser vividas ou aquelas que não gozam do mesmo direito e, às acepções de Achille Mbembe (2018), constituem vidas que podem ser matadas.

Quando mandatários de suas cidades, estados ou países resolvem promover políticas públicas específicas às parcelas postas às margens da sociedade, estes são duramente atacados e obrigados a retroceder de suas próprias ações. Caso contrário, amargarão avaliações negativas de seus eleitorados que poderão influenciar o pleito eleitoral seguinte.

Ao longo das duas últimas décadas, percebemos fortes embates quando das tentativas de aprovação ou execução de ações direcionadas aos povos originários, quilombolas e LGBTQIAPN+. Esses embates (ou seria mais correto dizermos combates?) com determinadas parcelas populacionais marginalizadas têm como objetivo suprimir seus direitos de existir e de viver seguramente na sociedade. Estas não são apenas políticas de silenciamento, mas, sobretudo, políticas de fazer morrer e deixar matar.

Será no bojo destas tensões políticas que a escola passará a ser colocada em lugar de evidência e disputa. Se, de um lado do espectro político-ideológico, temos políticos que se identificam como ultraconservadores e se autoproclamam defensores da educação moralizante e da família heteronormativa, do outro lado desse mesmo espectro político-ideológico temos os políticos que se reconhecem como progressistas e se colocam como defensores da educação enquanto práticas de liberdade.

2. Pânico moral no imaginário popular frente a associação das escolas a espaço de inseguranças

Para entendermos como o pânico moral das questões de gênero e sexualidades entrou no imaginário social e cerceou as escolas, precisamos olhá-lo em perspectiva mais ampla, tanto histórica como politicamente.

Em 2004, foi publicado o documento *Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do Homem e da Mulher na Igreja e no Mundo*. Nele, afirma-se:

[...] a diferença corpórea, chamada sexo, é minimizada, ao passo que a dimensão estritamente cultural, chamada gênero, é sublinhada ao máximo e considerada primária. O obscurecimento da diferença ou dualidade dos sexos é grávido de enormes conseqüências a diversos níveis. Uma tal antropologia, que entendia favorecer perspectivas igualitárias para a mulher, libertando-a de todo o determinismo biológico, acabou de facto por inspirar ideologias que promovem, por exemplo, o questionamento da família, por sua índole natural bi-parental, ou seja, composta de pai e de mãe, a equiparação da homossexualidade à heterossexualidade, um novo modelo de sexualidade polimórfica (Carta [...], 2004, grifo nosso).

Três anos depois, em 2007, outro documento foi publicado na *V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Este explicita ainda mais o incômodo com a questão de gênero, e inaugura o termo *ideologia de gênero*. Em seu 40º item, afirma-se que:

Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família (V Conferência [...], 2007, grifo nosso).

O termo “ideologia de gênero”, que nunca presente nas ciências humanas - particularmente nas ciências sociais, história, filosofia e pedagogia -, passou a figurar cada vez mais nos espaços

de representações políticas e no imaginário social a partir destes dois documentos religiosos.

A inserção mais detida da escola nas discussões políticas ganhou maiores contornos em 2011, quando setores do Congresso Nacional se puseram contrários ao programa educacional Brasil Sem Homofobia – cunhado pejorativamente de *Kit Gay*. Associaram a Presidenta Dilma à imposição de uma cultura LGBT às infâncias, e afirmaram existir essa suposta *ideologia de gênero* com intuito de desvirtuar as crianças em fase de escolarização.

Para não perder apoio político, a então presidenta foi à mídia revogar o programa. Nas palavras dela, “o governo defende a educação e também a luta contra as práticas homofóbicas. No entanto, não vai ser permitido a nenhum órgão do governo fazer propaganda de opções sexuais, nem de nenhuma forma. Nós não podemos interferir na vida privada das pessoas” (Dilma Rousseff [...], 2011).

Em 2013, emerge um programa de perseguição às escolas, professores e conteúdos curriculares chamado de *Escola Sem Partido*. Nele, os alunos eram incentivados a gravar seus professores que exerciam os deveres de suas funções: ministrar aulas. Mesmo estando referenciados por documentos normativos e amparados pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o referido programa afirmava falsamente que professores impunham seus vieses ideológicos esquerdistas e que, por isso, deveriam ser filmados e combatidos.

Aproveitando o apelo midiático deste ‘novo’ pânico moral, inúmeros políticos municipais, estaduais e federais passaram a criar Projetos de Lei para cercear a liberdade de cátedra e censurar professores. O caso foi judicializado, e o Supremo Tribunal Federal votou pela inconstitucionalidade dos Projetos de Lei que visavam amordaçar professores (Coêlho, 2021). No entanto, como o objetivo do pânico moral é impor o medo à sociedade, cada vez mais assuntos entendidos como *temas sensíveis* foram omitidos do debate educacional. Fosse por perseguição de políticos locais, ‘aconselhamentos institucionais’, críticas dos responsáveis dos alunos em reuniões escolares ou em grupos de WhatsApp, instaurou-se um cenário de medo nas escolas. Muitos professores passaram a adotar a autocensura como forma de assegurar seus empregos e sua saúde mental - afinal, campanhas persecutórias associaram as escolas a espaços de inseguranças.

Será, então, a partir destes movimentos políticos que identifi- cado a emergência de um neoconservadorismo na política nacional. Para sustentar esta identificação, ressalto que o neoconservadorismo surge com a guinada à extrema-direita que o Congresso Nacional vem experienciando ao longo das últimas três eleições. Em 2014, o pleito federal elegeu o maior número de representantes conservadores desde a Ditadura Militar (Martins, 2014). Este volume foi superado nas eleições de 2018, e novamente nesta última eleição, em 2022 (Queiroz, 2018; Onda Conservadora [...], 2022). Ou seja, a cada pleito eleitoral que se passa, nós temos um Congresso ainda mais conservador do que o anterior.

É importante destacar que o objetivo de associar as escolas a espaços de inseguranças é atacar a sua própria importância

como instituição de mediação social e espaço privilegiado para discussão de saberes e conhecimentos plurais. Sendo ela um foco de promoção social, de formação integral da humanidade e de ensinamento ao pensamento crítico, quando a escola é associada a espaços de inseguranças, cada vez mais é colocada sob uma suspeita cujo objetivo é minar a sua relevância na sociedade. Esses movimentos políticos neoconservadores aqui esmiuçados são o que eu chamo de neoconservadorismo na educação, ou seja, o adentramento de uma moralização perversa à escola com o intuito de combater sua capacidade de promover a autonomia dos alunos, a criticidade aos indivíduos e a emancipação dos sujeitos. Não obstante, nesse mesmo contexto emerge a discussão sobre o *homeschooling*.

A escola presencial é lugar extraordinário para a existência de múltiplas pessoas com suas ricas culturalidades, inúmeras territorialidades, diversidades de religiões e formas de expressão. Apenas assim teremos possibilidades de pensar em sociedades mais democráticas e plurais com capacidades e condições de conviver com as diferenças, além da promoção de valores empáticos.

Ao apartarem estudantes da experiência de conviver com as diferenças e a pluralidade existentes nas escolas presenciais, incorremos no risco de criar adultos com visões totalitárias de mundo, incapazes de conviver com o dissonante e que, por consequência, apresentarão dificuldades diversas na socialização ao longo de suas vidas. Por isso, sustento a importância da escola como local privilegiado a se pensar em práticas de liberdade.

3. Pânico moral como política do medo nas redes sociais e o controle de narrativas

Controlar os conteúdos curriculares passou a ser de primordial importância para conduzir a população em direção a uma moral de valor homogeneizante. As discussões dos planos municipais, estaduais e nacionais da educação tiveram como objetivo a produção de um discurso único sobre a sociedade. Não obstante, o maior embate político se deu justamente no que se referia às questões de gênero e sexualidades, conforme pudemos ver no início de minha fala. “Pois, ao definir aquilo que se aprende nas escolas e nos conteúdos curriculares, a subjetividade neoliberal e neoconservadora é capaz de produzir novas formas de governamento das vidas” (Acosta, 2022, p. 170).

Embora a questão se fizesse presente desde os Parâmetros Curriculares Nacionais e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, ela se tornou pânico moral mais recentemente. Para que a questão fosse colocada como um problema de urgência nacional, um medo produzido e a ser combatido, as redes sociais foram utilizadas para a disseminação de *Fake News* e sistemáticas práticas de desinformação.

Destaco casos notórios como o da Professora Tatiana Lionço e o da Professora Débora Diniz, reconhecidas pesquisadoras que se tornaram inimigas públicas de setores neoconservadores da sociedade brasileira e de seus representantes eleitos. Tais perseguições são capazes de moer reputações, histórias de vida e anos de pesquisas desenvolvidas. Pessoas são coisificadas e massacradas por usuários virtuais que, seguros por suas telas de celulares,

organizam-se em bando e não medem esforços para armar verdadeiras praças de guerras no ambiente virtual.

No entanto, os ataques orquestrados transbordam das redes sociais e passam a configurar sérias ameaças à segurança pessoal e profissional das pessoas vitimadas por estes movimentos persecutórios. A organização dos ataques se dá pelas redes sociais, em especial por aplicativos de trocas de mensagens, onde as pessoas são estimuladas quando da enunciação de um novo inimigo a ser combatido.

Na maior parte do tempo, os pânicos morais giram em torno de crianças, infâncias, escolas e família. Ou seja, criam-se verdadeiras assombrações e inimigos invisíveis a serem combatidos. Os defensores se veem na necessidade de perseguir os dissonantes para que eles não ataquem estas sagradas instituições seculares.

Campanhas de perseguição aos que supostamente vão contra o ideário de nação, objetivando seus silenciamentos e apagamentos, são o que eu identifico como neofascismo. Ou seja,

[...] formas de governo das vidas a partir de políticas reacionárias que são capturadas pela extrema-direita para a promoção do enfrentamento às instituições consolidadas, desacreditando sua importância enquanto agentes mediadores a partir de campanhas persecutórias, da criação conspiratória de inimigos inatingíveis, da militarização do aparato estatal e da perseguição a grupos dissidenciais (Acosta, 2022, p. 24).

Recentemente, o Ministro Alexandre de Moraes, um dos novos inimigos da nação, foi aprovado em concurso para o grau

de Professor Titular na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Sua aula e texto versavam exatamente sobre populismo digital e a importância da autoproteção das pessoas a partir da regulação das *big techs* (Moraes, 2024).

O direcionamento derivado dos algoritmos é capaz de segurar nossa atenção em frente ao celular durante horas. Vivemos cada vez mais em nossas bolhas, silenciemos e bloqueamos determinados perfis e, assim, nos distanciamos daqueles que pensam diferentemente de nós. Ao mesmo tempo, a ausência da regulamentação das *big techs* coaduna com o surgimento de discursos de ódio disseminados nas redes sociais.

O problema da desinformação e das *fake news* é bastante conhecido em nossa história. No período eleitoral, a temática de gênero e sexualidades foi utilizada no agenciamento de afetos do pânico moral como política do medo. Durante o período pandêmico, desqualificaram a intensidade da própria pandemia e criaram campanhas de desinformação contrárias às vacinas. Há tempos negam a existência do aquecimento global e, mesmo com os severos impactos que vivenciamos em todo o mundo – e mais recentemente no Rio Grande do Sul –, desinformações e *fake news* foram criadas para dificultar o trabalho de resgate e ajuda à população do Sul do país.

Muito embora exista um *Marco Civil da Internet*, dada a dimensão do problema das campanhas de desinformação e agrupamento de pessoas para atacar alvos em comum, torna-se mais do que urgente pensarmos, assim, na criação de um *Marco Civilizatório da Internet*, uma espécie de braço da Constituição Federal de 1988 para promover um ambiente virtual saudável,

empático e que respeite as diferenças, fundamentado na valorização do Estado democrático de direito.

Assim, percebemos cada vez mais um adentramento do ‘mundo jurídico’ na vida das pessoas. Seja por ações tomadas pelo Supremo Tribunal Federal ou por indivíduos se constituindo de advogados para salvaguardar seus direitos e garantias fundamentais à dignidade humana, novas formas de controle de si são produzidas. Afirmo isso porque temos inúmeros exemplos de professores, pesquisadores e lideranças sociais que, ao longo da última década, foram associados a inimigos públicos da nação e perseguidos nas redes sociais. Vitimados por ações orquestradas por grupos extremistas que, interessados em atingi-los a qualquer custo, se utilizam de diversas táticas organizadas virtualmente para o apagamento de suas existências. Professores, pesquisadores e lideranças sociais têm sido obrigados a criar redes de autoproteção.

O acompanhamento jurídico de nossas vidas passou a se fazer presente em nossos cotidianos. Textos produzidos para eventos acadêmicos são lidos por outros pesquisadores para clarificação das ideias propostas. Falas de conferências são gravadas e a participação em chats e redes sociais dos usuários são registradas em endereços IP. Instituições de Ensino e Pesquisa constituem cada vez mais setores jurídicos para assumirem a função de proteção às pesquisas e aos pesquisadores.

Uma série de medidas é experienciada nessa nova forma do cuidado de si: empresas criam setores de *compliance* para promover a conformidade ao regramento das normas internas; trabalhadores são estimulados a não se posicionarem publicamente com

suas perspectivas político-ideológicas; famosos são valorizados ou boicotados, a depender de seus posicionamentos públicos; e professores se autocensuram como forma de proteção às suas vidas e empregos.

Ainda assim, resistimos. Mesmo com todos os percalços destes últimos 20 anos, com destaque aos últimos oito anos, continuamos gerando conhecimento científico, nos dedicando às pesquisas acadêmicas, publicando artigos, realizando seminários e congressos, ministrando aulas e, dentro do possível, buscamos fomentar o pensamento crítico para combater a desinformação, a política do medo e o pânico moral.

Como disse Arnaldo Antunes (2021), “O real resiste. É só pesadelo, depois passa”.

4. Referências

4.1 Bibliografia

ACOSTA, Tássio. **Anarqueologia do pânico moral**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2022.

COHEN, Stanley. **Folk devils and moral panics: the creation of the Mods and Rockers**. London/New York: Routledge Classics, 1972.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GOODE, Erich; BEN-YEHUDA, Nachman. **Moral panics: the social construction of deviance**. Oxford: Blackwell, 1994.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MISKOLCI, Richard. **O desejo da nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012.

MORAES, Alexandre de. **O direito eleitoral e o novo populismo digital extremista**: liberdade de escolha do eleitor e a promoção da democracia. 2024. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

YOUNG, Jock. **The drugtakers**: the social meaning of drug use. London: Paladin, 1971a.

YOUNG, Jock. The role of the police as amplifiers of deviance, negotiators of reality and translators of fantasy. *In*: COHEN, Stanley (Org.). **Images of deviance**. London: Penguin, 1971b. p. 27-61.

4.2 Fontes

ANTUNES, Arnaldo. **O real ao vivo** (Inhotim em cena). 2021. Disponível em: https://youtu.be/8CZKw8mBny8?si=sik5AD_WTk7ttxOk&t=264. Acesso em: 2 maio 2024.

CARTA aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo. 2004. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collaboration_po.html. Acesso em: 30 abr. 2024.

COÊLHO, Marcus Vinicius Furtado. O STF e a inconstitucionalidade do “Escola Sem Partido”. **Consultor Jurídico**, 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-jun-20/constituicao-stf-inconstitucionalidade-escola-partido/>. Acesso em: 2 maio 2024.

DILMA Rousseff comenta luta do governo contra práticas homofóbicas e suspensão do kit homofobia. **Canal Gov.**, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Me-7Tutt9rU>. Acesso em: 2 maio 2024.

MARTINS, Helena. Mais conservador, Congresso eleito pode limitar avanços em direitos humanos. **Agência Brasil**, 2014. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-10/mais-conservador-congresso-eleito-pode-limitar-avancos-em-direitos-humanos>. Acesso em: 2 maio 2024.

ONDA conservadora: Congresso Nacional dará uma forte guinada à direita nos próximos quatro anos. **Consultor Jurídico**, 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-out-03/congresso-abandona-politica-guinada-conservadora/>. Acesso em: 2 maio 2024.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. O Congresso mais conservador dos últimos quarenta anos. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Edições-136, 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-congresso-mais-conservador-dos-ultimos-quarenta-anos/>. Acesso em: 2 maio 2024.

V CONFERÊNCIA Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. Aparecida, 13-31 maio 2007. **Documento final**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/cjp/a_pdf/cnbb_2007_documento_de_aparecida.pdf. Acesso em: 30 abr. 2024.

SOBRE OS AUTORES

Adjovanes Thadeu Silva de Almeida - Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1994), mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Atualmente é professor do Colégio Pedro II, onde atua na Educação Básica (turmas de Ensino Fundamental e Médio) e no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Mestrado - PROFEPT). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1618-4153>.

Alômia Abrantes - Doutora e Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora da Universidade Estadual da Paraíba. Coordenadora do projeto de pesquisa “Os modernismos na Paraíba e o circuito de comunicação da revista *Era Nova*”, desenvolvida na Fundação Casa de José Américo em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior do Estado da Paraíba e com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0637-675X>.

André Luiz Paulilo - Professor na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, possui mestrado e doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da mesma Universidade. Foi educador do Museu de Arqueologia e Etnologia e pesquisador no Instituto de Estudos Brasileiros, também na USP. Atualmente, é coordenador do Programa de Estudos e Pesquisa em História da Educação do Centro de Memória-Unicamp (PROEPHE/CMU). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8112-8070>.

Aristeu Elisandro Machado Lopes - Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor Associado III do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq. Organizador, com Mauro Dillmann e Guilherme de Almeida, da coletânea: *Centenário do Álbum de Pelotas de 1922: fotografias, memória e história* (Porto Alegre-RS: Casalettras, 2022). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0897-5331>.

Bruno Duarte Rei - É professor do Colégio Pedro II. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (2019) e em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (idem). É autor do livro *Celebrando a pátria amada: esporte, propaganda e consenso nos festejos do sesquicentenário da Independência do Brasil* (1972). Atualmente, realiza estágio de pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1927-7128>.

Cecilia Helena L. de Salles Oliveira - Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo, em 1987, se tornou Livre-Docente pelo Museu Paulista da USP, em 2000. Professora Titular, em 2005, foi eleita diretora do Museu Paulista para o período 2008/2012. Desde 1994 é professora do programa de Pós-Graduação em História Social da USP e integrou o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Museologia da mesma universidade, entre 2012 e 2024. Atualmente é professora sênior. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0314-271X>.

Flavio José Gomes Cabral - Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da graduação e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Católica de Pernambuco. Foi professor do Ensino Médio da rede Estadual de Ensino (1980-2014). É autor dos seguintes livros: *Paraíso terreal: a rebelião sebastianista na Serra do Rodeador, 1820*; *Conversas reservadas: “vozes públicas” e rebeliões em Pernambuco no tempo da Independência do Brasil*. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9174-0378>.

Guilherme de Paula Costa Santos - Mestre (2007) e doutor (2015) em História Social pela História pela Universidade de São Paulo. É autor das seguintes obras: *A Convenção de 1817: debate político-diplomático sobre o tráfico de escravos durante o governo de D. João VI no Brasil* e *No Calidoscópio da Diplomacia: formação da monarquia constitucional e reconhecimento da Independência e do Império do Brasil (1822-1827)*. Atua como professor do Centro Universitário Faculdade Metropolitanas Unidas e na educação básica. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-0745-8814>.

Jérri Roberto Marin - Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria; Mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista; Pós-Doutorado na Università Degli Studi di Roma “La Sapienza” (2015/2016; 2023/2024); Professor titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0882-1359>.

Leonardo Leônidas de Brito - Pós Doutor em Educação Profissional pelo IFRN. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Professor Titular do Departamento de História do Colégio Pedro II (RJ). Pesquisador do Laboratório de Economia e História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Docente permanente da Especialização em Ensino de História do Colégio Pedro II e do Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4823-0521>.

Luiz Mário Dantas Burity - Doutor em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Professor da Universidade Estadual da Paraíba. Coordenador do projeto de pesquisa *A Paraíba e seus problemas a A Bagaceira*: itinerários literários de José Américo de Almeida, desenvolvida na Fundação Casa de José Américo em uma parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior do Estado da Paraíba e com a Fundação de Apoio à Pesquisa. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1357-1243>.

Pablo Menezes e Oliveira - Realizou estágio de Pós Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais entre 2021/2022. Doutor em História pela UFMG (2013), mestre em História pela mesma Universidade (2005), e graduado em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Ouro Preto (2003). Atualmente é professor do Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Ouro Branco e do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8960-1707>.



Título	As Independências do Brasil: um Estado e uma Nação em Formação
Formato	14 x 21 cm
Tipografia	Minion Pro e Solitas Serif
Licença	CC BY-NC-SA



Este livro, produzido pela Editora UFMS, é financiado com recursos públicos e tem como finalidade a ampliação do acesso ao conhecimento. A obra está alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4 – Educação de Qualidade), ao promover uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, com a participação de docentes e discentes. Ademais, contribui para a preservação ambiental, ao favorecer a redução do uso de papel e da pegada de carbono.

Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>

Campo Grande
20°29'44.3"S 54°36'48.7"W
Feito no Brasil
2026

Mais de duzentos anos após 1822, a Independência do Brasil permanece como um processo em disputa, atravessado por projetos de nação, conflitos, silenciamentos e permanências que ainda moldam o presente. Concebida a partir dos debates do Simpósio Internacional *Independências do Brasil* (2024), esta coletânea reúne diferentes perspectivas historiográficas e interdisciplinares, dialogando com a renovação impulsionada pelo bicentenário de 2022 e problematizando as narrativas consagradas sobre a formação do Estado e da nação.

Os capítulos abordam temas que vão do reconhecimento internacional do Império e das articulações diplomáticas à educação pública, às comemorações cívicas, aos museus, às identidades regionais e aos usos políticos da memória, alcançando também reflexões sobre o Brasil contemporâneo.

Ao propor novas perguntas e caminhos de investigação, a obra reafirma o compromisso com uma historiografia crítica e plural, contribuindo para ampliar os debates sobre as Independências e seus significados no passado e no presente.



ISBN 978-85-7613-835-8



9 788576 138358